



Plano Diretor **de** Desenvolvimento **Integrado** **da** Região Metropolitana de Belo Horizonte

Propostas de Políticas Setoriais,
Projetos e Investimentos Prioritários

Volume 6
Maio de 2011



Relatório Final

Plano Diretor de Desenvolvimento
Integrado da Região Metropolitana
de Belo Horizonte

Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários

Volume 6

Maio de 2011



Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Regional
e Política Urbana - SEDRU



SUMÁRIO

VOLUME I

1	Apresentação	1
2	Síntese dos Estudos Setoriais Integrados	50
3	Proposta de Reestruturação Territorial Metropolitana	182
3.1	Introdução e Pressuposto	182
3.2	Tendências da Dinâmica Territorial Metropolitana.....	186
3.3	Proposta de Reestruturação Territorial da RMBH.....	202
3.4	Políticas da Dimensão Estruturante Territorialidade	234
3.4.1	Política Metropolitana Integrada de Centralidade em Rede	235
3.4.2	Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo	257

VOLUME II

4	Eixos Temáticos Integradores: Políticas e Programas	282
4.1	Eixo Acessibilidade	282
4.1.1	Política Integrada de Mobilidade Metropolitana	285
4.1.2	Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano	358
4.1.3	Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde	408
4.1.4	Política Metropolitana Integrada de Assistência Social.....	432
4.1.5	Política Metropolitana Integrada de Democracia Digital	484

VOLUME III

4.2	Eixo Seguridade	546
4.2.1	Política Integrada de Segurança Pública	549
4.2.2	Política Metropolitana Integrada de Gestão dos Riscos Ambientais e de Mudanças Climáticas	589
4.2.3	Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional	596

4.2.4	Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional.....	665
4.2.5	Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala	708

VOLUME IV

4.3	Eixo Urbanidade	758
4.3.1	Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos	762
4.3.2	Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural	815
4.3.3	Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial da Educação e Cultura	922
4.3.4	Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas	949
4.3.5	Política Metropolitana Integrada de Financiamento da Cultura.....	975

VOLUME V

4.4	Eixo Sustentabilidade	982
4.4.1	Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável	986
4.4.2	Política Metropolitana Integrada para o Desenvolvimento de Territórios Minerários	1051
4.4.3	Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos	1094
4.4.4	Política Metropolitana Integrada de Resíduos Sólidos	1146
4.4.5	Política Metropolitana Integrada de Saneamento	1178
4.4.6	Política Metropolitana Integrada de Delimitação e Recuperação de Áreas de Interesse para Conservação Ambiental	1199
4.4.7	Política Metropolitana Integrada de Compensação e Valoração de Serviços Ambientais	1222

4.4.8 Política Metropolitana Integrada de Mitigação de Gases de Efeito Estufa para uma Economia de Baixo Carbono.....	1245
---	------

VOLUME VI

5 Proposta Institucional	1260
5.1 Recomendações, Diretrizes e Ações para Implementação do PDDI	1260
5.2 Matriz de Desenvolvimento Institucional	1266
5.3 Políticas da Dimensão Estruturante Institucionalidade	1477
5.3.1 Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Institucional..	1478
5.3.2 Política Metropolitana Integrada de Cooperação Interinstitucional e Intersetorial	1494
5.3.3 Política Metropolitana Integrada de Modernização e Atualização da Estrutura Fiscal dos Municípios	1505
6 Equipe	1525

5 PROPOSTA INSTITUCIONAL

5.1 RECOMENDAÇÕES, DIRETRIZES E AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PDDI

I.

O território e sua institucionalização são os elementos centrais do Plano Metropolitano, em torno dos quais as propostas de estudos, de ações e de organizações sociais e políticas, em suas diversas e distintas manifestações, devem se integrar para tratar das oportunidades e problemas identificados na escala e âmbito da Região Metropolitana que, em certa medida, abrange o Colar Metropolitano e territórios adjacentes.

Desta forma, o sentido primeiro de um plano metropolitano é apresentar uma proposta de ordenação sócio-espacial do território da região metropolitana. Seu sentido último é apresentar um referencial institucional para o planejamento metropolitano, integrado e participativo, implicando a intervenção programada sobre uma população e sobre a prática de agentes sociais - que partilham vantagens e problemas sócio-espaciais em um território comum constituído em torno de uma metrópole.

A estruturação metropolitana é o elemento central em torno da qual se organizam as propostas de políticas e seus desdobramentos programáticos, nos aspectos institucionais e nas suas manifestações ligadas aos quatro Eixos Temáticos Integradores: Acessibilidade, Seguridade, Sustentabilidade e Urbanidade.

Os princípios norteadores da dimensão institucional do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) são: *intersetorialidade, cooperação, participação e desenvolvimento institucional.*

Por **intersetorialidade**, entendemos o esforço de superar e integrar as várias instâncias setoriais que se apresentam isoladas na sua organização enquanto ações do poder público, ou mesmo, enquanto interesses manifestos de partes da comunidade metropolitana. O Plano tem por objetivo integrar instâncias, instituições, escalas, territórios e abordagens setoriais.

O princípio da **cooperação** está imbricado no conceito de *governança colaborativa*, entendida como forma de governança **participativa** que surge quando diversos interesses são consolidados por meio de exercício da cidadania e na qual planejamento e gestão (inter)institucional são norteados pela capacidade de construção do que se pode denominar *pacto metropolitano*.

Os municípios e o Estado se condensam na metrópole quando quatro premissas típicas ocorrem:

1. Quando as autoridades compreendem que seus cidadãos têm estatura plurimunicipal, como cidadãos metropolitanos que são.
2. Quando sentem que a cidade-metropolitana é comum a todos.
3. Quando constatarem que não mais existe uma constelação de cidades orbitando por atração da “cidade-mãe”, mas uma rede denominada cidade-metropolitana.
4. Quando, finalmente, há o reconhecimento generalizado de que as responsabilidades transcendem os limites de seus respectivos territórios – leia-se, uma visão solidária e colaborativa.

Finalmente, na perspectiva do desenvolvimento institucional, as instituições de governo certamente dependem de fatores organizativos e procedimentos técnicos, do estabelecimento de prioridades em seu funcionamento e do desenvolvimento dos recursos humanos ali investidos. Em sentido amplo, um ambiente institucional se consolida a partir da habilidade de uma gestão para formular, coordenar e avaliar políticas públicas, definir e exercer funções de governo, manejando seus recursos de poder, buscando apoio na sociedade e garantindo a legitimidade para a execução de seus programas.

É importante ressaltar que a abordagem institucional desenvolvida no PDDI não teve por finalidade um diagnóstico dos governos locais e dos órgãos setoriais do Estado considerados isoladamente; seu objetivo foi compreender as possibilidades de ações conjuntas, de arranjos com vistas a soluções compartilhadas, de conjugação de trabalhos em prol dos modos de vida metropolitanos.

II.

Do ponto de vista da **concertação institucional**, o plano buscou garantir ampla participação dos sujeitos coletivos e instâncias institucionais em suas formas de articulação e arenas de debate, combinando saber técnico e conhecimento cotidiano e incorporando setores

públicos e privados em suas várias formas de organização. A busca de novos arranjos institucionais, envolvendo as diversas áreas, mas também as várias escalas e níveis de governo e de gestão foi também seu objeto de reflexão e de esforço de concertação, enquanto buscou articular as ações diversas no contexto do planejamento metropolitano.

Uma concertação institucional para a gestão metropolitana bem sucedida, com vistas ao aprimoramento do planejamento e da gestão metropolitana, pauta-se pela identificação de:

1. mecanismos de *estímulo ao planejamento e à ação governamental concertada* nos três níveis de governo, potencializando mudanças estruturais mais profundas e rápidas no desenvolvimento metropolitano;
2. mecanismos de *ampliação da participação da sociedade civil na discussão e implementação de ações* de interesse regional, estimulando a necessária sinergia na construção e monitoramento do plano;
3. mecanismos de *garantia de processos decisórios* mais rápidos na implementação de ações já amadurecidas pela sociedade e governos;
4. mecanismos para *ampliar a capacidade dos gestores* em captar recursos para projetos de interesse regional e geri-los com rapidez e eficácia.

Buscou-se, continuamente, o *diálogo com as instâncias políticas e administrativas* cujas competências se estendem à região metropolitana, particularmente por meio da consideração de seus planos e projetos vigentes ou em curso, da realização de reuniões com órgãos do governo estadual, parlamentares e representantes das administrações municipais e incorporação de sua contribuição ao PDDI e de reuniões para apresentação e debate de informações, diagnósticos e proposições à Assembléia Metropolitana e ao Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano.

III.

A lei que cria a Agência de Desenvolvimento Metropolitano (Lei 107/09) estabelece com clareza o seu papel central para o processo de implementação do PDDI: “promover a implementação de planos, programas e projetos de investimento estabelecidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”.

Além disso, a Lei também estabelece que a Agência tem por funções:

1. articular-se com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;
2. articular-se com os Municípios integrantes da RMBH, com órgãos e entidades

- federais e estaduais e com organizações privadas, visando à conjugação de esforços;
3. estabelecer intercâmbio de informações com organizações públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
 4. auxiliar os Municípios da RMBH na elaboração e na revisão de seus planos diretores.

Associadas às funções de deliberação de questões relacionadas ao PDDI e ao processo de planejamento, exercidas pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, pode-se dizer que as condições técnicas e institucionais necessárias para a implementação do PDDI já estão equacionadas.

Ainda como condição necessária para a implementação do Plano, coloca-se como imprescindível o efetivo envolvimento dos municípios. Afinal, são eles, como entidades autônomas da federação, que deverão constituir os processos de cooperação e de solidariedade exigidos para a implementação das propostas do PDDI, conforme explicitado na formulação das políticas e programas.

A ampla participação dos municípios metropolitanos em todas as etapas de elaboração e de discussão do Plano é um indicador de que há grande possibilidade da imprescindível continuidade no processo de seu envolvimento efetivo.

Tais condições necessárias, no entanto, não são suficientes quando se pensa na consolidação de um processo permanente de planejamento e da gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para isto é fundamental que se dê continuidade aos processos de ampliação e de dinamização da institucionalidade que, de fato, já estão em andamento.

Em primeiro lugar, observa-se que a ampliação do arranjo institucional já está em movimento. Uma evidência disto são os Comitês Temáticos, propostos e aprovados pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano e incorporados à estrutura da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Organizados inicialmente de forma setorial, tais Comitês podem ser ampliados em sua composição e essência para se tornarem multisetoriais se adotados, por exemplo, os quatro eixos temáticos - Acessibilidade, Seguridade, Sustentabilidade e Urbanidade – em torno dos quais se estruturou a metodologia de elaboração do PDDI.

Esta estrutura de análise transversal, interdisciplinar e intersetorial, não deveria ser perdida. Os Comitês teriam a responsabilidade de torná-la operacional no processo de implementação setorial das propostas do Plano. Perder esta estrutura transversal pode empobrecer a abordagem intersetorial e multiescalar que a análise e o planejamento de uma região metropolitana exigem. A forma mais adequada de implementar tal estrutura deve ser pensada conjuntamente, no âmbito do Conselho Deliberativo, com a devida participação de todos os agentes institucionais e sociais que o compõem.

Uma segunda iniciativa, talvez a mais importante, de ampliação do arranjo institucional existente refere-se à promoção da cooperação e da solidariedade intermunicipal, já desenvolvida nas políticas e programas acima apresentados. Trata-se, certamente, de condição essencial para a consolidação de formas permanentes de gestão metropolitana democrática.

Em segundo lugar, a institucionalidade deve ser também ampliada e enriquecida em termos sociais e políticos, por meio da continuidade do processo participativo. A participação foi um princípio incorporado ao processo de retomada da questão metropolitana de Belo Horizonte desde o momento em que um arranjo institucional foi referendado no processo democrático que marcou a 1ª Conferência Metropolitana, realizada em agosto de 2007. Deve-se lembrar que, além das decisões participativas que levaram à composição do primeiro Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, foi nesta Conferência que se propôs e se criou o Colegiado Metropolitano da Sociedade Civil, com 20 membros, responsável pelo suporte técnico e político aos dois representantes da sociedade civil no Conselho Deliberativo. Teve início, portanto, um processo de controle social mais efetivo e ampliado do que aquele previsto na legislação que criou o Conselho Deliberativo. O Colegiado Metropolitano vem se consolidando como um importante agente de ampliação do processo participativo.

A metodologia do PDDI foi responsável por ampliar ainda mais o processo participativo, não apenas por meio das bem sucedidas oficinas - regionais e temáticas - e dos seminários, mas também através da forma aberta adotada nas reuniões de trabalho para a elaboração do Plano, em todas as suas fases. Além disso, o PDDI foi elaborado em estreita colaboração com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, o que é uma condição para a continuidade e a legitimidade do processo de implementação do Plano e para a consolidação do processo de planejamento.

Pode-se dizer que tanto o arranjo institucional existente, quanto a sua ampliação e dinamização nos termos acima apresentados, apontam para a real possibilidade de sucesso nos processos de implementação do PDDI e de consolidação de um planejamento metropolitano social e politicamente legítimo.

5.2 ANÁLISE DA MATRIZ DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL POR EIXOS TEMÁTICOS INTEGRADORES QUANTO AOS COMPONENTES DE INSTITUCIONALIDADE

A esfera da implementação de uma política pública compreende um conjunto de procedimentos e um elenco de etapas que vão desde a sua proposição até o acompanhamento de sua efetiva implantação. Com vistas a compreender esse trajeto da política no ambiente institucional, a matriz que se apresenta a seguir analisa cada uma das políticas propostas no PDDI-RMBH em seus componentes de institucionalidade, estabelecendo três dimensões integradas e complementares, a saber: **organicidade** ou arquitetura institucional, **processos e sistemas** ou práticas de gestão e **normatização** ou controle normativo.

Considerados os eixos estruturadores – Urbanidade, Acessibilidade, Seguridade, Sustentabilidade –, a matriz de desenvolvimento institucional dispõe as políticas segundo seus programas, projetos e ações, que são lidos à luz das definições conceituais que se seguem. A título de exemplo, concomitantemente à definição dos componentes de institucionalidade, apresentamos os modos de sua aplicação nas políticas para o PDDI-RMBH.

Organicidade ou arquitetura institucional

Da formulação e execução das políticas públicas decorrem atividades técnicas e de gestão, que necessitam estar articuladas de modo a garantir que aquelas sejam implementadas. A organicidade diz respeito a essa estrutura de implementação quando considerada em sua dimensão político-institucional, na qual os diversos representantes das instâncias políticas selecionam áreas ou setores dentro de um contexto intra e interorganizacional e, posteriormente, alocam recursos humanos em seus diversos níveis hierárquicos.

Refere-se à abordagem organizacional no que concerne à análise da funcionalidade dos arranjos institucionais entendidos como estruturais, formais, e legalmente instituídos. Este marco institucional é endógeno, gerado no interior da máquina pública, e representa a efetividade das instituições formais, seus cargos e competências, sua interface colegiada e suas variantes orgânicas para a implantação das políticas públicas.

A estrutura organizacional determina um conjunto de relações formais de subordinação, entre as quais estão o número de níveis na hierarquia e a amplitude de controle de gerentes e supervisores. Trata-se, no conhecimento da organicidade, de otimizar a

coordenação e integração de esforços; de estabelecer possíveis ações de descentralização (entre os diversos níveis de governo, entre as instituições e empresas, entre os empresários e terceiro setor organizado) de modo a garantir flexibilidade para produção de bens e serviços à população.

Constituem a arquitetura institucional: controle legislativo, fiscalização superior e controle judicial, normas e instituições para o exercício do poder de polícia administrativo, inclusive agências bem como o controle externo.

O componente **organicidade** também está contemplado naquelas políticas cujos programas afirmam a necessidade do exercício participativo: “A participação popular tanto na fase do diagnóstico quanto na elaboração de propostas é fundamental para a identificação de dinâmicas e a formulação de proposições adequadas à realidade local”, como se afirma no Programa de requalificação de áreas centrais.

No caso das políticas voltadas ao transporte na região metropolitana, no componente **organicidade** podem ser enquadrados os objetivos, diretrizes e ações que sinalizam para a necessidade de implantação de um sistema de transporte multimodal. Tal sistema demanda a revisão de competências de órgãos setoriais para que possam atuar de forma conjunta.

Na Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde, o componente em questão está relacionado com o aprimoramento e qualificação da gestão regionalizada existente. Os serviços de saúde, no Brasil, contam com um aparato institucional robusto, que vem sendo amadurecido e aperfeiçoado desde a Constituição de 1988, com a institucionalização do Sistema Único de Saúde. O SUS opera de modo regionalizado, se constituindo como um aparato institucional com grande potencial para emancipação de uma cultura regional. O conteúdo do *Programa Metropolitano de Integração dos Serviços de Saúde* prevê, nas ações e projetos, a criação de uma oficina de trabalho para definição dos programas prioritários e da Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde de trabalho, bem como a estruturação de um grupo de trabalho na Agência Metropolitana, reunindo representantes das várias instituições que lidam com a informação em saúde no SUS na RMBH, para a elaboração de um diagnóstico situacional sobre este tema na RMBH e planejamento das ações necessárias visando seu aprimoramento.

Na Política Metropolitana Integrada da Assistência Social, o componente **organicidade** perpassa uma gama de objetivos, tais como: expandir os equipamentos coletivos de proteção social tais como os Centros de Referência de Assistência Social, CRAS e CREAS, com base em critérios de indicadores territoriais de pobreza e vulnerabilidade

social; incrementar e fortalecer os canais de vocalização da sociedade civil na área de assistência social no âmbito da articulação metropolitana; e incrementar instâncias institucionais com participação das três esferas de governo, profissionais da área de assistência social e da sociedade civil organizada por meio da criação de câmara técnicas e comitê gerencial-operacional vinculado à Agência e Conselho Metropolitano. O *Programa de Gestão Colegiada* prevê a criação de uma Câmara Técnica Metropolitana de Políticas Sociais, cujas atribuições seriam: assessorar o Conselho Metropolitano nas questões relativas às Políticas Sociais; produzir pareceres técnicos em relação às demandas relativas às políticas sociais; propor Programas, projetos e ações sócio-assistenciais a serem desenvolvidas na RMBH.

A Política Metropolitana Integrada para o Desenvolvimento dos Territórios Minerários propõe um ambiente institucional que favoreça o alcance da sustentabilidade sócio-ambiental através de medidas de monitoramento e avaliação das atividades minerárias e seus impactos decorrentes. Torna-se necessário o desenvolvimento tecnológico de novas ferramentas para gestão de territórios como, por exemplo, a criação de um Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, que utilize recursos para a formação e qualificação profissional e desenvolva infraestrutura tecnológica e social.

De maneira geral, Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável destaca a necessidade do fortalecimento da economia metropolitana através da criação de instâncias de desenvolvimento tecnológico como, por exemplo, uma Agência de Desenvolvimento de Projetos, um Fórum Metropolitano de Sociedade de Conhecimento do Futuro e de Centros de Desenvolvimento de Tecnologias.

Na Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos, a **organicidade** está relacionada com diversas questões relacionadas à redefinição de funções e competências. Traz a proposta de elaboração de processos participativos no âmbito (por iniciativa) da Agência Metropolitana; a promoção da gestão sustentável para áreas com condições geológicas/geomorfológicas diferenciadas (ex. carste); a ampliação de programas de revitalização dos cursos d'água nos moldes do DRENURBS para RMBH; e a organização de um sistema de compensação financeira para os prestadores de serviços ambientais, sejam eles os municípios ou os proprietários de terras.

Processos e sistemas ou práticas de gestão

Um sistema organizacional é formado pela interação de uma comunidade de organizações e seus ambientes. As relações interorganizacionais são as transações, fluxos e ligações de recursos relativamente duradouros que ocorrem entre duas ou mais organizações.

Práticas de gestão de processos e sistemas dizem respeito ao desenvolvimento, direção e controle do capital humano, físico e informacional, tendo em vista o apoio à implementação das políticas públicas. O termo “processos e sistemas” traduz-se pelo estabelecimento de padrões de comportamento visando garantir o mínimo de previsibilidade ante o cidadão como garantia de produção efetiva de bens e serviços públicos mediante o qual são traduzidas ações concretas.

A pergunta que se faz, nesse caso, é: os recursos humanos, materiais e financeiros estão alocados em locais institucionais apropriados? Para melhorar o desempenho da gestão de processos e sistemas devem-se discutir os insumos tendo como referência os planos, programas e projetos.

Há quatro elementos de gestão que são essenciais, transversais e sistêmicos em qualquer processo de tomada de decisão dentro do exercício da autoridade pública: gestão financeira, recursos humanos, informação e estratégia de governo.

O componente **processos e sistemas** está contemplado nas políticas na afirmação da necessidade de *cooperação entre municípios*, na *integração e intersetorialidade na prestação dos serviços* relacionados às funções públicas de interesse comum, nas *ações de formação e capacitação* para aperfeiçoamento da gestão pública e controle social e na criação de *sistemas de informações*. O componente está relacionado com atributos fundamentais para as políticas, sem os quais os objetivos não se efetivariam.

A. Cooperação e Intersetorialidade

A *cooperação entre municípios* está contemplada tanto no que diz respeito a objetivos específicos como no objetivo mais amplo da criação de redes intermunicipais de articulação e fortalecimento das complementaridades entre centros microrregionais e locais nos municípios vizinhos de pequeno e médio porte da RMBH. A partir da avaliação de que alguns equipamentos e ações públicas só se viabilizam a partir da associação entre municípios vizinhos, muitos programas sinalizam para a necessidade de implementação de políticas conjuntas de segurança pública, formação e qualificação profissional, saúde pública, educação

no campo, agroturismo etc. e também para a melhoria das articulações viárias e da disponibilidade de meios de transporte complementares e alternativos entre os municípios.

A *intersetorialidade* está ligada às estratégias de integração das várias instâncias setoriais que se apresentam isoladas na sua organização enquanto ações do poder público, ou mesmo, enquanto interesses manifestos de partes da comunidade metropolitana. Desta forma, as diversas políticas do Plano têm por objetivo integrar instâncias, instituições, escalas, territórios e abordagens setoriais.

Na Política Integrada de Mobilidade Metropolitana, as propostas para estímulo à cooperação estão relacionadas com as articulações interinstitucionais que são demandadas para viabilizar a implantação das redes de transportes multimodais, haja vista a diversidade de instituições que operam em cada um dos setores: rodoviário, ferroviário, metroviário, etc. A articulação intergovernamental é fundamental para a integração institucional do setor de transportes, pois as competências da gestão de cada modalidade são atribuídas a diferentes entes federativos. O Programa de Integração do Transporte Público Coletivo preconiza a “adoção de um conjunto de medidas de natureza físico-operacional, tarifária e institucional destinadas a articular e racionalizar os serviços de transporte público coletivo, com o intuito de contemplar os anseios e necessidades de acessibilidade e mobilidade da população metropolitana”. A Política aponta que as diversas instituições ligadas à gestão dos transportes devem “criar consensos acerca dos investimentos nos sistemas metropolitanos de transportes públicos coletivos, tanto em termos de infraestrutura (sistema viário, terminais, definição dos modos de transporte etc.) quanto no tocante à elaboração de estratégias que viabilizem ações de gestão compartilhada”.

Na Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano, as demandas por cooperação interinstitucional ficam evidentes no objetivo geral: “possibilitar a gestão do espaço cotidiano em escala microlocal por grupos primários e administrações municipais com autonomia de decisão e ação e troca solidárias, sem prejuízo para as diretrizes metropolitanas de escalas mais abrangentes”; e no Programa de Gestão do Espaço Cotidiano, cujo objetivo é “estimular uma gestão transparente, articulada e colaborativa, que favoreça as iniciativas da população, possibilitando tanto a melhoria de cada porção do espaço cotidiano ao longo do tempo e de acordo com as decisões dos cidadãos diretamente afetados, quanto a ampliação da oferta de HIS na RMBH”.

A Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde destaca a necessidade “estabelecer um espaço de negociação e pactuação que, a partir da análise da situação de

saúde e da rede assistencial na RMBH e com base nas diretrizes propostas pelo PDDI/RMBH, defina prioridades, as responsabilidades de cada ente, as linhas de investimento, os modelos organizacionais, as propostas de intervenção e mecanismos para melhorar a gestão e a regulação do sistema metropolitano de saúde”.

Dentre os objetivos gerais da Política Metropolitana Integrada de Assistência Social, consta: “desenvolver ações integradas, regionalmente, com as áreas de educação, saúde, intervenção urbana e segurança pública”. Dentre os objetivos específicos relacionados com a articulação intergovernamental, pode ser citado: “consolidar mecanismos de coordenação, entre as três esferas de governo na RMBH, para uma gestão integrada do Sistema de Proteção Social não contributivo”. A intersetorialidade aparece no objetivo específico “priorizar políticas de assistência social com escopo intersetorial, com foco nos territórios vulneráveis e na matriz sócio-familiar para maximização de resultados de superação da pobreza e vulnerabilidade social”. Entre as ações previstas no Programa de universalização da atenção em assistência social na RMBH está a *Ampliação de Programas Intersectoriais em territórios vulneráveis*, cujos objetivos são: proporcionar uma atenção integrada às populações em situações de risco localizadas em territórios vulneráveis; e associar a expansão desses programas intersectoriais a uma política urbana intensiva de re-estruturação dos espaços urbanos comuns com planos específicos de intervenção acordados com a população local. No programa de gestão colegiada e controle social, a ação de criação do Comitê Metropolitano de Políticas Sociais tem, dentre seus objetivos, “incentivar e colaborar para o desenvolvimento de propostas negociadas de pactuação de gestão, consórcio intermunicipais e outras práticas institucionais cooperativas”.

Na Política Metropolitana Integrada para o Desenvolvimento dos Territórios Minerários são propostos modelos de gestão de territórios minerários que conciliem a diversificação produtiva, a inclusão social e a responsabilidade ambiental apropriados às particularidades da RMBH. Entre outras medidas, destacam-se: o fortalecimento entre instituições de ciência e tecnologia e as empresas; a interação entre atores visando à resolução de conflitos; a colaboração e cooperação entre regiões mineradoras; a colaboração e cooperação entre Universidades nacionais e estrangeiras; e a articulação de políticas ambientais e econômicas.

A Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável tem seu foco principal na cooperação entre sociedade civil, empresas, Governo e Universidades

para a implementação de oportunidades tecnológicas e desenvolvimento tecnológico mais igualitário na RMBH.

A Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos apresenta dentre seus eixos principais, a integração institucional. Tal eixo tem como ações efetivar a integração institucional da gestão de recursos hídricos e a proteção e recuperação dos recursos hídricos; a Integração entre os setores de desenvolvimento urbano para evitar e mitigar pressões sobre os recursos hídricos; Avaliação e acompanhamento do processo de gestão dos recursos hídricos por parte da Agência Metropolitana.

As diretrizes gerais da Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial da Educação e Cultura apontam para gestão compartilhada e para a intersectorialidade como estratégias de superação da fragmentação e dispersão das ações no âmbito das instituições implementadoras das políticas públicas. A gestão compartilhada é entendida como “forma de romper com a fragmentação e integrar diferentes setores, instituições e agentes, com o objetivo de garantir não só o direito à educação de crianças, adolescentes e jovens, mas o direito a uma educação de qualidade. A discussão sobre Gestão Compartilhada é recente e depende de uma construção de propostas consolidadas e de vários ajustes para que realmente seja aplicada em todo o país. A meta é estabelecer mecanismos para que as atribuições de cada ente federado sejam definidas de modo horizontal permitindo atuações conjuntas entre municípios sobretudo em áreas de conurbação”. Segundo a Política, deve-se “considerar a intersectorialidade como pressuposto de modo a superar a dispersão nas ações propostas por distintas políticas setoriais que, em diferentes esferas decisórias ou em um mesmo âmbito de governabilidade, restringem-se a aspectos específicos na implementação e gestão. Políticas intersectoriais não se resumem a um arranjo de governo, mas desencadeiam um formato participativo e democrático de mobilização dos diferentes saberes e práticas comunitárias. A intenção é potencializar não apenas as ações a serem desenvolvidas, mas superar dicotomias entre os distintos atores na solução de problemas complexos e que exigem processos articulados de discussão, elaboração e execução”.

B. Capacitação e formação

As propostas de *capacitação e formação* aparecem de forma recorrente nas políticas e estão relacionadas com as estratégias de estimular a formação de recursos humanos e a geração de alternativas de emprego; capacitar técnicos para a gestão integrada de serviços públicos no âmbito metropolitano; treinar técnicos e usuários para operação e utilização dos

sistemas de informações e bancos de dados; formar docentes e gestores em parceria entre municípios e/ou em dimensão metropolitana, dentre outros.

Na Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos, as propostas de capacitação e de integração institucional, são os elementos centrais. As propostas de capacitação têm como públicos-alvos: os comitês de bacias, as prefeituras e os técnicos visando à gestão integrada dos recursos hídricos.

A Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano, as propostas de capacitação estão apresentadas, sobretudo, no Programa Construção Cooperativa da, em que os projetos sinalizam para a necessidade de “processos educacionais para a formação social e técnica de integrantes de cooperativas de produção no setor da construção civil. A formação abrange a qualificação nos diversos ofícios da construção, a qualificação para a fabricação de componentes construtivos, a constituição e gestão das cooperativas em suas diversas modalidades e a gestão de obras civis”.

A Política Metropolitana Integrada da Assistência Social elenca diversas propostas para responder as demandas por capacitação. Tais propostas constam, sobretudo, no Programa de desenvolvimento da tecnologia social, consubstanciadas na implantação da Escola Metropolitana de Políticas Social, cujos objetivos são: formar servidores públicos, técnicos e atores sociais para o pleno desenvolvimento das Políticas Sociais na RMBH; desenvolver cursos, treinamentos, workshops, seminários e outros sobre temas de interesse da área social; e promover a educação à distância na área de políticas sociais.

A Política Metropolitana Integrada para o Desenvolvimento dos Territórios Minerários sinaliza para a necessidade de capacitação e formação de material humano, principalmente trabalhadores das comunidades locais, e de implantação de medidas de manutenção das condições econômicas dos municípios no período pós-desativação das atividades minerárias.

As proposições da Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável estão direcionadas para a qualificação e capacitação de pessoal com o objetivo de estimular a formação de recursos humanos e a geração de alternativas de emprego.

A Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas apresenta, dentre seus objetivos específicos “capacitar gestores culturais” e “capacitar produtores criativos”. Dois projetos estão relacionados com propostas para capacitação e formação – o Projeto de Criação de programa de formação, capacitação e experimentação para jovens na RMBH e o Projeto de Formação de técnicos de apoio a atividades criativas.

C. Sistemas de Informações

Os *sistemas de informações* são propostos por diversas políticas com o objetivo de universalizar o acesso às informações produzidas no âmbito da gestão pública, possibilitando maior divulgação de atividades – culturais, turísticas, educacionais, etc. –, transparência na gestão pública; accountability; e controle social das políticas públicas pela sociedade civil.

A Política Metropolitana Integrada de Democracia Digital concentra o maior número de propostas de implantação de sistemas de informações, em virtude da “matéria” que a constitui – as tecnologias informacionais. Dentre os objetivos da Política, constam: ofertar e possibilitar o uso de recursos, informações, serviços, espaços digitais consultivos, deliberativos e decisórios para o exercício pleno da cidadania; e fomentar a produção, gestão e publicidade da informação pública. Como diretriz geral, a Política propõe a disponibilização on-line de informações pertinentes ao planejamento e gestão da RMBH – Legislação, atos e decretos – municipais e estaduais, cartografia, análises espaciais, pesquisas, planos e projetos, chamadas e editais públicos.

Na Política Metropolitana Integrada de Centralidades em Rede, um dos objetivos do Programa de Monitoramento da Rede de Centralidades e da Dinâmica de Desconcentração Urbana na RMBH sinaliza a necessidade de implantação de um sistema de informações: “é necessário que uma equipe de planejadores se dedique ao tema, implantando um sistema de informações, com uma série de bancos de dados a serem atualizados constantemente (inclusive com dados e informações disponibilizadas pelas prefeituras municipais, que são essenciais para este monitoramento)”. Dentre as ações elencadas para consecução dos objetivos do Programa, uma delas aponta que “deve-se estruturar um sistema de monitoramento [...], dividido entre um monitoramento geral da dinâmica e a realização de estudos específicos, voltados para demandas específicas”.

A Política Integrada de Mobilidade Metropolitana prevê, no Projeto Informação e informatização do transporte público, a criação de um sistema de informações integrado, de todos os serviços de transporte da RMBH.

A Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano preconiza a criação de um sistema de informações cujos moldes são dados no Programa de Gestão do Espaço Cotidiano, mais especificamente no Projeto Ferramenta Digital de Gestão do Espaço Cotidiano, cujo objetivo é a “elaboração, implantação e manutenção de uma ferramenta digital composta por

banco de dados e um conjunto de interfaces acessíveis via web para consulta e inserção de informações”.

Na Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde, o Projeto de Implementação de um sistema metropolitano de informação, monitoramento e avaliação das condições de saúde de assistência na RMBH propõe a criação de um sistema de informações com banco de dados, georeferenciamento e plano de análise dos dados.

A Política Metropolitana Integrada de Assistência Social propõe a implantação de um Observatório metropolitano de Desenvolvimento Social, cujos objetivos são: criar um Sistema Integrado de Informações Sociais; produzir de estudos e pesquisas na área; e aprimorar o Cadastro Único na RMBH para uma melhor mensuração da população situada abaixo da linha de pobreza e atingimento de 100% de cobertura em termos dos Programas de Transferência de Renda Condicionadas de Renda (PTCR).

A Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos sinaliza a necessidade de criação, aprimoramento e integração de bancos de dados estaduais e municipais, além das metodologias de monitoramento da qualidade e mensuração do uso da água na RMBH pelo IGAM.

Normatização ou controle normativo

A normatização ou o princípio normativo do controle da discricionariedade é uma noção dual e de equilíbrios diversos. Aqui se considera a existência de sistemas de contrapesos (separação de poderes), vigilância e punições (controle ativo). Também supõe uma determinada flexibilidade para atuação profissional de diversos atores políticos e burocráticos para ajustar a atuação governamental. Trata-se de estabelecer restrições ou canais de transparência, prestações de contas e de regras de acesso ao serviço público.

Em algumas das políticas propostas o componente *normatização* ocupa um espaço importante na dimensão institucional, quando se propõe – por exemplo – a criação de mecanismos de estímulo fiscal e crédito ou, como é o caso da Política Metropolitana Integrada de Centralidades em Rede, em que a questão da normatização assume papel determinante. Nesta política as estratégias de fortalecimento de centralidades demandam ajustes de ordem normativa, em especial nos instrumentos de regulação urbanística, na compatibilização dos Planos Diretores e nas diretrizes de uso e ocupação do solo, possibilitando maior adensamento e diversidade de usos, concentração de equipamentos e

serviços públicos de uso coletivo, garantindo um meio urbano adensado e diverso, impactando qualitativamente na mobilidade metropolitana.

No plano *normativo*, as principais ações do Programa de Incentivo ao Transporte Não-Motorizado, criado pela Política Integrada de Mobilidade Metropolitana, exigem medidas que visam coibir o uso de transporte individual privado através da proibição de circulação e entrada de veículos particulares em centros históricos; aplicação de medidas de moderação de tráfego (*traffic calming*); e proibição/ limitação de construção de estacionamentos privados em áreas centrais, através de regulamentação urbana via leis de uso e ocupação do solo. A Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos quanto à *normatização* propõe a efetivação de Áreas de Proteção (recarga e aquíferos subterrâneos) através do direcionamento da atuação das instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos.

A dimensão normativa é a tônica da Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano na medida em que sinaliza para a necessidade premente de efetivar a implementação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e outros instrumentos jurídicos disponíveis, visando ao cumprimento da função social da propriedade, no planejamento metropolitano. O problema central sobre o qual a política se constrói está relacionado com a necessidade de efetivação dos instrumentos urbanísticos da legislação vigente. Deste modo, a Política afirma a necessidade de criar uma regulamentação em nível metropolitano dos instrumentos urbanísticos e sociais necessários para fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade, tais como a delimitação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC); IPTU Progressivo; Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; Doação em Pagamento; Abandono; Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) Coletiva; Usucapião Especial de Imóvel Urbano; Direito de Preempção; Concessão de Direito Especial de Uso para Fins de Moradia, individual e coletiva, dentre outros.

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
Acessibilidade						
<p>Política Metropolitana Integrada de Centralidades em Rede</p> <p>Objetivos gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar novas centralidades e promover o fortalecimento dos centros intermediários já existentes, objetivando a redução das desigualdades socioespaciais e a conformação de uma nova estrutura territorial metropolitana policêntrica, multiescalar e em rede, em oposição à estrutura atual, monocêntrica e radial; • Reforçar e criar condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades econômicas produtivas que contribuam para a consolidação da rede de centralidades metropolitanas proposta e para a desconcentração das oportunidades de emprego na RMBH; • Fortalecer as identidades metropolitanas através da associação das centralidades existentes e propostas aos Complexos Ambientais Culturais, à presença de pólos especializados e ao patrimônio cultural da RMBH; 	<p>1. Programa de criação e fortalecimento da rede de centros metropolitanos em rede</p> <p>Os objetivos gerais deste programa se misturam aos próprios objetivos da política apresentados acima, quais sejam, a desconcentração da rede urbana interna à RMBH, através do fortalecimento das centralidades de nível hierárquico intermediário; o desenvolvimento de atividades econômicas que contribuam para o fortalecimento das centralidades sub-regionais; o incentivo ao adensamento e à diversificação de usos nas centralidades; sua conexão em rede através de um sistema de mobilidade metropolitano em rede; dentre outros.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No horizonte de 2011 a 2015, os centros metropolitanos norte e sul devem ser os 	<p>Ações e projetos</p> <p>A. Elaboração de planos específicos de desenvolvimento para as novas centralidades, com participação do estado, das prefeituras e da população do entorno, e que deverá definir o desenho urbano e o tratamento urbanístico a ser dado para a área, a delimitação da sua área de abrangência, a demanda esperada por comércio, serviços e habitação, a localização desejada dos equipamentos públicos, das habitações de interesse social e das estações de integração, as mudanças necessárias nas legislações municipais de uso do solo, os instrumentos de planejamento urbano que podem ser usados, etc.</p> <p>B. Projetos para a implantação de infra-estrutura (viária, de transportes, de comunicações, de energia, de saneamento etc.), e equipamentos públicos segundo a hierarquia da rede de centros;</p> <p>C. Projeto de incentivo à localização de atividades econômicas nos centros e nos eixos: definir estratégias específicas em conjunto com a Política de Desenvolvimento Produtivo Sustentável;</p>	<p>[Obj.Ger.Pol.] Fortalecer as identidades metropolitanas através da associação das centralidades existentes e propostas aos Complexos Ambientais Culturais, à presença de pólos especializados e ao patrimônio cultural da RMBH;</p> <p>[Obj.Ger.Pol.] Fortalecer a identidade cultural de centralidades existentes, principalmente das centralidades locais, onde a dimensão simbólica é muito relevante;</p> <p>[Obj.Esp.Pol.] Integrar a rede de centros à estrutura de mobilidade metropolitana existente e proposta;</p> <p>[Obj.Esp.Pol.] Promover a compatibilização da regionalização dos serviços de saúde, educação, esporte, lazer, cultura, segurança e desenvolvimento social com a proposta da rede de centralidades metropolitanas, associando a abrangência dos equipamentos e o grau de complexidade dos serviços com a hierarquia e escala das centralidades existentes e propostas.</p> <p>[Dir.Ger.Pol] Compatibilizar diretrizes dos Planos Diretores municipais e parâmetros vigentes da legislação urbanística dos municípios com a localização e características da rede e escalas de centralidades proposta, em diálogo constante com a Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo;</p>	<p>[Dir.Esp.Pol]</p> <ul style="list-style-type: none"> • As diretrizes de uso e ocupação do solo devem possibilitar que estas áreas tenham maior adensamento e diversidade de usos, com forte concentração de equipamentos e serviços públicos e de uso coletivo, garantindo um meio urbano adensado e diverso, que possibilite e favoreça o deslocamento a pé, no entorno das estações da rede de mobilidade metropolitana. <p>[Obj.Prog.1]</p> <p>Duas formas de controle mais direto da dinâmica de urbanização, que podem ser utilizadas como meios de se direcionar os processos de transformação na direção desejada, são a legislação urbanística e o investimento público (em infraestrutura e em equipamentos de uso coletivo). Deste modo, esta política deve orientar estes dois elementos de forma fortalecer as centralidades intermediárias. Em relação à legislação urbanística, o diálogo permanente com a Política Metropolitana de Regulação do Uso e Ocupação do Solo é</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>• Fortalecer a identidade cultural de centralidades existentes, principalmente das centralidades locais, onde a dimensão simbólica é muito relevante;</p> <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconcentrar as atividades econômicas e os equipamentos públicos, favorecendo sua localização nas centralidades que se deseja fortalecer e/ou criar; • Reduzir a necessidade de deslocamentos até o núcleo central de Belo Horizonte; • Fortalecer o setor de comércio e serviços nos centros intermediários; • Integrar a rede de centros à estrutura de mobilidade metropolitana existente e proposta; • Fortalecer a economia popular e solidária nos centros intermediários; • Garantir que as centralidades sejam lugares impregnados de urbanidade, contemplando em suas diversas escalas as dimensões funcionais e simbólicas da vida cotidiana; • Promover a 	<p>primeiros a serem estruturados e implantados, tendo em vista a dinâmica de urbanização acelerada que vem ocorrendo ao longo destes dois eixos de expansão, e a necessidade de se controlar e estruturar estes processos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O esforço de articulação entre as centralidades do Eldorado-Barreiro e de Venda Nova-São Benedito também deve ser realizado nesta primeira fase (2011-2015). • O centro metropolitano oeste e a centralidade noroeste devem ser planejados para o período de 2016 a 2023, considerando a probabilidade de que o Anel Viário de Contorno Norte já esteja implantado até então, e que estas áreas serão altamente impactadas e reestruturadas por aquela via. • Os demais sub-centros metropolitanos e centros micro-regionais também 				<p>essencial no sentido de compatibilizar as alterações propostas com as necessidades de adequação da legislação para a viabilização das novas centralidades e o reforço das existentes. Este primeiro programa deve se concentrar no direcionamento do investimento público para as áreas cujo grau de centralidade deseja-se reforçar, e onde as novas centralidades serão criadas.</p> <p>[AçãoA.Prog1]</p> <p>A. Elaboração de planos específicos de desenvolvimento para as novas centralidades, com participação do estado, das prefeituras e da população do entorno, e que deverá definir o desenho urbano e o tratamento urbanístico a ser dado para a área, a delimitação da sua área de abrangência, a demanda esperada por comércio, serviços e habitação, a localização desejada dos equipamentos públicos, das habitações de interesse social e das estações de integração, as mudanças necessárias nas legislações municipais de uso do solo, os instrumentos de planejamento urbano que podem ser usados, etc.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>compatibilização da regionalização dos serviços de saúde, educação, esporte, lazer, cultura, segurança e desenvolvimento social com a proposta da rede de centralidades metropolitanas, associando a abrangência dos equipamentos e o grau de complexidade dos serviços com a hierarquia e escala das centralidades existentes e propostas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir estoque de áreas públicas, além da delimitação de ZEIS em áreas privadas, para a implementação de programas de habitação de interesse social nas centralidades e em suas proximidades . <p>Diretrizes gerais As seguintes diretrizes mais amplas se referem à política de forma geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compatibilizar diretrizes dos Planos Diretores municipais e parâmetros vigentes da legislação urbanística dos municípios com a localização e características da rede e escalas de centralidades proposta, em diálogo constante com a Política Metropolitana Integrada 	<p>devem ser contemplados neste período a partir de 2016.</p>					

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a instalação de empreendimentos de serviços avançados e atividades produtivas modernas nas novas centralidades metropolitanas, a partir da provisão de infra-estrutura adequada, de incentivos fiscais e de mão-de-obra qualificada; • Promover a requalificação urbanístico-ambiental dos centros existentes; <p>Diretrizes Específicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover maior diversidade de usos nas centralidades com garantia da presença do uso residencial com densidades e diversidade socioeconômica compatível com a escala de cada centralidade; • Garantir o provimento de habitação de interesse social nas centralidades, preferencialmente de forma mesclada a outros usos (inclusive ao uso residencial não direcionado à habitação social) na escala micro-local, evitando a construção de grandes áreas mono-funcionais e sem diversidade de tipos 						

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
arquitetônicos voltadas para a habitação social; • As diretrizes de uso e ocupação do solo devem possibilitar que estas áreas tenham maior adensamento e diversidade de usos, com forte concentração de equipamentos e serviços públicos e de uso coletivo, garantindo um meio urbano adensado e diverso, que possibilite e favoreça o deslocamento a pé, no entorno das estações da rede de mobilidade metropolitana.						
	2. Programa de requalificação de áreas centrais Objetivos Provimento de condições urbanísticas adequadas às centralidades que se propõe reforçar, através da ampliação, continuação da elaboração e implantação dos Planos Participativos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais atualmente conduzidos pela Sedru com recursos do Governo Federal (Ministério das Cidades) em áreas	Ações e projetos As ações de requalificação urbanística de áreas centrais devem partir de um plano contendo um diagnóstico detalhado no nível das ruas e quadras contidas numa área imediata do centro previamente identificada e ajustada a partir dos estudos técnicos e da leitura comunitária para o desenvolvimento das diretrizes e propostas de intervenção. Destas propostas deverão ser desenvolvidos projetos arquitetônicos e urbanísticos bem como a regulamentação de instrumentos legais e de gestão direcionados à requalificação destas áreas. A participação popular tanto na fase do diagnóstico quanto na elaboração de propostas é fundamental para a identificação de dinâmicas e a	[Ação.Prog.2] A participação popular tanto na fase do diagnóstico quanto na elaboração de propostas é fundamental para a identificação de dinâmicas e a formulação de proposições adequadas à realidade local.	[Obj.Prog.2] Provimento de condições urbanísticas adequadas às centralidades que se propõe reforçar, através da ampliação, continuação da elaboração e implantação dos Planos Participativos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais atualmente conduzidos pela Sedru com recursos do Governo Federal (Ministério das Cidades) em áreas centrais de cinco municípios da RMBH (Sabará, Confins, Santa Luzia, Lagoa Santa e Ribeirão das Neves). Trata-se de introduzir uma nova fase do programa em sinergia com o PDDI, e em diálogo com as diretrizes urbanísticas gerais da Política Metropolitana Integrada de Criação e Fortalecimento de Centralidades em Rede da qual este programa faz parte. [Obj.Prog.2] Atender às centralidades situadas nas rotas e circuitos turísticos propostos pela Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial e da Cultura. É desejável que estas		[Ação.Prog.2] Destas propostas deverão ser desenvolvidos projetos arquitetônicos e urbanísticos bem como a regulamentação de instrumentos legais e de gestão direcionados à requalificação destas áreas.

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	centrais de cinco municípios da RMBH (Sabará, Confins, Santa Luzia, Lagoa Santa e Ribeirão das Neves). Trata-se de introduzir uma nova fase do programa em sinergia com o PDDI, e em diálogo com as diretrizes urbanísticas gerais da Política Metropolitana Integrada de Criação e Fortalecimento de Centralidades em Rede da qual este programa faz parte. Atender às centralidades situadas nas rotas e circuitos turísticos propostos pela Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial e da Cultura. É desejável que estas centralidades sejam contempladas por projetos de requalificação urbanística, de forma a potencializar sua inserção nos circuitos turísticos propostos, criando o potencial para o surgimento e/ou o fortalecimento de atividades de apoio ao turismo nestes centros.	formulação de proposições adequadas à realidade local.		centralidades sejam contempladas por projetos de requalificação urbanística, de forma a potencializar sua inserção nos circuitos turísticos propostos, criando o potencial para o surgimento e/ou o fortalecimento de atividades de apoio ao turismo nestes centros.		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>Metas Tendo em vista a conclusão dos planos participativos coordenados pela Sedru, este programa pode dar continuidade àquele projeto, abrangendo as centralidades principais propostas por esta política como prioritárias. Deve-se ter como foco a requalificação urbanística das centralidades principais – seguindo a hierarquia apresentada acima – pensando na preparação das centralidades já existentes para seu adensamento e expansão. Como segundo passo, no médio e longo prazo, o programa deve acompanhar os efeitos do primeiro programa acima, atuando na medida em que o processo de adensamento das centralidades avance. Esta segunda fase deve também estender as ações do programa para as centralidades de menor porte.</p>					

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>3. Programa de apoio à rede de centros micro-regionais e locais</p> <p>Objetivos O objetivo fundamental do programa é a criação de redes intermunicipais de articulação e fortalecimento das complementaridades entre centros microrregionais e locais nos municípios vizinhos de pequeno e médio porte da RMBH, a partir do fato de que alguns equipamentos e ações públicas só se viabilizam a partir de uma escala mínima que pode ser obtida a partir da associação entre municípios vizinhos.</p> <p>Metas Considerando-se o caráter menos estratégico dos investimentos necessários à implementação deste programa, pode-se concluir que as respectivas ações e resultados sejam esperados para horizontes de médio e</p>	<p>Ações e projetos</p> <p>A. Incentivo à produção e à cultura local (agropecuária, artesanato, abastecimento, manifestações artísticas), para a geração de trabalho e renda.</p> <p>B. Fortalecimento da atividade agropecuária (associativismo; apoio técnico; centros de armazenamento, processamento, distribuição e comercialização; melhor articulação viária; infraestrutura básica etc.)</p> <p>C. Políticas conjuntas de segurança pública, formação e qualificação profissional, saúde pública, educação no campo, agroturismo etc.</p> <p>D. Melhoria dos serviços de energia elétrica, telefonia e internet.</p> <p>E. Melhoria das articulações viárias e da disponibilidade de meios de transporte complementares e alternativos entre os municípios.</p>		<p>[Obj.Prog.3] O objetivo fundamental do programa é a criação de redes intermunicipais de articulação e fortalecimento das complementaridades entre centros microrregionais e locais nos municípios vizinhos de pequeno e médio porte da RMBH, a partir do fato de que alguns equipamentos e ações públicas só se viabilizam a partir de uma escala mínima que pode ser obtida a partir da associação entre municípios vizinhos.</p> <p>[AçãoC.Prog.3] Políticas conjuntas de segurança pública, formação e qualificação profissional, saúde pública, educação no campo, agroturismo etc.</p> <p>[AçãoE.Prog.3] Melhoria das articulações viárias e da disponibilidade de meios de transporte complementares e alternativos entre os municípios.</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	longo prazos. A articulação do programa deve ser realizada de forma imediata, para que sejam estabelecidas prioridades dentre o conjunto de centralidades locais com destaque para aquelas inseridas em áreas rurais selecionadas para projetos de desenvolvimento econômico seja no setor agropecuário seja ligado ao turismo e ao lazer					
	<p>4. Programa de monitoramento da rede de centralidades e da dinâmica de desconcentração urbana na RMBH</p> <p>Objetivos</p> <p>Considerando o caráter de longo prazo da política, é essencial que existam ações voltadas para o acompanhamento da dinâmica territorial em curso, que verifiquem se as transformações socioespaciais se aproximam dos objetivos. Este monitoramento – que</p>	<p>Ações e projetos</p> <p>Em primeiro lugar, deve-se estruturar um sistema de monitoramento a partir da metodologia indicada acima, dividido entre um monitoramento geral da dinâmica e a realização de estudos específicos, voltados para demandas específicas. É fundamental também constituir quadro técnico qualificado, multidisciplinar e permanente de planejadores metropolitanos na Agência.</p>	<p>[Obj.Prog.4] Uma metodologia de pesquisa qualitativa, baseada na percepção em campo e no diálogo constante com o corpo técnico das prefeituras municipais, também é essencial, para evitar a abordagem exclusivamente quantitativa, que pode freqüentemente induzir a conclusões equivocadas a respeito dos processos socioespaciais e de suas relações de causa e efeito.</p> <p>[Inst.Prog.4] Em função da necessidade de informações sediadas nas prefeituras municipais, como detalhado acima, este programa deve ser conduzido pela Agência de Desenvolvimento da RMBH, em sinergia com o Observatório de Políticas Metropolitanas, e em constante cooperação com as prefeituras e a Sedru, em função da necessidade de atualização constante das bases de dados utilizadas.</p> <p>[Ações.Prog.4] É fundamental também</p>	<p>[Obj.Prog.4] [...] é necessário que uma equipe de planejadores se dedique ao tema, implantando um sistema de informações, com uma série de bancos de dados a serem atualizados constantemente (inclusive com dados e informações disponibilizadas pelas prefeituras municipais, que são essenciais para este monitoramento).</p> <p>[Ações.Prog.4] Em primeiro lugar, deve-se estruturar um sistema de monitoramento a partir da metodologia indicada acima, dividido entre um monitoramento geral da dinâmica e a realização de estudos específicos, voltados para demandas específicas.</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	não deve ser estruturado como um monitoramento da política, mas da dinâmica territorial metropolitana em geral – provê informações fundamentais aos demais programas da política no sentido de corrigir cursos de ação e re-calcular a intensidade das intervenções necessárias para que o processo de urbanização e de transformação do espaço metropolitano caminhem na direção dos objetivos (que também devem ser constantemente avaliados e atualizados pelo planejamento metropolitano, de forma aberta e democrática). Deste modo, é fundamental que a política tenha um programa específico de monitoramento constante da dinâmica socioespacial em curso. Além da utilidade direta na condução das políticas ligadas à			constituir quadro técnico qualificado, multidisciplinar e permanente de planejadores metropolitanos na Agência.		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	reestruturação territorial, na ocasião da elaboração de um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH, os diversos resultados e relatórios emitidos pelo monitoramento da dinâmica territorial seriam de grande utilidade para os diagnósticos revisados e atualizados que serão necessários nas futuras versões atualizadas do Plano e para a continuidade do planejamento metropolitano. Para tal, é necessário que uma equipe de planejadores se dedique ao tema, implantando um sistema de informações, com uma série de bancos de dados a serem atualizados constantemente (inclusive com dados e informações disponibilizadas pelas prefeituras municipais, que são essenciais para este monitoramento). Uma metodologia de pesquisa qualitativa, baseada na percepção					

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>em campo e no diálogo constante com o corpo técnico das prefeituras municipais, também é essencial, para evitar a abordagem exclusivamente quantitativa, que pode freqüentemente induzir a conclusões equivocadas a respeito dos processos socioespaciais e de suas relações de causa e efeito.</p> <p>Metas</p> <p>O programa deve acompanhar a política desde seu início, e suas ações e resultados devem prover subsídios e informações para o planejamento metropolitano como um todo, não se restringindo à política de centralidades. A periodicidade mínima de divulgação de pesquisas e relatórios de monitoramento deverá ser de cinco anos, de modo a subsidiar, inclusive a revisão dos Planos Diretores Municipais prevista para cada dez anos.</p>					

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>Política Integrada de Mobilidade Metropolitana (parcial)</p> <p>Objetivo geral e objetivos específicos</p> <p>Esta realidade complexa exige esforços no sentido de dinamizar a integração territorial da RMBH e fortalecer a estrutura metropolitana em rede, a fim de: ampliar as condições de acessibilidade, especialmente da população de baixa renda, inclusive aos espaços naturais e de lazer; aperfeiçoar o sistema viário dos municípios integrantes da região metropolitana e a rede de transporte público; integrar sistemas de transporte sustentáveis (não motorizados) aos sistemas convencionais; ampliar áreas destinadas à circulação de pedestres; reduzir o uso de veículos privados e incentivar o transporte coletivo.</p>	<p>Programa 1: Adequação e Implantação de Infraestrutura Viária</p>	<p>Projeto 1. Implantação do sistema viário metropolitano em rede</p> <p>Projeto 2 [?]. Expansão e implantação da malha rodoviária metropolitana em rede</p> <p>Objetivo: “Expansão da malha rodoviária metropolitana e do entorno metropolitano”</p> <p>Ações:</p> <p>i) Anel de Integração Metropolitana;</p> <p>ii) Anel do Entorno Metropolitano;</p> <p>iii) Viurbs Metropolitano</p>				
	<p>Programa 2. Adequação e Implantação de Infraestrutura ferroviária</p> <p>Objetivo Geral: Implantar uma rede de transporte</p>	<p>Projeto 1. Expansão e implantação da malha ferroviária metropolitana para transporte de passageiros</p> <p>Objetivo Geral: Constituir uma rede ferroviária metropolitana de transporte de</p>	<p>Programa 2. Adequação e Implantação de Infraestrutura ferroviária</p> <p>Objetivo Geral: Implantar uma rede de transporte ferroviário de passageiros, com serviços variados, que interligue as principais centralidades da metrópole e constitua a espinha dorsal do sistema de</p>	<p>[Obj.Ger.Prog.2] Implantar uma rede de transporte ferroviário de passageiros, com serviços variados, que interligue as principais centralidades da metrópole e constitua a espinha dorsal do sistema de transporte da RMBH.</p> <p>[Proj.1] Conformação de um sistema ferroviário como principal elemento</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>ferroviário de passageiros, com serviços variados, que interligue as principais centralidades da metrópole e constitua a espinha dorsal do sistema de transporte da RMBH.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conformação de um sistema ferroviário como principal elemento estruturador do sistema de transporte de passageiros da região metropolitana. • Melhoria da inserção urbana da rede existente (inclusive o metrô) através de tratamento urbanístico de estações e travessias. • Implantar uma rede que se integre com os serviços de ônibus, com pedestres e ciclistas de forma conveniente. • Incentivar o desenvolvimento de centralidades metropolitanas. • Contribuir com o desenvolvimento metropolitano. • Induzir usuários do 	<p>passageiros com o aproveitamento e adequação da rede ferroviária existente e com sua ampliação.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conformação de um sistema ferroviário como principal elemento estruturador do sistema de transporte de passageiros da região metropolitana. • Integração do transporte ferroviário de passageiros com os sistemas de transporte públicos existentes e planejados – tanto metroviários quanto sobre pneus. • Melhoria da inserção urbana da rede existente (inclusive o metrô) através de tratamento urbanístico de estações e travessias. • Integração do transporte ferroviário de passageiros com outras cidades pólo de MG e do Brasil <p>Projeto 2. Expansão e implantação da malha metroviária metropolitana</p> <p>[O texto está disposto em tópicos e não informa se são projetos/ações; objetivos e ações dispersos no corpo do texto]</p> <p>Objetivo Geral:</p> <p>Implantar uma rede de metrô que interligue as principais centralidades da metrópole e constitua a espinha dorsal do sistema de transporte público da aglomeração urbana.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar uma rede que se integre com a rede ferroviária, com os 	transporte da RMBH	<p>estruturador do sistema de transporte de passageiros da região metropolitana.</p> <p>[Proj.1] Implantar uma rede que se integre com os serviços de ônibus, com pedestres e ciclistas de forma conveniente.</p> <p>[Proj.1] Integração do transporte ferroviário de passageiros com outras cidades pólo de MG e do Brasil.</p> <p>[Proj.2] Implantar uma rede de metrô que interligue as principais centralidades da metrópole e constitua a espinha dorsal do sistema de transporte público da aglomeração urbana.</p> <p>[Proj.2] Implantar uma rede que se integre com a rede ferroviária, com os serviços de ônibus, com pedestres e ciclistas de forma conveniente</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	transporte individual motorizado ao uso do transporte público. • Integração do transporte ferroviário de passageiros com outras cidades pólo de MG e do Brasil.	serviços de ônibus, com pedestres e ciclistas de forma conveniente • Incentivar o desenvolvimento de centralidades metropolitanas • Contribuir com o desenvolvimento metropolitano • Induzir usuários do transporte individual motorizado ao uso do transporte público				
	Programa 3: Integração do Transporte Público Coletivo Objetivos Consolidar a integração da rede de transporte metropolitano, incluindo linhas e tecnologias em diferentes estágios, a partir da criação e da ampliação de sistemas de transporte público coletivo, apoiados em modalidades sobre rodas e sobre trilhos. O Programa, [...] preconiza a adoção de um conjunto de medidas de natureza físico-operacional, tarifária e institucional destinadas a articular e racionalizar os serviços de transporte público coletivo, com o intuito de contemplar os anseios	Projeto 1. Suporte da Rede de Centralidades Projeto 2. Melhoria da infraestrutura para o transporte coletivo Objetivo: Incrementar as condições de acessibilidade e mobilidade dos cidadãos metropolitanos a partir da oferta de modos públicos de transporte coletivo que incorporem um aumento da qualidade dos serviços prestados, sendo tal objetivo apoiado em duas premissas básicas: a) prioridade para o transporte coletivo; b) intermodalidade. Objetivos específicos a) eliminar as viagens de ônibus com baixo índice de utilização nos corredores radiais, a fim de aumentar a velocidade do transporte público e reduzir o tempo de viagem dos usuários, tornando os serviços mais regulares e com redução no custo operacional do transporte público; b) reduzir o fluxo de ônibus nos		[Obj.Prog.3] Consolidar a integração da rede de transporte metropolitano, incluindo linhas e tecnologias em diferentes estágios, a partir da criação e da ampliação de sistemas de transporte público coletivo, apoiados em modalidades sobre rodas e sobre trilhos. [Obj.Prog.3] O Programa, [...] preconiza a adoção de um conjunto de medidas de natureza físico-operacional, tarifária e institucional destinadas a articular e racionalizar os serviços de transporte público coletivo, com o intuito de contemplar os anseios e necessidades de acessibilidade e mobilidade da população metropolitana. [Obj.Prog.3] A Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), dos órgãos municipais de transporte (BHTRANS, TRANSBETIM, TransCon etc.), da Trem Metropolitano de Belo Horizonte S. A. (METROMINAS) e do Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano deverão estabelecer prioridades e criar consensos acerca dos investimentos nos sistemas metropolitanos de transportes públicos coletivos, tanto em termos de	[Proj.3] Criar um sistema de informações integrado, de todos os serviços de transporte da RMBH	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>e necessidades de acessibilidade e mobilidade da população metropolitana</p> <p>A Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), os órgãos municipais de transporte (BHTRANS, TRANSBETIM, TransCon etc.), o Trem Metropolitano de Belo Horizonte S. A. (METROMINAS) e o Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano deverão estabelecer prioridades e criar consensos acerca dos investimentos nos sistemas metropolitanos de transportes públicos coletivos, tanto em termos de infraestrutura (sistema viário, terminais, definição dos modos de transporte etc.)</p>	<p>pontos de parada ou terminais das áreas centrais, com o intuito de melhorar a operação nos terminais centrais;</p> <p>c) reduzir os gastos dos usuários decorrentes da necessidade de transferência (transbordo) entre linhas;</p> <p>d) facilitar o acesso dos usuários às linhas ou redes de transporte de alta capacidade (geralmente metro-ferroviárias), cujos tempos de viagem costumam ser menores;</p> <p>e) aumentar o conforto e reduzir os tempos e custos de transferências entre linhas ou redes de diferentes modos de transporte.</p> <p>Projeto 3. Informação e informatização do transporte público Objetivo: Criar um sistema de informações integrado, de todos os serviços de transporte da RMBH</p> <p>Projeto 4. Incentivo ao Transporte Alternativo Complementar Objetivo Incentivar a busca por alternativas de transporte causadoras de menor impacto à rede viária e reorganizar a utilização do espaço urbano de forma a garantir que os deslocamentos sejam realizados da forma mais racional possível.</p> <p>Ações: - Incentivar o transporte contratado</p>		<p>infraestrutura (sistema viário, terminais, definição dos modos de transporte etc.) quanto no tocante à elaboração de estratégias que viabilizem ações de gestão compartilhada, sendo tais processos amplamente amparados em modalidades.</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	quanto no tocante à elaboração de estratégias que viabilizem ações de gestão compartilhada, sendo tais processos amplamente amparados em modalidades	<p>(vanpools), comumente realizado por vans e microônibus para o transporte de funcionários de grandes empresas e estudantes universitários;</p> <p>- Incentivar o financiamento de melhorias nos sistemas de transporte público a partir de outras fontes de recursos que transcendam o simples pagamento de passagens (uso de impostos sobre combustíveis, pedágio urbano etc.);</p> <p>- Realizar estudos de viabilidade técnico-econômico-institucional de transporte, que subsidiem a criação de serviços diferenciados com o objetivo de atender os diversos segmentos do mercado. Assim, recomenda-se a criação de um sistema de transporte seletivo/executivo (com microônibus dotados de requisitos de conforto diferenciado), que viabilizasse o atendimento de públicos e necessidades específicas, em especial, os usuários cativos de transporte individual.</p> <p>- Estimular o transporte compartilhado (carpools), a partir da adoção de estratégias de incentivo à “carona” (transporte solidário), dentre as quais merece destaque a criação de faixas preferenciais ou exclusivas e, portanto, mais rápidas, para veículos que apresentem maiores índices de ocupação, experiência em curso na cidade norte-americana de Los Angeles.</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>4. Programa de Incentivo ao Transporte Não-Motorizado</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para reduzir as situações de vulnerabilidade social e degradação ambiental presentes nas cidades da RMBH • Articular sistemas de transporte quanto e uso do solo urbano, as quais possibilitem promover a (re)construção de territorialidades urbanas menos desiguais e conflitivas. 	<p>Projeto 1. Restrição ao transporte motorizado individual</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução dos impactos do transporte individual sobre os espaços viários municipais, através da adoção de estratégias que viabilizem a utilização de formas mais sustentáveis e democráticas de locomoção intra-urbana, com destaque para a aplicação de medidas de moderação de tráfego (<i>traffic calming</i>); • Criação de calçadas; a implantação do pedágio urbano; • Proibição de circulação e entrada de veículos particulares em centros históricos; • Criação de áreas de estacionamento rotativo com valores diferenciados; • A proibição/limitação de construção de estacionamentos privados em áreas centrais (via leis de uso e ocupação do solo); • Elaboração/adoção de programas de conscientização ao não uso (ou uso reduzido) do automóvel; • Implantação de programas de premiação a indivíduos que reduzam o uso do carro (<i>parking cash out</i>); entre outros. • Criar condições para que as pessoas tenham oportunidade de optar por outros meios de locomoção ao invés do veículo privado. <p>Projeto 2. Incentivo ao</p>		<p>[Obj.Prog.4] Articular sistemas de transporte quanto e uso do solo urbano, as quais possibilitem promover a (re)construção de territorialidades urbanas menos desiguais e conflitivas.</p> <p>[Proj.1] Elaboração/adoção de programas de conscientização ao não uso (ou uso reduzido) do automóvel</p> <p>[Proj.2] Complementar, de modo integrado, sistemas de transporte sustentáveis (não-motorizados) aos sistemas de transporte convencionais, a partir da criação, entre outros, de ciclofaixas, ciclovias, paraciclos e bicicletários (integrados ou não a terminais de transportes públicos).</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Proibição de circulação e entrada de veículos particulares em centros históricos; • Redução dos impactos do transporte individual sobre os espaços viários municipais, através da adoção de estratégias que viabilizem a utilização de formas mais sustentáveis e democráticas de locomoção intra-urbana, com destaque para a aplicação de medidas de moderação de tráfego (<i>traffic calming</i>); • A proibição/limitação de construção de estacionamentos privados em áreas centrais (via leis de uso e ocupação do solo);

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>Pedestrianismo, ao Ciclismo e Outros Não-Motorizados Alternativos</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar medidas de moderação de tráfego (<i>Traffic Calming</i>); • Ampliar áreas destinadas à circulação de pedestres, em especial, nas áreas centrais e nos acessos ao transporte público coletivo • Complementar, de modo integrado, sistemas de transporte sustentáveis (não-motorizados) aos sistemas de transporte convencionais, a partir da criação, entre outros, de ciclofaixas, ciclovias, paraciclos e bicicletários (integrados ou não a terminais de transportes públicos). 				
	Programa 5: Transporte de bens e mercadorias					
	Programa 6: Integração Institucional e Tarifária					
<p>Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano</p> <p>Objetivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Efetivar a implementação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e outros instrumentos jurídicos disponíveis, sobretudo com vistas ao 	<p>1. Programa de Regulamentação Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano</p> <p>Objetivo geral:</p> <p>Criar uma regulamentação em nível metropolitano dos instrumentos urbanísticos e sociais necessários para fazer cumprir a função</p>	<p>Projeto 1. Regulamentação Metropolitana dos Instrumentos Urbanísticos</p> <p>Ações</p> <p>A. Conselho Metropolitano: criação do Grupo Gestor, com participação do poder público e da sociedade civil, bem como capacidade técnica e recursos adequados para a elaboração de um texto regulatório de abrangência metropolitana.</p>	<p>[AçãoA.Proj.1] Conselho Metropolitano: criação do Grupo Gestor, com participação do poder público e da sociedade civil, bem como capacidade técnica e recursos adequados para a elaboração de um texto regulatório de abrangência metropolitana.</p> <p>(3) Conselho Metropolitano: discussão, revisão e aprovação da Regulamentação Metropolitana.</p> <p>(4) Câmaras Municipais: aprovação da Regulamentação Metropolitana em cada município, com atualização ou revogação</p>	<p>[Obj.Ger.Pol] Possibilitar a gestão do espaço cotidiano em escala microlocal por grupos primários e administrações municipais com autonomia de decisão e ação e troca solidárias, sem prejuízo para as diretrizes metropolitanas de escalas mais abrangentes;</p> <p>[Obj.Ger.Pol] Viabilizar arranjos produtivos cooperativos para o trabalho de construção civil, estendendo os benefícios para a geração de trabalho e renda;</p>	<p>[Inst.] Prefeituras Municipais (setor habitacional e setor de planejamento urbano): disponibilização de informações; participação nas discussões promovidas pelo Grupo Gestor.</p> <p>[AçãoB.Proj.1] Grupo Gestor: sistematização dos dados detalhados, incluindo Planos Diretores e outras legislações urbanísticas municipais, Planos Locais de Habitação de Interesse Social, Planos de Regularização</p>	<p>[Obj.Esp.Pol] Efetivar a implementação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e outros instrumentos jurídicos disponíveis, sobretudo com vistas ao cumprimento da função social da propriedade;</p> <p>[Obj.Ger.Prog.II] Criar uma regulamentação em nível metropolitano dos</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>cumprimento da função social da propriedade;</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade dos espaços cotidianos da RMBH (morádias e seus ambientes urbanos), em especial aqueles ocupados pela população de menor renda, sanando a inadequação habitacional e a precariedade urbana; Ampliar a oferta de terra e unidades habitacionais para a população de menor renda, extinguindo o déficit habitacional; Intensificar o uso do espaço edificado e urbano, contendo expansões e adensamentos construtivos desnecessários da malha urbana; Possibilitar a gestão do espaço cotidiano em escala microlocal por grupos primários e administrações municipais com autonomia de decisão e ação e troca solidárias, sem prejuízo para as diretrizes metropolitanas de escalas mais abrangentes; Viabilizar arranjos produtivos cooperativos para o trabalho de construção civil, estendendo os benefícios para a geração de trabalho 	<p>social da cidade e da propriedade, possibilitando a execução dos demais elementos da Política de Direito ao Espaço Cotidiano.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> A regulamentação dos instrumentos urbanísticos, em especial de: Zonas Especiais de Interesse Social(ZEIS); Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC); IPTU Progressivo; Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; Dação em Pagamento; Abandono;Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) Coletiva; Usucapião Especial de Imóvel Urbano; Direito de Preempção; Concessão de Direito Especial de Uso para Fins de Moradia, individual e coletiva. A regulamentação dos instrumentos complementares, necessários à implementação do 	<p>B. Grupo Gestor: sistematização dos dados detalhados, incluindo Planos Diretores e outras legislações urbanísticas municipais, Planos Locais de Habitação de Interesse Social, Planos de Regularização Fundiária, Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e outras bases de dados disponibilizadas pelos municípios, tais como legislações específicas de Habitação de Interesse Social. Sistematizados esses dados, o Grupo procede à discussão e ao aprofundamento do entendimento dos instrumentos pelos participantes e por um público mais amplo (técnicos das prefeituras, representantes de movimentos populares etc.) mediante seminários e oficinas. Segue-se a elaboração do texto regulatório para submissão a fóruns públicos de discussão e posterior encaminhamento ao Conselho Metropolitano.</p> <p>C. Conselho Metropolitano: discussão, revisão e aprovação da Regulamentação Metropolitana.</p> <p>D. Câmaras Municipais: aprovação da Regulamentação Metropolitana em cada município, com atualização ou revogação de outras leis municipais se necessário.</p> <p>Projeto 2: Regulamentação Metropolitana de Instrumentos Complementares</p> <p>Como no caso anterior, o projeto consiste na elaboração de um texto regulatório que, uma vez acordado</p>	<p>de outras leis municipais se necessário.</p>	<p>Institucionalidade</p> <p>*Agência metropolitana / SEDRU: coordenação geral do programa; articulação para a discussão ampla da regulamentação;</p> <p>*Conselho Metropolitano: criação de um Grupo Gestor para a elaboração de uma matriz de regulamentação metropolitana; discussão e aprovação da regulamentação.</p>	<p>Fundiária, Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e outras bases de dados disponibilizadas pelos municípios, tais como legislações específicas de Habitação de Interesse Social. Sistematizados esses dados, o Grupo procede à discussão e ao aprofundamento do entendimento dos instrumentos pelos participantes e por um público mais amplo (técnicos das prefeituras, representantes de movimentos populares etc.) mediante seminários e oficinas. Segue-se a elaboração do texto regulatório para submissão a fóruns públicos de discussão e posterior encaminhamento ao Conselho Metropolitano.</p> <p>[Proj.3] Delimitação georreferenciada e aprovação, pelas Câmaras Municipais, de áreas e imóveis de ZEIS das modalidades Vazia, Ocupada e Protegida e de áreas de aplicação da ZEIS Sobreposta.</p>	<p>instrumentos urbanísticos e sociais necessários para fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade, possibilitando a execução dos demais elementos da Política de Direito ao Espaço Cotidiano.</p> <p>Uma regulamentação consistente, válida para todos os municípios da RMBH, facilitará a aplicação efetiva dos instrumentos e sua administração pelos municípios e pela metrópole. Ao mesmo tempo, ela impede o deslocamento de determinados problemas de um município a outro em razão de discrepâncias que, do ponto de vista dos interesses privados, se apresentam como vantagens ou desvantagens</p> <p>1. Programa de Regulamentação Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano</p> <p>[Obj.Esp.Prog.1] A regulamentação dos instrumentos urbanísticos, em especial de: Zonas Especiais de Interesse Social(ZEIS); Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC); IPTU Progressivo; Desapropriação com</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>e renda;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conter a especulação e a dominância da indústria imobiliária na decisão acerca dos rumos da cidade. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizar o estoque de edificações vagas, privadas e públicas, para uso habitacional e para outros usos de interesse social; • Utilizar o estoque de lotes urbanizados ociosos para uso habitacional e para outros usos de interesse social; • Promover a produção de novas unidades habitacionais de interesse social em áreas centrais ou próximas às centralidades urbanas; • Ampliar a disponibilidade de espaços livres públicos e estimular sua gestão em nível microlocal; • Ampliar o acesso de grupos organizados e administrações municipais a programas habitacionais e urbanísticos existentes. 	<p>aluguel social, ao fortalecimento das associações de moradores e à formação e sustentabilidade de cooperativas de construção civil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A delimitação sistemática de Zonas Especiais de Interesse Social em diversas modalidades. <p>Metas [texto corrido]</p> <p>O Programa abrange três projetos ou conjuntos de ações com diferentes temporalidades.</p> <p>O prazo para a regulamentação dos instrumentos urbanísticos e a regulamentação dos instrumentos complementares é de 12 meses.</p> <p>O projeto de delimitação de ZEIS é previsto no prazo de até 24 meses, considerando-se que ele pressupõe a execução de parte do Programa de Gestão do Espaço Cotidiano.</p> <p>Projetos posteriores para promover empreendimentos habitacionais de</p>	<p>e aprovado pelo Conselho Metropolitano, deverá ser utilizado em todos os municípios da RMBH. Este texto contempla todas as definições legais necessárias à implementação dos demais elementos da Política de Direito ao Espaço Cotidiano: o aluguel social, a atuação das associações de moradores e as cooperativas de construção.</p> <p>As ações necessárias são semelhantes àquelas listadas no projeto anterior, com a instalação de um Grupo Gestor pelo Conselho Metropolitano, a discussão ampla das propostas de regulamentação e sua aprovação em nível metropolitano</p> <p>Projeto: 3 Delimitação Metropolitana de Zonas Especiais de Interesse Social</p> <p>Delimitação georreferenciada e aprovação, pelas Câmaras Municipais, de áreas e imóveis de ZEIS das modalidades Vazia, Ocupada e Protegida e de áreas de aplicação da ZEIS Sobreposta.</p> <p>Este projeto pressupõe a execução do Projeto de Regulamentação Metropolitana dos Instrumentos Urbanísticos, bem como do Projeto de Levantamento Fundiário Metropolitano (que integra o Programa de Gestão do Espaço Cotidiano).</p> <p>Ações</p> <p>(1) Prefeituras Municipais / Instituições de pesquisa e planejamento: a partir do</p>			<p>Pagamento em Títulos da Dívida Pública; Dação em Pagamento; Abandono; Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) Coletiva; Usucapião Especial de Imóvel Urbano; Direito de Preempção; Concessão de Direito Especial de Uso para Fins de Moradia, individual e coletiva.</p> <p>[Obj.Esp.Prog.II] A regulamentação dos instrumentos complementares, necessários à implementação do aluguel social, ao fortalecimento das associações de moradores e à formação e sustentabilidade de cooperativas de construção civil.</p> <p>[Obj.Esp.Prog.II] A delimitação sistemática de Zonas Especiais de Interesse Social em diversas modalidades</p> <p>*Universidade: auxílio técnico na elaboração da matriz de regulamentação metropolitana; auxílio técnico na delimitação de ZEIS.</p> <p>Projeto 1. Regulamentação Metropolitana dos Instrumentos Urbanísticos</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>interesse social ou regularização fundiária e urbanística nas ZEIS são de médio prazo (2023), considerando-se tanto a continuidade de programas em curso, quanto a criação de novos programas em nível federal, estadual ou municipal. A utilização de novas ZEIS VAZIAS poderá ocorrer até mesmo em longo prazo (2050), conforme a demanda local.</p>	<p>Levantamento Fundiário Metropolitano, delimitação de todas as áreas que se enquadram nos critérios de cada uma das modalidades de ZEIS; quantificação da demanda de ZEIS para a produção de HIS, considerando-se o horizonte temporal de 2050.</p> <p>(2) Grupo Gestor: sistematização das delimitações propostas pelos municípios em nível metropolitano com participação de amplos setores da sociedade.</p> <p>(3) Conselho Metropolitano: discussão e aprovação delimitação metropolitana de ZEIS.</p> <p>(4) Câmaras municipais: aprovação da delimitação metropolitana de ZEIS em cada município, bem como atualização ou revogação de outras leis municipais de acordo com essa delimitação metropolitana.</p>				<p>Projeto 2: Regulamentação Metropolitana de Instrumentos Complementares</p> <p>Projeto: 3 Delimitação Metropolitana de Zonas Especiais de Interesse Social</p> <p>Conteúdos para a Regulamentação Metropolitana de Instrumentos Urbanísticos</p> <p>Com relação às Zonas Especiais de Interesse Social cabe considerar as definições e possibilidades relacionadas a seguir, baseadas no diagnóstico dos estudos para o PDDI.</p> <p>• HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (HIS) é definida como habitação que atende a famílias com renda mensal de até seis salários mínimos. Dadas as proporções do déficit habitacional por faixa de renda na RMBH, um novo empreendimento de HIS deverá contemplar famílias com renda mensal de até três salários mínimos em pelo menos 90% de sua área habitacional líquida. A área líquida mínima de</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
						<p>uma unidade de HIS é de 30m² e sua área máxima é de 25m² por morador.</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMPREENDIMENTO PRODUTIVO DE INTERESSE SOCIAL é definido como empreendimento de trabalho e renda gerido por empreendedor individual, incluído na categoria de microempresa (com receita bruta anual de até R\$ 433 mil) ou incluído na categoria de empreendimento solidário (cooperativas e associações sem fins lucrativos). • ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) é definida como área destinada à habitação e outros usos de interesse social, que pode estar sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo. As ZEIS se diferenciam em quatro modalidades: <ol style="list-style-type: none"> 1. ZEIS VAZIA é definida como área ou terreno urbano subutilizado ou não-utilizado, adequado à produção de HIS em curto prazo ou a outros usos de interesse social com possibilidade de produção de HIS em médio ou longo prazo. Objetivo dessa ZEIS é ampliar a oferta de terras para a população de

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
						<p>menor renda. As áreas e terrenos aos quais essa modalidade de ZEIS se aplica devem ter de 1.000m² a 50.000m², com boa infraestrutura e articulação urbanas; no caso de áreas maiores, sugere-se intercalar ZEIS e áreas de zoneamento convencional conectadas ao tecido urbano contínuo, evitando a segregação espacial.</p> <p>2. ZEIS OCUPADA é definida como área pública ou privada ocupada por população de baixa renda, com inadequação habitacional, urbanização precária ou irregularidade fundiária (vilas, favelas, cortiços, loteamentos e conjuntos habitacionais irregulares). Objetivo dessa ZEIS é viabilizar a regularização fundiária e urbanística e a melhoria habitacional.</p> <p>3. ZEIS PROTEGIDA é definida como área com restrições ambientais, inclusive de preservação, que admite ocupação de baixa densidade ou ocupação de borda por HIS, possivelmente combinada a atividades de produção artesanal, agropecuária e extrativista de pequeno porte. Esta modalidade de ZEIS pode</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
						<p>ser aplicada também a áreas rurais. Seu objetivo é a sustentabilidade ambiental mediante a concessão de uso coletiva condicionada à limitação da área ocupada ou utilizada.</p> <p>4. ZEIS SOBREPÓSITA é definida como área urbana nas quais o imóvel (terreno ou edificação) subutilizado ou não-utilizado é destinado à produção de HIS ou a outros usos de interesse social e pode estar sujeito a regras específicas de uso e ocupação do solo, independentemente de sua delimitação específica na legislação municipal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • EDIFICAÇÕES EM ZEIS podem receber uso misto desde que suas áreas não-habitacionais sejam destinadas a empreendimentos produtivos de interesse social, a equipamentos públicos de interesse social (posto de saúde, escola etc.) ou a organizações de interesse social sem fins lucrativos (associação comunitária, OSCIP, ONG etc). • Enquanto não-edificadas, as ZEIS podem receber outros usos de interesse social, públicos ou coletivos, de caráter

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
						temporário (agricultura urbana, feiras, lazer etc.). • Com relação a imóveis urbanos vagos (subutilizados ou não-utilizados), sejam lotes ou edificações cabe considerar as definições e possibilidades relacionadas a seguir, baseadas no diagnóstico dos estudos para o PDDI. • TAXA DE VACÂNCIA DE LOTES é definida como a relação entre lotes vagos e o total de lotes de uma área homogênea. • TAXA DE VACÂNCIA DOMICILIAR é definida como a relação entre domicílios vagos e o total de domicílios de uma área homogênea. • PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E USO COMPULSÓRIOS (PEUC) é um instrumento urbanístico em que a Prefeitura obriga o proprietário de um imóvel a fazer melhor uso desse imóvel, fixando o prazo de 1 (um) ano para isso acontecer. As opções para o cumprimento da função social da propriedade em lotes vagos e edificações estão elencadas abaixo, nos projetos Casa Cheia e Lote Útil. • IPTU PROGRESSIVO

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
						<p>NO TEMPO é um instrumento urbanístico que pune o proprietário de imóvel urbano pouco ou não aproveitado com o aumento anual da alíquota de IPTU enquanto for descumprida a obrigação de fazer melhor uso do imóvel. A aplicação do IPTU Progressivo ocorre durante cinco anos, iniciando-se um ano após a aplicação do PEUC e tendo por limite o correspondente a 15% do valor venal do imóvel. A Regulamentação Metropolitana deve fixar a progressividade. Sugerimos a alíquota de 2% para o primeiro ano (inclusive nos municípios em que hoje não há cobrança de IPTU), 4% para o segundo, 8% para o terceiro, e 15% para o quarto e o quinto ano.</p> <ul style="list-style-type: none"> • DESAPROPRIAÇÃO COM TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA é a perda da propriedade particular sobre um imóvel urbano em favor da Prefeitura, mediante o pagamento com títulos da dívida pública. Ela deve ocorrer após a aplicação, por cinco anos, do IPTU Progressivo no Tempo. • TERRENOS EM ÁREAS HOMOGÊNEAS

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
						<p>COM VACÂNCIA DE LOTES DE ATÉ DE 50% (menos da metade dos lotes sem uso) e bem providos de infraestrutura e articulação urbana estarão sujeitos à aplicação de PEUC, seguida de IPTU Progressivo no Tempo e, se o lote continuar sem uso, Desapropriação com Títulos da Dívida Pública. São excetuados dessa aplicação de PEUC três casos: lotes vagos em áreas de preservação; lotes vagos em áreas de interesse do patrimônio histórico; e lotes de uso habitacional que constituam a única propriedade de lote de uma família (proprietário e seus dependentes). Essa última exceção deve preservar as famílias que têm as intenções de construir, mas ainda não dispõem de recursos para isso.</p> <p>• TERRENOS EM ÁREAS HOMOGÊNEAS COM VACÂNCIA DE LOTES ACIMA DE 50% (mais da metade dos lotes sem uso) não estarão sujeitos à aplicação de PEUC, mas terão incentivo para implementar usos de interesse social (conforme opções elencadas abaixo, no Projeto Lote Útil).</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
						<ul style="list-style-type: none"> • O proprietário de um lote vago que nele implementar um uso de interesse social, sem que tenha ocorrido uma notificação prévia de PEUC, terá um desconto de 10% no IPTU. Isso vale para todas as áreas homogêneas. • A venda de um imóvel ou sua doação a pessoas ou entidades privadas não faz cessar a contagem de tempo da sequência de PEUC, IPTU Progressivo e Desapropriação. Essa regra tem a intenção de desvalorizar os imóveis sem uso.
	<p>Programa 2: Gestão do Espaço Cotidiano Objetivo geral: Estimular uma gestão transparente, articulada e colaborativa, que favoreça as iniciativas da população, possibilitando tanto a melhoria de cada porção do espaço cotidiano ao longo do tempo e de acordo com as decisões dos cidadãos diretamente afetados, quanto a ampliação da oferta de HIS na RMBH</p>	<p>Projeto 1: Levantamento Fundiário Metropolitano Objetivo: Fazer o levantamento da situação fundiária e de uso das áreas, terrenos, lotes e edificações na RMBH, com foco no uso habitacional. Ações: A. Agência Metropolitana / SEDRU: articulação com as prefeituras e outras instituições para o acesso às bases de dados. B. SEDRU / Agência Metropolitana: contratação de instituição de pesquisa, planejamento e estatística com capacidade técnica para a realização do levantamento. Esta equipe trabalhará em colaboração direta com a instituição que elaborará a ferramenta digital</p>	<p>Projeto 3: Melhoria do Espaço Cotidiano <ul style="list-style-type: none"> • Instruções para a constituição de associações de moradores com as atribuições definidas na Regulamentação Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano. • Alternativas técnicas de melhoria da urbanização em diferentes Tipos de Espaços Cotidianos conforme condições de ocupação, geomorfologia, capacidade de gestão dos moradores e capacidade institucional dos órgãos municipais responsáveis. • Formas de organização de grupos cooperativos e constituição de entidades gestoras para a realização de empreendimentos de melhoria. • Procedimentos de contratação das cooperativas de construção para execução de obras ou de engajamento direto nessas cooperativas. </p>	<p>[Obj.Ger.Prog.2] Estimular uma gestão transparente, articulada e colaborativa, que favoreça as iniciativas da população, possibilitando tanto a melhoria de cada porção do espaço cotidiano ao longo do tempo e de acordo com as decisões dos cidadãos diretamente afetados, quanto a ampliação da oferta de HIS na RMBH</p> <p>Projeto 1: Levantamento Fundiário Metropolitano A. Agência Metropolitana / SEDRU: articulação com as prefeituras e outras instituições para o acesso às bases de dados. B. SEDRU / Agência Metropolitana: contratação de instituição de pesquisa, planejamento e estatística com capacidade técnica para a realização do levantamento. Esta equipe trabalhará em colaboração direta com a instituição que elaborará a ferramenta digital (objeto do respectivo projeto, descrito abaixo) e a instituição que elaborará os conteúdos dos demais projetos deste programa. C. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística:</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>(objeto do respectivo projeto, descrito abaixo) e a instituição que elaborará os conteúdos dos demais projetos deste programa.</p> <p>C. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística: detalhamento do escopo de informações a serem levantadas e de seu formato.</p> <p>D. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística / IBGE / Fundação João Pinheiro (FPJ): sistematização das bases de dados existentes, especialmente a partir do Censo e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, bem como dos estudos sobre “Déficit Habitacional no Brasil” realizados pela Fundação João Pinheiro.</p> <p>E. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística: caracterização preliminar do território segundo Tipos de Espaços Cotidianos, por meio de fotointerpretação.</p> <p>F. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística: coleta de dados em campo (esta coleta poderá abranger toda a RMBH ou, conforme o caso, concentrar-se nas porções do território em que as bases de dados existentes são insuficientes); a necessidade de coleta de dados nas áreas rurais deverá ser avaliada.</p> <p>G. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística: sistematização da caracterização do território segundo Tipos de Espaços Cotidianos;</p>	<p>• Procedimentos de solicitação de melhorias à administração pública municipal.</p>	<p>Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano – incluindo as Prefeituras – para a elaboração das interfaces que atenderão a esses programas e projetos.</p> <p>Projeto 3: Melhoria do Espaço Cotidiano</p> <p>B. Instituições de pesquisa e planejamento: articulação com a equipe especialista que desenvolverá a interface para estruturação e inserção dos conteúdos na Ferramenta Digital.</p> <p>C. SEDRU/ Agência Metropolitana: divulgação da INTERFACE DE MELHORIA DO ESPAÇO COTIDIANO, para movimentos populares, associações, cooperativas e outros grupos organizados e para os cidadãos em geral.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento técnico para a realização de melhorias de menor porte em regime de autoprodução e para o acompanhamento da realização de melhorias de maior porte por terceiros. • Acesso à assistência técnica de projeto e construção. <p>Projeto 4: Produção de HIS</p> <p>Objetivo: Promoção e facilitação de iniciativas de produção de HIS, por indivíduos, grupos organizados (entidades), empreendedores privados e pelas prefeituras, especialmente nos municípios com menor capacidade institucional para o acesso aos programas federais de financiamento de HIS.</p> <p>Ações</p> <p>B. Instituições de pesquisa e planejamento: articulação com a equipe especialista que desenvolverá a interface</p>	<p>detalhamento do escopo de informações a serem levantadas e de seu formato.</p> <p>D. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística / IBGE / Fundação João Pinheiro (FPJ): sistematização das bases de dados existentes, especialmente a partir do Censo e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, bem como dos estudos sobre “Déficit Habitacional no Brasil” realizados pela Fundação João Pinheiro.</p> <p>E. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística: caracterização preliminar do território segundo Tipos de Espaços Cotidianos, por meio de fotointerpretação.</p> <p>F. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística: coleta de dados em campo (esta coleta poderá abranger toda a RMBH ou, conforme o caso, concentrar-se nas porções do território em que as bases de dados existentes são insuficientes); a necessidade de coleta de dados nas áreas rurais deverá ser avaliada.</p> <p>G. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística: sistematização da caracterização do território segundo Tipos de Espaços Cotidianos; sistematização das áreas potenciais de ZEIS Vazias, Ocupadas, Protegidas e Sobrepostas, a ser utilizada no</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>sistematização das áreas potenciais de ZEIS Vazias, Ocupadas, Protegidas e Sobrepostas, a ser utilizada no Projeto de Delimitação de ZEIS; sistematização de áreas homogêneas do Tipo Parcelamento segundo a taxa de vacância de lotes.</p> <p>H. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística: complementação e sistematização de dados sobre lotes, terrenos, glebas, unidades e edificações subutilizadas ou não-utilizadas, com coleta de dados em cartórios de registro de imóveis (dados sobre a situação patrimonial); concessionárias de serviços públicos (relatórios de desligamento dos serviços ou consumo nulo); instituições financeiras (execuções fiscais e hipotecárias de imóveis); secretarias municipais de finanças (levantamento de imóveis com débito de IPTU); Secretarias de Patrimônio Municipal, Estadual e da União (levantamento de imóveis públicos).</p> <p>Projeto 2: Ferramenta Digital de Gestão do Espaço Cotidiano Objetivo: elaboração, implantação e manutenção de uma ferramenta digital composta por banco de dados e um conjunto de interfaces acessíveis via web para consulta e inserção de informações.</p> <p>Ações: A. SEDRU/ Agência Metropolitana: contratação de</p>	<p>para estruturação e inserção dos conteúdos na Ferramenta Digital.</p> <p>C. SEDRU/ Agência Metropolitana: ampla divulgação da INTERFACE DE PRODUÇÃO DE HIS, especialmente entre movimentos populares, associações, cooperativas e outros grupos organizados.</p>	<p>Projeto de Delimitação de ZEIS; sistematização de áreas homogêneas do Tipo Parcelamento segundo a taxa de vacância de lotes.</p> <p>H. Instituição de pesquisa, planejamento e estatística: complementação e sistematização de dados sobre lotes, terrenos, glebas, unidades e edificações subutilizadas ou não-utilizadas, com coleta de dados em cartórios de registro de imóveis (dados sobre a situação patrimonial); concessionárias de serviços públicos (relatórios de desligamento dos serviços ou consumo nulo); instituições financeiras (execuções fiscais e hipotecárias de imóveis); secretarias municipais de finanças (levantamento de imóveis com débito de IPTU); Secretarias de Patrimônio Municipal, Estadual e da União (levantamento de imóveis públicos).</p> <p>Projeto 2: Ferramenta Digital de Gestão do Espaço Cotidiano Objetivo: elaboração, implantação e manutenção de uma ferramenta digital composta por banco de dados e um conjunto de interfaces acessíveis via web para consulta e inserção de informações.</p> <p>Ações: (1) SEDRU/ Agência Metropolitana: contratação de equipe interdisciplinar.</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>equipe interdisciplinar, composta por especialistas em desenvolvimento de banco de dados, concepção e programação de interfaces digitais, especialistas e avaliação de usabilidade e especialistas em políticas de desenvolvimento urbano e habitação.</p> <p>B. Equipe especialista: articulação com os atores envolvidos nos demais programas e projetos da Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano – incluindo as Prefeituras – para a elaboração das interfaces que atenderão a esses programas e projetos.</p> <p>C. SEDRU/ Agência Metropolitana/ Equipe especialista: implantação paulatina das diversas interfaces da ferramenta nas Prefeituras Municipais e em outros órgãos públicos, bem como em locais públicos (bibliotecas, escolas, LUMEs, CRAS etc.).</p> <p>Projeto 3: Melhoria do Espaço Cotidiano Objetivo: Promoção e facilitação de iniciativas de melhoria da qualidade da moradia e de seu ambiente urbano. Trata-se de promover a troca de informações e experiências entre indivíduos, grupos organizados (entidades), empreendedores privados e Prefeituras e de ampliar seu acesso, em nível municipal e microlocal, a programas de desenvolvimento urbano.</p>			<p>composta por especialistas em desenvolvimento de banco de dados, concepção e programação de interfaces digitais, especialistas e avaliação de usabilidade e especialistas em políticas de desenvolvimento urbano e habitação.</p> <p>(2) Equipe especialista: articulação com os atores envolvidos nos demais programas e projetos da Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano – incluindo as Prefeituras – para a elaboração das interfaces que atenderão a esses programas e projetos.</p> <p>(3) SEDRU/ Agência Metropolitana/ Equipe especialista: implantação paulatina das diversas interfaces da ferramenta nas Prefeituras Municipais e em outros órgãos públicos (bibliotecas, escolas, LUMEs, CRAS etc.).</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e melhoria habitacional.</p> <p>Ações:</p> <p>A. Instituições de pesquisa e planejamento: desenvolvimento de conteúdos para a INTERFACE DE MELHORIA DO ESPAÇO COTIDIANO que vincula Tipos e situações espaciais a possíveis soluções.</p> <p>B. Instituições de pesquisa e planejamento: articulação com a equipe especialista que desenvolverá a interface para estruturação e inserção dos conteúdos na Ferramenta Digital.</p> <p>C. SEDRU/ Agência Metropolitana: divulgação da INTERFACE DE MELHORIA DO ESPAÇO COTIDIANO, para movimentos populares, associações, cooperativas e outros grupos organizados e para os cidadãos em geral.</p> <p>Projeto 4: Produção de HIS</p> <p>Objetivo: Promoção e facilitação de iniciativas de produção de HIS, por indivíduos, grupos organizados (entidades), empreendedores privados e pelas prefeituras, especialmente nos municípios com menor capacidade institucional para o acesso aos programas federais de financiamento de HIS.</p> <p>Ações:</p> <p>A. Instituições de pesquisa e</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>planejamento: desenvolvimento de um cardápio para inserção na INTERFACE DE PRODUÇÃO DE HIS, vinculando Tipos e situações de espaços cotidianos a possíveis soluções.</p> <p>B. Instituições de pesquisa e planejamento: articulação com a equipe especialista que desenvolverá a interface para estruturação e inserção dos conteúdos na Ferramenta Digital.</p> <p>C. SEDRU/ Agência Metropolitana: ampla divulgação da INTERFACE DE PRODUÇÃO DE HIS, especialmente entre movimentos populares, associações, cooperativas e outros grupos organizados.</p>				
	<p>Programa 3 :Intensificação do Uso Social da Cidade</p> <p>Objetivo: ampliar a oferta habitacional, especialmente para a população com renda familiar mensal de até três salários mínimos, mediante a disponibilização do estoque existente de áreas, terrenos e edificações subutilizadas ou não-utilizadas providas de boa infraestrutura e articulação urbanas</p> <p>Institucionalidade Agência</p>	<p>Projeto1: Casa Cheia</p> <p>Objetivo: Promover a ocupação das edificações subutilizadas ou não-utilizadas, fazendo cumprir a função social da propriedade, mediante a aplicação dos instrumentos urbanísticos e a disponibilização de opções aos proprietários dos imóveis.</p> <p>Este projeto pressupõe a realização dos projetos Regulamentação Metropolitana dos Instrumentos Urbanísticos, Levantamento Fundiário Metropolitano e Ferramenta Digital de Gestão do Espaço Cotidiano.</p> <p>Ações</p> <p>(1) Instituições de pesquisa e planejamento: detalhamento de um cardápio geral de opções para a reocupação de edificações vagas, a ser disponibilizado na</p>	<p>Projeto 3: Aluguel Social</p> <p>A gestão dos empreendimentos de aluguel social pode ser realizada pelas própria prefeituras ou, preferencialmente, por entidades como associações de vizinhança, movimentos populares organizados, cooperativas de inquilinos, universidades etc.</p> <p>Este projeto pressupõe a criação, pelo Conselho Metropolitano, de um Fundo Metropolitano de Aluguel Social. Ele pressupõe, ainda, a implantação do Projeto Casa Cheia e a realização do Projeto Ferramenta Digital de Gestão do Espaço Cotidiano.</p> <p>Ações:</p> <p>(1) Conselho Metropolitano: Criação de um fundo metropolitano de aluguel social</p> <p>(3) Prefeituras municipais: seleção e classificação de inquilinos, entidades gestoras e imóveis disponíveis para</p>	<p>[Inst. Prog.3]</p> <p>Instituições de pesquisa e planejamento: auxílio na capacitação das Prefeituras e no levantamento de edificações subutilizadas ou não-utilizadas.</p> <p>Cidadãos em geral: participação colaborativa na alimentação do Banco de Edificações Vagas.</p> <p>O arranjo institucional desse programa tem como base a cooperação entre governos locais, concessionárias, agências, empresários e principalmente a sociedade civil organizada. Para tal, se faz fundamental a implementação de um acordo para acesso às bases de dados existentes.</p> <p>Cardápio preliminar de opções para a reocupação de edificações vagas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aluguel institucional: a gestão do imóvel é transferida a uma instituição, 		<p>Projeto1: Casa Cheia</p> <p>Objetivo: Promover a ocupação das edificações subutilizadas ou não-utilizadas, fazendo cumprir a função social da propriedade, mediante a aplicação dos instrumentos urbanísticos e a disponibilização de opções aos proprietários dos imóveis.</p> <p>Este projeto pressupõe a realização dos projetos Regulamentação Metropolitana dos Instrumentos Urbanísticos, Levantamento Fundiário Metropolitano e Ferramenta Digital de Gestão do Espaço Cotidiano.</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>metropolitana / SEDRU: capacitação das Prefeituras Municipais (treinamento e equipamentos); facilitação do acesso a dados junto a cartórios, concessionárias de serviços públicos e outras fontes de dados; manutenção do Banco de Edificações Vagas.</p> <p>Prefeituras municipais: levantamento sistemático de edificações subutilizadas ou não-utilizadas, privadas e públicas; alimentação continuada do Banco de Edificações Vagas.</p> <p>Instituições de pesquisa e planejamento: auxílio na capacitação das Prefeituras e no levantamento de edificações subutilizadas ou não-utilizadas.</p> <p>Concessionárias de serviços públicos, cartórios e ONGs: disponibilização de informações.</p> <p>Cidadãos em geral: participação</p>	<p>INTERFACE DE EDIFICAÇÕES VAGAS.</p> <p>(2) Prefeituras Municipais / Câmaras Municipais: classificação de edificações e unidades vagas no municípios segundo os instrumentos urbanísticos cabíveis, que são: a sucessão de Parcelamento, Edificação e Uso Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo e Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; Desapropriação; Dação em Pagamento; Abandono; ZEIS Sobreposta.</p> <p>(3) Prefeituras Municipais: notificação dos proprietários dos imóveis, quando houver, para a aplicação dos instrumentos urbanísticos e disponibilização das opções locais para a reocupação de edificações vagas; notificações e opções locais devem ser continuamente atualizadas na INTERFACE DE EDIFICAÇÕES VAGAS.</p> <p>(4) Prefeituras Municipais: monitoramento da taxa de vacância e aplicação continuada dos instrumentos urbanísticos àqueles imóveis que permanecem vagos, de acordo com os procedimentos e prazos indicados na Regulamentação Metropolitana</p> <p>Projeto 2: Lote Útil Objetivo: Promover a ocupação de lotes, terrenos, parcelas e glebas subutilizados ou não utilizados, incentivando o cumprimento da função social da propriedade,</p>	<p>aluguel social. Os imóveis são classificados também em relação ao seu estado de conservação e à necessidade de reformas ou melhorias. A disponibilidade dos imóveis decorrerá, num primeiro momento, da chamada pública; posteriormente, imóveis advindos do Projeto Casa Cheia são incorporados ao estoque.</p> <p>(4) Entidades gestoras: seleção de inquilinos, elaboração de contratos e manutenção dos imóveis</p>	<p>com interesse específico, que se responsabiliza pela sua manutenção, pela seleção dos inquilinos e pelos contratos de aluguel, como, por exemplo, universidades (para moradia estudantil), hospitais (para moradia de pacientes em tratamento ambulatorial e seus familiares), presídios (para moradia de familiares de detentos). O valor do aluguel é inferior ao valor de mercado e pode haver desconto no IPTU. O aluguel institucional pode constituir uma modalidade do aluguel social.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aluguel público: o imóvel é alugado ao Município ou ao Estado, a um valor inferior ao valor de mercado, para a instalação de equipamento público (creche, posto de saúde, escritório antena de assistência técnica, sedes de associações de vizinhança etc.) • Aluguel cooperativo ou associativo: a gestão do imóvel é transferida a uma associação ou cooperativa de inquilinos, que se responsabiliza pela sua manutenção, pela seleção dos inquilinos e pelos contratos de aluguel. O valor do aluguel é negociado entre a associação e o proprietário. • Comodato parcial: parte do imóvel é cedida ao Município ou ao Estado para a instalação de equipamento público, podendo a outra parte permanecer sem uso pelo tempo do comodato (isso se aplica, por exemplo, a edificações originalmente de uso misto); • Doação: o proprietário propõe uma doação à própria Prefeitura ou a uma organização de interesse social. 	<p>Ações</p> <p>(1) Instituições de pesquisa e planejamento: detalhamento de um cardápio geral de opções para a reocupação de edificações vagas, a ser disponibilizado na INTERFACE DE EDIFICAÇÕES VAGAS.</p> <p>(2) Prefeituras Municipais / Câmaras Municipais: classificação de edificações e unidades vagas no municípios segundo os instrumentos urbanísticos cabíveis, que são: a sucessão de Parcelamento, Edificação e Uso Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo e Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; Desapropriação; Dação em Pagamento; Abandono; ZEIS Sobreposta.</p> <p>(3) Prefeituras Municipais: notificação dos proprietários dos imóveis, quando houver, para a aplicação dos instrumentos urbanísticos e disponibilização das opções locais para a reocupação de edificações vagas; notificações e opções locais devem ser continuamente atualizadas na INTERFACE DE EDIFICAÇÕES VAGAS.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>colaborativa na alimentação do Banco de Edificações Vagas.</p> <p>Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Política Nacional de Habitação, Planos Diretores, Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Planos Locais de Habitação.</p> <p>O arranjo institucional desse programa tem como base a cooperação entre governos locais, concessionárias, agências, empresários e principalmente a sociedade civil organizada. Para tal, se faz fundamental a implementação de um acordo para acesso às bases de dados existentes.</p> <p>Fundo Metropolitano, Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)</p> <p>O monitoramento da taxa de vacância domiciliar deve se dar em determinadas</p>	<p>mediante a disponibilização aos proprietários dos imóveis de opções a serem avaliadas pelas prefeituras municipais e pelas associações de moradores.</p> <p>Este projeto pressupõe a realização dos projetos Regulamentação Metropolitana dos Instrumentos Urbanísticos e Levantamento Fundiário Metropolitano.</p> <p>Ações</p> <p>(1) Instituições de pesquisa e planejamento: detalhamento de um cardápio geral de opções para a reocupação de lotes vagos, a ser disponibilizado na INTERFACE DE MELHORIA DO ESPAÇO COTIDIANO.</p> <p>(2) Prefeituras Municipais / Câmaras Municipais: classificação de lotes vagos no município, não delimitados como ZEIS VAZIAS, segundo os instrumentos urbanísticos cabíveis, que são: a sucessão de Parcelamento, Edificação e Uso Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo e desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; Desapropriação; Dação em Pagamento; Abandono; Direito de Preempção; ZEIS Sobreposta.</p> <p>(3) Prefeituras Municipais: notificação dos proprietários dos imóveis, quando houver, para a aplicação dos instrumentos urbanísticos e disponibilização das opções locais de usos de interesse social. Notificações e opções locais devem ser continuamente atualizadas na INTERFACE DE</p>			<p>(4) Prefeituras Municipais: monitoramento da taxa de vacância e aplicação continuada dos instrumentos urbanísticos àqueles imóveis que permanecem vagos, de acordo com os procedimentos e prazos indicados na Regulamentação Metropolitana</p> <p>Projeto 2: Lote Útil Objetivo: Promover a ocupação de lotes, terrenos, parcelas e glebas subutilizados ou não utilizados, incentivando o cumprimento da função social da propriedade, mediante a disponibilização aos proprietários dos imóveis de opções a serem avaliadas pelas prefeituras municipais e pelas associações de moradores.</p> <p>Este projeto pressupõe a realização dos projetos Regulamentação Metropolitana dos Instrumentos Urbanísticos e Levantamento Fundiário Metropolitano.</p> <p>Ações</p> <p>(1) Instituições de pesquisa e planejamento: detalhamento de um cardápio geral de opções para a reocupação de lotes</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>áreas com vacância expressiva, que servirão de amostra. Nessas áreas-amostra, o monitoramento abrange tanto unidades vagas, quanto os demais domicílios, de modo a registrar também a mobilidade. Por meio de um trabalho de campo continuado, que inclui a aplicação de questionários, não apenas poder-se-á avaliar o Projeto Casa Cheia, como também obter informações (p.ex., sobre os motivos da vacância ou da reocupação) para gerar ou endossar outras ações.</p> <p>Programa Bolsa Moradia</p>	<p>MELHORIA DO ESPAÇO COTIDIANO.</p> <p>(4) Associações de moradores: sugestão de uso social para os lotes vagos e, dado esse uso, fornecimento de atestado ao proprietário a ser usado junto à prefeitura.</p> <p>(5) Prefeituras Municipais: aplicação continuada dos instrumentos urbanísticos àqueles imóveis que permanecem vagos, de acordo com os procedimentos e prazos indicados na Regulamentação Metropolitana.</p> <p>Projeto 3: Aluguel Social</p> <p>Objetivo:</p> <p>Implementação do aluguel social como opção de utilização de edificações vagas e, ao mesmo tempo, forma de ampliação da oferta de HIS, não somente em caráter emergencial ou para aqueles que estão “à espera da casa própria”, mas prioritariamente em médio e longo prazo. O proprietário de uma edificação vaga poderá disponibilizá-la para o aluguel social, evitando a aplicação de medidas como o IPTU Progressivo ou a Desapropriação.</p> <p>A gestão dos empreendimentos de aluguel social pode ser realizada pelas próprias prefeituras ou, preferencialmente, por entidades como associações de vizinhança, movimentos populares organizados, cooperativas de inquilinos, universidades etc.</p>				<p>vagos, a ser disponibilizado na INTERFACE DE MELHORIA DO ESPAÇO COTIDIANO.</p> <p>(2) Prefeituras Municipais / Câmaras Municipais: classificação de lotes vagos no município, não delimitados como ZEIS VAZIAS, segundo os instrumentos urbanísticos cabíveis, que são: a sucessão de Parcelamento, Edificação e Uso Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo e desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública; Desapropriação; Dação em Pagamento; Abandono; Direito de Preempção; ZEIS Sobreposta.</p> <p>(3) Prefeituras Municipais: notificação dos proprietários dos imóveis, quando houver, para a aplicação dos instrumentos urbanísticos e disponibilização das opções locais de usos de interesse social. Notificações e opções locais devem ser continuamente atualizadas na INTERFACE DE MELHORIA DO ESPAÇO COTIDIANO.</p> <p>(4) Associações de moradores: sugestão de uso social para os lotes</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>Este projeto pressupõe a criação, pelo Conselho Metropolitano, de um Fundo Metropolitano de Aluguel Social. Ele pressupõe, ainda, a implantação do Projeto Casa Cheia e a realização do Projeto Ferramenta Digital de Gestão do Espaço Cotidiano.</p> <p>Ações:</p> <p>(1) Conselho Metropolitano: Criação de um fundo metropolitano de aluguel social</p> <p>(2) Agência Metropolitana/ SEDRU/ Prefeituras municipais: chamada pública para cadastramento de inquilinos, entidades gestoras e imóveis para o aluguel social (deve ser acompanhada de uma difusão do Projeto Casa Cheia, de modo que os proprietários possam se antecipar à notificação de PEUC). O cadastramento pode se dar via INTERFACE DE ALGUEL SOCIAL, nas Prefeituras ou em outros locais de atendimento (CRAS, LUMEs etc.).</p> <p>(3) Prefeituras municipais: seleção e classificação de inquilinos, entidades gestoras e imóveis disponíveis para aluguel social. Os imóveis são classificados também em relação ao seu estado de conservação e à necessidade de reformas ou melhorias. A disponibilidade dos imóveis decorrerá, num primeiro momento, da chamada pública; posteriormente, imóveis advindos do Projeto Casa Cheia são incorporados ao estoque.</p>				<p>vagos e, dado esse uso, fornecimento de atestado ao proprietário a ser usado junto à prefeitura.</p> <p>(5) Prefeituras Municipais: aplicação continuada dos instrumentos urbanísticos àqueles imóveis que permanecem vagos, de acordo com os procedimentos e prazos indicados na Regulamentação Metropolitana.</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		(4) Entidades gestoras: seleção de inquilinos, elaboração de contratos e manutenção dos imóveis.				
	<p>Programa 4: Construção Cooperativa Objetivo: Estimular a formação e atuação de cooperativas de trabalho e produção na construção civil, com foco na obtenção de ganhos sociais, como a geração de trabalho e renda com autonomia dos trabalhadores e a valorização dos ofícios da construção. Esse objetivo se combina diretamente com os objetivos dos demais programas da Política Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano, pois pode viabilizar ações de melhoria de edificações existentes, recuperação de áreas degradadas e produção de HIS em empreendimentos de pequeno porte em locais bem providos de infraestrutura urbana.</p> <p>Arranjos</p>	<p>Projeto 1: Formação de Cooperativas de Construção Civil O projeto consiste na implementação de processos educacionais para a formação social e técnica de integrantes de cooperativas de produção no setor da construção civil. A formação abrange a qualificação nos diversos ofícios da construção, a qualificação para a fabricação de componentes construtivos, a constituição e gestão das cooperativas em suas diversas modalidades e a gestão de obras civis.</p> <p>Ações: (1) Agência Metropolitana / SEDRU: contratação de uma equipe multidisciplinar com conhecimentos teóricos e experiência prática em educação, cooperativismo, gestão de obras civis e técnicas de construção (incluindo o trabalho material de canteiro). (2) Equipe multidisciplinar: planejamento das possibilidades de formação/ qualificação escolar e extraescolar para as cooperativas de construção civil e estruturação dos procedimentos para a constituição de cooperativas. Estes conteúdos alimentarão a INTERFACE DE COOPERATIVAS DE CONSTRUÇÃO.</p>		<p>Institucionalidade: Atores institucionais e suas competências : Agência metropolitana / SEDRU: coordenação geral do programa, contratação da equipe interdisciplinar, articulação dos diversos atores; Equipe interdisciplinar: planejamento das possibilidades de formação/ qualificação para as cooperativas de construção; Órgãos públicos, instituições, serviços sociais e grupos relacionados à economia solidária, ao cooperativismo, à educação e à geração de trabalho e renda (Secretaria Nacional de Economia Solidária, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Educação): transferência de informações e conhecimentos, apoio na implementação; Movimentos sociais e sindicais: discussão, apoio na difusão de informações entre interessados; CREA-MG: apoio na difusão e assistência técnica, discussão de registro para mestres-de-obra com responsabilidade técnica.</p> <p>Arranjos institucionais É decisivo para este programa a interação com as iniciativas de economia solidária e cooperativismo já existentes na RMBH, no estado e no país, especialmente os Programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.</p>	<p>Projeto 2: Sustentabilidade das Cooperativas de Construção Civil Ações • Auxílio na difusão das cooperativas (a INTERFACE DAS COOPERATIVAS DE CONSTRUÇÃO deve incluir o cadastro das cooperativas, seu georreferenciamento, as qualificações específicas de cada cooperativa e seu currículo de obras já realizadas, com possibilidade de fórum ou troca de informações entre os clientes atendidos e potenciais);</p>	<p>Projeto 2: Sustentabilidade das Cooperativas de Construção Civil Ações: • Participação na licitação de obras públicas, especialmente em programas habitacionais e programas de regularização urbanística; para obras determinada faixa de preço, as cooperativas devem ser priorizadas;</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>institucionais É decisivo para este programa a interação com as iniciativas de economia solidária e cooperativismo já existentes na RMBH, no estado e no país, especialmente os Programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.</p>	<p>(3) Implementação das possibilidades de formação; conforme o caso, pode ser executado pela prefeituras ou secretarias estaduais e, ainda, com a ajuda de Organizações Não Governamentais e a Universidade (Incubadoras e outras iniciativas). Em momento posterior, as próprias cooperativas ou uma entidade que as congregue pode assumir a responsabilidade por essa formação dos novos cooperativados.</p> <p>Projeto 2: Sustentabilidade das Cooperativas de Construção Civil Objetivo: Implementação de um conjunto de medidas que favoreça a sustentabilidade das cooperativas de construção. O detalhamento de suas ações depende de uma discussão ampla, a ser realizada nas instâncias de nível metropolitana e, em alguns casos, também em instâncias mais abrangentes. Este projeto pressupõe a implementação do projeto de Formação de Cooperativas de Construção Civil e tem relação direta com a INTERFACE DE COOPERATIVAS DE CONSTRUÇÃO do projeto Ferramenta Digital de Gestão do Espaço Cotidiano. Ações: • Acesso ao crédito, especialmente para a aquisição de ferramentas,</p>		<p>Projeto 1: Formação de Cooperativas de Construção Civil O projeto consiste na implementação de processos educacionais para a formação social e técnica de integrantes de cooperativas de produção no setor da construção civil. A formação abrange a qualificação nos diversos ofícios da construção, a qualificação para a fabricação de componentes construtivos, a constituição e gestão das cooperativas em suas diversas modalidades e a gestão de obras civis. Ações: (1) Agência Metropolitana / SEDRU: contratação de uma equipe multidisciplinar com conhecimentos teóricos e experiência prática em educação, cooperativismo, gestão de obras civis e técnicas de construção (incluindo o trabalho material de canteiro). (2) Equipe multidisciplinar: planejamento das possibilidades de formação/ qualificação escolar e extraescolar para as cooperativas de construção civil e estruturação dos procedimentos para a constituição de cooperativas. Estes conteúdos alimentarão a INTERFACE DE COOPERATIVAS DE CONSTRUÇÃO. (3) Implementação das possibilidades de formação; conforme o caso, pode ser executado pela prefeituras ou secretarias estaduais e, ainda, com a ajuda de Organizações Não Governamentais e a Universidade (Incubadoras e outras iniciativas). Em momento posterior, as próprias cooperativas ou uma entidade que as congregue pode assumir a responsabilidade por essa formação dos</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>equipamento e maquinário, incluindo veículos para o transporte de pessoas e materiais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação na licitação de obras públicas, especialmente em programas habitacionais e programas de regularização urbanística; para obras determinada faixa de preço, as cooperativas devem ser priorizadas; • Facilitação dos processos de certificação das cooperativas, especialmente junto à CAIXA, que é o principal agente financeiro e operador dos financiamentos habitacionais; • Criação de um registro profissional de mestre-de-obras junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-MG), com responsabilidade técnica para a execução de obras de pequeno porte; • Auxílio na difusão das cooperativas (a INTERFACE DAS COOPERATIVAS DE CONSTRUÇÃO deve incluir o cadastro das cooperativas, seu georreferenciamento, as qualificações específicas de cada cooperativa e seu currículo de obras já realizadas, com possibilidade de fórum ou troca de informações entre os clientes atendidos e potenciais); • Apoio a empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na modalidades Entidades (PMCMV -Entidades) para as 		<p>novos cooperativados.</p> <p>Projeto 2: Sustentabilidade das Cooperativas de Construção Civil</p> <p>Este projeto pressupõe a implementação do projeto de Formação de Cooperativas de Construção Civil e tem relação direta com a INTERFACE DE COOPERATIVAS DE CONSTRUÇÃO do projeto Ferramenta Digital de Gestão do Espaço Cotidiano.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação na licitação de obras públicas, especialmente em programas habitacionais e programas de regularização urbanística; para obras determinada faixa de preço, as cooperativas devem ser priorizadas; • Implementação de uma assistência técnica sistematizada para as cooperativas, baseada na Lei de Assistência Técnica (Lei 11.888/2008); 		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		associações que contratarem cooperativas para a execução das obras; <ul style="list-style-type: none"> • Implementação de uma assistência técnica sistematizada para as cooperativas, baseada na Lei de Assistência Técnica (Lei 11.888/2008); • Recuperação de áreas degradadas com intervenções de pequeno porte preferencialmente executadas por cooperativas; • Divulgação sistemática das linhas de financiamento destinadas a melhoria e reforma predial, como um nicho de mercado especialmente propício à produção em pequena escala e à execução por cooperativas; • Reconhecimentos das cooperativas como formas autênticas para o desenvolvimento urbano inclusivo, participativo e autônomo, capaz de potencializar e beneficiar a ascensão sócio-econômica popular. 				
<p>Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde</p> <p>Objetivos gerais: Aprimorar a organização da assistência, a qualificação da gestão e do cuidado para a consolidação de uma rede assistencial regionalizada, hierarquizada e resolutive na RMBH.</p>	<p>1. Programa Metropolitano de Integração dos Serviços de Saúde</p> <p>Objetivo: Promover a integração dos serviços de saúde na RMBH, qual seja, reunir os elementos necessários para definir prioridades, articular propostas, programas e projetos que contribuam para</p>	<p>Projeto 1. Estudo sobre condições de saúde e assistência na RMBH</p> <p>Objetivo: fazer um diagnóstico emergencial obre condições de saúde e assistência na RMBH, de modo a fornecer os elementos necessários para estabelecer objetivos, diretrizes e metas que orientem a definição de programas voltados para a integração dos serviços de saúde metropolitanos</p> <p>Ações: 1. Análise da situação de saúde na</p>	<p>[Obj.Ger.Pol.] Aprimorar a organização da assistência, a qualificação da gestão e do cuidado para a consolidação de uma rede assistencial regionalizada, hierarquizada e resolutive na RMBH.</p> <p>Projeto 2: Oficina de trabalho para definição dos programas prioritários e definir a Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde</p> <p>Objetivo geral: Estabelecer um espaço de negociação e pactuação que, a partir da análise da situação de saúde e da rede assistencial na RMBH e com base nas</p>	<p>[Obj.Esp.Pol.] Identificar problemas à saúde, os vazios assistenciais, as necessidades de investimento na infra-estrutura dos serviços de saúde, as deficiências de recursos humanos, os problemas de organização e gestão;</p> <p>[Obj.Esp.Pol.] Estabelecer de um espaço de discussão, negociação e pactuação no qual, a partir da análise da situação de saúde e da rede assistencial na RMBH, todos os entes que participam da gestão do SUS – municípios, estado, conselhos de gestores e da sociedade civil – possam definir prioridades, articular propostas, programas e projetos que contribuam</p>	<p>Projeto 3: Implementação de um sistema metropolitano de informação, monitoramento e avaliação das condições de saúde de assistência na RMBH</p> <p>Ações: 2. Criação e manutenção no âmbito da Agencia Metropolitana de um banco de dados sobre condições de saúde e assistência na RMBH e municípios, a partir de dados sistemas de informação existentes (SIM, SINASC, SIH, SAI, SISPRENATAL, SINAN,</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificar problemas à saúde, os vazios assistenciais, as necessidades de investimento na infra-estrutura dos serviços de saúde, as deficiências de recursos humanos, os problemas de organização e gestão; Estabelecer de um espaço de discussão, negociação e pactuação no qual, a partir da análise da situação de saúde e da rede assistencial na RMBH, todos os entes que participam da gestão do SUS – municípios, estado, conselhos de gestores e da sociedade civil – possam definir prioridades, articular propostas, programas e projetos que contribuam para uma melhor estruturação e operação do SUS no espaço metropolitano Fortalecer a atenção primária à saúde; Fortalecer a rede de atenção à urgência e emergência; Fortalecer os níveis de atenção de média e alta complexidade e incrementar a integração da rede de serviços do SUS e o ordenamento dos 	<p>uma melhor estruturação e operação do SUS no espaço metropolitano e estabelecer mecanismos que garantam sua operacionalização e monitoramento.</p> <p>Institucionalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> Atores institucionais envolvidos e suas devidas competências: Devem participar diretamente do Programa: Agência Metropolitana é o órgão com importância central na implementação do Programa, competindo a ela: implantar, selecionar e contratar os executores dos projetos, coordená-los e monitorá-los. Universidades e Centros de Pesquisa são parceiros privilegiados nas funções acima enumeradas, podendo, alternativamente, vir a executar os projetos, caso assim seja decidido, 	<p>RMBH 2009-2010</p> <ul style="list-style-type: none"> *Saúde da criança *Saúde da Mulher *Saúde do Homem *Saúde do Idoso <p>2. Análise da assistência à saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> *Cobertura da Atenção Primária à Saúde *Infra-estrutura física e de recursos humanos da Atenção Primária à Saúde *Capacidade da Atenção Primária à Saúde de funcionar como centro de coordenação da rede *Rede de Atenção às mulheres e às crianças *Rede de Atenção ao adulto (exclui procedimentos obstétricos) e idoso *Rede de Urgência & Emergência <p>Projeto 2. Oficina de trabalho para definição dos programas prioritários e definir a Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde</p> <p>Objetivo geral: Estabelecer um espaço de negociação e pactuação que, a partir da análise da situação de saúde e da rede assistencial na RMBH e com base nas diretrizes propostas pelo PDDI/RMBH, defina prioridades, as responsabilidades de cada ente, as linhas de investimento, os modelos organizacionais, as propostas de intervenção e mecanismos para melhorar a gestão e a regulação do</p>	<p>diretrizes propostas pelo PDDI/RMBH, defina prioridades, as responsabilidades de cada ente, as linhas de investimento, os modelos organizacionais, as propostas de intervenção e mecanismos para melhorar a gestão e a regulação do sistema metropolitano de saúde</p> <p>Projeto 3: Implementação de um sistema metropolitano de informação, monitoramento e avaliação das condições de saúde de assistência na RMBH</p> <p>Ações:</p> <p>1. Estruturação de um grupo de trabalho na Agência Metropolitana, reunindo representantes das várias instituições que lidam com a informação em saúde no SUS na RMBH, para a elaboração de um diagnóstico situacional sobre este tema na RMBH e planejamento das ações necessárias visando seu aprimoramento.</p>	<p>para uma melhor estruturação e operação do SUS no espaço metropolitano</p> <p>[Obj.Esp.Pol.] Fortalecer os níveis de atenção de média e alta complexidade e incrementar a integração da rede de serviços do SUS e o ordenamento dos fluxos;</p> <p>1. Programa Metropolitano de Integração dos Serviços de Saúde</p> <p>Objetivo: Promover a integração dos serviços de saúde na RMBH, qual seja, reunir os elementos necessários para definir prioridades, articular propostas, programas e projetos que contribuam para uma melhor estruturação e operação do SUS no espaço metropolitano e estabelecer mecanismos que garantam sua operacionalização e monitoramento.</p> <p>Arranjos institucionais adequados para implementação do programa:</p> <p>Articulação entre setor público, privado e sociedade civil organizada por meio dos conselhos de saúde.</p> <p>Projeto 2: Oficina de trabalho para definição dos programas prioritários e definir a Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>2. Definição sobre como pensar a saúde metropolitana no cenário da regionalização vigente na saúde e no cenário da reestruturação territorial da RMBH proposta pelo PDDI.</p> <p>3. Discussão de mecanismos de pactuação metropolitana, no contexto do PDR vigente no momento, e/ou a desejabilidade /possibilidade /viabilidade</p>	<p>SIAB, entre inúmeros outros) e informações levantadas por pesquisas específicas;</p> <p>4. Apoio às iniciativas que visem o georeferenciamento dos dados, condição essencial para adequação da informação às necessidades de análise ao nível metropolitano;</p> <p>5. Estabelecimento de um plano de análise permanente dos dados provenientes dos sistemas de informação em saúde (exemplo: SIA, SIAB, SH, SINASC, SIM e etc.);</p> <p>6. Divulgação periódica sistemática das informações para os gestores envolvidos na formulação de políticas de saúde, os profissionais de saúde e para a sociedade;</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
fluxos; • Fortalecer a capacidade de resposta às doenças emergentes e endemias, como a dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza na RMBH;	• Os órgãos e instituições ligadas ao SUS, abaixo enumeradas, cabe participar de forma ativa no diagnóstico, contribuindo tanto para o aprimoramento do planejamento do seu conteúdo, quanto fornecendo dados e informações necessários para realizá-lo. Além disto, são os elementos centrais da oficina de trabalho (projeto 2), sendo ainda uma das fontes mais importantes do capital humano para desenvolver o projeto 3. Os órgãos e instituições são: Secretarias Municipais de Saúde da RMBH, Secretaria de Estado da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Conselhos Municipais de Saúde; Comissão Intergestores Bipartite (CIB-SUS-MG); Comissão Intergestores Bipartite Regional (Macro/Micro), COSEMS MG e os COSEMS regionais, Gerências Regionais de Saúde da SES-	sistema metropolitano de saúde Objetivos específicos: No final da oficina, espera-se ter alcançado: 1. Conhecimento mais detalhado das principais necessidades em saúde da RMBH, e definição de aspectos cuja abordagem é prioritária 2. Definição sobre como pensar a saúde metropolitana no cenário da regionalização vigente na saúde e no cenário da reestruturação territorial da RMBH proposta pelo PDDI. 3. Discussão de mecanismos de pactuação metropolitana, no contexto do PDR vigente no momento, e/ou a desajustabilidade /possibilidade /viabilidade de se promover a adequação entre o PDR/MG e a RMBH-colar metropolitano, 4. Definição de diretrizes e dos principais programas, projetos necessários na perspectiva da integração da saúde metropolitana Projeto 3: Implementação de um sistema metropolitano de informação, monitoramento e avaliação das condições de saúde de assistência na RMBH Objetivo: o projeto tem como objetivo a criação de capacidade para a análise permanente das condições de saúde e de assistência na RMBH, de forma a subsidiar o planejamento integrado do setor de saúde metropolitana e o monitoramento das ações realizadas em prol da melhoria da situação epidemiológica e oferta de serviços e da consecução das diretrizes do PDDI . Ações 3. Promoção de ações visando a melhoria da qualidade dos dados, através de: • Fomento à formação e qualificação dos profissionais que atuam nos sistemas de informação em saúde nos municípios da RMBH; • Monitoramento da coleta dos dados e a alimentação dos sistemas de informações em saúde, em articulação com os órgãos locais e estaduais envolvidos. 7. Estabelecimento de parcerias com centros de pesquisas, universidades e órgãos municipais e estaduais para o desenvolvimento de estudos e análises que permitam o melhor diagnóstico das	de se promover a adequação entre o PDR/MG e a RMBH-colar metropolitano, 4. Definição de diretrizes e dos principais programas, projetos necessários na perspectiva da integração da saúde metropolitana Projeto 3: Implementação de um sistema metropolitano de informação, monitoramento e avaliação das condições de saúde de assistência na RMBH Objetivo: o projeto tem como objetivo a criação de capacidade para a análise permanente das condições de saúde e de assistência na RMBH, de forma a subsidiar o planejamento integrado do setor de saúde metropolitana e o monitoramento das ações realizadas em prol da melhoria da situação epidemiológica e oferta de serviços e da consecução das diretrizes do PDDI . Ações 3. Promoção de ações visando a melhoria da qualidade dos dados, através de: • Fomento à formação e qualificação dos profissionais que atuam nos sistemas de informação em saúde nos municípios da RMBH; • Monitoramento da coleta dos dados e a alimentação dos sistemas de informações em saúde, em articulação com os órgãos locais e estaduais envolvidos. 7. Estabelecimento de parcerias com centros de pesquisas, universidades e órgãos municipais e estaduais para o desenvolvimento de estudos e análises que permitam o melhor diagnóstico das			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>MG,</p> <ul style="list-style-type: none"> Entidades profissionais e da sociedade civil como os conselhos profissionais da área da saúde (CRM, COREN, CRO, CRF, CRP, entre outros), associações profissionais da área da saúde (tais como Associação Médica, SOGIMIG, Sociedade Mineira de Pediatria e sociedades de outras especialidade), o IBEDESS - Instituto Brasileiro para Estudo e Desenvolvimento do Setor de Saúde nasceu da união das principais entidades representativas do setor, visando à construção de um novo cenário para a saúde no país. 	<p>monitoramento das ações realizadas em prol da melhoria da situação epidemiológica e oferta de serviços e da consecução das diretrizes do PDDI .</p> <p>Ações:</p> <ol style="list-style-type: none"> Estruturação de um grupo de trabalho na Agencia Metropolitana, reunindo representantes das várias instituições que lidam com a informação em saúde no SUS na RMBH, para a elaboração de um diagnóstico situacional sobre este tema na RMBH e planejamento das ações necessárias visando seu aprimoramento; Criação e manutenção no âmbito da Agencia Metropolitana de um banco de dados sobre condições de saúde e assistência na RMBH e municípios, a partir de dados sistemas de informação existentes (SIM, SINASC, SIH, SAI, SISPRENATAL, SINAN, SIAB, entre inúmeros outros) e informações levantadas por pesquisas específicas; Promoção de ações visando a melhoria da qualidade dos dados, através de: <ul style="list-style-type: none"> Fomento à formação e qualificação dos profissionais que atuam nos sistemas de informação em saúde nos municípios da RMBH; Monitoramento da coleta dos dados e a alimentação dos sistemas de informações em saúde, em articulação com os órgãos locais e 		<p>condições de saúde e assistência na RMBH e a avaliação de políticas e programas</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>estaduais envolvidos.</p> <p>4. Apoio às iniciativas que visem o georeferenciamento dos dados, condição essencial para adequação da informação às necessidades de análise ao nível metropolitano;</p> <p>5. Estabelecimento de um plano de análise permanente dos dados provenientes dos sistemas de informação em saúde (exemplo: SIA, SIAB, SH, SINASC, SIM e etc.);</p> <p>6. Divulgação periódica sistemática das informações para os gestores envolvidos na formulação de políticas de saúde, os profissionais de saúde e para a sociedade;</p> <p>7. Estabelecimento de parcerias com centros de pesquisas, universidades e órgãos municipais e estaduais para o desenvolvimento de estudos e análises que permitam o melhor diagnóstico das condições de saúde e assistência na RMBH e a avaliação de políticas e programas</p> <p>8. Monitoramento da implementação dos programas que compõem a Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde, e seus resultados</p>				
<p>Política Metropolitana Integrada da Assistência Social</p> <p>Objetivos Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a pobreza e promover a inclusão produtiva das populações 	<p>1. Programa de universalização da atenção em assistência social na RMBH</p>	<p>Item 1. Expansão da Rede Sócio-assistencial</p> <p>Objetivos:</p> <p>a. Universalizar do acesso e uso dos serviços sócio-assistenciais à população pobre da RMBH;</p> <p>b. Promover a expansão de CRAS/CREAS na RMBH</p>	<p>Objetivos Específicos Política</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expandir os equipamentos coletivos de proteção social: Centros de Referência de Assistência Social : CRAS e CREAS com base em critérios de indicadores territoriais de pobreza e vulnerabilidade social; • Incrementar e fortalecer os canais de 	<p>Objetivos Gerais Política: Desenvolver ações integradas, regionalmente, com as áreas de educação, saúde, intervenção urbana e segurança pública.</p> <p>Objetivos Específicos Política</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar os serviços sócio-assistenciais regionalizados de média e alta 	<p>2. Ampliação de Programas Intersetoriais</p> <p>Ações</p> <p>f. Criação de um sistema de implementação, monitoramento e avaliação sistemático e periódico para garantir o desenvolvimento dos projetos e</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>em situação de pobreza e vulnerabilidade social;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar e expandir o Sistema de Proteção Social não-contributivo na RMBH com promoção do desenvolvimento social; • Desenvolver ações integradas, regionalmente, com as áreas de educação, saúde, intervenção urbana e segurança pública. • Contribuir para o incremento da estrutura de oportunidades e qualidade de vida da população em situação de risco social. <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir, sistematicamente, a pobreza, para minimizar o percentual de pobres em relação à população total; • Contribuir para a inclusão produtiva das populações em situação de pobreza; • Promover o desenvolvimento humano e social das populações em situação de vulnerabilidade; • Expandir os equipamentos coletivos de proteção social: Centros de Referência de Assistência Social : CRAS e CREAS com base em critérios de 		<p>Item 2. Ampliação de Programas Intersetoriais em territórios vulneráveis</p> <p>Objetivos:</p> <p>a. Proporcionar uma atenção integrada às populações em situações de risco localizadas em territórios vulneráveis.</p> <p>b. Associar a expansão desses programas intersetoriais a uma política urbana intensiva de re-estruturação dos espaços urbanos comuns com planos específicos de intervenção acordados com a população local.</p> <p>Ações</p> <p>a. Identificação e caracterização dos territórios com alta vulnerabilidade a partir de múltiplos indicadores econômicos, sociais, ambientais, geológicos, dentre outros;</p> <p>b. Análise das condições sócio-econômicas e culturais da população-alvo;</p> <p>c. Estudos de viabilidade técnica para a intervenção urbana e implantação de programas intersetoriais com ações integradas;</p> <p>d. Viabilização de convênios e parcerias com setores públicos e privados para a promoção do desenvolvimento social e econômico dos territórios vulneráveis e de sua população;</p> <p>e. Implantação gradual e sistemática da infra-estrutura urbana, programas e serviços de</p>	<p>vocalização da sociedade civil na área de assistência social no âmbito da articulação metropolitana.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incrementar instâncias institucionais com participação das três esferas de governo, profissionais da área de assistência social e da sociedade civil organizada por meio da criação de câmara técnicas e comitê gerencial-operacional vinculado à Agência e Conselho Metropolitan. <p>1. Expansão da Rede Sócio-assistencial</p> <p>b. Promover a expansão de CRAS/CREAS na RMBH</p>	<p>complexidade na RMBH;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar mecanismos de coordenação, entre as três esferas de governo na RMBH, para uma gestão integrada do Sistema de Proteção Social não contributivo; • Priorizar políticas de assistência social com escopo intersetorial, com foco nos territórios vulneráveis e na matriz sociofamiliar para maximização de resultados de superação da pobreza e vulnerabilidade social; <p>2. Ampliação de Programas Intersetoriais em territórios vulneráveis</p> <p>a. Proporcionar uma atenção integrada às populações em situações de risco localizadas em territórios vulneráveis.</p> <p>b. Associar a expansão desses programas intersetoriais a uma política urbana intensiva de re-estruturação dos espaços urbanos comuns com planos específicos de intervenção acordados com a população local.</p> <p>Ações</p> <p>c. Estudos de viabilidade técnica para a intervenção urbana e implantação de programas intersetoriais com ações integradas;</p> <p>d. Viabilização de convênios e parcerias com setores públicos e privados para a promoção do desenvolvimento social e econômico dos territórios vulneráveis e de sua população;</p> <p>Item 3. Articulação da Rede e Ações de Proteção Social as populações em situação</p>	ações viabilizados.	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>indicadores territoriais de pobreza e vulnerabilidade social;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliar os serviços sócio-assistenciais regionalizados de média e alta complexidade na RMBH; • Consolidar mecanismos de coordenação, entre as três esferas de governo na RMBH, para uma gestão integrada do Sistema de Proteção Social não contributivo; • Desenvolver políticas focalizadas por ciclos de vida, gênero, raça, necessidades especiais e outros alocadas em territórios metropolitanos vulneráveis; • Priorizar políticas de assistência social com escopo intersetorial, com foco nos territórios vulneráveis e na matriz sociofamiliar para maximização de resultados de superação da pobreza e vulnerabilidade social; • Incrementar e fortalecer os canais de vocalização da sociedade civil na área de assistência social no âmbito da articulação metropolitana. • Incrementar instâncias institucionais com participação das três 		<p>acordo com as necessidades emergenciais da comunidade atendida;</p> <p>f. Criação de um sistema de implementação, monitoramento e avaliação sistemático e periódico para garantir o desenvolvimento dos projetos e ações viabilizados.</p> <p>Item 3. Articulação da Rede e Ações de Proteção Social as populações em situação</p> <p>Objetivos</p> <p>a. Intensificar e aprimorar os programas de atenção a migrantes, população de rua, usuários de drogas, albergados, pós-assentados e outros para minimização dos seus riscos sociais;</p> <p>b. Intensificar os programas focalizados na juventude com conseqüente criação de portas de saídas por meios de estratégias de inclusão educacional e produtiva;</p> <p>c. Desenvolver alternativas de promoção da segurança social dessas franjas populacionais, desenvolvendo programas e ações associadas de natureza compensatória e de inclusão social e produtiva.</p>		<p>Objetivos</p> <p>c. Desenvolver alternativas de promoção da segurança social dessas franjas populacionais, desenvolvendo programas e ações associadas de natureza compensatória e de inclusão social e produtiva</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
esferas de governo, profissionais da área de assistência social e da sociedade civil organizada por meio da criação de câmara técnicas e comitê gerencial-operacional vinculado à Agência e Conselho Metropolitan.						
	2. Programa de desenvolvimento da tecnologia social	<p>Item1. Implantação da Escola Metropolitana de Políticas Social Objetivos</p> <p>a. Formar servidores públicos, técnicos e atores sociais para o pleno desenvolvimento das Políticas Sociais na RMBH;</p> <p>b. Desenvolver cursos, treinamentos, workshops, seminários e outros sobre temas de interesse da área social;</p> <p>c. Promover a educação à distância na área de políticas sociais</p> <p>Projetos e Ações</p> <p>Para o desenvolvimento de Projetos e Ações serão desenvolvidas consultas a todos os atores envolvidos com o PDDI – RMBH para formulação de um Plano Quinquenal da Escola Metropolitana de Políticas Sociais; bem como serão realizadas prospecção de informações e demandas nos órgãos do governo de estado, prefeituras da RMBH e seu colar e instituições sociais representativas da população metropolitana.</p> <p>Item 2. Implantação do Observatório metropolitano de</p>	Item 2. Implantação do Observatório metropolitano de Desenvolvimento Social	<p>Item1. Implantação da Escola Metropolitana de Políticas Social Objetivos</p> <p>a. Formar servidores públicos, técnicos e atores sociais para o pleno desenvolvimento das Políticas Sociais na RMBH;</p> <p>b. Desenvolver cursos, treinamentos, workshops, seminários e outros sobre temas de interesse da área social;</p> <p>c. Promover a educação à distância na área de políticas sociais</p> <p>Projetos e Ações [texto corrido]</p> <p>Para o desenvolvimento de Projetos e Ações serão desenvolvidas consultas a todos os atores envolvidos com o PDDI – RMBH para formulação de um Plano Quinquenal da Escola Metropolitana de Políticas Sociais; bem como serão realizadas prospecção de informações e demandas nos órgãos do governo de estado, prefeituras da RMBH e seu colar e instituições sociais representativas da população metropolitana.</p>	<p>Item 2. Implantação do Observatório metropolitano de Desenvolvimento Social Objetivos</p> <p>a. Criar um Sistema Integrado de Informações Sociais;</p> <p>b. Produzir de estudos e pesquisas na área.</p> <p>c. Aprimorar o Cadastro Único na RMBH para uma melhor mensuração da população situada abaixo da linha de pobreza e atingimento de 100% de cobertura em termos dos Programas de Transferência de Renda Condicionadas de Renda (PTCR).</p> <p>Projetos e Ações</p> <p>Os projetos e ações do Observatório serão sistematizados em um Plano Estratégico centrado nas demandas dos múltiplos atores envolvidos com o processo de estruturação do PDDI-RMBH, mas com base em critérios técnicos de fomento do desenvolvimento social da RMBH. Ou seja, o Observatório deve se constituir em um espaço</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>Desenvolvimento Social</p> <p>Objetivos</p> <p>a. Criar um Sistema Integrado de Informações Sociais;</p> <p>b. Produzir de estudos e pesquisas na área.</p> <p>c. Aprimorar o Cadastro Único na RMBH para uma melhor mensuração da população situada abaixo da linha de pobreza e atingimento de 100% de cobertura em termos dos Programas de Transferência de Renda Condicionadas de Renda (PTCR).</p> <p>Projetos e Ações</p> <p>Os projetos e ações do Observatório serão sistematizados em um Plano Estratégico centrado nas demandas dos múltiplos atores envolvidos com o processo de estruturação do PDDI-RMBH, mas com base em critérios técnicos de fomento do desenvolvimento social da RMBH. Ou seja, o Observatório deve se constituir em um espaço multi-institucional com funções de produção, armazenamento e análise de dados para prover os gestores públicos e privados e as diversas instituições sociais representativas da sociedade civil de insumos técnicos para a tomada de decisões na área social; bem como o Conselho Metropolitano e a Agência Metropolitana. Em relação à Escola Metropolitana de Políticas Sociais propõe-se uma relação institucional intensiva, inclusive com intercâmbio de recursos humanos e</p>			<p>multi-institucional com funções de produção, armazenamento e análise de dados para prover os gestores públicos e privados e as diversas instituições sociais representativas da sociedade civil de insumos técnicos para a tomada de decisões na área social; bem como o Conselho Metropolitano e a Agência Metropolitana. Em relação à Escola Metropolitana de Políticas Sociais propõe-se uma relação institucional intensiva, inclusive com intercâmbio de recursos humanos e desenvolvimento de projetos comuns.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		desenvolvimento de projetos comuns.				
	3. Programa de gestão colegiada e controle social	<p>Item 1. Câmara Técnica Metropolitana de Políticas Sociais Objetivos a. Assessorar o Conselho Metropolitano nas questões relativas às Políticas Sociais; b. Produzir pareceres técnicos em relação às demandas relativas às políticas sociais; c. Propor Programas, projetos e ações socioassistenciais a serem desenvolvidas na RMBH. Projetos e Ações Projetos e ações serão orientados pelas demandas do Conselho Metropolitano de acordo com a agenda das Políticas Sociais da RMBH.</p> <p>Item 2. Comitê Metropolitano de Políticas Sociais Objetivos a. Contribuir para o bom desempenho da Gestão Pactuada na área das Políticas Sociais na RMBH; b. Promover a transparência e accountability dos programas, projetos e ações na área social na RMBH; c. Incentivar e colaborar para o desenvolvimento de propostas negociadas de pactuação de gestão, consórcio intermunicipais e outras práticas institucionais cooperativas Projetos e Ações</p>	<p>Item 1. Câmara Técnica Metropolitana de Políticas Sociais Objetivos a. Assessorar o Conselho Metropolitano nas questões relativas às Políticas Sociais; b. Produzir pareceres técnicos em relação às demandas relativas às políticas sociais; c. Propor Programas, projetos e ações socioassistenciais a serem desenvolvidas na RMBH. Projetos e Ações Projetos e ações serão orientados pelas demandas do Conselho Metropolitano de acordo com a agenda das Políticas Sociais da RMBH.</p>	<p>Item 2. Comitê Metropolitano de Políticas Sociais Objetivos a. Contribuir para o bom desempenho da Gestão Pactuada na área das Políticas Sociais na RMBH; b. Promover a transparência e accountability dos programas, projetos e ações na área social na RMBH; c. Incentivar e colaborar para o desenvolvimento de propostas negociadas de pactuação de gestão, consórcio intermunicipais e outras práticas institucionais cooperativas; Projetos e Ações Projetos e ações serão orientados pelas demandas da Agência Metropolitana de acordo com a agenda das Políticas Sociais da RMBH.</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		Projetos e ações serão orientados pelas demandas da Agência Metropolitana de acordo com a agenda das Políticas Sociais da RMBH.				
<p>Política Metropolitana Integrada de Democracia Digital</p> <p>Objetivo Geral: Ofertar e possibilitar o uso de recursos, informações, serviços, espaços digitais consultivos, deliberativos e decisórios para o exercício pleno da cidadania.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificar os servidores municipais para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação; • Formar e capacitar o usuário para a utilização das TICs como recurso efetivo de participação; • Oferecer recursos de qualidade em quaisquer dimensões da cidadania, desde a conectividade até a usabilidade do recurso; • Fomentar a produção, gestão e publicidade da informação pública. <p>Diretrizes Gerais: Várias informações levantadas nos seminários e oficinas públicas do PDDI sugeriram as</p>	<p>1. Programa Metropolitano Integrado de Governo Eletrônico</p> <p>Objetivo do Programa: Eficiência e aperfeiçoamento governamental; participação cidadã por meio das TICs de forma a aumentar os canais de comunicação e acesso dos cidadãos; transparência governamental e prestação de contas; fomentar a participação na discussão, elaboração e definição de políticas e ações. Promover um intercâmbio de informação, diálogo e cooperação entre as prefeituras da RMBH de forma a desenvolver uma governança forte na região, fortalecendo os espaços de colaboração e cooperação entre governos, setor</p>	<p>Projeto 1. Desenvolvimento de portais municipais dotados de interoperabilidade para o e-gov, que forneçam espaços de informação, consulta, decisão e governança na internet, buscando fortalecer espaços de colaboração entre governo, setor privado e sociedade civil;</p> <p>Objetivo geral: Indicar possíveis apropriações das novas TICs de forma a permitir a implementação e desenvolvimento do governo eletrônico nas cidades da RMBH através da criação e desenvolvimento de portais municipais.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior transparência • Maior <i>accountability</i> (prestação de contas) • Maior interação entre representante e representados • Maior participação nos processos decisórios • Melhor prestação de serviços pelo Estado. <p>Projeto 2. E-educação: inclusão e ensino à distância para cidadãos e servidores Informatização e conexão à rede de todas as escolas da RMBH; desenvolvimento de projetos de</p>	<p>Diretrizes Gerais da Política</p> <p>2. Formação de acordos para geração e transferência de conhecimento (banco de melhores práticas), informações e tecnologia entre atores da RMBH, garantindo a autonomia de arranjos institucionais transversais entre múltiplos atores - Secretarias estaduais, Prefeituras, Câmaras, Conselhos, sociedade civil e setor produtivo.</p> <p>1. Programa Metropolitano Integrado de Governo Eletrônico</p> <p>Objetivo do Programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eficiência e aperfeiçoamento governamental; participação cidadã por meio das TICs de forma a aumentar os canais de comunicação e acesso dos cidadãos; transparência governamental e prestação de contas; fomentar a participação na discussão, elaboração e definição de políticas e ações. <p>Projeto 1. Desenvolvimento de portais municipais dotados de interoperabilidade para o e-gov, que forneçam espaços de informação, consulta e decisão</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento do governo eletrônico na região permitirá alcançar os seguintes objetivos: • Maior transparência • Maior <i>accountability</i> (prestação de contas) 	<p>Objetivos Específicos da Política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificar os servidores municipais para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação; • Formar e capacitar o usuário para a utilização das TICs como recurso efetivo de participação; <p>1. Programa Metropolitano Integrado de Governo Eletrônico</p> <p>Objetivo do Programa: Promover um intercâmbio de informação, diálogo e cooperação entre as prefeituras da RMBH de forma a desenvolver uma governança forte na região, fortalecendo os espaços de colaboração e cooperação entre governos, setor privado e sociedade civil da RMBH</p> <p>Projeto 1. Desenvolvimento de portais municipais dotados de interoperabilidade para o e-gov, que forneçam espaços de informação, consulta, decisão e governança na internet, buscando fortalecer espaços de colaboração entre governo, setor privado e sociedade civil;</p> <p>Projeto 2. E-educação: inclusão e ensino à distância para cidadãos e servidores Informatização e conexão à rede de todas as escolas da RMBH; desenvolvimento de projetos de ensino à distância para cidadãos e servidores (parcerias com UAB e Universidades Federais);</p>	<p>Objetivo Geral da Política: Ofertar e possibilitar o uso de recursos, informações, serviços, espaços digitais consultivos, deliberativos e decisórios para o exercício pleno da cidadania.</p> <p>Objetivos Específicos Política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oferecer recursos de qualidade em quaisquer dimensões da cidadania, desde a conectividade até a usabilidade do recurso; • Fomentar a produção, gestão e publicidade da informação pública. <p>Diretrizes Gerais da Política</p> <p>4. Ampliar a oferta de serviços e sistemas multiplataformas: acessos à internet, TV digital, telefonia fixa e móvel, disseminados no território com total cobertura urbana e rural.</p> <p>5. Transformar a RMBH em uma referência nacional do uso e desenvolvimento de novas tecnologias digitais explorando uma vocação latente da região;</p> <p>6. Todos os municípios da RMBH ofertando serviços e comunicação online –WEB 2.0. Criação e consolidação da rede de Portais dos Municípios da RMBH voltada para a interoperabilidade, comunicação</p>	<p>Projeto 4. E-Legislação: Sistema integrado de consulta à legislação dos municípios da RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto Disponibilização online de toda a legislação dos municípios da RMBH.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a informatização do processo de criação de leis nos municípios, fornecendo ainda ao cidadão condições de manifestação sobre projetos de leis • Garantir o acesso por meio da internet de toda a legislação dos municípios da RMBH e toda a legislação do estado sobre a região em uma única interface

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>seguintes diretrizes que norteiam a Política Metropolitana Integrada de Democracia Digital:</p> <p>1. Inserção contundente da RMBH e seus cidadãos na sociedade do conhecimento na próxima década.</p> <p>2. Formação de acordos para geração e transferência de conhecimento (banco de melhores práticas), informações e tecnologia entre atores da RMBH, garantindo a autonomia de arranjos institucionais transversais entre múltiplos atores - Secretarias estaduais, Prefeituras, Câmaras, Conselhos, sociedade civil e setor produtivo.</p> <p>3. RMBH 100% “iluminada” nos próximos 10 anos com oferta multimodal, o que significa dizer apropriação de todo o conjunto de dispositivos, aplicativos, serviços e suporte à conectividade para interação e acesso por meios eletrônicos digitais.</p> <p>4. Ampliar a oferta de serviços e sistemas multiplataformas: acessos à internet, TV digital, telefonia fixa e móvel,</p>	<p>privado e sociedade civil da RMBH.</p>	<p>ensino à distância para cidadãos e servidores (parcerias com UAB e Universidades Federais);</p> <p>Objetivos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar a distribuição dos programas existentes em toda a RMBH, buscando com isto relacionar esta distribuição às áreas prioritárias (com maiores carências). Este projeto demanda, portanto, uma articulação entre os três entes federativos, a iniciativa privada e a sociedade civil para redistribuir os diferentes programas já existentes de forma a evitar concentrações dos mesmos em áreas já atendidas. • Formar e qualificar os quadros do setor público dos municípios que compõem a RMBH de modo a desenvolver competências para uso pleno das TICs. Este processo de formação e qualificação poderá ser desenvolvido através da UAB - Universidade Aberta do Brasil em parceria com a UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. - A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. - O Sistema UAB foi instituído em 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior interação entre representante e representados • Maior participação nos processos decisórios • Melhor prestação de serviços pelo Estado. 	<p>Objetivos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar a distribuição dos programas existentes em toda a RMBH, buscando com isto relacionar esta distribuição às áreas prioritárias (com maiores carências). Este projeto demanda, portanto, uma articulação entre os três entes federativos, a iniciativa privada e a sociedade civil para redistribuir os diferentes programas já existentes de forma a evitar concentrações dos mesmos em áreas já atendidas. • Formar e qualificar os quadros do setor público dos municípios que compõem a RMBH de modo a desenvolver competências para uso pleno das TICs. Este processo de formação e qualificação poderá ser desenvolvido através da UAB - Universidade Aberta do Brasil em parceria com a UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. - A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. - O Sistema UAB foi instituído em 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". - Fomenta a modalidade de educação à distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. 	<p>e troca de informações e experiências</p> <p>7. Criação do Portal da RMBH como espaço colaborativo para a convergência de informações relevantes ao contexto metropolitano e serviços de interesse comum ofertados por grupos de municípios ou em seu conjunto (todos 34 municípios), bem como pelo sistema gestor e de planejamento da RMBH.</p> <p>8. Disponibilização on line de informações pertinentes ao planejamento e gestão da RMBH - Legislação, atos e decretos – municipais e estaduais, cartografia, análises espaciais, pesquisas, planos e projetos, chamadas e editais públicos.</p> <p>9. Desenvolvimento de requisitos mínimos para construção e contratação de sistemas de gestão para a RMBH: interoperatividade, metadados básicos, protocolos de comunicação e de sistemas entre prefeituras e estados, segurança da informação e protocolo de coleta e disseminação de dados.</p> <p>Projeto 1. Desenvolvimento de portais municipais dotados de interoperabilidade para o e-gov, que forneçam espaços de informação, consulta e decisão</p> <p>Objetivo Geral do Projeto: Indicar possíveis apropriações das novas TICs de forma a permitir a implementação e</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>disseminados no território com total cobertura urbana e rural.</p> <p>5. Transformar a RMBH em uma referência nacional do uso e desenvolvimento de novas tecnologias digitais explorando uma vocação latente da região;</p> <p>6. Todos os municípios da RMBH ofertando serviços e comunicação online – WEB 2.0. Criação e consolidação da rede de Portais dos Municípios da RMBH voltada para a interoperabilidade, comunicação e troca de informações e experiências</p> <p>7. Criação do Portal da RMBH como espaço colaborativo para a convergência de informações relevantes ao contexto metropolitano e serviços de interesse comum ofertados por grupos de municípios ou em seu conjunto (todos 34 municípios), bem como pelo sistema gestor e de planejamento da RMBH.</p> <p>8. Disponibilização on line de informações pertinentes ao planejamento e gestão da RMBH - Legislação, atos e decretos – municipais e estaduais, cartografia,</p>	<p>expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País".</p> <p>- Fomenta a modalidade de educação à distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação.</p> <p>- Estratégias: Editais abertos aos municípios para a criação de PÓLOS UAB (730 pólos/municípios). Apoio na estruturação dos pólos: para os equipamentos, a contratação (por Bolsas) para o pessoal, para o mobiliário, etc.</p> <p>Projeto 3. E-Saúde: informação e prestação de serviços virtuais de saúde na RMBH para levar informações aos lugares mais distantes e ao mesmo tempo oferecer oportunidade de reciclagem e atualização para os profissionais;</p> <p>Objetivo: Criação de um portal da saúde da RMBH com o intuito de disponibilizar informações e agendar consultas e exames para os cidadãos. O portal RMBH-saúde deverá conter:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre os endereços, horários de funcionamento, meios de transporte público (municipal e intermunicipal) e as informações sobre a utilização do serviço de todas as unidades de saúde. 	<p>- Estratégias: Editais abertos aos municípios para a criação de PÓLOS UAB (730 pólos/municípios). Apoio na estruturação dos pólos: para os equipamentos, a contratação (por Bolsas) para o pessoal, para o mobiliário, etc.</p> <p>Projeto 5. Portal da RMBH; como espaço colaborativo e interativo para convergência de serviços e ações conjuntas.</p> <p>Objetivo Geral do Projeto: O presente projeto tem por objetivo a criação e desenvolvimento de um portal eletrônico da Região Metropolitana de Belo Horizonte.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior transparência • Maior <i>accountability</i> (prestação de contas) • Maior interação entre representante e representados • Maior participação nos processos decisórios • Melhor prestação de serviços pelo Estado. • Criação de um espaço de oferta de serviços de modo compartilhado por diversos setores municipais, através de um sistema interoperativo para consulta e convergência das informações de interesse público. • Criação de uma Biblioteca Digital da RMBH. Armazenando e apontando textos de interesse ao planejamento, pesquisa e gestão metropolitana. 	<p>desenvolvimento do governo eletrônico nas cidades da RMBH através da criação e desenvolvimento de portais municipais.</p> <p>Projeto 3. E-Saúde: informação e prestação de serviços virtuais de saúde na RMBH para levar informações aos lugares mais distantes e ao mesmo tempo oferecer oportunidade de reciclagem e atualização para os profissionais;</p> <p>Objetivo Geral do Projeto: Criação de um portal da saúde da RMBH com o intuito de disponibilizar informações e agendar consultas e exames para os cidadãos. O portal RMBH-saúde deverá conter:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre os endereços, horários de funcionamento, meios de transporte público (municipal e intermunicipal) e as informações sobre a utilização do serviço de todas as unidades de saúde. Deverão estar disponibilizadas informações sobre pactuações entre os municípios dentro da lógica da regionalização. A porta de entrada do sistema é o posto de saúde, mas os passos seguintes devem estar disponibilizados e bem especificados na rede. • Link para o portal do Ministério da Saúde (http://portal.saude.gov.br/portal/saude/default.cfm), que 			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>análises espaciais, pesquisas, planos e projetos, chamadas e editais públicos.</p> <p>9. Desenvolvimento de requisitos mínimos para construção e contratação de sistemas de gestão para a RMBH:</p> <p>interoperatividade, metadados básicos, protocolos de comunicação e de sistemas entre prefeituras e estados, segurança da informação e protocolo de coleta e disseminação de dados.</p>		<p>Deverão estar disponibilizadas informações sobre pactuações entre os municípios dentro da lógica da regionalização. A porta de entrada do sistema é o posto de saúde, mas os passos seguintes devem estar disponibilizados e bem especificados na rede.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Link para o portal do Ministério da Saúde (http://portal.saude.gov.br/portal/saude/default.cfm), que disponibiliza informações de acordo com o público alvo: Cidadão, Profissional de Saúde e Gestores. A área destinada aos cidadãos contém um espaço intitulado Guia de Unidades de Saúde, que auxilia os usuários a encontrar o estabelecimento de acordo com a especialidade procurada. A ferramenta localiza a unidade mais próxima do domicílio ou do município do usuário. • Marcação de consultas <i>online</i> para municípios de toda a RMBH, com informações sobre o transporte público mais próximo do centro de saúde. • Marcação de exames <i>online</i> para municípios de toda a RMBH, com informações sobre o transporte público mais próximo dos laboratórios • Espaço virtual para que os cidadãos deixem sua opinião sobre o atendimento, estado de higiene e sugestões para os centros de saúde. Dentro das unidades de saúde, uma estação digital, inicialmente, 			<p>disponibiliza informações de acordo com o público alvo: Cidadão, Profissional de Saúde e Gestores. A área destinada aos cidadãos contém um espaço intitulado Guia de Unidades de Saúde, que auxilia os usuários a encontrar o estabelecimento de acordo com a especialidade procurada. A ferramenta localiza a unidade mais próxima do domicílio ou do município do usuário.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Marcação de consultas <i>online</i> para municípios de toda a RMBH, com informações sobre o transporte público mais próximo do centro de saúde. • Marcação de exames <i>online</i> para municípios de toda a RMBH, com informações sobre o transporte público mais próximo dos laboratórios • Espaço virtual para que os cidadãos deixem sua opinião sobre o atendimento, estado de higiene e sugestões para os centros de saúde. Dentro das unidades de saúde, uma estação digital, inicialmente, incentivaria os usuários a participar da melhoria da qualidade do serviço. Temos como referência mais uma vez o portal do Ministério da Saúde, que disponibiliza o espaço “fale com o ministério”, onde o cidadão pode comunicar com áreas técnicas e outras entidades, além de subsidiar o órgão acerca das preocupações e demandas da 	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>incentivaria os usuários a participar da melhoria da qualidade do serviço. Temos como referência mais uma vez o portal do Ministério da Saúde, que disponibiliza o espaço “fale com o ministério”, onde o cidadão pode comunicar com áreas técnicas e outras entidades, além de subsidiar o órgão acerca das preocupações e demandas da população.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um link para o Hospital Virtual Brasileiro, espaço de troca de informações sobre experiências, tratamentos e relatos de diagnósticos entre os profissionais da saúde. Além disso, neste espaço estarão disponibilizadas sugestões de bibliografia, artigos, casos clínicos, ferramentas de educação em saúde, eventos de interesse e links para portais interessantes. <p>Projeto 4. E-Legislação: Sistema integrado de consulta à legislação dos municípios da RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto Disponibilização online de toda a legislação dos municípios da RMBH.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a informatização do processo de criação de leis nos municípios, fornecendo ainda ao cidadão condições de manifestação sobre projetos de leis • Garantir o acesso por meio da internet de toda a legislação dos municípios da RMBH e toda a legislação do estado sobre a região 			<p>população.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um link para o Hospital Virtual Brasileiro, espaço de troca de informações sobre experiências, tratamentos e relatos de diagnósticos entre os profissionais da saúde. Além disso, neste espaço estarão disponibilizadas sugestões de bibliografia, artigos, casos clínicos, ferramentas de educação em saúde, eventos de interesse e links para portais interessantes. 	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>em uma única interface</p> <p>Projeto 5. Portal da RMBH; como espaço colaborativo e interativo para convergência de serviços e ações conjuntas.</p> <p>Objetivo Geral do Projeto: O presente projeto tem por objetivo a criação e desenvolvimento de um portal eletrônico da Região Metropolitana de Belo Horizonte.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior transparência • Maior <i>accountability</i> (prestação de contas) • Maior interação entre representante e representados • Maior participação nos processos decisórios • Melhor prestação de serviços pelo Estado. • Criação de um espaço de oferta de serviços de modo compartilhado por diversos setores municipais, através de um sistema interoperativo para consulta e convergência das informações de interesse público. • Criação de uma Biblioteca Digital da RMBH. Armazenando e apontando textos de interesse ao planejamento, pesquisa e gestão metropolitana. 				
	<p>2. Programa de Acesso Universal à Informação</p> <p>Objetivo do programa:</p>	<p>Projeto 1. Modelo padrão para desenvolvimento de software para municípios da RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto: Criação de um modelo padrão de</p>		<p>Objetivo do programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atenção à interoperabilidade de sistemas de informação e comunicação para o fomento às ações colaborativas, à troca de informações, ganhos de escala 	<p>Objetivo do programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A gestão da informação metropolitana – coleta e tratamento, armazenamento, disseminação e recuperação da 	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<ul style="list-style-type: none"> A gestão da informação metropolitana – coleta e tratamento, armazenamento, disseminação e recuperação da informação; Conformação de rede de Informação Metropolitana por meio de adoção de padrões, preferencialmente abertos, para a obtenção de infraestrutura de dados e informações metropolitanas com segurança, confiabilidade e primacidade; Atenção à interoperabilidade de sistemas de informação e comunicação para o fomento às ações colaborativas, à troca de informações, ganhos de escala das aplicabilidades e comunicação ampliada entre os entes federativos da região metropolitana; Alinhamento com a internet e adoção do XML. 	<p>requisitos para a contratação e o desenvolvimento de sistemas de informação para suporte à administração pública na RMBH.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação de um modelo de desenvolvimento de software público, que preveja a utilização de padrões abertos, permitindo a integração de dados entre diferentes sistemas; Definição de um protocolo de metadados (serviços Web, baseados em XML) para a comunicação de dados entre sistemas municipais da RMBH e entre sistemas municipais e o estado; Garantia de disponibilização e codificação neutra não só dos dados, mas também das regras de negócio presentes em todos os sistemas; Garantia de segurança dos sistemas, observando a integridade, disponibilidade, autenticidade e confidencialidade dos dados; Adoção de um conjunto mínimo de metadados sobre toda a informação armazenada em sistemas municipais, e catalogação desses metadados, codificados segundo padrões internacionais; Desenvolvimento e adoção de uma Política de Disseminação de Dados e Informações comum aos municípios da RMBH. <p>Projeto 2. Infraestrutura de</p>	<p>das aplicabilidades e comunicação ampliada entre os entes federativos da região metropolitana;</p> <p>Projeto 1. Modelo padrão para desenvolvimento de software para municípios da RMBH</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação de um modelo de desenvolvimento de software público, que preveja a utilização de padrões abertos, permitindo a integração de dados entre diferentes sistemas; Definição de um protocolo de metadados (serviços Web, baseados em XML) para a comunicação de dados entre sistemas municipais da RMBH e entre sistemas municipais e o estado; Desenvolvimento e adoção de uma Política de Disseminação de Dados e Informações comum aos municípios da RMBH. <p>Projeto 2. Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE para a RMBH</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação de acordos multilaterais de fornecimento de dados georreferenciados entre todos os produtores governamentais; Fomentar a integração de bases de dados tendo o território como eixo; 	<p>informação;</p> <ul style="list-style-type: none"> Conformação de rede de Informação Metropolitana por meio de adoção de padrões, preferencialmente abertos, para a obtenção de infraestrutura de dados e informações metropolitanas com segurança, confiabilidade e primacidade; Alinhamento com a internet e adoção do XML. <p>Projeto 1. Modelo padrão para desenvolvimento de software para municípios da RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto:</p> <p>Criação de um modelo padrão de requisitos para a contratação e o desenvolvimento de sistemas de informação para suporte à administração pública na RMBH.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação de um modelo de desenvolvimento de software público, que preveja a utilização de padrões abertos, permitindo a integração de dados entre diferentes sistemas; Definição de um protocolo de metadados (serviços Web, baseados em XML) para a comunicação de dados entre sistemas municipais da RMBH e entre sistemas municipais e o estado; Garantia de disponibilização e codificação neutra não só dos dados, mas também das regras 		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>Dados Espaciais – IDE para a RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto: Criação de uma infraestrutura de dados espaciais para a RMBH.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de acordos multilaterais de fornecimento de dados georreferenciados entre todos os produtores governamentais; • Disponibilização dos dados georreferenciados da RMBH através da Web, de forma tecnologicamente neutra, rica em metadados e utilizando padrões abertos e amplamente aceitos; • Fomentar a integração de bases de dados tendo o território como eixo; • Possibilitar o acesso aos dados georreferenciados de forma independente da tecnologia adotada para sua construção. <p>Projeto 3. Biblioteca Digital Compartilhada do Sistema de Planejamento Metropolitano da RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto: Criação de um ponto de acesso centralizado digital de estudos, projetos, dissertações, teses, artigos científicos e pesquisas sobre a RMBH, baseado nos diversos recursos eletrônicos das Universidades, Municípios e Estado.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p>			<p>de negócio presentes em todos os sistemas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia de segurança dos sistemas, observando a integridade, disponibilidade, autenticidade e confidencialidade dos dados; • Adoção de um conjunto mínimo de metadados sobre toda a informação armazenada em sistemas municipais, e catalogação desses metadados, codificados segundo padrões internacionais; • Desenvolvimento e adoção de uma Política de Disseminação de Dados e Informações comum aos municípios da RMBH. <p>Projeto 2. Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE para a RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto: Criação de uma infraestrutura de dados espaciais para a RMBH.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização dos dados georreferenciados da RMBH através da Web, de forma tecnologicamente neutra, rica em metadados e utilizando padrões abertos e amplamente aceitos; • Fomentar a integração de bases de dados tendo o território como eixo; <p>Projeto 3. Biblioteca Digital Compartilhada do Sistema de Planejamento Metropolitano</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um sistema de indexação conceitual (temático) sobre o planejamento urbano de metrópoles e formação de estrutura hierárquica dos conceitos que compõe o planejamento urbano, voltado para metrópoles e suas inter-relações. Essa ontologia serve como base para a estruturação da Biblioteca Digital Metropolitana; • Cadastramento de todas as bibliotecas e repositórios digitais que contenham documentos de interesse para a RMBH; • Criação de arquitetura distribuída e automatizada para coleta de documentos relevantes; • Transformação da Biblioteca Digital Metropolitana em referência nacional para Planejamento Urbano. 			<p>da RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto: Criação de um ponto de acesso centralizado digital de estudos, projetos, dissertações, teses, artigos científicos e pesquisas sobre a RMBH, baseado nos diversos recursos eletrônicos das Universidades, Municípios e Estado.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um sistema de indexação conceitual (temático) sobre o planejamento urbano de metrópoles e formação de estrutura hierárquica dos conceitos que compõe o planejamento urbano, voltado para metrópoles e suas inter-relações. Essa ontologia serve como base para a estruturação da Biblioteca Digital Metropolitana; • Cadastramento de todas as bibliotecas e repositórios digitais que contenham documentos de interesse para a RMBH; • Criação de arquitetura distribuída e automatizada para coleta de documentos relevantes; • Transformação da Biblioteca Digital Metropolitana em referência nacional para Planejamento Urbano. 	
	<p>3. Programa de Iluminação Digital na RMBH Objetivos Gerais do Programa:</p>	<p>Projeto 1. Criação de complexo industrial para reciclagem e tratamento de lixo eletrônico Objetivo Geral do Projeto: Criação de um complexo industrial</p>	<p>Projeto 3. Criação de complexo de Tecnologias da Informação na RMBH Objetivo Geral do Projeto: Criação de complexo de Tecnologias da Informação na RMBH contemplando</p>	<p>Projeto 1. Criação de complexo industrial para reciclagem e tratamento de lixo eletrônico Objetivos Específicos do Projeto: • Criação do Centro de Tratamento de</p>	<p>3. Programa de Iluminação Digital na RMBH Objetivos Gerais do Programa: • Ampliar o acesso às</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar o acesso às informações e aos serviços digitais, funcionando como um mecanismo de geração de riqueza e como instrumento de participação na sociedade; Promover o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação; Assegurar infraestrutura metropolitana avançada de acesso digital e uso intenso de tecnologias da informação e comunicação pelo executivo e legislativo do Estado e dos Municípios da RMBH através da moderna estruturação em termos de hardware, software e conexão banda larga. <p>Objetivos Específicos Programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Explorar e expandir a infraestrutura de redes existente; Expansão rumo ao acesso pleno – rural e urbano; Redução de limitadores de acesso, 	<p>de reciclagem de lixo eletrônico na RMBH.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação do Centro de Tratamento de Resíduos Eletrônicos da RMBH, em parceria com todas as prefeituras da região; Garantir editais específicos para pesquisa em tratamento de resíduos eletrônicos; Garantir linhas de financiamento para empreendimentos voltados ao tratamento de resíduos eletrônicos na RMBH. <p>Projeto 2. Disponibilização de hotspots a partir de todas as instituições de ensino públicas e de todos os pontos turísticos relevantes da RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto:</p> <p>Garantir o acesso público à internet a todas as instituições públicas de ensino e entorno e em pontos turísticos relevantes na RMBH.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fomentar a utilização e produção ampla de conteúdos locais na Web; Garantir banda larga em todas as instituições de ensino públicas na RMBH; Fomentar a competitividade do mercado de banda larga na RMBH. <p>Projeto 3. Criação de complexo de Tecnologias da Informação na RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto:</p>	<p>todo o ciclo de desenvolvimento de tecnologias da informação.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Constituição de arranjo institucional multilateral com foco no domínio do ciclo completo de desenvolvimento de tecnologias da informação na RMBH: do silício ao <i>software</i> e à reciclagem de <i>hardware</i>; Consolidação de políticas públicas da RMBH para inovação em TI como políticas de estado para os municípios e Minas Gerais; Avaliação dos estágios da cadeia produtiva de TI imediatamente absorvíveis pela capacidade de oferta de serviços na RMBH e definição de investimentos prioritários em elos imediatamente anteriores e posteriores aos mesmos, fomentando assim um círculo virtuoso de demanda e fornecimento; Criação de Plano de Investimentos Metropolitano para o fomento à indústria de TI na RMBH. 	<p>Resíduos Eletrônicos da RMBH, em parceria com todas as prefeituras da região;</p>	<p>informações e aos serviços digitais, funcionando como um mecanismo de geração de riqueza e como instrumento de participação na sociedade;</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação; Assegurar infraestrutura metropolitana avançada de acesso digital e uso intenso de tecnologias da informação e comunicação pelo executivo e legislativo do Estado e dos Municípios da RMBH através da moderna estruturação em termos de hardware, software e conexão banda larga. <p>Objetivos Específicos Programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Explorar e expandir a infraestrutura de redes existente; Expansão rumo ao acesso pleno – rural e urbano; Redução de limitadores de acesso, como o custo de conectividade; Conectar com banda larga todas as sedes municipais; Levantamento das condições atuais de infraestrutura de tecnologia da informação das prefeituras; Garantir a implementação mínima de infraestrutura necessária para a hospedagem de sistemas escaláveis de cadastro multifinalitário; Garantir a implementação mínima de infraestrutura 	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>como o custo de conectividade;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conectar com banda larga todas as sedes municipais; • Levantamento das condições atuais de infraestrutura de tecnologia da informação das prefeituras; • Garantir a implementação mínima de infraestrutura necessária para a hospedagem de sistemas escaláveis de cadastro multifinalitário; • Garantir a implementação mínima de infraestrutura necessária para a hospedagem de bases eletrônicas atualizadas, endereçáveis e georreferenciadas em todos os municípios; • Garantir quadros permanentes para os setores de tecnologia da informação de todas as prefeituras; • Fornecimento de serviços e informações relevantes ao cidadão de maneira digital, 	<p>Criação de complexo de Tecnologias da Informação na RMBH contemplando todo o ciclo de desenvolvimento de tecnologias da informação.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Constituição de arranjo institucional multilateral com foco no domínio do ciclo completo de desenvolvimento de tecnologias da informação na RMBH: do sílcio ao <i>software</i> e à reciclagem de <i>hardware</i>; • Consolidação de políticas públicas da RMBH para inovação em TI como políticas de estado para os municípios e Minas Gerais; • Avaliação dos estágios da cadeia produtiva de TI imediatamente absorvíveis pela capacidade de oferta de serviços na RMBH e definição de investimentos prioritários em elos imediatamente anteriores e posteriores aos mesmos, fomentando assim um círculo virtuoso de demanda e fornecimento; • Criação de Plano de Investimentos Metropolitano para o fomento à indústria de TI na RMBH. 			<p>necessária para a hospedagem de bases eletrônicas atualizadas, endereçáveis e georreferenciadas em todos os municípios;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir quadros permanentes para os setores de tecnologia da informação de todas as prefeituras; • Fornecimento de serviços e informações relevantes ao cidadão de maneira digital, como mecanismo de fomento para apropriação das TICs; • Consolidação da RMBH como pólo de oferta de serviços em TICs. <p>Projeto 2. Disponibilização de hotspots a partir de todas as instituições de ensino públicas e de todos os pontos turísticos relevantes da RMBH</p> <p>Objetivo Geral do Projeto: Garantir o acesso público à internet a todas as instituições públicas de ensino e entorno e em pontos turísticos relevantes na RMBH.</p> <p>Objetivos Específicos do Projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a utilização e produção ampla de conteúdos locais na Web; • Garantir banda larga em todas as instituições de ensino públicas na RMBH; • Fomentar a competitividade do mercado de banda larga na RMBH. 	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Acessibilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	como mecanismo de fomento para apropriação das TICs; • Consolidação da RMBH como pólo de oferta de serviços em TICs. Metas: Curto (2015) e Médio (2023) prazos					

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
Seguridade						
<p>Política Metropolitana Integrada de Segurança Pública</p> <p>Objetivo Geral Promover a integração de instituições de segurança e de programas e ações de promoção, prevenção e coerção no campo da segurança pública, visando reduzir os índices de criminalidade violenta, em especial os homicídios, nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Fortalecer as ações de repressão qualificada ao crime por parte do aparato policial na RMBH; •Incrementar a integração das polícias militar e civil na RMBH; •Fortalecer as guardas municipais na RMBH; •Potencializar as ações de ressocialização nas unidades prisionais e nas unidades do sistema sócio-educativo da RMBH; •Promover amplo programa de prevenção social da violência focado na juventude em situação de risco social. 	<p>Eixo 1: Coerção Qualificada</p> <p>1. Programa de Integração das polícias na RMBH</p> <p>Metas: Curto a médio prazos</p>	<p>Projeto A. Implantação do treinamento integrado das polícias militar e civil</p> <p>Ação Plano de Treinamento Integrado das Polícias da RMBH</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Propiciar maior integração da polícia investigativa e ostensiva na Região Metropolitana de Belo Horizonte •Melhorar a capacitação para atuação operacional das polícias Civil e Militar na Região Metropolitana de Belo Horizonte •Propiciar aprimoramento das técnicas de investigação policial e patrulhamento ostensivo amparadas na perspectiva de inteligência policial e no respeito aos direitos humanos. •Elaboração de um curso de treinamento integrado, com turmas mistas, com carga horária mínima de 60hs. •As aulas devem ser realizadas em ambas as academias (Civil e Militar) e devem contemplar uma formação doutrinária e teórica com carga horária maior em técnicas de ação policial •O curso de treinamento deve ser gerenciado pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e formulado pelas academias de forma conjunta <p>Projeto B. Gestão Integrada da Ação Policial Ostensiva e Investigativa</p> <p>Ação</p> <ul style="list-style-type: none"> •Implantação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública da Região Metropolitana de Belo Horizonte <p>Objetivos</p>	<p>Os pilares constituidores da Política Integrada de Segurança Pública para a RMBH, ora proposta, se adequam aos fundamentos do PRONASCI, quais sejam: Interdisciplinaridade, no sentido de que se deve assegurar a ordem pública via a utilização legítima da coerção através da integração de diversas políticas e campos institucionais às instituições, programas e ações de prevenção específicos do campo da segurança; Participação comunitária visando o ajuste e apropriação das ações ao contexto e peculiaridades locais; Transparência de objetivos e métodos das ações, Comunicação pública e Respeito aos direitos humanos fundamentais à vida, à igualdade, à segurança, à liberdade e o acesso à justiça.</p>	<p>Arranjo institucional colaborativo entre os representantes institucionais das políticas afins, os quadros gestores dos municípios, a agência metropolitana, as universidades e demais atores que podem ser ampliados e/ou articulados tendo em vista a especificidade de cada programa proposto. A competência de cada ator é específica por programas e a Institucionalidade é constituída por 4 fases: Diagnóstico local; Plano estratégico; Implementação; Monitoramento e avaliação</p>	<p>[Ação Proj.B Prog.2]: Implantação do Sistema integrado de informações das Guardas Municipais da RMBH (SIG – RMBH)</p>	<p>O financiamento dos programas deve ser buscado pelos municípios através do Fundo Nacional de Segurança Pública e do PRONASCI e demais órgãos que possam ser parceiros dos programas.</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Segurança

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<ul style="list-style-type: none"> •Garantir a participação e comprometimento efetivo dos municípios com as ações de segurança pública •Possibilitar a formulação de planos de ação policial que contemplem o fenômeno da criminalidade em sua dinâmica metropolitana •Garantir a criação de um fórum de discussão permanente sobre as questões metropolitanas referentes à criminalidade •Viabilizar a integração das informações criminais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. <p>Projeto C. Presença policial ostensiva e permanente nos territórios de maior índice de violência</p> <p>Ação Implantação do Grupamento Especial para Áreas de Risco – GEPAR nos territórios que apresentam maiores índices de violência</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Garantir a presença efetiva do Estado em territórios dominados pelo tráfico de drogas •Oferecer aos territórios dominados pelo tráfico um padrão de policiamento ostensivo pautado pelo princípio da polícia comunitária garantidores de forte sensação de segurança 				
	2. Programa de fortalecimento e integração das Guardas Municipais	<p>Projeto A. Aprimoramento da Formação e Treinamento das Guardas Municipais</p> <p>Ação Criação da Escola Metropolitana de Formação e Treinamento das Guardas Municipais</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Qualificar os contingentes de guardas 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Segurança

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte •Padronizar a atuação das Guardas Municipais no que se refere à aproximação com a comunidade e o respeito aos direitos humanos Projeto B. Integração das bases de dados das Guardas Municipais Ação Implantação do Sistema integrado de informações das Guardas Municipais da RMBH (SIG – RMBH) Objetivos •Viabilizar a integração das bases de dados das diversas Guardas Municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte •Permitir acesso e troca de informação e eventualmente estabelecer ações operacionais integradas a partir dessas informações.				
	Eixo 2: Prevenção Social 1. Programa metropolitano de comunicação para a paz	Projeto A. Implantação de política de comunicação para difusão permanente de uma cultura de paz Ação Criação de uma diretoria de comunicação no âmbito da Agência Metropolitana destinada à criação de estratégias de comunicação pública voltadas para a disseminação de valores promotores da cultura da paz. Objetivos •Implementar uma política de comunicação permanente voltada para a disseminação dos valores da vida e da paz como centrais na urbanidade da RMBH				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<ul style="list-style-type: none"> •Envolver e estabelecer parcerias com os principais veículos e formadores de opinião nas ações de comunicação a serem implantadas •Constituir núcleos locais, que envolvam representantes da sociedade civil e organizada, destinados a ajustar as ações de comunicação indicadas às realidades lingüísticas e culturais dos municípios 				
	<p>2. Programa Metropolitano de prevenção e controle do tráfico e uso do crack</p>	<p>Projeto A. Comunicação Pública Ação Política de comunicação pública destinada à criação de um valor de cultura contraposto ao uso do Crack.</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Implementar uma política de comunicação permanente no âmbito municipal voltada para a prevenção de uso do Crack tendo como público alvo principal os jovens •Envolver e estabelecer parcerias com os principais veículos e formadores de opinião nas ações de comunicação a serem implantadas •Constituir instâncias participativas de produção e disseminação de informação sobre o tema. <p>Projeto B. Núcleos de Apoio Comunitário Ação Programa de apoio e orientação destinado às famílias e comunidades com alta incidência de usuários e dependentes</p> <p>Objetivos Constituir núcleos de atuação locais destinados a qualificar e apoiar as comunidades em que o tráfico, uso e dependência do Crack tenham sido mapeados como de alta incidência.</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>Projeto C. Ampliação do atendimento ao usuário do Crack</p> <p>Ação Constituição de uma rede de atendimento na saúde pública municipal voltada para o atendimento, acolhimento, redução de danos e recuperação dos dependentes de Crack</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Garantir a ampliação oferta de atendimento clínico especializado na atenção aos dependentes de Crack •Capacitar profissionais com um saber específico para abordagem do Crack •Criar um equipamento público local destinado especificamente ao atendimento usuários e dependentes de Crack •Criação de centros de programas de redução de danos e acolhimento provisório aos dependentes químicos do Crack 				
	<p>3. Programa metropolitano de prevenção social da violência</p>	<p>Projeto A. Fortalecimento dos núcleos de prevenção social da violência</p> <p>Ação Implantação dos Núcleos de Prevenção Social da Violência nos territórios com alta taxa de homicídios e dominados pelo tráfico de drogas</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Expandir atividades de prevenção social da violência focadas na juventude em situação de vulnerabilidade social; •Consolidar a prevenção social direcionada para a mediação de conflitos em territórios de alta incidência de violência <p>Projeto B. Inserção no mercado de trabalho de jovens em situação de</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>vulnerabilidade social</p> <p>Ação Implantação de projeto de inserção no mercado de trabalho de jovens residentes em territórios de alta incidência de violência</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Reduzir as oportunidades de cooptação pelo tráfico de drogas de jovens residentes em territórios de alta incidência de violência; •Oferecer oportunidades de trabalho que gerem renda imediata a jovens residentes em territórios de alta incidência de violência <p>Projeto C. Ampliação da aplicação das penas alternativas</p> <p>Ação Ampliação do projeto Central de Acompanhamento das Penas Alternativas (CEAPA)</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Criar alternativas de cumprimento das penas que favoreçam a diminuição da reincidência criminal; •Diminuir a superlotação do sistema prisional 				
	<p>Eixo 3: Sistema Prisional</p> <p>1. Programa de Modernização do Sistema Prisional</p>	<p>Projeto A. Fortalecimento das iniciativas de execução penal de perspectiva comunitária</p> <p>Ação Implantação do modelo APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) em todos os municípios da RMBH</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Ampliar as oportunidades de ressocialização dos criminosos que 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>cumprem penas</p> <ul style="list-style-type: none"> •Diminuir a reincidência criminal •Fortalecer a participação comunitária no processo de execução penal <p>Projeto B. Fortalecimento das Alternativas de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional</p> <p>Ação Ampliação do Projeto de Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional (PRESP)</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Diminuir a reincidência criminal na RMBH •Facilitar a reinserção do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho <p>Projeto C- Garantia de Atividades Laborais ao Preso no Sistema Penitenciário</p> <p>Ação Implantação de unidades produtivas nas penitenciárias sediadas na RMBH</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Potencializar as ações de ressocialização no sistema prisional •Diminuir a ociosidade do preso no sistema prisional 				
	<p>Eixo 4: Adolescente Infrator</p> <p>1. Programa de modernização da gestão do sistema socioeducativo</p>	<p>Projeto A – Ampliação das Medidas de Regime Aberto Geridas pelos Municípios</p> <p>Ação Apoio técnico aos municípios para a implantação das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade</p> <p>Objetivos</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Segurança

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>•Viabilizar o pleno cumprimento das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente</p> <p>•Diminuir as oportunidades de inserção de jovens em situação de risco social em carreiras criminosas</p> <p>Projeto B - Ampliação das vagas para adolescentes em cumprimento de internação provisória e de internação definitiva</p> <p>Ação Construção de Centros de Internação para adolescentes infratores em cumprimento de internação provisória como também de medida socioeducativa de internação</p> <p>Objetivos</p> <p>•Retirar todos os adolescentes infratores que estão custodiados em unidades prisionais para adultos na RMBH</p> <p>•Garantir o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere às medidas socioeducativas</p> <p>Projeto C - Articulação das organizações públicas que atuam no atendimento ao adolescente infrator</p> <p>Ação Implantação de novas unidades do Centro de Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator (CIA)</p> <p>Objetivos</p> <p>•Promover a devida articulação das organizações públicas que são responsáveis pelo atendimento e encaminhamento do adolescente infrator</p> <p>•Viabilizar o pleno cumprimento das prescrições previstas no Estatuto da Criança</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		e do Adolescente				
<p>Política Metropolitana Integrada de Gestão de Riscos Ambientais e Mudanças Climáticas</p> <p>Objetivo geral: Identificação de vulnerabilidades a riscos ambientais e às mudanças climáticas; planejamento para adaptação e impactos. Criação de um sistema metropolitano de gestão de riscos, incluindo um SISTEMA METROPOLITANO INTEGRADO de DEFESA CIVIL.</p> <p>Objetivos específicos 1. Formação de rede de monitoramento de riscos e de condições climáticas e atmosféricas. 2. Geração de cenários climáticos futuros dado o aquecimento global e a urbanização. 3. Pesquisas sobre formas de adaptação a efeitos prováveis das mudanças climáticas 4. Avaliação detalhada dos impactos dos riscos ambientais sobre o atendimento à saúde pública.</p>	<p>Programa 1: Sistema de controle, monitoramento e avaliação do risco socioambiental e climático na RMBH Objetivo: Controlar e monitorar o risco socioambiental e climático na RMBH. Metas: 2050: Deve ser implementado de forma prioritária no horizonte de longo prazo, pois objetiva o acompanhamento de modificações climáticas e ambientais mais amplas e lentas na RMBH</p> <p>Programa 2: Desenvolvimento de instrumentos de gestão de risco em áreas rurais e urbanas Diretrizes: *Formas alternativas de moradia para as famílias desabrigadas nos PMRR;</p>	<p>Projetos: Projeto 1: Expandir as estações de monitoramento da qualidade do ar na RMBH. Estudar a localização dos novos pontos de medição na RMBH, assim como rever os parâmetros de medição. O índice de Partículas Totais em Suspensão (PTS) pode não ter mais tanta relevância atualmente, pois indica a presença de partículas muito grossas. Segundo alguns especialistas, PM 2.5 é um índice mais adequado. Projeto 2: projeções climáticas até 2100 para a RMBH, além de dados e análises que mostram os impactos e vulnerabilidades futuras. Edital específico da Fapemig (EDITAL FAPEMIG 21/2010) para Minas Gerais tem como tema a “Avaliação e mapeamento de áreas vulneráveis a eventos climáticos extremos e propostas para gestão dos riscos”. Temática poderia ser ampliada com estudo sobre a adequação da infraestrutura urbana aos riscos de mudanças climáticas (Lei de uso do solo, restrições a impermeabilização de áreas urbanas).</p> <p>Projeto 1: Expansão dos Planos Municipais de Redução de Riscos a todos os municípios da RMBH. Integração desses Planos na forma de um Programa Metropolitano.</p>	<p>[Proj.1 Prog.2] i) criação de capacidade institucional de monitoramento e prevenção para redução dos riscos de desastres e redução de vulnerabilidades, ii) planejamento de uso do solo e ocupação de margens e encostas de rios, ii) adequação de padrões construtivos (domiciliar e comercial) e de equipamentos públicos (por exemplo, permeabilidade de vias públicas)</p> <p>São necessárias tanto uma gestão dos riscos ambientais imediatos, para os equipamentos públicos já instalados e aos riscos já identificados, como também é preciso uma projeção de cenários para os riscos futuro e de medidas a serem tomadas.</p>	<p>Na RMBH, estão sendo realizados cursos de formação para situações de emergências e desastres, com o uso de programas de geoprocessamento, específico para o trato com os desastres e mapeamento de riscos.</p> <p>Fortalecer a ação de prevenção e preparação da Defesa Civil, dando mais importância aos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs) para a preparação da população.</p> <p>Programas de educação ambiental não devem estar presentes apenas nas escolas, mas também nas empresas e estabelecimentos comerciais, de forma que a população seja instruída quanto aos riscos e suas responsabilidades no meio socioambiental</p>	<p>Na RMBH, estão sendo realizados cursos de formação para situações de emergências e desastres, com o uso de programas de geoprocessamento, específico para o trato com os desastres e mapeamento de riscos.</p> <p>Implementação / continuidade de programas de observação sistemática e modelagem climática e a geração de cenários climáticos futuros.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
5. Adequação/Ampliação da infra-estrutura urbana (lei de uso do solo, restrições à impermeabilização de áreas urbanas).	<p>*O casamento com os Planos de Regularização Fundiária e a efetiva inserção nas políticas habitacionais</p> <p>*A Política de Habitação incluída nos Planos de Regularização Fundiária (PRF) e nos Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR);</p> <p>*Incluir no Planejamento Urbano/Metropolitano medidas de adaptação focadas no risco geológico a medidas relacionadas à reestruturação do espaço urbano (redes viárias, áreas verdes etc)</p> <p>*Incluir a consideração do risco de desastre nos procedimentos de planejamento dos projetos de infra-estrutura importantes</p>					
	<p>Programa 3: Educação ambiental para conscientização, informação e prevenção da população em área de risco sócio ambiental.</p>					

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	Programa 4: Modernização da Defesa Civil e adequação do sistema de saúde às vulnerabilidades socioambientais na RMBH	Projeto 1: Criação de um SISTEMA METROPOLITANO INTEGRADO de DEFESA CIVIL, que tenha capacidade de prevenção, preparação e resposta rápida a emergências ambientais, como deslizamentos, desabamentos, enchentes, inundações, incêndios florestais e vazamentos de produtos tóxicos para a RMBH. Criar um Sistema Metropolitano de Alerta para Defesa Civil: sistema de aviso às populações em áreas de risco (por exemplo, sistema de sirenes, inserções de emergência em rádios e TVs, simulações de evacuações em áreas de riscos). Para isso, ações de planejamento e integração das iniciativas da SEMAD, SEDRU e Defesa Civil de Prefeituras.				
Política Metropolitana de Segurança Alimentar e Nutricional • Objetivo geral Efetivar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a erradicação da desnutrição e a articulação entre o rural e o urbano na RMBH. • Objetivos específicos •Garantir a qualidade de vida e a diversidade cultural no meio rural, inclusive nos seus aspectos produtivos; •Contribuir para o combate às mudanças climáticas e para a consolidação da	Programa 1: Apoio às Atividades Rurais • Objetivo geral: Apoiar a produção de alimentos e outros gêneros e serviços da produção rural (infra-estrutura, meio-ambiente, turismo rural, lazer etc.) em bases sustentáveis na RMBH. • Objetivos específicos: •Estimular as cadeias produtivas locais e regionais com vistas a aumentar o emprego, a renda dos agricultores, especialmente os da	Projeto 1: Apoio à produção agropecuária da Região Metropolitana. Objetivo geral: Reforçar as ações já existentes do agronegócio e, sobretudo, da agricultura familiar. Objetivos específicos: (i) produção de maior volume dos produtos da cesta básica, em comparação ao agronegócio; (ii) efeito rápido e multiplicador da produção familiar em respostas aos dos investimentos em crédito e assistência técnica e extensão rural –ATER; (iii) manejo sustentável da terra; (iv) maior capacidade de criação de empregos, em relação ao agronegócio; (v) manutenção dos agricultores familiares no campo, evitando-se o êxodo para as	Alternativas para contrapor o poder do grande varejo: I. Criar estratégias e meios para difundir informações sobre preços da rede varejista, padrões dos produtos e recomendações de consumo alimentar; II. Estruturar equipamentos públicos que possam regular via competição, o comércio de produtos hortigranjeiros e artesanais. [Proj.2 Projeto] Centro de Referência em Qualidade Alimentar Equipamento físico que articula pesquisa, difusão e qualificação profissional, que objetiva qualificar	É objetivo deste PDDI implementar uma política pública que coordene e articule programas e ações de apoio às atividades rurais, a partir dos municípios; em parceria com os governos estaduais e federal (e outras instituições governamentais e não-governamentais). A agência metropolitana deve estabelecer os critérios técnicos e os padrões de acompanhamento e firmar convênios de adesão com os municípios. Estes convênios garantirão os benefícios dos ganhos coletivos de organização e difusão da ação e assegurarão um padrão técnico. A efetivação dos projetos de Agricultura Urbana demanda o envolvimento da SEDRU no que diz respeito ao acesso ao solo urbano e à ampliação da interface entre o Governo de Estado e os municípios.	[Proj.1 Proj.1] O marco jurídico institucional (marco regulatório) para a política agrícola (PA) foi incluído no Título VII (que trata da ordem econômica e financeira) da Constituição de 1988, artigos 184 e 191, que foram regulamentados pela Lei Federal nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991. Além deste, o financiamento da PA poderá vir de recursos orçamentários; de instituições financeiras oficiais e de instituições federais. Este será, preferencialmente, para agricultores familiares reunidos em suas associações, não obstante a liberação do crédito deve ser condicionada pela assistência	

profissionalmente agentes

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>RMBH como sociedade de economia limpa, com baixa emissão de carbono;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Estimular mercados locais e regionais e o acesso a mercados institucionais; •Regular o mercado de alimentos na RMBH, combinando os atributos de qualidade, variedade e preços justos; •Ampliar as perspectivas da população rural da RMBH, de modo a evitar a emigração. 	<p>agricultura familiar;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Melhorar a qualidade dos alimentos produzidos e reduzir seus custos para os cidadãos da RMBH; •Preservar as áreas rurais da ocupação predatória ao meio ambiente; •Evitar a especulação e fixar o homem no campo, de maneira sustentável, com renda suficiente e acesso a serviços públicos adequados. 	<p>idades.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Apoio a extensão rural e qualificação em gestão; *Pesquisa e Extensão; *Meio ambiente e preservação dos recursos naturais e das tradições e culturas agrícolas. <p>Projeto 2: Apoio a serviços públicos de qualidade a outras atividades do meio rural</p> <p>Objetivo:</p> <p>Disseminar a oferta de serviços públicos de qualidade (saúde, educação, assistência social, cultura, etc), inclusive infra-estrutura (estradas vicinais, transportes), a outras atividades do campo, que não as necessariamente voltadas para a agricultura, tais como turismo, lazer e apoio à população residente que se dedica a outras atividades no próprio campo ou nas cidades</p>	<p>econômicos em dietética e gastronomia e difundir padrões de processamento alimentar, nutrição e hábitos alimentares.</p> <p>[Prog.5 Obj.] Fortalecer ações conjuntas entre Estado (nas esferas municipal, estadual e federal), a sociedade civil e empresas</p>	<p>Parceria e convênios do Governo Estadual com municípios, organizações da sociedade civil (ONGs, movimentos sociais, associações de bairro) e universidades para realização de projetos de produção, beneficiamento e/ou comercialização com exigência de monitoramento e avaliação</p> <p>[Prog.4 Obj.] Capacitar profissionais e gestores em educação alimentar e nutricional.</p> <p>[Prog.4 Obj.] Capacitar e qualificar o trabalhador, a trabalhadora e o jovem rural para a produção com tecnologias</p> <p>[Prog.5 Obj.] Criar, fortalecer e qualificar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável</p> <p>[Prog.5 Proj.4] Capacitar os Conselhos Municipais Rurais para acompanhar e executar o Programa.</p>	<p>da Emater.</p> <p>Além do Pronaf, que é federal, o Governo Estadual deve aumentar recursos orçamentários específicos, aumentar os recursos para o Fundo de Desenvolvimento Rural da SEAPA e favorecer linhas de financiamento no BDMG.</p> <p>[Proj.2 Proj.3] Vincular as ações de AU às ações da Política Nacional de Plantas Mediciniais e fitoterápicos (Decreto nº 5813/2006)</p>	
	<p>Programa 2: Apoio às Atividades de Abastecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> •Objetivo geral: Fomentar atividades de abastecimento de bens alimentícios na RMBH, promovendo a oferta de produtos de qualidade, variedade e com preços justos, fortalecendo canais de comercialização da produção local e assegurando aos 	<p>Projeto: Centro de Referência em Qualidade Alimentar</p> <p>Equipamento físico que articula pesquisa, difusão e qualificação profissional, que objetiva qualificar profissionalmente agentes econômicos em dietética e gastronomia e difundir padrões de processamento alimentar, nutrição e hábitos alimentares.</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>cidadãos os meios e informações para aquisição segura de alimentos com elevada qualidade e preços adequados.</p> <p>•Objetivos específicos:</p> <p>1.Estabelecer uma cesta de consumo de produtos alimentares, representativa dos hábitos de consumo da RMBH, para acompanhamento regular nos principais equipamentos de varejo, com os objetivos de acompanhar e comparar os padrões de preços nos municípios e localidades da RMBH, conforme o tipo de estabelecimentos; divulgar os menores e maiores preços, tanto dos produtos quanto da cesta, para estimular a concorrência e orientar os consumidores;</p> <p>2.Difundir e apoiar a implantação de equipamentos fixos de comércio varejista de produtos hortigranjeiros, operado por agentes</p>					

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>privados e regulados publicamente, nos quesitos de preços, padrões de produtos, qualitativos e sanitários, e normas de infraestrutura comercial;</p> <p>3.Promover o aumento da renda rural na área metropolitana, especialmente da agricultura familiar produtora de hortigranjeiros e alimentos artesanais, através da criação de canais de comercialização complementares aos circuitos tradicionais.</p> <p>4.Difundir e apoiar a implantação de equipamentos volantes ou móveis de comércio de produtos hortigranjeiros, operado por produtores rurais e regulado publicamente, nos quesitos de preços, padrões de produtos, qualitativos e sanitários, e normas de infraestrutura comercial;</p> <p>5.Implantar o Centro de Referência em Qualidade Alimentar dedicado à difusão de</p>					

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>técnicas e informações sobre pós-colheita, classificação, processamento e transformação, valores nutricionais e gastronômicas de produtos alimentares, principalmente hortigranjeiros, visando a capacitação de profissionais da área de alimentação e nutrição e a informação aos consumidores;</p> <p>6.Fortalecer e ampliar a rede metropolitana de bancos de alimentos, promovendo protocolos comuns e cooperação técnica e operacional, visando potencializar o alcance deste tipo de equipamentos.</p> <p>Metas: 2015: devem ser implementadas no curto prazo e desenvolver-se gradativamente ao longo do tempo.</p>					
	<p>Programa 3: Agricultura Urbana e Periurbana.</p> <p>Objetivos: Fomentar práticas de agricultura urbana,</p>	<p>Projetos:</p> <p>1.Acesso à terra: 1.Garantir a permanência e potencializar as práticas espontâneas e diversificadas de agricultura urbana na RMBH; 2.Controlar a ação privada sobre o solo</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	através da promoção de programas e projetos de intervenção no campo da agroecologia, da economia popular solidária, da segurança alimentar e nutricional e do planejamento urbano que tenham como objetivo: 1.Avançar na institucionalização da AU em uma perspectiva intersetorial e que contemple as especificidades dos enfoques possíveis; 2.Consolidar espaços públicos de diálogo entre os agentes interessados na AU e temas afins e o poder público 3.Articular as ações que visam desenvolver a agricultura urbana e periurbana e a agricultura familiar; 4.Garantir assessoria técnica e organizativa para os produtores urbanos, qualificação e capacitação em agricultura urbana, agroecologia, comercialização e beneficiamento da produção;	urbano em favor de maior segurança e justiça para grupos sociais empobrecidos; 3.Diversificar o uso dos espaços urbanos - arborização, jardinagem, pomares, hortas, hortos. 4.Complementar a merenda escolar e a alimentação familiar. 5.Estimular práticas alimentares e hábitos de vida saudáveis; 6.Abordar a RMBH enquanto ecossistema. 2.Melhoria de quintais: 1.Valorizar e recuperar a função produtiva dos quintais. 2.Combate à dengue e vetores nocivos à saúde humana. 3.Valorizar a produção para o autoconsumo como instrumento de abastecimento das cidades e de redução do peso do alimento no orçamento familiar. 4.Manter áreas urbanas permeáveis e a biodiversidade. 5.Valorização do papel das mulheres na promoção da saúde familiar, preservação da biodiversidade e saberes sobre o uso de plantas medicinais. 6.Garantir a qualidade das plantas medicinais e medicamentos caseiros usadas pelas famílias. 7.Formação de mulheres e qualificação de trabalhos comunitários relacionados à saúde e meio ambiente. 3.Plantas medicinais e farmácia caseira 1.Valorizar a diversidade biológica e sociocultural e reduzir gastos com saúde. 2.Assegurar a qualidade técnica, biológica, sanitária e nutricional de alimentos e				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>5.Garantir acesso seguro ao solo urbano, acesso à água limpa e de baixo custo, acesso à biodiversidade e aos insumos agroecológicos como semente e composto;</p> <p>6.Garantir acesso ao crédito e diversificar as fontes de financiamento para as atividades de AU.</p> <p>7.Diversificar, dinamizar, qualificar e democratizar o uso dos espaços cotidianos urbanos – públicos e privados -, favorecer a sociabilidade e a relação de confiança entre vizinhos;</p> <p>8.Estimular o cultivo, o extrativismo e a criação em áreas urbanas ociosas;</p> <p>9.Ampliar e aprimorar os programas institucionais de alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, estabelecimentos penais e outros;</p> <p>10.Aumentar a oferta de alimentos - prioritariamente hortaliças e legumes-, flores e plantas medicinais para</p>	<p>plantas medicinais produzidas em áreas urbanas.</p> <p>3.Favorecer o acesso às plantas medicinais, inclusive nativas, de qualidade.</p> <p>4.Favorecer a realização de boas práticas na preparação de remédios caseiros.</p> <p>5.Valorizar o trabalho das mulheres no cuidado com a saúde familiar e na manutenção da biodiversidade urbana.</p> <p>4.Aproveitamento integral de alimentos</p> <p>1.Reduzir o desperdício de alimentos, a geração de resíduos sólidos orgânicos, reduzindo gastos com serviços de limpeza urbana, e aproveitar o potencial nutritivo de todas as partes dos alimentos.</p> <p>5.Desenvolvimento de tecnologias apropriadas para agricultura urbana</p> <p>1.Desenvolver tecnologias adaptadas às práticas de agricultura urbana.</p> <p>2.Garantir o acesso ao patrimônio genético pelos produtores urbanos.</p> <p>3.Garantir a produção e o acesso aos insumos agroecológicos.</p> <p>4.Disponibilizar água limpa, a baixo custo ou sem custos.</p> <p>6.Beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura urbana</p> <p>1.Gerar trabalho e renda.</p> <p>2.Estimular a venda do excedente produtivo e estabelecer mecanismos de conexão direta entre produtor e consumidor facilitando a comercialização de produtos seguros e de bom preço.</p> <p>3.Favorecer o acesso direto ao mercado</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>reduzir o peso dos alimentos no orçamento familiar – autoconsumo- e, eventualmente, para comercializar;</p> <p>11. Ampliar as condições de acesso das famílias aos alimentos frescos, nutritivos e promotores de saúde.</p> <p>12. Gerar emprego (aposentadoria?), ocupação e renda monetária e não-monetária;</p> <p>13. Fomentar o uso de materiais reutilizável e reciclável na organização da produção e reduzir o desperdício de alimentos e recursos locais;</p> <p>14. Fomentar a pesquisa-ensino-extensão sobre AU e agroecologia sob referência da abordagem multidisciplinar;</p> <p>15. Resgatar e valorizar saberes populares e tradicionais articulando-os aos saberes científicos;</p> <p>16. Problematicar e transformar relações</p>	<p>urbano (feiras populares, supermercados, mercado institucional, cestas de alimentos).</p> <p>4. Fortalecer o mercado solidário.</p> <p>5. Facilitar a legalização dos pequenos empreendimentos de agricultura urbana.</p> <p>6. Garantir acesso ao microcrédito, equipamentos e insumos aos produtores urbanos de pequena escala e informais.</p> <p>7. Agregar valor aos produtos da agricultura urbana.</p> <p>7. Adote o Verde</p> <p>1. Manutenção e qualificação de áreas verdes públicas - parques, praças, canteiros, jardins e outras áreas passíveis de ajardinamento.</p> <p>2. Embelezamento e melhoria da qualidade ambiental da cidade.</p> <p>8. Carroceiro</p> <p>1. Geração de trabalho e renda.</p> <p>2. Reduzir a deposição irregular de resíduos sólidos.</p> <p>3. Evitar riscos ambientais e sanitários decorrente da criação de cavalos em espaços urbanos.</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	de gênero e geração; 17.Monitorar, avaliar, publicizar e qualificar os projetos de agricultura urbana.					
	<p>Programa 4: Promoção do Consumo Alimentar Saudável</p> <p>Objetivos: Promover e garantir o direito humano à alimentação adequada, através da promoção de programas e projetos de intervenção no campo social, nutricional e da saúde (caráter preventivo e corretivo) que tenham como objetivo:</p> <p>1.Combater às enfermidades não transmissíveis ligadas à alimentação – ENTAS.</p> <p>2.Promover Educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental.</p> <p>3.Valorizar a tradição culinária.</p> <p>4.Capacitar profissionais e gestores em educação alimentar e nutricional.</p> <p>5.Assistência aos</p>	<p>1.Atividades educativas em Segurança Alimentar e Nutricional</p> <p>1.Diversificar as atividades educativas voltadas à educação alimentar.</p> <p>2.Valorizar o sabor original dos alimentos – uso dos sentidos.</p> <p>3.Desenvolver conceitos, metodologias e projetos de educação alimentar e educação nutricional integrados aos projetos de educação sanitária e ambiental.</p> <p>4.Criar estratégias e metodologias para ações de educação alimentar e nutricional para as diversas faixas etárias, gênero e etnia.</p> <p>5.Identificar as estratégias e abordagens metodológicas empregadas pelas organizações da sociedade civil e órgãos governamentais em ações e políticas de educação alimentar nutricional.</p> <p>6.Orientar e informar para a aquisição de alimentos e difundir o conhecimento sobre nutrição (Rótulo Nutricional. Tabela TACO: a natureza dos alimentos, os parâmetros das necessidades humanas e dos limites biológicos, transformações sofridas pelos alimentos em seu preparo).</p> <p>7.Capacitar e qualificar profissionais, gestores e agentes sociais em educação alimentar e nutricional.</p> <p>2.Orientação nutricional e alimentar nas escolas</p> <p>1.Ampliar as ações de orientação alimentar</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	portadores de necessidades alimentares especiais (Ex: Celiacos) Metas: Prioritário / emergencial, curto prazo (2015), médio prazo (2023), longo prazo (2050)	e nutricional nas escolas urbanas e rurais. 2.Incentivar o consumo de frutas e verduras. 3.Educação alimentar e nutricional no campo 1.Promover educação alimentar e nutricional no campo. 2.Fortalecer a agricultura familiar agroecológica. 3.Preservar, resgatar e valorizar a cultura alimentar originária da tradição das comunidades rurais e urbanas (quilombolas). 4.Promover mudança de hábitos alimentares associados a outras mudanças de valores sociais, culturais e políticos. 5.Combater o desperdício dos alimentos. 6.Articular cultura local e consumo alimentar. 4.Controle do uso de agrotóxico 1.Orientar os agricultores urbanos e familiares e a população sobre o uso de agrotóxicos e suas conseqüências na vida humana e na natureza. 2.Incentivar a compra de alimentos da safra e reduzir o desperdício de alimentos. 3.Adequar a legislação sanitária aos produtos da economia popular solidária. 5.Combate à desnutrição em mulheres e crianças 1.Combater a desnutrição em mulheres e crianças. 2.Integrar as ações do campo da agricultura urbana às ações de educação alimentar e				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>nutricional.</p> <p>3. Valorizar o papel das mulheres enquanto mantenedoras da biodiversidade e de saberes associados.</p> <p>6.Saúde preventiva</p> <p>1.Promover ações de prevenção de doenças crônicas com base em orientações de hábitos alimentares saudáveis.</p>				
	<p>Programa 5: Promoção da Qualidade de Vida no Meio Rural</p> <p>Objetivo geral:</p> <p>Promover melhorias na organização da vida social, individual e coletiva da população rural metropolitana, buscando alcançar um desenvolvimento territorial socialmente justo e provedor da diversidade ambiental e cultural. Objetiva-se fortalecer a identidade dos povos rurais, valorizar a vocação produtiva da RMBH e garantir condições para a permanência da população no campo, principalmente de jovens.</p> <p>Objetivos específicos :</p> <p>1.Capacitar e</p>	<p>Projetos e Ações:</p> <p>1.Projeto Valorização Cultural (indicativo)</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Instalar equipamentos físicos para a realização de encontros e eventos culturais nas comunidades rurais; •Realizar encontros entre idosos a fim de estimular o resgate de memórias sobre a história do local, a troca de experiências e a socialização entre eles; •Realizar encontros entre comunidades tradicionais como quilombolas ou indígenas a fim de fortalecer suas identidades culturais; •Fortalecer e resgatar festividades tradicionais locais como forma de resgate cultural e lazer. <p>2.Projeto Saúde no Campo (concreto)</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Investir no método preventivo da saúde, fortalecendo o Programa Saúde da Família; •Ampliar e diversificar o número de profissionais da saúde como: farmacêuticos, nutricionistas e enfermeiros; •Ampliar a área de atuação do PSF em toda a Região Metropolitana; 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>qualificar o trabalhador, a trabalhadora e o jovem rural para a produção com tecnologias</p> <p>2. Garantir o lazer e a assistência ao idoso do meio rural</p> <p>3. Valorizar a mulher no meio rural, considerando seu papel também na manutenção da agrobiodiversidade e do conhecimento associado à saúde da família, problematizando a relação de gênero</p> <p>4. Garantir o lazer para jovens e crianças no meio rural</p> <p>5. Proteger e valorizar as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, raizeiros, benzedeiros e parteiras) e assentadas da Reforma Agrária</p> <p>6. Garantir a participação da população rural no planejamento de suas vidas a partir da realização constante de consultas à população</p> <p>7. Criar, fortalecer e</p>	<p>• Realizar melhorias sanitárias (mediante consulta prévia à população) como: instalação de fossa séptica e cisternas;</p> <p>• Garantir o abastecimento de água para consumo e para a produção incentivando formas de armazenamento e reuso da água.</p> <p>3. Projeto Capacitação e Qualificação do produtor e produtora rural (concreto) Ações:</p> <p>• Instalar equipamentos físicos (ou utilizar os já existentes) como Centros Vocacionais Tecnológicos Rurais e/ou Fazendas Modelo que tenham laboratórios para pesquisas agropecuárias, salas para a realização de cursos e encontros das comunidades rurais;</p> <p>• Realizar cursos de capacitação tecnológica para os produtores e produtoras;</p> <p>• Realizar cursos de cidadania e meio ambiente;</p> <p>• Realizar cursos de profissionalização em diversas atividades rurais;</p> <p>• Subsidiar o primeiro negócio do jovem produtor;</p> <p>• Fortalecer as escolas rurais para sediarem esses cursos;</p> <p>• Incentivar pesquisas nas áreas de produção e armazenamento de sementes não geneticamente modificadas;</p> <p>• Incentivar a formação de Cooperativas e Associações;</p> <p>• Qualificar os cursos do SENAR</p> <p>4. Projeto Gestão territorial (indicativo) Ações:</p> <p>• Realizar Diagnósticos - pautados na abordagem da educação popular - com a população rural a fim de levantar suas</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	qualificar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável 8. Incentivar manifestações culturais/religiosas locais 9. Fortalecer os serviços de saúde domiciliar 10. Promover melhorias sanitárias nas residências rurais 11. Garantir o acesso a terra segura e a água de boa qualidade 12. Promover a diversificação de atividades rurais 13. Fortalecer laços de solidariedade, relações de confiança e vizinhança 14. Criar e fortalecer Associações Comunitárias e de Produtores e fomentar a criação de novas 15. Difundir tecnologias apropriadas ao caráter pluriativo do meio rural 16. Difundir informações a toda população local, garantindo o acesso às informações sobre o	demandas; •Elaborar junto às comunidades seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural; •Formar lideranças e Agentes de Desenvolvimento Rural para acompanhar a realização do Plano e atuar no diálogo entre a população e o poder público; •Capacitar os Conselhos Municipais Rurais para acompanhar e executar o Programa; •Acompanhar periodicamente a realização e avaliação do planejamento dos territórios locais; •Criar mecanismos de atração da população a esses espaços de diálogo. 5. Projeto Serviços Ambientais (indicativo) Ações: •Valorizar diretamente o produtor ou o seu coletivo (em forma de Associação) pela preservação e manutenção de áreas verdes, mananciais de água, melhorias de quintais, recuperação de áreas degradadas, implementação de mão-de-obra familiar e criação de Sistemas Agroflorestais; •Elaborar pesquisas sobre preservação de espécies e manutenção de ecossistemas, assim como recuperação de áreas degradadas; •Os recursos pagos ao produtor ou à sua Associação e Cooperativa podem ser destinados ao município para investimentos em pesquisa e cursos de qualificação. 6. Pesquisas que precisam ser realizadas: Ações: •Realizar levantamento das diversas Associações ou Cooperativas de produtores				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	desenvolvimento rural 17.Fortalecer ações conjuntas entre Estado (nas esferas municipal, estadual e federal), a sociedade civil e empresas 18.Valorizar o produtor rural por prestação de serviços ambientais 19.Promover na RMBH integração ecológica 20.Promover diversidade cultural e produtiva 21.Fortalecer o saber e a preservação deste por gerações sucessivas 22.Gerar renda monetária e não monetária para as famílias rurais Metas: Curto prazo: 2015	municipais •Realizar levantamento das ONGs de apoio à população rural e ao produtor rural •Traçar o perfil da população rural, gênero, idade, cor, etnia, etc. •Realizar levantamento das festividades na RMBH que sejam manifestações culturais locais •Universidades pesquisarem sobre o tipo de demanda municipal ou regional a fim de realizarem pesquisas em tecnologias para ofertarem cursos de acordo com o perfil de cada região •Realizar avaliações sobre o andamento do Programa Saúde da Família nas áreas rurais dos municípios				
Política Metropolitana Integrada de Formação e Qualificação Profissional Objetivos gerais: Ampliar a capacidade da força de trabalho de se inserir no processo de desenvolvimento econômico e contribuir para a inserção mais competitiva da RMBH nos	1. Programa de formação para a qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho Objetivo Geral •Proporcionar aos diversos segmentos da população	Projeto 1) Constituição do Observatório do Emprego e da Formação Profissional da RMBH •Este Observatório se constituirá num espaço tripartite para: • Socialização e discussões de estudos setoriais que repercutem no perfil de formação e qualificação dos trabalhadores da região ao longo da execução da política; • Divulgação dos resultados das Pesquisas de Emprego e Desemprego realizadas em	[Prog.2] Institucionalização do Observatório do Emprego e da Formação Profissional da Região Metropolitana de Belo Horizonte como espaço de gestão e implementação da Política de Formação e Qualificação Profissional com o objetivo de promover uma maior articulação entre demanda e oferta de trabalho	[Proj.4 Prog.1] Desenvolver e implementar, em articulação com os parceiros institucionais, metodologias de formação de formadores compatíveis com a realidade de cada setor.	Os programas se articulam à proposta de um Sistema de Informações Culturais, incluída na Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos, que abarca a disponibilização de informações sobre oferta de oportunidades de formação e qualificação no território da RMBH, permitindo assim a	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>cenários nacional e internacional.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Articular a demanda por formação e qualificação profissional à capacidade de oferta de serviços de aprendizado em geral e tecnológico, em particular, instalada no território; •Promover: <ul style="list-style-type: none"> _A difusão e a diversificação de ações que visem à formação e à qualificação profissional; _O fortalecimento das capacidades e habilidades potenciais e latentes presentes no território; _Oportunidades relacionadas ao primeiro emprego para jovens; _Oportunidades para grupos específicos de pessoas, organizadas por gênero, raça e faixas etárias; •Adequar os processos de formação e qualificação profissional às: <ul style="list-style-type: none"> _Necessidades colocadas pelos investimentos programados por município e setor de atividade econômica para o próximo quinquênio; _Oportunidades colocadas por tendências identificadas e por grandes eventos, 	<p>metropolitana oportunidades para acessar conhecimentos especializados e retrabalhar saberes de modo a contribuir para a melhoria de sua inserção nos mundos do trabalho, operando transformações em seus meios de vida, com vistas a intervir, como protagonistas, nas estratégias locais de desenvolvimento.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Promover a difusão em escala ampliada de cursos de formação compatíveis com as exigências dos padrões tecnológicos e organizacionais a serem atualizados permanentemente de acordo com a temporalidade do programa; •Proporcionar aos jovens oportunidades de formação profissional articuladas com a frequência à escolarização básica, de modo a favorecer as experiências de inserção no primeiro emprego; 	<p>conjunto pela Fundação João Pinheiro e DIEESE para subsidiar nas análises referentes às questões relacionadas à formação e qualificação profissional;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de eventos periódicos tais como seminários, palestras, simpósios, fóruns de debates etc. de modo a pautar temas de relevância para o desenvolvimento da política com vistas a projetar o Observatório como espaço de proposição que almeja alcançar o reconhecimento público. <p>Projeto 2) Constituição de Centros Públicos de Formação Profissional nos Municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte</p> <ul style="list-style-type: none"> •Ofertar cursos elementares de formação dirigidos a públicos variados voltados à difusão de paradigmas tecnológicos e organizacionais que se apresentam como hegemônicos no atual estágio de desenvolvimento; •Promover a re-inserção no mundo do trabalho de trabalhadores que eventualmente tenham sido afetados pelo desemprego; •Estimular as empresas a implementarem ambientes favoráveis à aprendizagem e ao aprimoramento das competências profissionais; •Criar as Brigadas pela Formação e Qualificação no âmbito municipal, valendo-se de trabalho voluntário de pessoas com níveis de formação e qualificação mais elevados. <p>Projeto 3) Incentivo ao Primeiro Emprego para Jovens</p>	<p>na Região Metropolitana e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.</p>	<p>difusão dessa informação aos trabalhadores desta Região.</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>como o envelhecimento populacional, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.</p> <p>Metas: Prioritário/emergencial, curto prazo (2015) Médio prazo (2023) Longo prazo (205)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o desenvolvimento de projetos de formação continuada e em serviço com vistas a proporcionar oportunidades para a atualização permanente dos trabalhadores inseridos nos mundos do trabalho; Desenvolver programas regulares de formação de formadores da rede de parceiros institucionais que atuam no âmbito dessa política com o objetivo de qualificar o trabalho dos educadores; 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a articulação entre empresas e escolas de modo a favorecer a inserção de estudantes em situações de trabalho; Desenvolver programas de incentivo fiscal a empresas que contratem trabalhadores jovens em busca do primeiro emprego; Criar programa de incentivo ao estágio a partir de destinação de percentual de fundo público gerenciado pela FAPEMIG, com vistas a favorecer a aprendizagem de jovens nos segmentos de alta tecnologia; <p>Projeto 4) Formação de Formadores para a Educação Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e implementar, em articulação com os parceiros institucionais, metodologias de formação de formadores compatíveis com a realidade de cada setor. 				
	<p>2. Programa de diversificação das oportunidades de formação e qualificação na RMBH</p> <p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover a diversificação da oferta de cursos de qualificação profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte, atendendo a requisitos básicos de qualidade, visando criar condições para 	<p>Projeto 1) Construção e implementação de programa de certificação da qualidade de cursos de formação e qualificação profissional</p> <p>Este projeto tem como objetivo estabelecer critérios para validar e monitorar o desenvolvimento de cursos de formação e qualificação na RMBH.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criar indicador de qualidade de cursos de formação profissional, tendo por base requisitos sócio-educacionais e profissionais inerentes às mais diversas atividades produtivas; Proporcionar as condições necessárias para que a rede de formação profissional 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>melhor adequação entre demanda e oferta de trabalho, bem como a preparação dos diversos públicos, de forma especial os jovens, para inserção e permanência nos mundos do trabalho.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Estabelecer critérios que definam condições aceitáveis de qualidade para o desenvolvimento de cursos de qualificação profissional na Região; •Desenvolver iniciativas que potencializem a relação entre a formação técnico-profissional de ensino médio e demandas por atendimento de segmentos da população não inserida na educação básica; •Estimular a realização de consórcios intermunicipais para o desenvolvimento de ações no campo da formação profissional. 	<p>instalada e a ser implementada na região se adequa a esses critérios;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Promover a revisão constante e a difusão desses critérios a partir de eventos, seminários etc. de modo a expandir o alcance e reconhecimento dessa iniciativa. <p>Projeto 2) Incentivo ao desenvolvimento de ações no campo da formação profissional articuladas com o aumento no grau de escolarização formal dos trabalhadores</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Promover o mapeamento de atividades produtivas, não necessariamente empresariais, com vistas a incentivar a inserção de jovens estudantes em oportunidades de estágios junto a esses empreendimentos com supervisão de profissionais qualificados; •Desenvolver projetos de Educação de Jovens e Adultos, em sintonia com a política educacional, com foco na formação profissional e na elevação de escolaridade dos trabalhadores; •Patrocinar o desenvolvimento de estudos sobre necessidades locais de formação básica e profissional que subsidiem ações junto a públicos específicos como jovens, mulheres, populações em territórios remanescentes de quilombos, etc.; <p>Projeto 3) Organização de estruturas micro-regionais de formação e qualificação profissional em consonância com as principais tendências de desenvolvimento local e metropolitano</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Realizar levantamentos sistemáticos acerca 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>do potencial produtivo das micro-regiões de modo a compartilhar e otimizar estruturas de formação a partir de uma estratégia de ação local, que leve em conta, ainda, a rede de centralidades existente e prevista para a RMBH;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Articular as ações de formação e qualificação profissional às demandas por intermediação de mão de obra de acordo com as especificidades micro-regionais; •Realizar levantamentos sistemáticos sobre os modos de funcionamento das cadeias produtivas presentes nas regiões, de modo a contribuir para melhor formação dos trabalhadores para suprir demandas por qualificação. 				
	<p>3. Programa de qualificação voltado a setores tradicionais e de alta tecnologia em expansão na RMBH</p> <p>Objetivos Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> •Promover o desenvolvimento de capacidades sociais e capacidades de absorção pelos municípios da RMBH; •Ampliar a oferta de mão de obra treinada e qualificada em consonância com as necessidades e estratégias das empresas localizadas no território metropolitano. 	<p>Projeto 1) Levantamento sistemático e permanente da demanda por mão de obra</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Realizar levantamento da demanda por mão de obra e seu perfil de qualificação pelos novos investimentos e aqueles associados à Copa 2014, nos níveis superior, técnico e básico, pelas empresas e suas fornecedoras e prestadoras de serviços; •Integrar este levantamento ao Observatório do Emprego e da Formação Profissional da RMBH proposto pela Política, dando caráter institucional e perene ao levantamento; • Realização de eventos periódicos, tais como seminários, palestras, simpósios, fóruns de debates, etc., para divulgação dos levantamentos e sua validação. <p>Projeto 2) Estruturação de Consórcios de Empresas para a Formação e Qualificação da Mão de Obra</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Realizar levantamento sistemático e permanente da demanda por mão de obra relacionada aos investimentos, nos níveis superior, técnico e básico, nas empresas, suas fornecedoras e prestadoras de serviços; •Ampliar a oferta de vagas em cursos de educação continuada, mestrados profissionalizantes, especializações, formação profissional e capacitação técnica e distribuí-las mais igualmente no território metropolitano; •Contribuir para a reformulação curricular em consonância com as especificidades das novas tecnologias e profissões e com criação e fortalecimento de capacidades de absorção; •Coordenar as ações isoladas de cada empresa para solução de seus problemas 	<p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Estruturar, junto à FIEMG e às Secretarias de Estado, reuniões com as empresas para estimular a formação de consórcios empresariais para a formação profissional e técnica, a exemplo do Consórcio Mineiro-Metalúrgico (CMM); •Apoiar os Consórcios através de sua articulação com as Secretarias de Estado e instituições de formação profissional e técnica. <p>Projeto 3) Apoio à ampliação de vagas para capacitação profissional</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Ofertar cursos elementares de formação dirigidos a públicos variados voltados à difusão de paradigmas tecnológicos e organizacionais que se apresentam como hegemônicos no atual estágio de desenvolvimento; •Ampliar oferta de vagas nas escolas técnicas e de ensino superior (SENAI, CEFET, UFMG, UEMG, PUCMinas, UFOP) e direcioná-las para os municípios onde as empresas se localizam e para os municípios de seu entorno; •Estimular a abertura de mestrados profissionais nas universidades federais e a ampliação da oferta de vagas para MBA e especializações; •Estimular as empresas a implementarem ambientes favoráveis à aprendizagem e ao aprimoramento das competências profissionais; •Ampliar as capacitações físicas do SENAI e adequá-las as novas demandas associadas às mudanças tecnológicas. •Ampliar os programas de estágios nas 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	com a demanda de mão de obra qualificada através da formação de consórcios de treinamento e qualificação de mão de obra entre empresas com demandas similares.	empresas, inclusive com bolsas da FAPEMIG. Projeto 4) Adequação curricular aos novos desafios produtivos e tecnológicos Ações: •Colaborar com as instituições de ensino superior para a incorporação, na grade curricular, de novos conhecimentos e metodologias que aproximem essas instituições das demandas associadas às novas tecnologias de produto e processo compatíveis com a realidade de cada setor; •Colaborar com as Secretarias de Estado e as Prefeituras na modernização do ensino fundamental e médio, com a incorporação de novos conteúdos, metodologias e equipamentos que atendam aos futuros desafios colocados pelas novas tecnologias; •Criar espaços de aprendizagem onde é estimulada a criatividade de jovens e adolescentes através, por exemplo, de jogos e brincadeiras.				
	4. Programa de qualificação voltado ao setor de turismo Objetivo: Indicar e promover medidas de qualificação e formação que contemplem as atividades relacionadas ao turismo. A partir das oportunidades, presentes e futuras, que dizem respeito a este setor, espera-se	Projeto 1) Estímulo e fortalecimento aos cursos e programas, já institucionalizados, relacionados à capacitação na área de turismo Ações: •Realizar estudo para identificar os cursos e programas de capacitação para a área do turismo atuantes na RMBH e no seu entorno. •Promover a divulgação das iniciativas já em curso em concordância com a proposta de criação de um sistema de informações culturais e turísticas no nível metropolitano, tal como proposto na Política de Democratização dos Espaços Públicos, que estará disponível na forma digital nas sedes				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Segurança

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	apontar projetos que proporcionem novas oportunidades de inserção e autonomia, incluindo os grupos mais vulneráveis da população.	<p>dos municípios da RMBH.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Estimular parcerias entre as esferas de governo (municipal, estadual e federal), para que os cursos e programas de capacitação já institucionalizados e ofertados tenham maior permeabilidade no contexto social da RMBH; •Facilitar o acesso e disseminar os pontos de apoio e capacitação vinculados a cada curso e/ou programa; •Fomentar ações e mecanismos para que a absorção dos atores capacitados e qualificados pela iniciativa privada seja a mais rápida possível, através de parcerias entre as empresas e os cursos profissionalizantes; •Promover a retroalimentação do sistema de capacitação, a partir do aproveitamento dos formandos em suas respectivas áreas de atuação, enquanto uma forma de “retribuição social” ao Estado. <p>Projeto 2) Identificar e promover as principais vocações produtivas da RMBH.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Identificar as necessidades e vocações para qualificação, nas áreas de turismo, em cada Complexo Ambiental Cultural e em seus Complexos Locais, de acordo com a Política Metropolitana de Gestão da Paisagem e Valorização Cultural; •Articular as necessidades de qualificação encontradas com a capacidade de suprimento desta demanda, aliada à territorialidade dos fluxos e as características do entorno local; •Fomentar diálogos e parcerias com instâncias de governança locais (CACs) e 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>regionais (Paisagens Culturais), para que se identifique as demandas voltadas para o setor turístico.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Utilizar os espaços propiciados pelos Complexos Ambientais Culturais (CACs) e seus Complexos Locais para promover discussões acerca das necessidades específicas de cada localidade sobre a qualificação e capacitação, bem como disponibilizar espaços para que as propostas se materializem. <p>Projeto 3) Ações de capacitação voltadas para iniciativas indiretas (socioculturais, ambientais e operacionais) relacionadas às atividades turísticas.</p> <p>Este projeto tem por objetivo fomentar o surgimento de sensibilizadores, conscientizadores, formadores de opinião e multiplicadores de saberes relacionados ao território metropolitano e suas principais características.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Capacitar parcela da população da RMBH para lidar com demandas turísticas mais específicas em áreas como educação ambiental, gestão cultural, educação patrimonial, gastronomia, eventos culturais, cursos de idiomas, condutor ambiental, etc; •Desenvolver uma proposta onde sejam encampadas áreas do saber capazes de gerar independência e propiciar ascensão socioeconômica e cultural (permacultura, construções sustentáveis, economia criativa, etc.); •Fomentar e apoiar projetos de extensão universitária voltados para a capacitação de agentes mais engajados e conscientes socialmente (formação de formadores). 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>Projeto 4) Oportunidades futuras – Megaeventos Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Promover cursos voltados para atender a demandas específicas, como é o caso dos megaeventos que estão previstos para acontecer na RMBH e entorno; •Implementar programas pioneiros como é o caso do “Cama e café”, a exemplo das cidades do Rio de Janeiro e Olinda. •Integrar as propostas dos grandes investimentos das cadeias produtivas locais, visando agregar valor ao mercado turístico da RMBH, bem como a diversificação produtiva no território. •Apoiar iniciativas que contemplem ações direcionadas para a capacitação e qualificação de agentes específicos (turmas específicas por idade e sobretudo em áreas socialmente vulneráveis). 				
<p>Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala</p> <p>Objetivos gerais Dar visibilidade à pequena produção na RMBH, bem como promover sua expansão e integração ao atual movimento de expansão econômica da Região, por meio do apoio à gestão, regularização e instalação de pequenos empreendimentos produtivos, da agregação de qualidade e valor aos seus</p>	<p>Programa 1 - Elevação da qualidade e da competitividade da pequena produção Objetivo: Apoiar a produção em pequena escala na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), proporcionando às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Empreendimentos Solidários (ES) e aos</p>	<p>Projeto 1) Estímulo à criação de Agências de Desenvolvimento de Negócios e Projetos para Pequenos Empreendimentos Produtivos Este projeto visa apoiar a criação de Agências de Desenvolvimento de Negócios e Projetos destinadas exclusivamente ao apoio de microempresas, empresas de pequeno porte, empreendimentos solidários e empreendedores individuais. Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Estímulo à criação de Agências de Desenvolvimento de Negócios e Projetos para Pequenos Empreendimentos Produtivos, vinculadas a Escolas Técnicas, Organizações Não-Governamentais (ONG's) e/ou Instituições de Ensino 		<p>[Obj. espec. Pol.] Articular a pequena produção à grande produção da RMBH, por meio de ações de apoio governamental ao adensamento da cadeia produtiva de grandes empresas com a incorporação de micro e pequenas empresas, bem como de empreendimentos solidários;</p>		<p>Constituiu importante marco jurídico para o Programa a Lei Complementar 128/2008, que instituiu a figura jurídica do Microempreendedor Individual. Esta lei ainda altera e aprimora outro relevante marco jurídico, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. São as legislações supracitadas que informam os critérios utilizados para se classificar os empreendimentos e estabelecem tratamento jurídico diferenciado, em conformidade com as peculiaridades de tais</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>produtos via apropriação tecnológica e da articulação dos empreendimentos entre si e com os grandes investimentos previstos para o território metropolitano.</p> <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Integrar ações e programas institucionais voltados ao desenvolvimento da produção em pequena escala, levando-se em conta as diferentes demandas sociais, os diversos níveis de organização produtiva e suas inserções territoriais; •Ampliar o capital social dos empreendimentos em pequena escala, fortalecendo os laços em rede estabelecidos por setores produtivos mais significativos desse segmento produtivo: as microempresas, as empresas de pequeno porte, os empreendimentos solidários e os empreendedores individuais; •Apoiar a produção em pequena escala na RMBH, mediante a apropriação de tecnologias, apoio à gestão financeira e jurídica e expansão do microcrédito produtivo; •Apoiar a regularização e 	<p>Empreendedores Individuais (EI) alternativas para a superação das dificuldades postas ao sucesso destes empreendimentos, no que tange à qualidade do produto, à gestão do empreendimento e ao acesso ao crédito.</p>	<p>Superior, por meio da disponibilização de recursos para sua implementação, instalação e divulgação, com especial atenção à descentralização das Agências no território da RMBH e ao atendimento de regiões de maior vulnerabilidade social;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Subsídio a estudos de concepção de metodologias específicas de desenvolvimento de projetos para ME, EPP, ES e EI, por meio de apoio financeiro à execução de ações de pesquisa via editais de demanda induzida - FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais); •Subsídio à aplicação de metodologias específicas de apoio ao desenvolvimento de projetos, pelas Agências, por meio de apoio financeiro à sua atuação, via FAPEMIG. <p>Projeto 2) Estímulo à criação de Incubadoras Tecnológicas de Pequenos Empreendimentos Produtivos</p> <p>Este projeto visa apoiar a criação de Incubadoras Tecnológicas destinadas exclusivamente a microempresas, empresas de pequeno porte, empreendimentos solidários e empreendedores individuais, voltadas ao desenvolvimento e à absorção de inovações de produto e de processo.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Estímulo à criação de Incubadoras Tecnológicas de Pequenos Empreendimentos Produtivos vinculadas a Instituições de Ensino Superior, Escolas de Formação Técnica e/ou Centros de Pesquisa, por meio da disponibilização de recursos para sua implementação, instalação e divulgação, com especial atenção à descentralização das Incubadoras no território da RMBH e ao atendimento de 			<p>empreendimentos.</p> <p>[Ação; Proj.4; Prog.1]:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Incentivo à criação de Fundos Rotativos Solidários na RMBH, por meio de linha de crédito específica; •Articulação e acordos de cooperação com entidades financeiras públicas, privadas e de economia mista, para que disponibilizem recursos financeiros reembolsáveis e não-reembolsáveis a Bancos Comunitários e a entidades que atuam com Fundos Rotativos Solidários. <p>[Proj.3 Prog.4] Ações de divulgação da Lei Estadual de Economia Solidária.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>instalação de empreendedores individuais, empreendimentos solidários, microempresas e empresas de pequeno porte no território da RMBH;</p> <p>•Apoiar a venda de produtos da pequena produção solidária, a partir da criação de pontos fixos de comercialização e feiras periódicas, além de divulgação dos produtos e compra prioritária pelo Estado e pelas Prefeituras da RMBH;</p> <p>•Articular a pequena produção à grande produção da RMBH, por meio de ações de apoio governamental ao adensamento da cadeia produtiva de grandes empresas com a incorporação de micro e pequenas empresas, bem como de empreendimentos solidários;</p> <p>•Estimular a capacitação de micro e pequenos empresários, bem como o desenvolvimento gerencial e tecnológico de suas empresas a partir de ações de tutoria e treinamento promovidas pelas empresas âncora da cadeia produtiva.</p>		<p>regiões de maior vulnerabilidade social;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Realização de estudos de identificação de setores-chave para atuação das Incubadoras no território da RMBH a partir da análise da demanda e da oferta de recursos no território; •Subsídio a estudos de concepção de metodologias específicas de apoio à inovação e à absorção de tecnologias por ME, EPP, ES e EI, por meio de apoio financeiro à execução de projetos de pesquisa via editais de demanda induzida - FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais); •Subsídio à aplicação de metodologias específicas de apoio à inovação e à absorção de tecnologias por ME, EPP, ES e EI, pelas Incubadoras, por meio de apoio financeiro à sua atuação, via FAPEMIG. <p>Projeto 3) Estímulo à criação de Núcleos de Apoio Econômico-Financeiro, Jurídico e Contábil a Pequenos Empreendimentos</p> <p>Este projeto visa apoiar a criação de núcleos de apoio a microempresas, empresas de pequeno porte, empreendimentos solidários e empreendedores individuais, que contribuiriam na solução de dificuldades temporárias destes produtores, fornecendo assessoria econômico-financeira, jurídica e contábil.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Estímulo à criação de Núcleos de Apoio Jurídico e Administrativo a Pequenos Empreendimentos vinculados a Instituições de Ensino Superior e/ou Escolas de Formação Técnica, por meio da disponibilização de recursos para sua 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>implementação, instalação e divulgação, com especial atenção à descentralização dos Núcleos no território da RMBH e ao atendimento de regiões de maior vulnerabilidade social;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Subsídio a estudos de elaboração de metodologias de apoio econômico-financeiro e contábil à produção em pequena escala, a partir das peculiaridades da gestão em cada um dos casos (ME, EPP, ES e EI) e tendo em conta os diferentes setores produtivos, por meio de apoio financeiro à execução de projetos de pesquisa via editais de demanda induzida - FAPEMIG; •Subsídio a estudos de elaboração de metodologias contábeis adequadas à produção em pequena escala (realização de balanços, análise de fluxo de caixa, uso do sistema de contabilidade ambiental, etc.), a partir das peculiaridades da gestão em cada um dos casos (ME, EPP, ES e EI) e tendo em conta os diferentes setores produtivos, por meio de apoio financeiro à execução de projetos de pesquisa via editais de demanda induzida - FAPEMIG; •Subsídio a estudos de elaboração de metodologias de apoio jurídico à produção em pequena escala, a partir da concepção de necessidades específicas e exigências legais para cada figura jurídica (ME, EPP, ES e EI) quanto a registros, formalização, questões trabalhistas, etc., e tendo em conta os diferentes setores produtivos, por meio de apoio financeiro à execução de projetos de pesquisa via editais de demanda induzida - FAPEMIG; •Subsídio à realização de cursos destinados a ME, EPP, ES e EI: cursos de capacitação administrativa (noções intermediárias sobre a administração de empreendimentos de 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>pequena escala); cursos de capacitação financeira (noções intermediárias sobre processos financeiros - obtenção de financiamentos, prestação de contas, e realização de balanços - de empreendimentos de pequena escala); cursos de capacitação jurídica (noções intermediárias dos aspectos legais - possibilidades, articulações, etc - que envolvem os empreendimentos em pequena escala), pelos Núcleos, por meio de apoio financeiro;</p> <p>•Subsídio à aplicação de metodologias específicas de apoio econômico-financeiro, jurídico e contábil a ME, EPP, ES e EI, pelos Núcleos, por meio de apoio financeiro à sua atuação, via FAPEMIG.</p> <p>Projeto 4) Expansão do microcrédito produtivo</p> <p>Este projeto visa à adequação das linhas de microcrédito existentes na RMBH às condições dos EI, ES, ME e EPP na Região, bem como o apoio à criação de alternativas geridas por comunidades que ofereçam empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis, como os Bancos Comunitários (prestadores de serviço financeiro solidário de natureza associativa e comunitária) e os Fundos Rotativos Solidários (fundos mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços).</p> <p>Ações:</p> <p>•Realização de diagnóstico da demanda por microcrédito na RMBH, e de seu atendimento, a ser utilizado como subsídio para melhor distribuição territorial dos</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>empréstimos concedidos;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Realização de estudo de adequação das garantias exigidas pelas linhas de microcrédito do BDMG às condições do público-alvo, com o objetivo de expandir o volume de crédito e o número de concessões de empréstimos/financiamentos dentro dessas linhas; •Articulação e acordos de cooperação com entidades financeiras públicas, privadas e de economia mista para além do BDMG, para expansão das linhas de crédito voltadas à RMBH; •Incentivo à criação de Bancos Comunitários em espaços de maior vulnerabilidade social na RMBH, por meio de instituição de linha de crédito específica voltada para instalação, equipagem e divulgação junto à população local; •Incentivo à criação de Fundos Rotativos Solidários na RMBH, por meio de linha de crédito específica; •Articulação e acordos de cooperação com entidades financeiras públicas, privadas e de economia mista, para que disponibilizem recursos financeiros reembolsáveis e não-reembolsáveis a Bancos Comunitários e a entidades que atuam com Fundos Rotativos Solidários. 				
	<p>Programa 2 - Articulação da pequena produção à grande produção Objetivo: O fortalecimento das relações entre pequenos</p>	<p>Projeto 1) Fomento à atuação socialmente responsável pelas grandes empresas no que tange às suas relações com a comunidade e com os fornecedores Ações: •Organização de encontros e feiras onde as grandes empresas apresentem as suas demandas por bens e serviços a serem</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	empreendimentos produtivos e grandes empresas.	<p>fornecidos por PMEs.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Estabelecimento de contrapartidas de grandes empresas aos incentivos fiscais e creditícios obtidos para sua implantação / expansão na forma de inclusão de PMEs locais à sua cadeia de fornecedores; •Elaboração de um índice de compras locais que sirva para orientar as ações de gestores públicos quanto aos incentivos a serem oferecidos para as grandes empresas. <p>Projeto 2) Formação de consórcios de capacitação e qualificação, liderados por empresas-âncora, envolvendo um número pré-estabelecido de potenciais fornecedores locais (por exemplo, 20 fornecedores)</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Realização de diagnósticos das cadeias produtivas das grandes empresas, identificando elos da cadeia que podem ser realizados localmente e necessidades de capacitação requeridas; •Sensibilização e obtenção de compromisso formal das empresas-âncora para a formação dos consórcios de capacitação; •Elaborar planos de ação, se possível, em articulação com os Núcleos de Apoio, Agências de Projetos e Incubadoras previstos no Programa 1; •Divulgar e difundir o programa junto às comunidades e empresas locais. 				
	Programa 3 – Apoio à regulamentação e instalação de Empreendimentos Individuais, Empreendimentos Solidários,	<p>Projeto 1) Desenvolvimento de critérios urbanos para instalação de empreendimentos produtivos em pequena escala</p> <p>Este projeto visa à aprovação simplificada de alvará de funcionamento de EI, ES, ME e EPP, em atenção aos Planos Diretores e</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</p> <p>Objetivo: Apoio à formalização de atividades produtivas em pequena escala, envolvendo a regulamentação e a instalação de atividades econômicas de Empreendedores Individuais (EI), Empreendimentos Solidários (ES), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).</p>	<p>códigos de posturas municipais, de maneira integrada na RMBH.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Regulamentação de legislações municipais específicas para EI, ES, ME e EPP desenvolverem atividades produtivas em pequena escala compatíveis com os espaços residenciais e de uso misto; •Constituir normas e procedimentos para aprovação simplificada de alvará de localização para EI, ES, ME e EPP, com cumprimento dos códigos de posturas municipais; •Formação e disponibilização de consultores e agentes comunitários para apoio, fomento e acompanhamento da instalação de empreendimentos produtivos em pequena escala; •Inclusão nas ZEIS, nos Planos Diretores municipais, de áreas produtivas de uso misto (residencial, produtivo e comercial); •Regulamentação de AEIS para fins de desenvolvimento econômico de interesse social. <p>Projeto 2) Apoio à regulamentação dos empreendimentos em pequena escala Regulamentação da Lei Geral das ME e EPP, da Lei Geral do Cooperativismo e da Lei Estadual de Apoio à Economia Popular Solidária nos municípios da RMBH. Essas leis constituem importantes marcos legais de apoio à produção em pequena escala; entretanto, para que os empreendedores possam beneficiar-se de todos os seus incentivos legais, elas precisam ser regulamentadas pelo Estado e por todos os municípios da Região Metropolitana.</p> <p>Ações:</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>•Constituir força tarefa para auxiliar os municípios da RMBH a regulamentarem as Leis gerais ME e EPP, a Lei Geral do Cooperativismo e a Lei Estadual de Apoio à Economia Popular Solidária.</p> <p>Projeto 3) Compras públicas da pequena produção local Priorização dos produtos da pequena produção local em compras e contratações de serviços municipais, como forma de incentivar e dar visibilidade à produção local de bens, obras e serviços.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Fornecer cursos para capacitar gestores públicos e privados a desenvolver compras públicas conforme estabelecido pela lei; •Incentivo à participação das ME, EPP e ES nas contratações públicas de bens, serviços e obras no valor de até R\$80 mil; •Simplificação da participação em licitações específicas para a pequena produção; •Regulamentação das cédulas de crédito microempresarial, lastreadas em direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades dos três níveis de governo não pagos até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação. <p>Projeto 4) Apoio à constituição de redes de cooperação urbana Priorizar o atendimento de demandas de obras civis e de reformas urbanas pela produção em pequena escala, por meio de arranjos produtivos locais. Estabelecer formas alternativas de instalação de empreendimentos em pequena escala, com foco na obtenção de melhoria dos espaços urbanos, recuperação de áreas degradadas e</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>ganhos sociais locais.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Abordar a reforma predial como nicho de mercado adequado à produção em pequena escala, por ser uma atividade extremamente necessária à instalação de atividades produtivas e habitacionais e, ao mesmo tempo, não interessar economicamente à indústria da construção civil pela dificuldade de padronização e seriação de soluções técnicas em problemas muito específicos; •Reconhecer as cooperativas e associações comunitárias urbanas como formas autênticas para o desenvolvimento urbano inclusivo, participativo e autônomo, capaz de potencializar e beneficiar a ascensão sócio-econômica popular; •Incentivo à formação de cooperativas de trabalho e de produção na construção civil para promoção de melhorias nos espaços metropolitanos e habitacionais e adequação dos espaços à produção em pequena escala; •Abrir possibilidades para relações de trabalho mais justas, vizinhanças mais integradas e um maior poder de decisão sobre o espaço por parte dos seus habitantes locais; •Potencializar reordenações locais e regionais, capazes de intervir na dinâmica de expansão e suas práticas excludentes de uso e ocupação do solo metropolitano; •Recuperar áreas degradadas e melhorar as edificações existentes com intervenções microlocais, pulverizadas pelo território, que cooperativas de construção podem realizar mediante contratação com recursos públicos licitados ou iniciativas privadas; •Promover intervenções urbanas em pequena escala favorecendo diretamente os 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>usuários, assim como incrementando a autonomia das pessoas como agentes na transformação dos espaços urbanos, o que implica melhorias gerais nas condições de vida dos espaços metropolitanos.</p> <p>Projeto 5) Fomento a pequenos arranjos produtivos de turismo de base comunitária</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Estímulo a redes de restaurantes familiares associados, abastecidos pelas redes de produção local, permitindo a apropriação desse nicho de mercado pela produção local; •Estímulo a redes de produção artesanal consolidando recortes do território como lugares socializantes e de comercialização (feiras, mercados, etc.); •Fomento à criação de redes de hospedagens familiares; •Identificação de fontes de recursos financeiros disponíveis para programas e projetos voltados para atividades rurais, culturais e turísticas, de forma associada ou individual e as condições de obtenção desses recursos; •Conferir maior flexibilização e adequação das oportunidades de financiamento destinadas a atividades turísticas, grupos culturais e comunidades tradicionais; 				
	<p>Programa 4 - Criação de uma rede metropolitana de produção e consumo solidário</p> <p>Objetivo: Ampliar e consolidar os vínculos entre os</p>	<p>Projeto 1) Estabelecimento de feiras periódicas / permanentes e de pontos fixos de comercialização em locais de grande circulação</p> <p>Este projeto prevê a criação de feiras e pontos fixos de comercialização dos produtos da Economia Solidária, difundidos no território da RMBH. Estes locais seriam</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	empreendimentos solidários, bem como entre estes e seus consumidores e também entre os empreendimentos e os órgãos governamentais de fomento à economia solidária.	<p>uma referência para a divulgação dos produtos da Economia Solidária e também para a interação dos empreendimentos solidários entre si e com seus interlocutores diretos.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Aumento da periodicidade das Feiras Estaduais de Economia Solidária promovidas pela Sedese, organizadas com base em um calendário que atenda às demandas dos movimentos e empreendimentos de Economia Solidária; •Criação da Feira Metropolitana de Economia Popular Solidária dentro do Programa de Feiras Estaduais da Economia Solidária, a ser realizada mensal ou semestralmente, em diversos pontos da Região Metropolitana, a serem definidos; •Criação de pontos fixos de comercialização dos produtos de economia popular solidária em locais de grande circulação da RMBH. <p>Projeto 2) Integração das cadeias produtivas solidárias</p> <p>Este projeto visa apoiar iniciativas de articulação entre os empreendimentos solidários, voltadas à construção de redes de comercialização e da constituição e fortalecimento de espaços e instrumentos que dinamizem a comercialização dos produtos dessas iniciativas. As ações aqui propostas baseiam-se na ação de “Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários”, proposta dentro do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, da Senaes/MTE .</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apoio a projetos que visam à implantação 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>de Centrais de Armazenamento e de Distribuição;</p> <ul style="list-style-type: none"> •Fomento ao cooperativismo de consumo na organização de Redes de Lojas para escoamento de produtos da economia solidária e do comércio justo e solidário; •Apoio à construção de Complexos Cooperativos, integrando Empreendimentos Solidários de determinado setor, para estreita cooperação entre si; •Apoio à adesão ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, em implementação pela Senaes-MTE e que deverá contemplar um conjunto de normas, um sistema de monitoramento e controle e uma marca ou selo relacionadas ao conceito de "comércio justo e solidário" (CJS). <p>Projeto 3) Incentivo ao consumo solidário</p> <p>Este projeto deverá estimular o consumo de produtos oriundos da Economia Solidária por parte dos consumidores individuais e de órgãos governamentais e privados.</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Divulgação dos produtos da Economia Solidária na mídia e em eventos públicos, como Fóruns e Conferências promovidos por setores governamentais diversos; •Ações de conscientização dos consumidores e das empresas a respeito de conceitos como Economia Solidária e comércio justo, o que pode ocorrer, por exemplo, através de uma eventual parceria com os Centros de Formação em Economia Solidária que vêm sendo construídos pela Senaes/MTE ; •Apoio à criação de Cooperativas de Consumo e Grupos de Aquisição Solidária, que visam, por meio da associação entre os 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Seguridade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		consumidores, o acesso a produtos de qualidade, social e ambientalmente corretos, a “preços justos”; •Ampliação das licitações públicas específicas para empreendimentos de Economia Solidária; •Ações de divulgação da Lei Estadual de Economia Solidária.				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
Urbanidade						
<p>Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos</p> <p>Objetivo geral Promover a ampliação e qualificação dos espaços e equipamentos públicos na RMBH, assim como promover o conhecimento e o uso de tais espaços e equipamentos através da criação de um sistema de informações e de programas e ações que visem o seu uso efetivo por parte de diferentes usuários.</p> <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produzir um diagnóstico descritivo e georreferenciado dos espaços e equipamentos públicos existentes, com previsão de uma fase inicial de implantação e de seu desenvolvimento progressivo e continuado no tempo. • Organizar tais dados em um Sistema de Informações Culturais com diferentes módulos, para atender diferentes demandas e gerar interfaces específicas, especialmente com as áreas da educação, 	<p>1. Programa de Requalificação, ampliação e implantação de espaços e equipamentos públicos</p> <p>Objetivo geral: Garantir a existência de espaços públicos descentralizados na RMBH, democratizando o acesso a eles e viabilizando os encontros urbanos, a fruição cultural e as vivências educativas, em diferentes escalas.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar e potencializar os espaços públicos na RMBH, notadamente aqueles que favorecem atividades de lazer, cultura, educação, esportes e convivência urbana; • Fortalecer a rede de lugares culturais e democratizar o acesso a eles; • Contribuir para o reconhecimento do espaço metropolitano e ampliação do 	<p>Projetos e Ações:</p> <p>→ Identificação, em cada município da RMBH, dos principais lugares com as características do Programa, ou seja, áreas verdes, parques, praças, bibliotecas, cineteatros, museus, mercados, espaços culturais, de convivência, esporte, jogos, lazer, recreação, educação, feiras, festivais, festas, entre outros que propiciem o encontro urbano e a produção e fruição de bens culturais;</p> <p>→ Realização de um diagnóstico de cada espaço identificado, apontando suas características físicas, de estrutura, de equipamentos, serviços disponíveis, acervos, quadro de pessoal, entre outras, bem como indicando os principais pontos a serem trabalhados e investimentos necessários em cada um dos espaços;</p> <p>→ Estabelecimento de parcerias com os atores institucionais responsáveis por cada local, definindo responsabilidades por sua requalificação e por sua manutenção;</p> <p>→ Realização de ações constantes de monitoramento da implementação das adequações e ações propostas;</p> <p>→ Proposição de redes específicas de equipamentos e espaços culturais e de potencial educativo (a exemplo dos já existentes, como a rede de Museus, rede de bibliotecas, entre outros), preferencialmente ligadas às propostas de configuração dos CACs, com hierarquização dos equipamentos e oferta de serviços e atividades diferenciadas e complementares aos usuários;</p> <p>→ Elaboração de material de divulgação para a comunidade e de sinalização de cada local – cartilhas, folders, vídeos, guia para</p>	<p>→ Realização de ações constantes de monitoramento da implementação das adequações e ações propostas;</p> <p>[Obj.Prog.1] Contribuir para a requalificação, ampliação, implantação, acesso e gestão de espaços e equipamentos públicos diversificados e integrados em diversas escalas, tanto na escala microlocal quanto metropolitana;</p> <p>→ Estabelecimento de parcerias com os atores institucionais responsáveis por cada local, definindo responsabilidades por sua requalificação e por sua manutenção;</p> <p>→ Elaboração de material de divulgação para a comunidade e de sinalização de cada local – cartilhas, folders, vídeos, guia para exposição oral, cartazes, placas;</p> <p>→ Criação de programa permanente para realização de oficinas temáticas e visitas orientadas, direcionadas à comunidade e escolas do entorno, utilizando os espaços culturais requalificados;</p>	<p>• Promover a ampliação e qualificação dos espaços e equipamentos públicos na RMBH, assim como promover o conhecimento e o uso de tais espaços e equipamentos através da criação de um sistema de informações e de programas e ações que visem o seu uso efetivo por parte de diferentes usuários</p> <p>• Produzir um diagnóstico descritivo e georreferenciado dos espaços e equipamentos públicos existentes, com previsão de uma fase inicial de implantação e de seu desenvolvimento progressivo e continuado no tempo.</p> <p>• Organizar tais dados em um Sistema de Informações Culturais com diferentes módulos, para atender diferentes demandas e gerar interfaces específicas, especialmente com as áreas da educação, formação profissional, turismo e esportes.</p> <p>• Promover o efetivo uso do Sistema de Informações Culturais de forma que, ao longo de sua implementação, sejam criadas as interfaces e procedimentos de interatividade capazes de atingir diferentes públicos e usuários.</p> <p>• Desenvolver ferramentas</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>formação profissional, turismo e esportes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o efetivo uso do Sistema de Informações Culturais de forma que, ao longo de sua implementação, sejam criadas as interfaces e procedimentos de interatividade capazes de atingir diferentes públicos e usuários. • Desenvolver ferramentas informatizadas de registro e uso das informações, com particular atenção para os dados georreferenciáveis, que permitam a leitura dos recursos no/do território em situações de planejamento e gestão intersetoriais, de participação e de controle social. • Contribuir para a efetiva implantação e revitalização de espaços e equipamentos públicos na RMBH, favorecendo o atendimento descentralizado à população e a circulação no território metropolitano 	<p>sentimento de pertencimento à RMBH;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a requalificação, ampliação, implantação, acesso e gestão de espaços e equipamentos públicos diversificados e integrados em diversas escalas, tanto na escala microlocal quanto metropolitana; • Contribuir para reduzir a carência de espaços estruturados e bem distribuídos no território, com o intuito de receber produções de boa qualidade e públicos diversificados. 	<p>exposição oral, cartazes, placas;</p> <p>→ Criação de programa permanente para realização de oficinas temáticas e visitas orientadas, direcionadas à comunidade e escolas do entorno, utilizando os espaços culturais requalificados;</p> <p>→ Manutenção permanente das possibilidades de inclusão de novos espaços culturais na rede, através de parcerias com atores diversos, tais como associações de moradores, coletivos artísticos, grupos sociais, etc, ampliando a cobertura no território metropolitano.</p> <p>Projeto RMBH da Criança</p> <p>→ Realização de diagnóstico atualizado e facilmente atualizável da situação dos lugares da infância na RMBH;</p> <p>→ Desenvolvimento de metodologias participativas diversificadas que considerem e incorporem a perspectiva da criança nas ações;</p> <p>→ Criação, revitalização e manutenção de espaços livres públicos diversificados para crianças em distintas escalas e contextos: parques urbanos, parques ecológicos, parques de diversão, parques infantis, praças, largos, passeios, ruas de pedestres, etc.;</p> <p>→ Instalação de mobiliário urbano com funções recreativas apropriadas às diversas faixas etárias e que estabeleçam diálogo com as culturais locais;</p> <p>→ Instalação de equipamentos associados ao mobiliário infantil, tais como bancos, equipamentos de ginástica, quadras, bancas de revistas, sanitários, bebedouros, lixeiras, etc.;</p> <p>→ Aumento as larguras dos passeios e as áreas destinadas a pedestres; criação de</p>			<p>informatizadas de registro e uso das informações, com particular atenção para os dados georreferenciáveis, que permitam a leitura dos recursos no/do território em situações de planejamento e gestão intersetoriais, de participação e de controle social.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>áreas exclusivas para pedestres, rotas de acessibilidade e ciclovias em trajetos utilizados pelas crianças, especialmente nos arredores das escolas;</p> <p>→ Fomento à realização de eventos e manifestações infantis nos espaços públicos;</p> <p>→ Criação de uma rede de espaços infantis intersetoriais interligados em diversas escalas na RMBH (parques, escolas, museus, centros culturais, quadras, bibliotecas, livrarias, lojas de brinquedos, etc.);</p> <p>→ Fomento às redes de informação sobre espaços e eventos infantis na RMBH – mapas, folders, sites, blogs e jogos digitais;</p> <p>→ Fomento à colaboração da vizinhança em redes de proteção das crianças e acompanhantes, segurança pública, intervenção, plantio, limpeza e manutenção dos espaços públicos;</p> <p>→ Desenvolvimento de instâncias de colaboração entre sociedade civil, instituições públicas e privadas das áreas da cultura, educação, saúde, lazer, esportes, assistência social, turismo e segurança em tais ações;</p> <p>→ Fomento e desenvolvimento de mecanismos de adoção de espaços públicos por instituições privadas;</p> <p>→ Garantia de transporte público a espaços infantis de escala metropolitana nos tempos livres.</p>				
	<p>2. Programa de Democratização e acesso à informação</p> <p>Objetivo geral:</p> <p>Compilar, sistematizar e</p>	<p>Projetos e Ações:</p> <p>→ Delimitação das principais variáveis, conteúdos e módulos que compõem o Sistema de Informações;</p> <p>→ Levantamento dos dados já existentes nas diversas instâncias e atores</p>		<p>[Principais Conteúdos do Sist. Inf.]</p> <ul style="list-style-type: none"> • Módulo 1 - Equipamentos públicos e privados de cultura, educação, lazer, esportes, formação profissional – com descrição dos serviços disponíveis, seus contatos e sua localização 	<p>[Obj.Ger.Prog2] Compilar, sistematizar e divulgar dados sobre a RMBH, para fins de subsídio ao planejamento público e privado e à gestão pública, bem como para usos culturais, educativos e</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>divulgar dados sobre a RMBH, para fins de subsídio ao planejamento público e privado e à gestão pública, bem como para usos culturais, educativos e turísticos, ampliação da participação e efetivo controle social do Plano Metropolitano.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os bancos de dados já existentes sobre a RMBH, em diversas instâncias e integrar as informações em um banco de dados único; • Disponibilizar as informações ao público em geral, em meio virtual e presencial; • Favorecer o acesso aos equipamentos e serviços instalados na RMBH; • Articular oferta e demanda de bens e serviços de natureza cultural, turística e de formação profissional na RMBH; • Favorecer o efetivo 	<p>institucionais presentes no território;</p> <p>→ Compilação e utilização dos bancos de dados já existentes;</p> <p>→ Construção do Sistema / banco de dados em si;</p> <p>→ Indexação dos dados, com base territorial (setor censitário, município, CAC, região);</p> <p>→ Lançamento dos dados para consulta via utilização de georreferenciamento (mapas temáticos);</p> <p>→ Divulgação na RMBH da existência do Sistema e suas formas de acesso, sejam elas virtuais, sejam presenciais;</p> <p>→ Atualização constante dos dados, via parceiros institucionais e interatividade / participação dos usuários.</p>		<p>• Módulo 5 - Oferta de educação e formação profissional, conforme proposto anteriormente, incluindo seus contatos, localização e principais características, como tratado na Política de Gestão Territorial da Educação e da Cultura e na Política de Formação Profissional.</p>	<p>turísticos, ampliação da participação e efetivo controle social do Plano Metropolitano.</p> <p>[Obj.Esp.Prg2]:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os bancos de dados já existentes sobre a RMBH, em diversas instâncias e integrar as informações em um banco de dados único; • Disponibilizar as informações ao público em geral, em meio virtual e presencial; • Favorecer o acesso aos equipamentos e serviços instalados na RMBH; • Articular oferta e demanda de bens e serviços de natureza cultural, turística e de formação profissional na RMBH; • Favorecer o efetivo controle social sobre as ações do PDDI; • Permitir a interatividade e participação dos usuários na atualização e gestão das informações e projetos; • Viabilizar o estabelecimento de fluxos e circuitos no território metropolitano; • Favorecer as práticas e vivências educativas na RMBH; • Fortalecer a rede de lugares culturais e democratizar o acesso a eles. <p>[Projetos/Ações]:</p> <p>→ Delimitação das principais</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>controle social sobre as ações do PDDI;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permitir a interatividade e participação dos usuários na atualização e gestão das informações e projetos; • Viabilizar o estabelecimento de fluxos e circuitos no território metropolitano; • Favorecer as práticas e vivências educativas na RMBH; • Fortalecer a rede de lugares culturais e democratizar o acesso a eles. 				<p>variáveis, conteúdos e módulos que comporão o Sistema de Informações;</p> <p>→ Levantamento dos dados já existentes nas diversas instâncias e atores institucionais presentes no território;</p> <p>→ Compilação e utilização dos bancos de dados já existentes;</p> <p>→ Construção do Sistema / banco de dados em si;</p> <p>→ Indexação dos dados, com base territorial (setor censitário, município, CAC, região);</p> <p>→ Lançamento dos dados para consulta via utilização de georreferenciamento (mapas temáticos);</p> <p>→ Divulgação na RMBH da existência do Sistema e suas formas de acesso, sejam elas virtuais, sejam presenciais;</p> <p>→ Atualização constante dos dados, via parceiros institucionais e interatividade / participação dos usuários.</p> <p>[Principais Conteúdos do Sist. Inf.]</p> <ul style="list-style-type: none"> • Módulo 2 - Patrimônio material e imaterial – com descrição, contatos e localização • Módulo 3 - Manifestações culturais – com descrição dos grupos, artistas, festas, festivais, eventos, etc, 	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
					incluindo seus contatos, localização e data de ocorrência <ul style="list-style-type: none"> Módulo 4 - Economia da cultura e atividades criativas – com descrição dos principais negócios culturais presentes na RMBH, incluindo seus contatos, localização e principais características 	
	<p>3. Programa de Qualificação dos espaços e atenção para acesso dos usuários Objetivo geral: Organizar a infraestrutura e ofertar diferentes formas de motivação e participação aos potenciais usuários do Sistema de Informações, para o efetivo acesso e uso dos dados, estabelecendo os diferentes locais para consulta e apropriação dos mesmos, considerando a necessidade de capilaridade e alcance da rede de lugares.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Favorecer o uso e a circulação da 	<p>Projetos e Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Definição dos locais para implantação dos primeiros pontos de consulta e atenção ao usuário na RMBH; → Estabelecimento de parcerias com os atores institucionais responsáveis por cada local, definindo responsabilidades por sua requalificação e por sua manutenção; → Elaboração de diagnóstico de cada local, indicando públicos atuais e potenciais, fragilidades e necessidades de melhorias e adequações; → Proposição de redes específicas de espaços culturais, com hierarquização dos equipamentos e oferta de serviços e atividades diferenciadas e complementares aos usuários; → Implantação de totens eletrônicos em cada biblioteca e espaço cultural parceiro, para fins de consulta dos dados do Sistema; → Realização de estudo de viabilidade de se incluir as bibliotecas escolares na rede e facilitar o acesso da comunidade a elas. → Ampliação do quadro de recursos humanos de cada biblioteca e capacitação dos profissionais para o atendimento ao público e operação dos bancos de dados (consulta, alimentação, atualização, etc); → Investimento nos acervos de cada 	<ul style="list-style-type: none"> Favorecer a integração e uso das bibliotecas escolares na rede. 	<p>[Obj.Esp.Prog.3]:</p> <ul style="list-style-type: none"> Contribuir para o reconhecimento do espaço metropolitano e ampliação do sentimento de pertencimento à RMBH → Estabelecimento de parcerias com os atores institucionais responsáveis por cada local, definindo responsabilidades por sua requalificação e por sua manutenção; → Proposição de redes específicas de espaços culturais, com hierarquização dos equipamentos e oferta de serviços e atividades diferenciadas e complementares aos usuários; → Implantação de totens eletrônicos em cada biblioteca e espaço cultural parceiro, para fins de consulta dos dados do Sistema; → Ampliação do quadro de recursos humanos de cada biblioteca e capacitação dos profissionais para o atendimento ao público e operação dos bancos de dados (consulta, alimentação, atualização, etc); → Criação de programa permanente para realização de oficinas temáticas e visitas orientadas, direcionadas à comunidade e escolas do entorno, utilizando os espaços culturais requalificados; → Realização de oficinas de capacitação 	<p>[Obj.Ger.Prog.3]:</p> <p>Organizar a infraestrutura e ofertar diferentes formas de motivação e participação aos potenciais usuários do Sistema de Informações, para o efetivo acesso e uso dos dados, estabelecendo os diferentes locais para consulta e apropriação dos mesmos, considerando a necessidade de capilaridade e alcance da rede de lugares.</p> <p>[Obj.Esp.Prog.3]:</p> <ul style="list-style-type: none"> Democratizar não somente as informações, mas também os instrumentos / ferramentas de leitura especializada Permitir o acesso aos bancos de dados do SITC/RMBH. → Implantação de totens eletrônicos em cada biblioteca e espaço cultural parceiro, para fins de consulta dos dados do Sistema; → Elaboração de material de divulgação para a comunidade e de sinalização do local – cartilhas, folders, vídeos, guia para exposição oral, cartazes, 	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>população no espaço metropolitano;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar o estabelecimento de fluxos e circuitos no território metropolitano; • Fortalecer a rede de lugares culturais e democratizar o acesso a eles; • Contribuir para o reconhecimento do espaço metropolitano e ampliação do sentimento de pertencimento à RMBH. • Democratizar não somente as informações, mas também os instrumentos / ferramentas de leitura especializada. • Permitir o acesso aos bancos de dados do SITC/RMBH. • Alcançar diferentes faixas etárias e públicos diferenciados. • Favorecer a integração e uso das bibliotecas escolares na rede. 	<p>biblioteca, com ofertas diferenciadas de livros, revistas, jornais, periódicos, vídeos, discos e outras formas de disponibilização de conteúdo cultural aos usuários;</p> <p>→ Elaboração de material de divulgação para a comunidade e de sinalização do local – cartilhas, folders, vídeos, guia para exposição oral, cartazes, placas;</p> <p>→ Criação de programa permanente para realização de oficinas temáticas e visitas orientadas, direcionadas à comunidade e escolas do entorno, utilizando os espaços culturais requalificados;</p> <p>→ Realização de oficinas de capacitação dos professores das escolas do entorno para utilização dos dados e desenvolvimento por eles de projetos sobre a RMBH no dia-a-dia da sala de aula;</p> <p>→ Promoção de diferentes ocasiões e situações que propiciem o efetivo acesso e uso das informações por diferentes usuários;</p> <p>→ Proposição de campanhas e outras formas de interação com o público-alvo para promoção do sentido de pertencimento ao território municipal e metropolitano, em conjunto com o Programa de Educação Patrimonial desenvolvido no contexto da Política de Gestão da Paisagem e Valorização Cultural;</p> <p>→ Geração de formas de uso continuado e significativo das informações para ampliar o domínio dos usuários sobre o território;</p> <p>→ Identificação de formas diferenciadas de interatividade com o Sistema por parte dos usuários institucionais, coletivos e individuais, potencializando seu uso;</p> <p>→ Implantação do sistema de escuta do público, tendo em vista monitorar e avaliar as ações do programa;</p>	<p>dos professores das escolas do entorno para utilização dos dados e desenvolvimento por eles de projetos sobre a RMBH no dia-a-dia da sala de aula;</p>	<p>placas;</p> <p>→ Promoção de diferentes ocasiões e situações que propiciem o efetivo acesso e uso das informações por diferentes usuários;</p> <p>→ Geração de formas de uso continuado e significativo das informações para ampliar o domínio dos usuários sobre o território;</p> <p>→ Identificação de formas diferenciadas de interatividade com o Sistema por parte dos usuários institucionais, coletivos e individuais, potencializando seu uso;</p> <p>→ Implantação do sistema de escuta do público, tendo em vista monitorar e avaliar as ações do programa;</p> <p>→ Manutenção permanente das possibilidades de inclusão de novos espaços culturais na rede do Sistema de Informações, através de parcerias com atores diversos, tais como associações de moradores, coletivos artísticos, grupos sociais, etc, para ampliar a capilaridade dos pontos de consulta e incluir as pontas periféricas do sistema.</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>→ Manutenção permanente das possibilidades de inclusão de novos espaços culturais na rede do Sistema de Informações, através de parcerias com atores diversos, tais como associações de moradores, coletivos artísticos, grupos sociais, etc, para ampliar a capilaridade dos pontos de consulta e incluir as pontas periféricas do sistema.</p> <p>Projeto 1. Implantação do SITC nas Bibliotecas e qualificação dos recursos humanos</p> <p>→ Implantação de um totem eletrônico em cada biblioteca, constando de todos os dados do Sistema;</p> <p>→ Capacitação dos profissionais de cada biblioteca para operação do Sistema, atendimento ao público e operação dos bancos de dados (consulta, alimentação, atualização, etc).</p> <p>Projeto 2. Criação de ferramenta interativa para uma gestão territorializada das informações e do planejamento no campo da cultura, da educação e da formação profissional</p>				
Política Metropolitana de Gestão da Paisagem e Valorização Cultural	1. Programa de Conformação dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH Objetivo: Estudar e caracterizar os Complexos Ambientais Culturais da RMBH, bem como propor diretrizes de planejamento e	Projeto 1- Estudo dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH Ação 1- Identificação e caracterização dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH I. Estudo do patrimônio imaterial no âmbito dos CAC's II. Estudo do patrimônio material no âmbito dos CAC's III. Estudo do patrimônio natural no âmbito dos CAC's IV. Criação de um banco de dados, inclusive georreferenciados, dos Complexos	Projeto 3 I. Indicar formas de gestão intersectorial para os CAC's; → Propor uma estrutura de gestão para os CAC's → Criar um conselho deliberativo para gerir cada CAC; → Criar um fundo para o ordenamento das ações identificadas como prioritárias; → Proposição de planos de	Projeto 2 I. Mapeamento e compreensão dos dispositivos de proteção do patrimônio paisagístico existentes: • Proposição de mecanismos de integração dos instrumentos de proteção do patrimônio paisagístico adotados pelas instituições de cultura e meio ambiente II. Reconhecimento das iniciativas de gestão voltadas à proteção do patrimônio paisagístico: • Levantamento de instituições e atores	Projeto 1 → Criação de um banco de dados, inclusive georreferenciados, dos Complexos Ambientais e Culturais da RMBH • Identificar fontes de informação existentes sobre os elementos naturais e culturais da RMBH • Analisar o nível de informações existentes sobre	Projeto 2 I. Mapeamento e compreensão dos dispositivos de proteção do patrimônio paisagístico existentes • Reconhecimento dos instrumentos legais de proteção: • Avaliação dos instrumentos de proteção com relação à abordagem integrada de

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	gestão para os territórios em questão. Metas: Curto prazo (2015)	<p>Ambientais e Culturais da RMBH</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar fontes de informação existentes sobre os elementos naturais e culturais da RMBH • Analisar o nível de informações existentes sobre os elementos naturais e culturais da RMBH • Identificar e avaliar os mecanismos de acesso às informações existentes sobre os elementos naturais e culturais da RMBH • Identificar e avaliar os mecanismos de intercâmbio de informações entre os órgãos da área ambiental e cultural • Apontar estratégias para a elaboração de um banco de dados integrado sobre os elementos naturais e culturais da RMBH, que envolva: Dados de órgãos oficiais; Pesquisas e estudos existentes; Informações georreferenciadas • Criar mecanismos de acesso aos dados sobre os elementos naturais e culturais da RMBH: Sites; Postos de informação em cada CAC; Lume's <p>Ação 2 – Recuperação das Áreas Degradadas</p> <p>Projeto 2 - Proteção Integrada das Paisagens Culturais da RMBH Ações: → Desenvolver programas de Educação Patrimonial em escolas da Rede Municipal e Estadual e também Particular, organizações comunitárias, empresas e órgãos públicos em toda a RMBH; → Desenvolver um programa sistemático com os professores das redes públicas e privadas, nos níveis fundamental e médio, no sentido de promover o conhecimento/ apropriação do patrimônio natural e</p>	desenvolvimento para cada Complexo local; → Monitorar todo o meio ambiente, identificando e divulgando, através de relatórios, as tendências dos indicadores ambientais, sociais, culturais, turísticos e econômicos que reflitam os objetivos comuns do CAC; → Tornar o gerenciamento ambiental um princípio da administração fazendo uso de estratégias ambientais, de desenvolvimento social e manutenção da paisagem; → Uso de geotecnologias para auxiliar na gestão e tomada de decisões;	<p>sociais ligados direta ou indiretamente em iniciativas relacionadas à proteção;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento das relações de dependência e interação estabelecidas (ou não) entre os diversos atores envolvidos: Propor mecanismos de integração das ações de proteção do patrimônio paisagístico da RMBH; <p>III. Educação patrimonial e paisagística Ações Previstas: → Desenvolver programas de Educação Patrimonial em escolas da Rede Municipal e Estadual e também Particular, organizações comunitárias, empresas e órgãos públicos em toda a RMBH; → Desenvolver um programa sistemático com os professores das redes públicas e privadas, nos níveis fundamental e médio, no sentido de promover o conhecimento/ apropriação do patrimônio natural e histórico da RMBH, bem como sua importância social e educacional, sensibilizando-os para a importância do trabalho desse tema em sala de aula. → Realizar oficinas de treinamento de professores na prática da metodologia do IPHAN (Guia Básico de Educação Patrimonial); → Estabelecer parcerias com órgãos do patrimônio IPHAN e IEPHA para a disseminação da metodologia de Educação Patrimonial;</p> <p>Projeto 3 I. Indicar formas de gestão intersetorial para os CAC's; → Identificar instâncias de gestão já existentes que possam incorporar em suas</p>	<p>os elementos naturais e culturais da RMBH</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar e avaliar os mecanismos de acesso às informações existentes sobre os elementos naturais e culturais da RMBH • Identificar e avaliar os mecanismos de intercâmbio de informações entre os órgãos da área ambiental e cultural • Apontar estratégias para a elaboração de um banco de dados integrado sobre os elementos naturais e culturais da RMBH, que envolva: Dados de órgãos oficiais; Pesquisas e estudos existentes; Informações georreferenciadas • Criar mecanismos de acesso aos dados sobre os elementos naturais e culturais da RMBH; • Criar mecanismos de acesso aos dados sobre os elementos naturais e culturais da RMBH: Sites; Postos de informação em cada CAC; Lume's. <p>Projeto 2 Ações Previstas: → Produção de material multimídia sobre o patrimônio natural e histórico da RMBH (especialmente em filme); → Criar um mapa da RMBH com os principais patrimônios naturais e históricos, e um calendário das principais manifestações culturais da</p>	<p>elementos naturais e culturais:</p> <p>Projeto 3 → Materialização de diretrizes elencadas por diversos instrumentos legais tais como o Estatuto da Cidade, Agenda 21 e outros</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>histórico da RMBH, bem como sua importância social e educacional, sensibilizando-os para a importância do trabalho desse tema em sala de aula.</p> <p>→ Produção de material multimídia sobre o patrimônio natural e histórico da RMBH (especialmente em filme);</p> <p>→ Inserir a temática da Educação Patrimonial nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino;</p> <p>→ Realizar oficinas de treinamento de professores na prática da metodologia do IPHAN (Guia Básico de Educação Patrimonial);</p> <p>→ Estabelecer parcerias com órgãos do patrimônio IPHAN e IEPHA para a disseminação da metodologia de Educação Patrimonial;</p> <p>→ Criar rotas e/ou roteiros patrimoniais na RMBH, a serem trabalhados, sobretudo, por escolas do ensino fundamental e médio, como uma forma de turismo pedagógico;</p> <p>→ Criar um mapa da RMBH com os principais patrimônios naturais e históricos, e um calendário das principais manifestações culturais da RMBH, a ser trabalhado nas escolas públicas e privadas.</p> <p>Projeto 3- Sistema de Gestão dos Complexos Ambientais da RMBH</p> <p>I. Indicar formas de gestão intersetorial para os CAC's;</p> <p>→ Identificar instâncias de gestão já existentes que possam incorporar em suas agendas as discussões sobre a gestão e operacionalização dos CAC's;</p> <p>→ Propor uma estrutura de gestão para os CAC's;</p> <p>Mecanismos de promoção e apropriação</p>		<p>agendas as discussões sobre a gestão e operacionalização dos CAC's</p> <p>→ Propor uma estrutura de gestão para os CAC's</p> <p>→ Construir parcerias de cooperação através da consulta de todos os interessados para se alcançar uma visão compartilhada do entorno, negociando objetivos comuns e estabelecendo um trabalho de equipe entre os interessados;</p> <p>→ Estar em pleno diálogo com os LUME's;</p> <p>→ Atuação conjunta com outros instrumentos de planejamento e gestão territoriais tais como os PPAG's, PD's, Planos Setoriais, políticas municipais e estaduais</p>	<p>RMBH, a ser trabalhado nas escolas públicas e privadas.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>dos instrumentos de gestão dos CAC's por parte das Comunidades. Instrumentos de gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Criar um conselho deliberativo para gerir cada CAC; → Criar um fundo para o ordenamento das ações identificadas como prioritárias; → Proposição de planos de desenvolvimento para cada Complexo local; → Construir parcerias de cooperação através da consulta de todos os interessados para se alcançar uma visão compartilhada do entorno, negociando objetivos comuns e estabelecendo um trabalho de equipe entre os interessados; → Estar em pleno diálogo com os LUME's; → Monitorar todo o meio ambiente, identificando e divulgando, através de relatórios, as tendências dos indicadores ambientais, sociais, culturais, turísticos e econômicos que reflitam os objetivos comuns do CAC; → Tomar o gerenciamento ambiental um princípio da administração fazendo uso de estratégias ambientais, de desenvolvimento social e manutenção da paisagem; → Uso de geotecnologias para auxiliar na gestão e tomada de decisões; → Atuação conjunta com outros instrumentos de planejamento e gestão territoriais tais como os PPAG's, PD's, Planos Setoriais, políticas municipais e estaduais; → Materialização de diretrizes elencadas por diversos instrumentos legais tais como o Estatuto da Cidade, Agenda 21 e outros; 				
	Programa 2. Fortalecimento da	Projeto 1: Fortalecimento da autonomia das populações tradicionais da RMBH	Projeto 1 - Incentivar o fortalecimento	Projeto 1 - Propor mecanismos de fortalecimento	Projeto 1 - Estudo de ferramentas que	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>Ruralidade e dos Modos de Vida Tradicionais da RMBH</p> <p>Objetivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e valorizar as expressões culturais relacionadas aos modos de vida do campo e tradicionais presentes na RMBH; • Estimular a autonomia dos grupos tradicionais, mediante a promoção das identidades territoriais, sem prejuízo da identidade pessoal ou coletiva <p>Metas:</p> <p>Curto prazo (2015)</p>	<p>Ações:</p> <p>I. Estudo das expressões culturais (valorização das populações tradicionais existentes na RMBH, considerando as categorias reconhecidas pelo MDS)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação das expressões culturais das populações tradicionais em cada Complexo Ambiental Cultural da RMBH; - Compreensão das identidades territoriais, formas de apropriação das populações e grupos; <p>II. Fortalecimento da identidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar estudo para reconhecer como a comunidade se identifica como grupo social; - Identificar, por meio de estudo, qual a relação entre as famílias e a organização da comunidade; - Empreender projetos de apoio e difusão da diversidade cultural dos povos originários, afrodescendentes, indígenas, assim como suas manifestações culturais e seus territórios, respeitando as particularidades culturais e religiosas desses povos. - Incentivar o fortalecimento institucional, possibilitando o acesso dessas comunidades ao conhecimento e aos recursos a elas direcionados. <p>III. Apoio à autonomia das populações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar qual a relação estabelecida entre comunidade e as formas de produção dos diferentes atores locais; - Propor mecanismos de fortalecimento das instâncias de governança existentes e capacitar os agentes comunitários para formação de novas governanças que estimulem a valorização dos modos de vida e tradicionais; - Estimular e apoiar o resgate de saberes 	<p>institucional, possibilitando o acesso dessas comunidades ao conhecimento e aos recursos a elas direcionados.</p>	<p>das instâncias de governança existentes e capacitar os agentes comunitários para formação de novas governanças que estimulem a valorização dos modos de vida e tradicionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar os grupos sociais e populações tradicionais em economia da cultura, já que fortalece os vínculos de sociabilidade e identidade, criam lazer e bem-estar, contribuem com a educação e com o desenvolvimento em geral; <p>Projeto 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propor mecanismos de integração comunitária e conformação de associações para produção; - Estimular o desenvolvimento do turismo rural de base comunitária, para as comunidades que tiverem interesse em desenvolver este tipo de atividade associada ao modo de produção existente; - Estabelecimento de programas integrados entre os setores da Cultura, do Meio Ambiente, da Educação, do Turismo e da Ciência e Tecnologia como forma de promover o desenvolvimento humano. 	<p>possibilitem a desburocratização e transparências dos processos de tomada de decisão direcionados às populações tradicionais;</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>próprios, e de formas de renda não monetária;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantia de espaços culturais de referência artístico-cultural e formação nos territórios dos grupos sociais e populações tradicionais; - Capacitar os grupos sociais e populações tradicionais em economia da cultura, já que fortalece os vínculos de sociabilidade e identidade, criam lazer e bem-estar, contribuem com a educação e com o desenvolvimento em geral; - Criar projetos de apoio e difusão das tradições da matriz africana, através do Turismo de Base Comunitária; - Estudo de ferramentas que possibilitem a desburocratização e transparências dos processos de tomada de decisão direcionados às populações tradicionais; <p>Projeto 2: Apoio às expressões da ruralidade na RMBH</p> <p>Ações :</p> <p>I. Identificação e estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento das manifestações da ruralidade existentes na RMBH; - Compreender/caracterizar os traços e expressões da ruralidade existentes nos CAC's. <p>II. Fortalecimento da identidade dos grupos do campo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar estudo para reconhecer como a população que reside no campo se identifica enquanto grupo social; - Identificar organizações comunitárias e compreender a relação existente entre estas e as famílias rurais; - Identificar a existência de vínculo da comunidade com o território por ela 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>ocupado.</p> <p>3. Apoio à autonomia dos grupos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar os modos de produção e comercialização presentes no campo, no âmbito da RMBH; - Propor mecanismos de integração comunitária e conformação de associações para produção; - Estimular e apoiar o resgate de saberes próprios, e de formas de renda não monetária; - Estimular o desenvolvimento do turismo rural de base comunitária, para as comunidades que tiverem interesse em desenvolver este tipo de atividade associada ao modo de produção existente; - Estabelecimento de programas integrados entre os setores da Cultura, do Meio Ambiente, da Educação, do Turismo e da Ciência e Tecnologia como forma de promover o desenvolvimento humano. 				
	<p>Programa 3. Promoção de Rotas Turísticas na RMBH</p> <p>Objetivo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estruturar rotas turísticas que conectem os Complexos Ambientais Culturais e os complexos locais, favorecendo assim a apropriação dos lugares metropolitanos por parte da população residente e visitantes da Região 	<p>Projeto 1: Estudo de Rotas Turísticas na RMBH</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Identificar e avaliar as propostas de rotas turísticas existentes na região RMBH. → Avaliar se há iniciativas de rotas turísticas que possam servir como referencia de boas práticas. → Pesquisar se há propostas que consideram a utilização do sistema de transporte público e formas de deslocamentos alternativas para a viabilidade das rotas turísticas. → Avaliar como as organizações públicas e privadas da área de transporte estão envolvidas com os projetos/programas em questão. 	<p>Projeto 3</p> <p>→ Desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação do passaporte turístico metropolitano.</p>	<p>Projeto 1</p> <p>→ Avaliar como as organizações públicas e privadas da área de transporte estão envolvidas com os projetos/programas em questão.</p> <p>→ Identificar e avaliar as instituições, planos, programas e projetos de política pública que possuem interface com a viabilidade do conceito de Rotas Turísticas proposto.</p> <p>Projeto 2</p> <p>→ Estudar as possibilidades de integração dos CACs, Complexos Locais e Lugares Metropolitanos sob a forma de rotas turísticas.</p> <p>→ Estruturar um projeto educativo voltado para a formação de público e</p>	<p>Projeto 4</p> <p>→ Produzir informações sobre as Rotas Turísticas, compondo assim um banco de dados que possa subsidiar o fomento a diversos tipos de materiais de divulgação.</p> <p>→ Pesquisar as demandas de informação por parte dos públicos, assegurando à diversidade de materiais de divulgação das rotas necessária as especificidades dos diferentes públicos.</p> <p>→ Convidar os portadores de deficiência física e/ou mental para o planejamento e gestão participativos do sistema de</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>Metropolitana de Belo Horizonte, bem como o fortalecimento da integração do território em questão.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudar o contexto das rotas turísticas implementadas no âmbito da RMBH, identificando iniciativas que sirvam como referência de boas práticas. • Investigar diferentes modalidades de transporte público e deslocamento que possam viabilizar a operacionalização das rotas turísticas, levando em consideração a sustentabilidade sócio-ambiental do programa. • Propor rotas turísticas calcadas nos princípios do Turismo Social e de Base Comunitária. • Pesquisar a transversalidade das políticas do PDDI em relação a esse programa. 	<p>→ Identificar e avaliar as instituições, planos, programas e projetos de política pública que possuem interface com a viabilidade do conceito de Rotas Turísticas proposto.</p> <p>Projeto 2: Estruturação das Rotas Turísticas</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Estudar as possibilidades de integração dos CACs, Complexos Locais e Lugares Metropolitanos sob a forma de rotas turísticas. → Identificar os equipamentos culturais e turísticos presentes nas rotas e seu possível uso público. → Pesquisar alternativas de acesso e sinalização turística para as rotas propostas. → Estruturar um projeto educativo voltado para a formação de público e mão-de-obra para as rotas turísticas. → Integrar as propostas de Rotas Turísticas já implementadas na RMBH com as novas propostas a serem estruturadas. → Estudar estratégias de financiamento para a viabilidade das rotas turísticas <p>Projeto 3: Criação do passaporte metropolitano para as rotas turísticas</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Estudar propostas de passaporte turístico para contextos urbanos metropolitanos. → Pesquisar quais opções de transporte e modalidades alternativas de deslocamento poderão ser utilizadas e combinadas para o contexto da RMBH. → Conceber uma proposta de logística e gestão do sistema de transporte para o 		<p>mão-de-obra para as rotas turísticas.</p> <p>Projeto 3</p> <p>→ Conceber uma proposta de logística e gestão do sistema de transporte para o passaporte metropolitano turístico, a partir da estruturação dos espaços públicos e privados pertencentes às rotas, definidos neste Plano a partir dos potenciais lugares metropolitanos (ver Política Metropolitana de democratização dos espaços públicos do Eixo Urbanidade).</p>	<p>informações turísticas metropolitano, garantindo assim a acessibilidade dos distintos públicos a esse recurso.</p> <p>→ Conceber mapas, sites, guias turísticos, folders, sistema de mídias sociais (blogs, comunidades virtuais) sobre as Rotas Turísticas.</p> <p>→ Disponibilizar as informações produzidas sobre as Rotas Turísticas para o banco de informações da Região Metropolitana.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>Meta: Médio prazo (2023)</p> <p>passaporte metropolitano turístico, a partir da estruturação dos espaços públicos e privados pertencentes às rotas, definidos neste Plano a partir dos potenciais lugares metropolitanos (ver Política Metropolitana de democratização dos espaços públicos do Eixo Urbanidade).</p> <p>→ Desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação do passaporte turístico metropolitano.</p> <p>Projeto 4: Produção e Promoção das informações para os diferentes públicos</p> <p>Ações.</p> <p>→ Produzir informações sobre as Rotas Turísticas, compondo assim um banco de dados que possa subsidiar o fomento a diversos tipos de materiais de divulgação.</p> <p>→ Pesquisar as demandas de informação por parte dos públicos, assegurando à diversidade de materiais de divulgação das rotas necessária as especificidades dos diferentes públicos.</p> <p>→ Convidar os portadores de deficiência física e/ou mental para o planejamento e gestão participativos do sistema de informações turísticas metropolitano, garantindo assim a acessibilidade dos distintos públicos a esse recurso.</p> <p>→ Conceber mapas, sites, guias turísticos, folders, sistema de mídias sociais (blogs, comunidades virtuais) sobre as Rotas Turísticas.</p> <p>→ Disponibilizar as informações produzidas sobre as Rotas Turísticas para o banco de informações da Região Metropolitana.</p>					
Política Metropolitana Integrada de Gestão Territorial da Educação	1. Programa Universalização do direito à educação	<p>Projetos e Ações</p> <p>A. Combate à defasagem no atendimento à educação básica</p>	<p>Objetivos específicos da Política</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impulsionar a observância da 	<p>Objetivos específicos da Política</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intensificar políticas compartilhadas de educação envolvendo redes de proteção à 	<p>D. Educação de Jovens e Adultos e combate ao analfabetismo:</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>e Cultura</p> <p>Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Universalizar e qualificar educacional para garantia do direito à educação básica em todos os níveis e modalidades de ensino. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intensificar políticas compartilhadas de educação envolvendo redes de proteção à infância e adolescência, políticas de cultura, esporte e lazer, geração de renda. • Potencializar a integração dos equipamentos disponíveis no território em proposições formativas escolares e não-escolares, em horários de funcionamento expandidos. • Investir em mecanismos de gestão compartilhada entre municípios para o atendimento de demandas por vagas escolares, transporte escolar, formação docente, programas voltados para diversidade cultural e social. • Ampliar o atendimento da educação infantil constituindo novas 	<p>básica</p> <p>Gestão compartilhada da educação básica</p>	<p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Diagnóstico da demanda por vagas na educação básica sobretudo em áreas de conurbação. → Diagnóstico dos impactos da medida de nucleação e fechamento de escolas rurais: evasão, reprovação, distâncias percorridas no deslocamento do campo. → Produção de ações compartilhadas entre municípios para o atendimento a demandas por vagas na educação básica. → Implantação dos Conselhos Municipais de Educação para o estabelecimento de sistemas municipais de educação. → Democratizar os processos de escolha de conselheiros municipais de educação. → Implantação dos Conselhos Gestores do FUNDEB. → Dinamizar a atuação dos Conselhos: realização de Conferências Municipais e Metropolitana de Educação, bianualmente. → Garantir mecanismos democráticos de escolha de dirigentes escolares. → Realizar formação de gestores municipais para conhecimento e plano de aplicação da RESOLUÇÃO do CNE Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008. → Implantação de projetos de formação docente e de gestores em parceria entre municípios e/ou em dimensão metropolitana nos âmbitos: educação infantil, EJA, educação do campo, educação quilombola, educação integral/ integrada <p>B. Novas tipologias de atendimento à Educação Infantil</p> <p>C. Ensino Fundamental de 09 anos: o</p>	<p>institucionalidade para as modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo e Educação Quilombola</p> <p>A. Combate à defasagem no atendimento à educação básica</p> <ul style="list-style-type: none"> → Implantação dos Conselhos Municipais de Educação para o estabelecimento de sistemas municipais de educação. → Democratizar os processos de escolha de conselheiros municipais de educação. → Implantação dos Conselhos Gestores do FUNDEB. → Dinamizar a atuação dos Conselhos: realização de Conferências Municipais e Metropolitana de Educação, bianualmente. → Garantir mecanismos democráticos de escolha de dirigentes escolares. 	<p>infância e adolescência, políticas de cultura, esporte e lazer, geração de renda.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potencializar a integração dos equipamentos disponíveis no território em proposições formativas escolares e não-escolares, em horários de funcionamento expandidos. • Investir em mecanismos de gestão compartilhada entre municípios para o atendimento de demandas por vagas escolares, transporte escolar, formação docente, programas voltados para diversidade cultural e social. <p>A. Combate à defasagem no atendimento à educação básica</p> <ul style="list-style-type: none"> → Produção de ações compartilhadas entre municípios para o atendimento a demandas por vagas na educação básica. → Realizar formação de gestores municipais para conhecimento e plano de aplicação da RESOLUÇÃO do CNE Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008. → Implantação de projetos de formação docente e de gestores em parceria entre municípios e/ou em dimensão metropolitana nos âmbitos: educação infantil, EJA, educação do campo, educação quilombola, educação integral/ integrada. <p>C. Ensino Fundamental de 09 anos: o atendimento às crianças de 05-06 anos</p> <ul style="list-style-type: none"> → Composição de programas e serviços articulados para o atendimento de crianças. → Formação de gestores para aplicação dos dispositivos de duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. 	<ul style="list-style-type: none"> → Regulamentação da modalidade de EJA nos municípios que ainda não o fizeram. <p>E. Educação do campo e educação quilombola</p> <ul style="list-style-type: none"> → Regulamentação da Lei 10639/03, que estabelece as diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; → Regulamentação da educação do campo; 	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>tipologias de atendimento para a idade de 0 a 3 anos e intensificação do acesso escolar no caso de 4 a 6 anos.</p> <p>• Impulsionar a observância da institucionalidade para as modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo e Educação Quilombola.</p> <p>Diretrizes Gerais da Política:</p> <p>* Articular a dimensão da cultura à formulação de políticas e programas educacionais integrados à dinâmica do território.</p> <p>* Ultrapassar o modelo de políticas públicas setoriais pensadas de forma fragmentada, provocando sobreposição de ações entre diversos programas e projetos e provocando baixa eficácia nas ações.</p> <p>* Articular programas em projetos político-pedagógicos de modo a incorporá-los dos de forma intencional e planejada à dinâmica dos territórios.</p> <p>* Provocar as estruturas hierarquizadas da administração a uma nova forma de planejamento e gestão, em que cada</p>		<p>atendimento às crianças de 05-06 anos</p> <p>Ações</p> <p>→ Diagnóstico da demanda por vagas na educação infantil, de zero a seis anos.</p> <p>→ Mapeamento de equipamentos de e equipamentos de cultura, educação, assistência social, proteção à infância e adolescência, esporte, lazer, parques.</p> <p>→ Composição de programas e serviços articulados para o atendimento de crianças.</p> <p>→ Formação de gestores para aplicação dos dispositivos de duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.</p> <p>→ Formação de gestores para aplicação da legislação referente à educação infantil de zero a seis anos.</p> <p>→ Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil.</p> <p>→ Contratação de docentes, mediante concurso público, para atuação na educação infantil de zero a seis anos.</p> <p>→ Formação docente para atuação na educação infantil de zero a seis anos.</p> <p>D. Educação de Jovens e Adultos e combate ao analfabetismo:</p> <p>Ações</p> <p>→ Criação da modalidade de EJA em todos os municípios, com flexibilidade de propostas para atender às necessidades das pessoas adultas: aulas realizadas em espaços diversificados por onde circulam os adultos – escolas, o trabalho (como agências bancárias, prédios próximos a estações do metrô e BH-BUS), a religião (igrejas), o comércio e economia informal</p>	<p>→ Formação de gestores para aplicação da legislação referente à educação infantil de zero a seis anos.</p> <p>→ Formação docente para atuação na educação infantil de zero a seis anos.</p> <p>D. Educação de Jovens e Adultos e combate ao analfabetismo:</p> <p>Ações</p> <p>→ Criação da modalidade de EJA em todos os municípios, com flexibilidade de propostas para atender às necessidades das pessoas adultas: aulas realizadas em espaços diversificados por onde circulam os adultos – escolas, o trabalho (como agências bancárias, prédios próximos a estações do metrô e BH-BUS), a religião (igrejas), o comércio e economia informal (salas próximas ou em galerias, shoppings populares), o lazer (parques); múltiplas temporalidades (turnos pela manhã, tarde, noite, intermediários; duração variável e incorporação dos trabalhadores por turno (operários, enfermeiras, caminhoneiros, trabalho temporário e etc).</p> <p>→ Constituição de corpo docente próprio e permanente para os programas de EJA.</p> <p>→ Formação de docentes para atuar na EJA com processos variados: seminários, encontros e cursos na própria rede de ensino ou em parceria entre municípios e/ou com apoio das universidades.</p> <p>→ Regulamentação da modalidade de EJA nos municípios que ainda não o fizeram.</p> <p>E. Educação do campo e educação quilombola</p> <p>→ Formação de docentes para atuação na educação do campo, educação quilombola e na educação das relações</p>			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>Secretaria mantém sua autonomia, mas trabalha de forma articulada com as demais em instâncias criadas para tal fim, como Comitês Gestores Intersetoriais, por exemplo. Trata-se de constituir estruturas de trabalho mais horizontais que permitam o estabelecimento de novos diálogos e conexões, aproximando programas e percebendo o sujeito destinatário da política pública em sua complexidade e não de forma parcial.</p> <p>* Inverter a lógica de planejamento de políticas públicas de educação passando do modelo de gestão de sistemas para o modelo de gestão territorial. Para isso, articular a política pública aos atores sociais locais que atuam em dado território. Considerar identidades, conhecimentos, saberes, potenciais e dificuldades locais na elaboração e implementação da política. Responder em cada território às demandas concretas ali apresentadas e se articulando aos demais atores sociais locais.</p>		<p>(salas próximas ou em galerias, shoppings populares), o lazer (parques); múltiplas temporalidades (turnos pela manhã, tarde, noite, intermediários; duração variável e incorporação dos trabalhadores por turno (operários, enfermeiras, caminhoneiros, trabalho temporário e etc).</p> <p>→ Constituição de corpo docente próprio e permanente para os programas de EJA.</p> <p>→ Identificar a demanda para EJA por meio de mecanismos diversos:</p> <p>por chamada pública; pela articulação com os alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado; através de articulação com os programas sociais, com os agentes de saúde; através de órgãos técnicos estaduais e municipais ; com o envolvimento dos Conselhos Estadual e Municipais de Educação; pela articulação com a Undime e com a Uncme; através do censo do IBGE/PNAD; através do envolvimento da sociedade civil, dos sindicatos; através de faixas, nas escolas, informando existência de vagas; nas igrejas e templos; na parceria com o Ministério Público</p> <p>→ Formação de docentes para atuar na EJA com processos variados: seminários, encontros e cursos na própria rede de ensino ou em parceria entre municípios e/ou com apoio das universidades.</p> <p>→ Regulamentação da modalidade de EJA nos municípios que ainda não o fizeram</p> <p>E. Educação do campo e educação quilombola Ações: → Diagnóstico socioeconômico das comunidades quilombolas reconhecidas e em processo de reconhecimento;</p>	<p>étnico-raciais.</p> <p>→ Formação de gestores para formulação de ações para educação do campo e educação quilombola.</p>			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>* Considerar a intersetorialidade como pressuposto de modo a superar a dispersão nas ações propostas por distintas políticas setoriais que, em diferentes esferas decisórias ou em um mesmo âmbito de governabilidade, restringem-se a aspectos específicos na implementação e gestão. Políticas intersetoriais não se resumem a um arranjo de governo, mas desencadeiam um formato participativo e democrático de mobilização dos diferentes saberes e práticas comunitárias. A intenção é potencializar não apenas as ações a serem desenvolvidas, mas superar dicotomias entre os distintos atores na solução de problemas complexos e que exigem processos articulados de discussão, elaboração e execução.</p> <p>* Gestão Compartilhada como forma de romper com a fragmentação e integrar diferentes setores, instituições e agentes, com o objetivo de garantir não só o direito à educação de crianças, adolescentes e jovens,</p>		<p>→ Diagnóstico da demanda por educação básica em áreas de localização de comunidades rurais e quilombolas;</p> <p>→ Diagnóstico dos impactos do processo de nucleação e fechamento de escolas do campo sobre essa população;</p> <p>→ Diagnóstico da situação de grupos indígenas com permanência ou trânsito na RMBH.</p> <p>→ Acompanhamento da frequência dos estudantes do campo em escolas núcleo localizadas em áreas urbanas e sedes de municípios;</p> <p>→ Revisão dos processos de fechamento de escolas quando necessário para correção das disparidades de acesso, permanência e garantia do padrão de qualidade da Educação Básica em áreas remanescentes de quilombos e de populações do campo;</p> <p>→ Dinamização do espaço das unidades escolares desativadas com a construção de centros ou outros equipamentos culturais que atendam às necessidades da população;</p> <p>→ Regulamentação da Lei 10639/03, que estabelece as diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;</p> <p>→ Regulamentação da educação do campo;</p> <p>→ Formação de docentes para atuação na educação do campo, educação quilombola e na educação das relações étnico-raciais.</p> <p>→ Formação de gestores para formulação de ações para educação do campo e educação quilombola.</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
mas o direito a uma educação de qualidade. A discussão sobre Gestão Compartilhada é recente e depende de uma construção de propostas consolidadas e de vários ajustes para que realmente seja aplicada em todo o país. A meta é estabelecer mecanismos para que as atribuições de cada ente federado sejam definidas de modo horizontal permitindo atuações conjuntas entre municípios sobretudo em áreas de conurbação.						
	2. Programa Reconfiguração da dinâmica escolar: ampliação do tempo escolar na dinâmica do território	<p>Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Georreferenciamento dos grupos e instituições culturais, equipamentos de cultura, esporte e lazer, instituições e equipamentos de proteção a infância e adolescência (conselhos, CACs, Centro de Convivência, Casas do Brincar, CRAS), instituições de saúde, e experiências de agricultura e produção para autoconsumo (CEVAE). • Implantação de projetos de formação para docentes, educadores sociais e gestores nos referenciais da educação integral/ integrada. • Dinamização de redes de encontro entre municípios da RMBH para debate e troca de experiências em projetos de educação integral/integrada. • Socialização de experiências em curso, tanto de escolas quanto de ações de políticas públicas. • Produção de projetos de ampliação de tempo escolar nos municípios. 		<p>Ações Programa 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de projetos de formação para docentes, educadores sociais e gestores nos referenciais da educação integral/ integrada. • Dinamização de redes de encontro entre municípios da RMBH para debate e troca de experiências em projetos de educação integral/integrada. 	<p>Ações Programa 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Georreferenciamento dos grupos e instituições culturais, equipamentos de cultura, esporte e lazer, instituições e equipamentos de proteção a infância e adolescência (conselhos, CACs, Centro de Convivência, Casas do Brincar, CRAS), instituições de saúde, e experiências de agricultura e produção para autoconsumo (CEVAE). 	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>Política Metropolitana Integrada de Promoção de Atividades Culturais e Criativas</p> <p>Objetivo geral Induzir a produção e consumo de atividades criativas nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.</p> <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção e reocupação de equipamentos voltados às artes, à produção criativa e de conhecimento; - Capacitar gestores culturais; - Capacitar produtores criativos; - Viabilizar a produção e distribuição da produção criativa na região Metropolitana e para outros territórios 	<p>1. Programa Capacitação de Gestores Culturais</p> <p>Metas: curto prazo (2015)</p>	<p>Projeto 1. Elaboração de estudo de viabilidade (diagnóstico situacional)</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estruturação de um grupo de trabalho de todos os parceiros (setor público, privado e Terceiro Setor) para a elaboração de um diagnóstico situacional da RMBH. - Contração de um instituto de pesquisa. - Aplicação da pesquisa. - Análise do diagnóstico situacional da RMBH no que se refere a curso de formação específico para o setor e o reconhecimento de demandas e parceiros. - Inclusão de mapeamento dos espaços e instituições de promoção cultural, empresas investidoras localizadas na região, eventos culturais permanentes. - Apresentação pública dos resultados e sua aplicabilidade. <p>Projeto 2. Formação profissional em cultura</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de parcerias com governo local. - Estabelecimento de parcerias com universidades. - Estruturação de um programa contínuo de formação em gestão cultural, considerando as especificidades do setor público e privado. - Estruturação de cursos à distância (complemento encontros presenciais), na perspectiva de integração. - Ministrando cursos e acompanhar a sua 	<p>1. Programa Capacitação de Gestores Culturais</p> <p>Projeto 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estruturação de um grupo de trabalho de todos os parceiros (setor público, privado e Terceiro Setor) para a elaboração de um diagnóstico situacional da RMBH. - Análise do diagnóstico situacional da RMBH no que se refere a curso de formação específico para o setor e o reconhecimento de demandas e parceiros. <p>Projeto 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de parcerias com governo local. - Estabelecimento de parcerias com universidades. - Estruturação de um programa contínuo de formação em gestão cultural, considerando as especificidades do setor público e privado. - Estruturação de cursos à distância (complemento encontros presenciais), na perspectiva de integração. - Ministrando cursos e acompanhar a sua evolução <p>Projeto 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer parceria com instituições culturais para a inclusão de egressos dos cursos no quadro de funcionários público e privado; 			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		evolução. Projeto 3. Inserção de mercado de trabalho Ações - Estabelecer parceria com instituições culturais para a inclusão de egressos dos cursos no quadro de funcionários público e privado; - Estimular a abertura de empresas prestadoras de serviços no setor criativo; - Fomentar a organização em cooperativas e redes culturais.				
	2. Programa de capacitação de produtores criativos Metas: prioritário/emergencial, curto prazo (2015)	Projeto 1 – Criação de programa de formação, capacitação e experimentação para jovens na RMBH Ações : - Identificação de áreas ociosas de elevada densidade demográfica e de fácil mobilidade. Por exemplo, o Mapa descrito na Política Metropolitana de Gestão da Paisagem e Valorização Cultural evidencia uma área em Betim, próxima ao Bairro Citrolândia, que guarda características favoráveis para implementação desse programa. Trata-se um território pobre (baixo IDH), com expressiva presença de população jovem, próximo a centros universitários e corredores de transporte, além da área industrial de Betim e de Juatuba. - Orquestração institucional à semelhança daquela do Plug Minas; - Construção e/ou reformas de equipamentos; - Seleção de profissionais; - Seleção dos jovens; - Ministrando cursos e oficinas;		Projeto 1 - Orquestração institucional à semelhança daquela do Plug Minas; - Seleção de profissionais; - Seleção dos jovens; - Ministrando cursos e oficinas; Projeto 2 - Identificação de áreas de necessidade de formação técnica; - Estabelecimento de parcerias com governo local; - Estabelecimento de parcerias com centros de ensino técnico como o CEFET . - Ministrando cursos e acompanhar a sua evolução. Projeto 4 - Mapear as empresas e instituições que empregam técnicos e produtores culturais (articulação com o Sistema de Informações Culturais, proposto na Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos); - Elaborar indicadores de vagas;		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>- Acompanhar a sua evolução.</p> <p>Projeto 2 – Formação de técnicos de apoio a atividades criativas Ações :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação de áreas de necessidade de formação técnica; - Estabelecimento de parcerias com governo local; - Estabelecimento de parcerias com centros de ensino técnico como o CEFET . - Ministrar cursos e acompanhar a sua evolução. <p>Projeto 3 – Promoção de residências artísticas Ações</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e envio de projetos para obtenção de financiamento (editais, leis de incentivo, etc); - Discussão e definição da proposta e formato da residência - Montagem da equipe de trabalho: (i) curadoria e coordenação artística; (ii) executiva e administrativa; - Projeto de adequação e montagem do espaço físico, de acordo com a proposta da residência; - Compra de equipamentos, mobiliário e outros itens para montagem da infraestrutura; - Redação e publicação do edital de seleção; - Montagem de banca ad hoc para seleção dos artistas participantes. <p>Projeto 4 – Inserção de mercado de trabalho</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a evolução de preenchimento de vagas; - Estabelecer parceria com Ministério de Trabalho e Emprego para intermediação do emprego desses trabalhadores, egressos do programa de formação artística ou técnica; - Fomentar a organização de cooperativas e redes culturais. 		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<ul style="list-style-type: none"> - Mapear as empresas e instituições que empregam técnicos e produtores culturais (articulação com o Sistema de Informações Culturais, proposto na Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos); - Elaborar indicadores de vagas; - Acompanhar a evolução de preenchimento de vagas; - Estabelecer parceria com Ministério de Trabalho e Emprego para intermediação do emprego desses trabalhadores, egressos do programa de formação artística ou técnica; - Fomentar a organização de cooperativas e redes culturais. - Criar programas de crédito para artistas que contemplem suas particularidades, como elevada incerteza na atividade, ausência de colaterais em contrapartida aos financiamentos; 				
	<p>3. Programa de construção e/ou reocupação de equipamentos voltados às artes, à produção criativa e ao conhecimento – Fábricas Criativas</p> <p>Metas: curto prazo (2015)</p>	<p>Projeto 1- Elaboração do Projeto Fábrica Criativa</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratação de instituições de pesquisa; - Levantamento dos temas a serem tratados; - Definição dos recursos tecnológicos e artísticos; - Formulação do projeto paisagístico; - Identificação de áreas e ferramentas para portadores de necessidades especiais; - Definição de parceiros para gerenciar o programa; - Elaboração do projeto; - Apresentação pública de sua aplicabilidade. <p>Projeto 2- Construção da Fábrica</p>		<p>Projeto 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratação de instituições de pesquisa; - Definição de parceiros para gerenciar o programa; <p>Projeto 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formatação de contrato com Universidades para elaboração do conteúdo temático, treinamento e contratação de monitores; <p>Projeto 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer parcerias com instituições para seleção e manutenção da residência artística; 	<p>Projeto 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - Divulgação pública do equipamento na RMBH, no estado e país; - Criação de página na Internet específica para informação da programação e para alimentação do Sistema de Informações em Cultura, conforme Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos - Estabelecer parcerias com escolas de modo a assegurar visitação de alunos de todos os níveis de ensino; 	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>Criativa Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção ou reforma do prédio de acordo com o definido no Projeto 1 deste Programa; - Instalação de equipamentos e de recursos tecnológicos e artísticos; - Implementação do projeto paisagístico; - Sinalização nas vias de acesso e no interior da fábrica; - Construção de área específica para residência artística; - Formatação de contrato com Universidades para elaboração do conteúdo temático, treinamento e contratação de monitores; <p>Projeto 3 – Inauguração e manutenção da Fábrica Criativa Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Divulgação pública do equipamento na RMBH, no estado e país; - Criação de página na Internet específica para informação da programação e para alimentação do Sistema de Informações em Cultura, conforme Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos - Estabelecer parcerias com escolas de modo a assegurar visitação de alunos de todos os níveis de ensino; - Estabelecer parcerias com instituições para seleção e manutenção da residência artística; - Acompanhar a evolução do projeto. 				
	4. Programa de estímulo à economia criativa	<p>Projeto 1 – Análise de áreas de forte potencial de Economia Criativa Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estudos complementares, 		<p>Projeto 1 - Estabelecer parcerias com Prefeituras, Sebrae, ONG's, Ministérios da Cultura e do Turismo;</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>identificando circuitos de produção com ênfase na produção de artesanato e outros produtos de base criativa na RMBH;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer parcerias com Prefeituras, Sebrae, ONG's, Ministérios da Cultura e do Turismo; - Contratar gestores públicos formados segundo o Programa 2 desta Política, já orientados para essa concepção de promoção de atividades criativas; - Elaboração dos projetos. <p>Projeto 2 – Organização da produção criativa nessas áreas</p> <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação dos produtores conforme Programa 2 desta Política; - Estímulo à organização em cooperativas para produção e distribuição; - Facilitar o acesso a matérias-primas conforme a legislação específica para exploração dos recursos naturais; - Divulgação dos produtos no local para turistas e em sites específicos como o do sistema de Informações Culturais previsto na Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos. - Divulgação e assessoria para acesso ao microcrédito pelos produtores; 		<ul style="list-style-type: none"> - Contratar gestores públicos formados segundo o Programa 2 desta Política, já orientados para essa concepção de promoção de atividades criativas; <p>Projeto 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação dos produtores conforme Programa 2 desta Política 		
<p>PI. Política Metropolitana de Financiamento da Cultura</p> <p>Objetivo geral: Elaboração de estudo complementar de diagnóstico institucional e jurídico para criação de</p>	<p>Programa 1: Estudo complementar de diagnóstico institucional e jurídico para criação de um mecanismo de financiamento de atividades culturais no território</p>		<p>Política. Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - organização de estrutura institucional de organização de financiamento para projetos estruturantes; <p>Programa. Objetivo: Formular estudo sobre a viabilidade institucional e</p>			<p>Marco regulatório, jurídico e institucional de referência: Fundo Nacional de Cultura</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Urbanidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>mecanismo de financiamento de atividades culturais no território metropolitano.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - organização de estrutura institucional de organização de financiamento para projetos estruturantes; - redistribuição territorial desses recursos para áreas menos favorecidas pela política pública vigente; - estímulo à produção e formação de público em atividades criativas; - desenvolvimento contínuo de pesquisas e de diagnósticos - formulação de políticas de cultura, pautadas por programas estruturantes e ações planejadas; - definir propostas políticas que garantam que os recursos oriundos do setor cultural fiquem nas mãos de quem é de direito, ou revertidos em benefício da comunidade 	<p>metropolitano</p> <p>Objetivo: Formular estudo sobre a viabilidade institucional e jurídica do mecanismo, a partir de levantamento de fundos existentes e legislações específicas e de dados quantitativos e qualitativos referentes aos valores gerados pelo setor cultural na RMBH, buscando constituir um arranjo institucional para definir fontes e atividades constituintes de uma política de financiamento.</p>		<p>jurídica do mecanismo, a partir de levantamento de fundos existentes e legislações específicas e de dados quantitativos e qualitativos referentes aos valores gerados pelo setor cultural na RMBH, buscando constituir um arranjo institucional para definir fontes e atividades constituintes de uma política de financiamento.</p>			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
Sustentabilidade						
<p>PI. Política Metropolitana Integrada de Desenvolvimento Produtivo Sustentável</p> <p>Objetivos gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> Garantir a sustentabilidade de longo prazo do desenvolvimento da RMBH, com o enfrentamento da exclusão social; garantia de distribuição mais igualitária dos frutos do crescimento; comprometimento com investimentos nas comunidades mais vulneráveis e compromisso de adotar estratégias e de estimular investimentos de baixo carbono; Construir no médio / longo prazo uma sociedade baseada no conhecimento (e de baixo carbono), por meio da implementação de programas que contemplem: <ul style="list-style-type: none"> Atração de investimentos de alto valor agregado e centros de pesquisa; Apoio à inovação e às atividades intensivas em tecnologia; Promoção do desenvolvimento de serviços complexos tecnológicos e de apoio às atividades de alta tecnologia e de elevado 	<p>1. Programa de Diversificação Produtiva e Descentralização do Investimento no Território Metropolitano</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ampliar o grau de diversificação da estrutura produtiva da RMBH, reduzindo sua dependência do complexo mínero-metalúrgico; Garantir uma melhor distribuição de renda e emprego na RMBH no espaço metropolitano; Prover as bases para a construção de novas centralidades; Contribuir para a consolidação de uma economia baseada no conhecimento <p>Metas: Prioritário/Emergencial e Medio Prazo (2023)</p>	<p>Projeto 1. Fortalecimento e consolidação de uma governança para a reestruturação produtiva da RMBH e seu entorno</p> <p>Ações:</p> <p>A) Sistema de Informação que integre as diversas políticas municipais e estaduais e de órgãos de fomento ao investimento aplicadas à RMBH e seu entorno a ser gerenciado pelo INDI;</p> <p>B) Estruturação junto ao Conselho Integrado de Desenvolvimento e ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de Fórum Permanente da RMBH com participação de representantes municipais, ICTs, empresas, trabalhadores e sociedade civil.</p> <p>Projeto 2. Atração de novos investimentos de maior valor agregado, descentralizados no espaço</p> <p>Ações:</p> <p>A) Regionalização da política de desenvolvimento produtivo e de ciência e tecnologia do estado, com estruturação de sistema virtual de localização dos investimentos por setor e por município e os benefícios a que estaria apto a obter em função do grau de prioridade conferido à sua descentralização territorial e à sua intensidade tecnológica;</p> <p>B) Utilização de benefícios fiscais e creditícios para atração de empresas de alta tecnologia e de serviços avançados;</p>	<p>[Obj.Ger.Pol.] Promoção da descentralização dos investimentos no espaço metropolitano, buscando estruturar uma economia metropolitana mais robusta e dinâmica.</p> <p>[AçãoB.Proj.1] Estruturação junto ao Conselho Integrado de Desenvolvimento e ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de Fórum Permanente da RMBH com participação de representantes municipais, ICTs, empresas, trabalhadores e sociedade civil.</p>	<p>[Obj.Ger.Pol.] Estímulo às atividades baseadas no conhecimento e nas quais os desafios científicos e tecnológicos e ambientais exijam a cooperação entre universidades, sociedade civil, empresas e governo e abram janelas de oportunidade tecnológicas e locacionais;</p> <p>[Obj.Ger.Pol.] Estímulo à demanda de alta qualidade através da redução das desigualdades intrametropolitanas e aceleração do crescimento intrametropolitano para geração de emprego e renda; compras de governo; turismo de negócios e saúde; internacionalização da metrópole.</p> <p>[Dir.Ger.Pol.] Promoção de maior integração com o entorno metropolitano;</p> <p>[Dir.Ger.Pol.] Redução da exclusão, marginalização e polarização sócio-espacial no território metropolitano, com o fortalecimento das identidades e formas de organização e produção locais;</p> <p>Instrumentos de política pública para implementação do programa 1: Articulação do INDI, BDMG, Prefeituras, SEDE e SEDRU com o financiamento pelo Fundo Metropolitano</p> <p>Fontes de financiamento do programa 1: Fundo Metropolitano; Crédito direcionado do BDMG; Incentivos fiscais municipais e estadual; FAPEMIG; BNDES; MCT/FINEP; Recursos Próprios da Empresas; BID; Fundo de Incentivo à Inovação Tecnológica – Lei Mineira de</p>	<p>[AçãoA.Proj.1] Sistema de Informação que integre as diversas políticas municipais e estaduais e de órgãos de fomento ao investimento aplicadas à RMBH e seu entorno a ser gerenciado pelo INDI;</p> <p>[AçãoA.Proj.2] Regionalização da política de desenvolvimento produtivo e de ciência e tecnologia do estado, com estruturação de sistema virtual de localização dos investimentos por setor e por município e os benefícios a que estaria apto a obter em função do grau de prioridade conferido à sua descentralização territorial e à sua intensidade tecnológica;</p>	<p>Instrumentos de política pública para implementação do programa 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> Política Tributária com a utilização de impostos próprios dos municípios para incentivo à localização industrial; Apoio crédito-fiscal para redução do risco tecnológico e aumento da competitividade; Articulação do INDI, BDMG, Prefeituras, SEDE e SEDRU com o financiamento pelo Fundo Metropolitano Instrumentos associados à Política Nacional de Desenvolvimento Produtivo e às Políticas Nacionais de C&T, Educação e outras setoriais; PAC e PPA; PMDI e PPAG <p>[AçãoB.Proj.2] Utilização de benefícios fiscais e creditícios para atração de empresas de alta tecnologia e de serviços avançados;</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>conteúdo científico-tecnológico;</p> <p>- Estímulo às atividades baseadas no conhecimento e nas quais os desafios científicos e tecnológicos e ambientais exijam a cooperação entre universidades, sociedade civil, empresas e governo e abram janelas de oportunidade tecnológicas e locacionais;</p> <p>- Estímulo à demanda de alta qualidade através da redução das desigualdades intrametropolitanas e aceleração do crescimento intrametropolitano para geração de emprego e renda; compras de governo; turismo de negócios e saúde; internacionalização da metrópole.</p> <p>- Promoção da descentralização dos investimentos no espaço metropolitano, buscando estruturar uma economia metropolitana mais robusta e dinâmica.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construir vantagens competitivas dinâmicas - incorporação do conhecimento aos produtos e processos, geração, absorção e difusão de novas tecnologias; processos de 		<p>C) Estímulo ao adensamento da cadeia produtiva dos principais setores mineiros em direção aos segmentos mais complexos desta cadeia</p> <p>D) Modernização dos setores produtivos tradicionais a partir da incorporação de novas tecnologias (TICs, biotecnologia e nanotecnologia).</p> <p>Projeto 3. Fortalecimento da articulação dos grandes investimentos com a base produtiva e científica da RMBH</p> <p>Ações:</p> <p>A) Fortalecimento e consolidação do BH-TEC e Incubadoras de Empresas;</p> <p>B) Fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica das ICTs;</p> <p>C) Ampliação dos programas de fomento à interação Universidade-Empresas da FAPEMIG;</p> <p>D) Estruturação de Projetos Pré-Competitivos envolvendo ICTs, Empresas e Governo para solução de desafios tecnológicos no Estado, notadamente na interface entre meio ambiente e novas fronteiras de produção.</p> <p>Projeto 4. Incentivos à localização de empreendimentos intensivos em mão de obra (por exemplo, economia solidária, artesanato, culturais, etc.) em municípios de maior vulnerabilidade social e econômica</p> <p>Ações:</p>		<p>Inovação.</p> <p>[AçãoC.Proj.2] Ampliação dos programas de fomento à interação Universidade-Empresas da FAPEMIG.</p> <p>[AçãoD.Proj.2] Estruturação de Projetos Pré-Competitivos envolvendo ICTs, Empresas e Governo para solução de desafios tecnológicos no Estado, notadamente na interface entre meio ambiente e novas fronteiras de produção.</p> <p>[AçãoA.Proj.4] Treinamento de mão-de-obra no setor artesanal;</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>aprendizagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> Transformar os bens e serviços tradicionais a partir de dentro por meio da incorporação do conhecimento e de atividades de alta tecnologia; Aproveitar janelas de oportunidade, a partir da excelência científica e tecnológica e dos recursos humanos das diversas instituições de C,T&I e sistemas produtivos de alta tecnologia (por exemplo, biotecnologia, nanotecnologia, TICs, aeronáutica); Fomentar as atividades intensivas em tecnologia e conhecimento (ex: dispositivos médicos; eletroeletrônica, etc); Prover serviços modernos, que permitam aumentar a competitividade da RMBH frente às demais RMs do Brasil, buscando posicioná-la como uma das três mais importantes RMs do Brasil; Elevar a escala e qualidade da demanda metropolitana, de forma a sustentar o crescimento setores intensivos em tecnologia e conhecimento. <p>Diretrizes gerais</p>		<p>A) Treinamento de mão-de-obra no setor artesanal;</p> <p>B) Incentivo a organizações não governamentais especializadas nestes empreendimentos.</p> <p>Projeto 5. Transformação qualitativa das áreas destinadas a abrigar novos empreendimentos, visando a atrair empresas intensivas em tecnologia e prestadoras de serviços modernos complexos e tecnológicos</p> <p>Ações:</p> <p>A) Requalificação e modernização de distritos industriais existentes, com o fornecimento de infraestrutura moderna e de alta qualidade, eficiência energética e serviços de apoio;</p> <p>B) Estruturação de ecodistritos em municípios mais vulneráveis, dotando-os de infra-estrutura de alta qualidade.</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>As orientações e princípios básicos que orientarão a concepção, implementação e avaliação dos programas inseridos na PDP-S são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização da inovação, da criatividade e da diversidade cultural e étnica da metrópole, buscando produzir uma verdadeira revolução qualitativa em sua base social e produtiva; • Estruturação de novas centralidades na RMBH, visando a construir um espaço metropolitano menos desigual economicamente e menos vulnerável socialmente e, portanto, contribuir para a definição de um “novo pacto metropolitano”; • Promoção de maior integração com o entorno metropolitano; • Redução da exclusão, marginalização e polarização sócio-espacial no território metropolitano, com o fortalecimento das identidades e formas de organização e produção locais; • Reestruturação do perfil produtivo que seja ambientalmente sustentável e base para uma economia de baixo carbono. 						

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>2. Programa de Empreendedorismo</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover e fomentar a cultura do empreendedorismo; • Capacitação dos empreendedores no tocante aos aspectos relacionados à criação e consolidação de novos negócios; • Ampliar o capital social que permitirá a evolução do empreendedorismo de necessidade para o empreendedorismo de oportunidade; • Endogeneizar e dinamizar a geração de inovações na RMBH; • Gerar alternativas de emprego e renda; • Estimular a criação de empresas; • Facilitar a transferência de tecnologias e criar as capacitações necessárias para a sua efetiva absorção pelos empreendedores; • Potencializar a geração de inovações e o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores. <p>Metas:</p> <p>Implementação: prioritário/emerg.</p> <p>Perenidade: médio/longo prazo</p>	<p>Projeto 1. “Empreendedores do Futuro”</p> <p>Ações:</p> <p>A) Fomento da cultura empreendedora através de eventos, ações e cursos;</p> <p>B) Desenvolvimento do pensamento crítico e criativo dos estudantes do ensino médio e fundamental, por meio da colaboração das Escolas com as Universidades para ensino das ciências e artes – Ex: UFMG & Escolas – Educando para a Ciência;</p> <p>C) Colaboração com os IFETs para ensino técnico;</p> <p>D) Concursos, jogos para estimular a criatividade</p> <p>E) Promoção de feiras de idéias.</p> <p>Projeto 2. “Empreendedorismo nas Universidades”</p> <p>Ações:</p> <p>A) Fomento da cultura empreendedora através de eventos, ações e cursos;</p> <p>B) Criação de programas de pré-incubação</p> <p>C) Estímulo às Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica;</p> <p>D) Apoio ao Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC);</p> <p>E) Promoção de feira de idéias.</p> <p>Projeto 3) “Empreendedorismo na sociedade”</p> <p>Ações:</p> <p>A) Cursos de empreendedorismo em</p>	<p>[AçãoB.Proj.3] Agência de Desenvolvimento de Projetos;</p>	<p>[Obj.Prog.2] Capacitação dos empreendedores no tocante aos aspectos relacionados à criação e consolidação de novos negócios;</p> <p>[Obj.Prog.2] Gerar alternativas de emprego e renda;</p> <p>[Obj.Prog.2] Facilitar a transferência de tecnologias e criar as capacitações necessárias para a sua efetiva absorção pelos empreendedores;</p> <p>[AçãoA.Proj.1] Fomento da cultura empreendedora através de eventos, ações e cursos;</p> <p>[AçãoB.Proj.1] Desenvolvimento do pensamento crítico e criativo dos estudantes do ensino médio e fundamental, por meio da colaboração das Escolas com as Universidades para ensino das ciências e artes – Ex: UFMG & Escolas – Educando para a Ciência</p> <p>[AçãoC.Proj.1] Colaboração com os IFETs para ensino técnico;</p> <p>[AçãoA.Proj.3] Cursos de empreendedorismo em regiões mais vulneráveis – CVTs, SEBRAE</p> <p>[AçãoD.Proj.3] Ação de Tutoria Empresarial, envolvendo instituições com reconhecida excelência em empreendedorismo, bem como empresários bem sucedidos, a exemplo da metodologia de trabalho do Instituto Endeavour.</p>	<p>[AçãoE.Proj.3] Criação de um Banco de Talentos com informações de serviços e produto de profissionais residentes na RMBH;</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		regiões mais vulneráveis – CVTs, SEBRAE; B) Agência de Desenvolvimento de Projetos; C) Estímulo às Incubadoras Sociais, de Artes, Cultura e Econegócios e Incubadoras Corporativas; D) Ação de Tutoria Empresarial, envolvendo instituições com reconhecida excelência em empreendedorismo, bem como empresários bem sucedidos, a exemplo da metodologia de trabalho do Instituto Endeavour. E) Criação de um Banco de Talentos com informações de serviços e produto de profissionais residentes na RMBH;				
	3. Programa de Fomento às Interações entre Universidades, Empresas, Sociedade Civil e Governo para o Desenvolvimento de Inovações Objetivos: • Contribuir para a construção de iniciativas tecnológicas estruturantes, baseadas em colaborações que contribuam para a organização inovadora da sociedade metropolitana e para o desenvolvimento econômico mais igualitário através da disseminação do conhecimento. • Potencializar a geração de inovações tecnológicas, sociais, culturais e	Projeto 1. Criação de Fórum Metropolitano da Sociedade do Conhecimento do Futuro, baseado no BH-TEC, mas com reuniões itinerantes pelos municípios da RMBH Ações: A) Disseminar a cultura da inovação, da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia; B) Potencializar as relações de colaboração entre universidades – empresas; C) Mapear e divulgar atividades e indicadores de inovação; D) Realizar e Apoiar eventos mobilizadores dos empresários e da sociedade para a inovação; E) Promover a cooperação com instituições e empresas no país e no exterior para o desenvolvimento de	Proj.1. Criação de Fórum Metropolitano da Sociedade do Conhecimento do Futuro, baseado no BH-TEC, mas com reuniões itinerantes pelos municípios da RMBH [AçãoB.Proj.5] Criar as condições necessárias para que o BH-TEC possa se tornar o centro de uma governança metropolitana para a estruturação da sociedade do conhecimento e fortalecimento e consolidação do sistema regional de inovação.	[Obj.Prog.3] Contribuir para a construção de iniciativas tecnológicas estruturantes, baseadas em colaborações que contribuam para a organização inovadora da sociedade metropolitana e para o desenvolvimento econômico mais igualitário através da disseminação do conhecimento [AçãoB.Proj.1] Potencializar as relações de colaboração entre universidades – empresas; [AçãoE.Proj.1] Promover a cooperação com instituições e empresas no país e no exterior para o desenvolvimento de inovações; Proj.3. Estímulo à capacitação profissional dos que atuam em instituições gestoras e promotoras da inovação, bem como de gestores públicos sobre a importância da inovação para o desenvolvimento	Proj.4. Fomento à formação e consolidação redes sociais, com a utilização de ferramentas WEB 2.0, com foco em na proposição de novas tecnologias.	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>ambientais, que contribuam para mitigar os problemas enfrentados pela comunidade metropolitana;</p> <ul style="list-style-type: none"> Fomentar a transferência de tecnologias e a incorporação de conhecimentos a produtos e processos tornando-os mais inovadores e, portanto, competitivos nos mercado nacional e internacional, com maior geração de renda e empregos; Aumentar a produtividade e a competitividade das empresas da região e da economia como um todo, reposicionando a RMBH como uma das destacadas metrópoles brasileiras e mundiais. <p>Metas: Médio (2023) /Longo prazo (2050)</p>	<p>inovações; F) Contribuir para a proposição de políticas públicas relacionadas à inovação tecnológica.</p> <p>Projeto 2. Realização de Mostras Tecnológicas e Rodadas de Negócios na RMBH</p> <p>Projeto 3. Estímulo à capacitação profissional dos que atuam em instituições gestoras e promotoras da inovação, bem como de gestores públicos sobre a importância da inovação para o desenvolvimento sustentável</p> <p>Projeto 4. Fomento à formação e consolidação redes sociais, com a utilização de ferramentas WEB 2.0, com foco em na proposição de novas tecnologias.</p> <p>Projeto 5. Apoiar o BH-TEC no longo prazo Ações: A) Fortalecer o BH-TEC como “espaço de consenso” em torno da inovação; B) Criar as condições necessárias para que o BH-TEC possa se tornar o centro de uma governança metropolitana para a estruturação da sociedade do conhecimento e fortalecimento e consolidação do sistema regional de inovação.</p> <p>Projeto 6. Apoio às Incubadoras</p>		<p>sustentável; [AçãoA.Proj.5] Fortalecer o BH-TEC como “espaço de consenso” em torno da inovação; [AçãoB.Proj.6] Criar sistema de tutoria entre as incubadoras existentes e novas incubadoras que vierem a ser criadas na RMBH; [AçãoC.Proj.6] Apoiar a realização de cursos e eventos pelas incubadoras para a comunidade de forma a difundir a cultura da inovação e o empreendedorismo [AçãoA.Proj.7] Estruturação de Projetos Pré-Competitivos Mobilizadores com Empresas Líderes (articulação entre empresas ou consórcios de empresas e Instituições de Ensino Superior e de pesquisa, a partir de demandas empresariais de P&D); [AçãoB.Proj.7] Estruturação de Projetos Cooperativos visando à inovação em cadeias produtivas ou setores estratégicos para a competitividade empresarial, ou relevantes para o desenvolvimento metropolitano; [AçãoC.Proj.7] Estruturação de projetos cooperativos visando ao desenvolvimento de tecnologias de caráter social (criação de tecnologias, processos e metodologias que se constituam em modelos para a minimização de problemas sociais).</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>de Empresas Ações:</p> <p>A) Apoiar as incubadoras de empresas existentes, através do desenvolvimento de infra-estrutura, provisão de recursos financeiros e incentivos fiscais para as empresas incubadas;</p> <p>B) Criar sistema de tutoria entre as incubadoras existentes e novas incubadoras que vierem a ser criadas na RMBH;</p> <p>C) Apoiar a realização de cursos e eventos pelas incubadoras para a comunidade de forma a difundir a cultura da inovação e o empreendedorismo</p> <p>Projeto 7. Promoção de Projetos Tecnológicos pelo estado baseados na interação Universidade-Empresas Ações:</p> <p>A) Estruturação de Projetos Pré-Competitivos Mobilizadores com Empresas Líderes (articulação entre empresas ou consórcios de empresas e Instituições de Ensino Superior e de pesquisa, a partir de demandas empresariais de P&D);</p> <p>B) Estruturação de Projetos Cooperativos visando à inovação em cadeias produtivas ou setores estratégicos para a competitividade empresarial, ou relevantes para o desenvolvimento metropolitano;</p> <p>C) Estruturação de projetos cooperativos visando ao desenvolvimento de tecnologias de</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		caráter social (criação de tecnologias, processos e metodologias que se constituam em modelos para a minimização de problemas sociais).				
	<p>4. Programa de Investimentos em Indústria Baseadas no Conhecimento e Intensivas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prover a RMBH de indústrias fundamentais para gerar competitividade, centradas nos paradigmas tecnológicos vigentes e potenciais; • Construir vantagens comparativas dinâmicas - crescimento sustentável de longo prazo e geração de renda e empregos; • Promover a inserção ativa da metrópole no comércio nacional e mundial; • Estruturar as bases do crescimento de longo prazo mais igualitário e de baixo carbono 	<p>Projeto 1. Reestruturação produtiva da metrópole com ênfase em atividades intensivas em conhecimento e P&D</p> <p>Ações:</p> <p>A) Modernização tecnológica de setores tradicionais a partir da incorporação de novas tecnologias (nano, bio, TICs), visando a sustentar a competitividade internacional desses setores (ex: têxtil, calçados, alimentação, cimento);</p> <p>B) Desenvolvimento de tecnologias que contribuam para mitigar impactos ambientais negativos de atividades produtivas tradicionais (por exemplo, usar a nanotec ou a biotec para recuperação de rejeitos da mineração e da siderurgia);</p> <p>C) Criação de demanda de elevada qualidade para indústrias locais;</p> <p>D) Atração e fomento a indústrias que possuam fortes encadeamentos a jusante e a montante (ex: indústria aeronáutica);</p> <p>E) Atração e fomento de indústrias que se caracterizem por uma forte demanda global e nacional (ex: indústria de alimentos, biotec, nanotec, TICs, energias alternativas, tecnologias ambientais);</p> <p>Projeto 2. Estimular os</p>	<p>Proj.5. Criação Centros de Desenvolvimento de Tecnologias vinculados às capacitações científicas e produtivas da RMBH</p> <p>[AçãoA.Proj.5] Criação de Centro de Tecnologia em Nanotubos de Carbono;</p> <p>[AçãoB.Proj.5] Criação de Centro de Tecnologia em Nanobiofarmacêutica e Ensaios Pré-Clínicos;</p> <p>[AçãoC.Proj.5] Criação de Centro de Tecnologia de Alimentos;</p> <p>[AçãoD.Proj.5] Criação de Centro de Tecnologia em Energias Alternativas;</p> <p>[AçãoE.Proj.5] Criação de Centro de Tecnologia em Aeronáutica;</p> <p>[AçãoF.Proj.5] Criação de Centro de multimídia – conteúdo digital – software - convergência digital.</p>	<p>[AçãoB.Proj.6] Realizar roadshows em países selecionados, preferencialmente aqueles com os quais o estado possui acordos de cooperação ou irmandade;</p> <p>[AçãoC.Proj.6] Intensificar a formação de recursos humanos altamente qualificados;</p> <p>[AçãoD.Proj.6] Fomento a atividades cooperadas de P&D entre universidades e grandes empresas de forma a enraizar parte de seu P&D na RMBH.</p>	<p>[Ação.Proj.2] Criar mecanismos de estímulo fiscal e creditícios, além daqueles contemplados nas leis de inovação para aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento pelas empresas da RMBH.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>investimentos em Pesquisa e desenvolvimento pelas empresas instaladas na RMBH Ações: Criar mecanismos de estímulo fiscal e creditícios, além daqueles contemplados nas leis de inovação para aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento pelas empresas da RMBH.</p> <p>Projeto 3. Implementação de infra-estrutura urbana de qualidade e desenvolvimento de amenidades urbanas em escala metropolitana que exerçam forte atração sobre empresas intensivas em tecnologia Ações: Priorização na criação de novas centralidades, articuladas em rede, no território metropolitano, capazes de sustentar, a partir de sua infra-estrutura e base de serviços a reprodução ampliadas das atividades intensivas em tecnologia.</p> <p>Projeto 4) Fomento ao desenvolvimento e atração de serviços modernos complexos, inclusive tecnológicos que atendam à demanda das empresas intensivas em tecnologias e os profissionais nela empregados Ações: A) Desenvolvimento pelo Estado e pela Agência Metropolitana de planos de atração de serviços complexos para a RMBH; B) Utilização de mecanismos de incentivos fiscais e creditícios para a</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>atração desses serviços.</p> <p>Projeto 5. Criação Centros de Desenvolvimento de Tecnologias vinculados às capacitações científicas e produtivas da RMBH Ações: A) Criação de Centro de Tecnologia em Nanotubos de Carbono; B) Criação de Centro de Tecnologia em Nanobiofarmacêutica e Ensaios Pré-Clínicos; C) Criação de Centro de Tecnologia de Alimentos; D) Criação de Centro de Tecnologia em Energias Alternativas; E) Criação de Centro de Tecnologia em Aeronáutica; F) Criação de Centro de multimídia – conteúdo digital – software - convergência digital.</p> <p>Projeto 6. Atração de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento de Grandes Empresas para a RMBH Ações: A) Realizar levantamento dos possíveis centros a serem atraídos; B) Realizar roadshows em países selecionados, preferencialmente aqueles com os quais o estado possui acordos de cooperação ou irmandade; C) Intensificar a formação de recursos humanos altamente qualificados; D) Desenvolver infra-estrutura hard e soft que atenda aos requisitos de</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>operação destes centros;</p> <p>E) Fomento a atividades cooperadas de P&D entre universidades e grandes empresas de forma a enraizar parte de seu P&D na RMBH.</p>				
	<p>5. Programa de Apoio e Consolidação dos Sistemas Produtivos de Alta Tecnologia da RMBH</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar financeira e gerencialmente as empresas de base tecnológica dos SPLs de biotecnologia e saúde, TICs e Biocombustíveis; • Promover a abertura de canais de comercialização e distribuição nacionais e internacionais; • Promover a qualificação e treinamento de pessoal; • Intensificar as parcerias estratégicas nacionais e internacionais (universidade – empresas, centros nacionais e internacionais de P&D, etc.) para fomentar o desenvolvimento de inovações em produtos e processos, facilitar o acesso a novas técnicas e infraestrutura especializada e compartilhar riscos; • Utilizar a capacidade de compra do setor público para dar ganhos de escala a 	<p>Projeto 1. Estruturar Agência de Desenvolvimento de Projetos com um núcleo para atendimento às empresas de base tecnológica</p> <p>Ações:</p> <p>A) O Núcleo de EBTs da Agência de Desenvolvimento de Projetos deverá atuar em parceria com as Incubadoras de Base Tecnológica e núcleos gestores dos APLs de Biotecnologia, Tecnologias da Informação e Biocombustíveis na RMBH visando enfrentar as dificuldades associadas ao cumprimento das legislações, elaboração de planos de negócios, planos de marketing, rodadas de negócios e acesso ao financiamento;</p> <p>B) O Núcleo deverá operar de forma descentralizada de forma a ter significativa capilaridade no território metropolitano, através de um sistema móvel de atendimento às EBTs da RMBH.</p> <p>Projeto 2. Criar condições favoráveis para a atrair anjos de negócios, fundos de capital semente, fundos de capital de risco para a RMBH</p> <p>Ações:</p> <p>A) Potencializar a experiência acumulada por fundos, tais como</p>	<p>[AçãoB.Proj.1] O Núcleo deverá operar de forma descentralizada de forma a ter significativa capilaridade no território metropolitano, através de um sistema móvel de atendimento às EBTs da RMBH.</p> <p>[AçãoC.Proj.4] Criação de salas de negócios integrando importadores e exportadores e representantes comerciais e tradings internacionais;</p> <p>Proj.7. Utilizar o poder de compra do estado para criar demanda de alta qualidade para as empresas de base tecnológica.</p> <p>Ações: Criar grupos técnicos responsáveis pela elaboração de requisitos técnicos de alta qualidade em editais públicos de compras</p>	<p>[Obj.Prog.5] Apoiar financeira e gerencialmente as empresas de base tecnológica dos SPLs de biotecnologia e saúde, TICs e Biocombustíveis;</p> <p>[Obj.Prog.5] Promover a qualificação e treinamento de pessoal;</p> <p>[Obj.Prog.5] Intensificar as parcerias estratégicas nacionais e internacionais (universidade – empresas, centros nacionais e internacionais de P&D, etc.) para fomentar o desenvolvimento de inovações em produtos e processos, facilitar o acesso a novas técnicas e infraestrutura especializada e compartilhar riscos;</p> <p>[AçãoA.Proj.1] O Núcleo de EBTs da Agência de Desenvolvimento de Projetos <u>deverá atuar em parceria com as Incubadoras de Base Tecnológica e núcleos gestores</u> dos APLs de Biotecnologia, Tecnologias da Informação e Biocombustíveis na RMBH visando enfrentar as dificuldades associadas ao cumprimento das legislações, elaboração de planos de negócios, planos de marketing, rodadas de negócios e acesso ao financiamento;</p> <p>[AçãoB.Proj.3] Articular as demandas com o SIBRATEC;</p> <p>[AçãoD.Proj.4] Consultoria em Negócios Internacionais, promovendo a capacitação das empresas para atuar no comércio exterior.</p>	<p>[AçãoB.Proj.2] Participar na regulamentação do Fundo de Inovação criado no âmbito da Lei Estadual de Inovação de forma a privilegiar as EBTs;</p> <p>[AçãoC.Proj.2] Utilizar recursos do BDMG e FAPEMIG para estimular fundos de capital semente e de risco.</p> <p>Proj.5. Criar facilidades fiscais e aduaneiras para a importação de insumos e componentes essenciais ao desenvolvimento das atividades inovativas das empresas. Ações: Atuação junto à Assembleia Legislativa para suporte legal das facilidades aduaneiras.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	estes setores, internalizando a sua demanda. Metas: Curto (2015) e Médio prazo (2023)	<p>FIR Capital e Confrapar e a gestão mineira do Criatec sediada no Instituto Inovação;</p> <p>B) Participar na regulamentação do Fundo de Inovação criado no âmbito da Lei Estadual de Inovação de forma a privilegiar as EBTs;</p> <p>C) Utilizar recursos do BDMG e FAPEMIG para estimular fundos de capital semente e de risco.</p> <p>Projeto 3. Realizar Diagnóstico da demanda por serviços complexos dessas atividades</p> <p>Ações:</p> <p>A) Elaborar diagnóstico das demandas por serviços e infraestrutura especializada que atendam as Empresas de Base Tecnológica;</p> <p>B) Articular as demandas com o SIBRATEC;</p> <p>Projeto 4. Estimular no novos canais de comercialização e distribuição nacionais e internacionais</p> <p>Ações:</p> <p>A) Facilitar o acesso ao financiamento para exportação (ex: Proger Exportação do Banco do Brasil);</p> <p>B) Participação no Programa de Geração de Negócios Internacionais (PGNI), que apóia todas as fases da operação comercial e financeira;</p> <p>C) Criação de salas de negócios integrando importadores e exportadores e representantes comerciais e tradings internacionais;</p>		[AçãoB.Proj.6] Qualificação de EBTs de acordo com critérios estabelecidos pelas grandes empresas		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>D) Consultoria em Negócios Internacionais, promovendo a capacitação das empresas para atuar no comércio exterior.</p> <p>Projeto 5. Criar facilidades fiscais e aduaneiras para a importação de insumos e componentes essenciais ao desenvolvimento das atividades inovativas das empresas. Ações: Atuação junto à Assembleia Legislativa para suporte legal das facilidades aduaneiras.</p> <p>Projeto 6. Promover a integração de empresas de base tecnológica às cadeias produtivas nacionais de grandes empresas privadas, empresas públicas e cadeias internacionais; Ações: A) Organização de feiras onde as grandes empresas apresentam as suas demandas por bens e serviços a serem fornecidos por EBTs B) Qualificação de EBTs de acordo com critérios estabelecidos pelas grandes empresas</p> <p>Projeto 7. Utilizar o poder de compra dos estado para criar demanda de alta qualidade para as empresas de base tecnológica Ações: Criar grupos técnicos responsáveis pela elaboração de requisitos técnicos de alta qualidade em editais públicos de compras</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>6. Programa de Estruturação de Demanda de Alto Nível e Qualidade para Estimular o Desenvolvimento de Novas Tecnologias</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevar a escala da área de mercado metropolitana • Estimular uma demanda de alta qualidade, de forma a estimular a inovatividade e criatividade locais. <p>Metas: Prioritário/Emergencial</p>	<p>Projetos e Ações</p> <p>A) Estímulo à demanda por produtos e serviços de base tecnológica pelo governo – utilização do poder de compra;</p> <p>B) Estímulo às exportações de produtos e serviços baseados no conhecimento e na inovação;</p> <p>C) Desenvolvimento de parcerias estratégicas para facilitar o acesso aos mercados nacionais e internacionais, com a abertura de novos canais de comercialização e distribuição;</p> <p>D) Estímulo à demanda de alta qualidade pela indústria do turismo: Turismo de negócios; Turismo de Lazer; Turismo de Saúde; Copa 2014</p>		<p>[Ação.C.Proj.1] Desenvolvimento de parcerias estratégicas para facilitar o acesso aos mercados nacionais e internacionais, com a abertura de novos canais de comercialização e distribuição;</p>		
	<p>7. Programa de Transformação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Hub Internacional de Passageiros e Cargas</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dotar a RMBH de um equipamento de transporte capaz de influenciar a competitividade, nacional e internacional, da própria região metropolitana e sua transformação em um dos vértices do triângulo primaz da centralidade no Brasil; • Reter as receitas das exportações no Estado em lugar de seu vazamento 	<p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incrementar a conectividade internacional do Aeroporto; • Ampliar a sua capacidade para passageiros e cargas; • Ampliar o leque de destinos e a disponibilidade de voos; • Prover infra-estrutura de telecomunicações de alta qualidade; • Modernizar os sistemas de controle de tráfego aéreo; • Implementar as ações referentes à transformação da região do Aeroporto em hub Multimodal, conforme proposto pelo projeto desenvolvido pela Jurong para o Governo de Estado de Minas Gerais – Aerotropolis com corredor multimodal. 		<p>[Ação.Prog.6] Prover infra-estrutura de telecomunicações de alta qualidade;</p> <p>[Ação.Prog.6] Modernizar os sistemas de controle de tráfego aéreo;</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	para os estados de ES, RJ e SP (portos) Metas: Curto (2015) e Médio Prazo (2023)					
	<p>8. Programa de Promoção da Sustentabilidade na Indústria da Construção Civil e sua Cadeia Produtiva</p> <p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a sustentabilidade da indústria da construção civil e de sua cadeia produtiva, através do estímulo à obtenção de certificações ambientais pelas edificações; • Agregar valor e adensar a cadeia produtiva, por meio da criação e atração de empresas e novos investimentos; • Modernizar produtos e processos, com a incorporação de novas tecnologias e novos materiais, que sejam ambientalmente sustentáveis, de forma a elevar a produtividade da indústria; • Promover a construção industrializada e estimular a utilização de matérias-primas industrializadas que não envolvam grandes deslocamentos, fomentando a economia de baixo 	<p>Projeto 1. Elaborar uma política de desenvolvimento sustentável para a indústria da construção civil da RMBH, que contemple a sua sustentabilidade ambiental, social e econômica e estimule a obtenção de certificações nacionais (LEED, Aqua, Procel) e internacionais (LEED, HQE, BREEAM, CASBEE) associadas.</p> <p>Ações:</p> <p>A) Realização de Diagnóstico da Indústria da Construção Civil na RMBH (a cadeia produtiva e a caracterização de cada elo da cadeia, inclusive de materiais de construção); Elaboração da Política 2014 – 2023</p> <p>Projeto 2. Promover o adensamento da cadeia produtiva da indústria da construção civil na RMBH.</p> <p>Projeto 3. Projeto Metropolitano da Construção Civil - Copa de 2014:</p> <p>Ações:</p> <p>A) Estímulo à contratação de mão de obra metropolitana e seu entorno;</p> <p>B) Estímulo à compra de insumos e materiais de construção produzidos na RMBH e seu entorno;</p>		<p>[Obj.Prog.8] Promover a capacitação e formação dos recursos humanos com redução da informalidade e da precariedade do trabalho; Capacitar produtores e fornecedores da cadeia;</p> <p>[Obj.Prog.8] Estimular a demanda de mão de obra, bens e produtos locais, para potencializar o mercado de trabalho e contribuir para uma economia de baixo carbono</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade						
Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	carbono; • Minimizar a geração de rejeitos e gerar tecnologias para a utilização de resíduos e o uso racional da água; • Promover a capacitação e formação dos recursos humanos com redução da informalidade e da precariedade do trabalho; Capacitar produtores e fornecedores da cadeia; • Estimular a eficiência energética nas construções, bem como a utilização de energias alternativas e promover a utilização de materiais recicláveis e o desenvolvimento de novos materiais; • Estimular a demanda de mão de obra, bens e produtos locais, para potencializar o mercado de trabalho e contribuir para uma economia de baixo carbono; • Estimular o desenvolvimento de projetos de construções sustentáveis, inclusive com projetos modelo.	C) Estímulo à melhoria da qualidade e da produtividade da construção civil; D) Estímulo à redução de resíduos e rejeitos. Projeto 4 – Projeto modelo de “Cidade Sustentável”, inclusive com obtenção de certificações – Operação Urbana do Isodoro.				
P2. Política Metropolitana Integrada para o Desenvolvimento dos Territórios Minerários Objetivo Geral: Potencializar a contribuição	1. Programa para o desenvolvimento de modelo de gestão de territórios minerários Objetivo: Desenvolver modelos de gestão de territórios	Projeto 1. Estruturação de plano de ação para o setor no âmbito metropolitano Ações: A) Levantamento e caracterização dos territórios minerários (necessidade de contratação de	[Obj.Esp.Pol]: Contribuir para o <u>desenvolvimento de um modelo de gestão</u> de territórios minerários, apropriado às particularidades da RMBH, visando: - A <u>conformação de um</u>	[Obj. Ger Pol.]: Potencializar a contribuição das atividades minero-metalúrgicas realizadas na RMBH e seu entorno para o desenvolvimento sustentável do território metropolitano, a partir da promoção da <u>interlocução entre os diversos stakeholders e do</u>	[Obj.Esp.Pol]: Contribuir para o <u>desenvolvimento de um modelo de gestão</u> de territórios minerários, apropriado às particularidades da RMBH, visando: - O <u>desenvolvimento de sistema</u>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>das atividades mínero-metalúrgicas realizadas na RMBH e seu entorno para o desenvolvimento sustentável do território metropolitano, a partir da promoção da interlocução entre os diversos stakeholders e do desenvolvimento de modelos de gestão de territórios minerários que conciliem a diversificação produtiva, a inclusão social e a responsabilidade ambiental.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o desenvolvimento de um modelo de gestão de territórios minerários, apropriado às particularidades da RMBH, visando: <p>A conformação de um ambiente institucional que favoreça o alcance da sustentabilidade sócio-ambiental; O desenvolvimento de sistema de informação georeferenciado, de amplo acesso às comunidades e gestores públicos; A mediação de conflitos derivados da atividade mínero-siderúrgica; O monitoramento e avaliação das externalidades positivas e negativas da atividade no</p>	<p>minerários participativos e integradores, amparados em forte base científica, que forneçam a governança necessária para o desenvolvimento econômico sustentável da atividade minerária e das comunidades envolvidas. Estes modelos devem ser capazes de gerenciar interdependências e maximizar oportunidades para os diversos stakeholders e de criar espaços de concertação onde os atores possam interagir, negociar e barganhar em bases de reciprocidade, para a resolução de potenciais conflitos. Tais modelos têm como referência múltiplas escalas territoriais - tendo em vista a nova forma de organização da produção mínerária, que se estende para além da lavra e onde a logística passa a ter um peso crucial no sucesso econômico dos empreendimentos minerários – com valorização da dimensão local.</p> <p>Meta: Curto prazo: 2015</p>	<p>estudo que execute esta ação, que é um pre-requisito para todas as demais ações);</p> <p>B) Zoneamento de clusters emergentes e potenciais da cadeia produtiva da mineração</p> <p>C) Desenvolvimento de sistema de informações georeferenciadas e indicadores de monitoramento e avaliação das atividades minerárias;</p> <p>D) Elaboração de modelos e cenários relativos às atividades mineradoras no espaço metropolitano para um horizonte temporal de 50 anos.</p> <p>Projeto 2. Desenvolvimento de modelos de gestão de riscos socioambientais e indicadores de monitoramento e avaliação da atividade no mínero-siderúrgica no território metropolitano</p> <p>Ações:</p> <p>A) Desenvolvimento de modelos de gestão de riscos socioambientais;</p> <p>B) Desenvolvimento de indicadores de monitoramento e avaliação da atividade de mineração, com acompanhamento de todo o ciclo de vida da mina;</p> <p>C) Criação e consolidação de estruturas interinstitucionais voltadas para a mediação de conflitos com comunidades e municípios;</p> <p>Projeto 3 - Fortalecimento de sinergias interregionais e</p>	<p><u>ambiente institucional</u> que favoreça o alcance da sustentabilidade sócio-ambiental;</p> <p>- O <u>monitoramento e avaliação</u> das externalidades positivas e negativas da atividade no território;</p> <p>[AçãoA.Proj.2]: Desenvolvimento de <u>modelos de gestão</u> de riscos socioambientais;</p> <p>[AçãoB.Proj.2]: <u>Desenvolvimento de indicadores de monitoramento e avaliação</u> da atividade de mineração, com acompanhamento de todo o ciclo de vida da mina;</p> <p>[Ação.Proj.4]: Constituição do Fórum Metropolitano para o Desenvolvimento Sustentável da Mineração na RMBH: Desenvolver parceria com o PEMM para que o seu Comitê Gestor seja a base para a estruturação do Fórum.</p>	<p><u>desenvolvimento de modelos de gestão de territórios minerários</u> que conciliem a diversificação produtiva, a inclusão social e a responsabilidade ambiental.</p> <p>[Obj.Esp.Pol]: Contribuir para o <u>desenvolvimento de um modelo de gestão</u> de territórios minerários, apropriado às particularidades da RMBH, visando:</p> <p>- O fomento às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, por meio do <u>fortalecimento das interações entre as instituições de ciência e tecnologia e as empresas.</u></p> <p>- A busca e o <u>fortalecimento de sinergias interregionais</u> (Alto Paraopeba, Conceição do Mato Dentro, Vale do Aço, Arcos, etc.) e internacionais (Nord Pas de Calais, Austrália e Chile).</p> <p>[Obj.Esp.Pol]: Promover sinergias entre a atividade mínero-siderúrgica e as cadeias de valor locais visando o desenvolvimento das comunidades, a partir de: [...]</p> <p><u>Formação e capacitação dos recursos humanos.</u></p> <p>[Obj.Prog.1]: Desenvolver <u>modelos de gestão de territórios minerários participativos e integradores</u>, amparados em forte base científica, que forneçam a <u>governança</u> necessária para o desenvolvimento econômico sustentável da atividade minerária e das comunidades envolvidas. Estes modelos devem ser capazes de <u>gerenciar interdependências e maximizar oportunidades para os diversos stakeholders e de criar espaços de concertação</u> onde os atores possam</p>	<p><u>de informação georeferenciado</u>, de amplo acesso às comunidades e gestores públicos;</p> <p>[AçãoC.Proj.1]: <u>Desenvolvimento de sistema de informações georeferenciadas e indicadores de monitoramento e avaliação</u> das atividades minerárias;</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade						
Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>território; A busca e o fortalecimento de sinergias interregionais (Alto Paraopeba, Conceição do Mato Dentro, Vale do Aço, Arcos, etc.) e internacionais (Nord Pas de Calais, Austrália e Chile); O fomento às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, por meio do fortalecimento das interações entre as instituições de ciência e tecnologia e as empresas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a reconversão tecnológica de territórios minerários, promovendo: <ul style="list-style-type: none"> Negócios e oportunidades em atividades minerárias e serviços complexos de alto valor agregado; A sustentabilidade ambiental da produção mineral, seja por meio da eficiência energética, da otimização no consumo de água, ou por meio do incentivo a uma produção mínero-siderúrgica de baixo carbono; O desenvolvimento tecnológico relacionado a novos materiais; As atividades relacionadas à reciclagem e suas tecnologias e à redução de rejeitos; A recuperação de áreas degradadas. • Promover sinergias entre a atividade mínero- 		<p>internacionais</p> <p>Objetivo: Criar as condições para a transformação da RMBH num dos elos do Sistema Internacional de Inovação Mineral, de modo a facilitar a reconversão tecnológica do território minerário metropolitano, a integração produtiva e a diversificação econômica de municípios mineradores.</p> <p>Ações:</p> <p>A) Desenvolver ações de colaboração e cooperação com regiões minero-siderúrgicas: Alto Paraopeba, Conceição do Mato Dentro, Itabira, Vale do Aço, dentre outras.</p> <p>B) Desenvolver projeto de cooperação com o CSIRO da Austrália, tendo como objetivo o desenvolvimento de um plano estratégico para transformar a RMBH em um modelo de vanguarda de operações minerárias e serviços correlatos, simultaneamente à consolidação da RMBH como um ambiente urbano vibrante e denso.</p> <p>Projeto 4 – Constituição do Fórum Metropolitano para o Desenvolvimento Sustentável da Mineração na RMBH</p> <p>Ações: Desenvolver parceria com o PEMM para que o seu Comitê Gestor seja a base para a estruturação do Fórum.</p>		<p><u>interagir, negociar e barganhar em bases de reciprocidade, para a resolução de potenciais conflitos.</u> Tais modelos têm como referência múltiplas escalas territoriais - tendo em vista a nova forma de organização da produção minerária, que se estende para além da lavra e onde a logística passa a ter um peso crucial no sucesso econômico dos empreendimentos minerários – com valorização da dimensão local.</p> <p><u>[AçãoC.Proj.2]: Criação e consolidação de estruturas interinstitucionais</u> voltadas para a mediação de conflitos com comunidades e municípios;</p> <p><u>[AçãoA.Proj.3]: Desenvolver ações de colaboração e cooperação</u> com regiões mínero-siderúrgicas: Alto Paraopeba, Conceição do Mato Dentro, Itabira, Vale do Aço, dentre outras.</p> <p><u>[AçãoB.Proj.3]: Desenvolver projeto de cooperação</u> com o CSIRO da Austrália, tendo como objetivo o desenvolvimento de um plano estratégico para transformar a RMBH em um modelo de vanguarda de operações minerárias e serviços correlatos, simultaneamente à consolidação da RMBH como um ambiente urbano vibrante e denso.</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>siderúrgica e as cadeias de valor locais visando o desenvolvimento das comunidades, a partir de:</p> <p>Oportunidades e Alternativas de Negócios; Serviços ambientais e ativos tangíveis (áreas de preservação, recursos hídricos, etc.); Aproveitamento de rejeitos e resíduos; Heterogeneidade minerária – pequenas e médias empresas minerárias, informalidade e impactos ambientais; Formação e capacitação dos recursos humanos.</p> <p>• Promover a diversificação produtiva dos municípios mineradores da RMBH.</p>						
	<p>2. Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Minero-Metalúrgica:</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articular as políticas sociais, ambientais e econômicas que viabilizam a qualidade de vida da sociedade hoje e no futuro, promovendo o consenso para o apoio às atividades da cadeia minero-metalúrgica; • Absorver princípios, conceitos e metodologia da Agenda 21 pela atividade minero-metalúrgica; 	<p>Projeto 1. Indução de linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, em toda a cadeia produtiva minero-metalúrgica.</p> <p>Ações:</p> <p>A) Editais induzidos da FAPEMIG em parceria com empresas minero-metalúrgicas ou seus institutos e instituições internacionais, a exemplo do Edital Vale/FAPEMIG e FAPEMIG/Universidade de Queensland;</p> <p>B) Apoio à realização de cursos e treinamentos para a capacitação e formação de recursos humanos em desenvolvimento sustentável da</p>	<p>[AçãoG.Proj.3] <u>Realizar planejamento da implantação de novas minas</u> e empreendimentos minero-metalúrgicos de forma a se evitar os problemas associados à imigração (habitação, saúde e empregos);</p> <p>[AçãoK.Proj.3] Fortalecer o tecido social, a partir do estímulo e <u>apoio à organização social e à formação de redes sociais</u></p> <p>[AçãoO.Proj.3] <u>Monitorar e avaliar os impactos socio-ambientais</u>, suas externalidades positivas e negativas, inclusive no que respeita aos recursos hídricos, solos e biodiversidade,</p>	<p>[Obj.Prog.2]: <u>Articular as políticas sociais, ambientais e econômicas</u> que viabilizam a qualidade de vida da sociedade hoje e no futuro, promovendo o consenso para o apoio às atividades da cadeia minero-metalúrgica;</p> <p>[Obj.Prog.2]: Estimular e induzir linhas de <u>fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável</u>, em toda a cadeia produtiva mineral.</p> <p>[AçãoB.Proj.1]: <u>Apoio à realização de cursos e treinamentos para a capacitação e formação de recursos humanos</u> em desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva minero-metalúrgica.</p>	<p>[AçãoN.Proj.3]: Vinculação do uso da CFEM à recuperação do meio ambiente;</p> <p>[AçãoQ.Proj.3]: Possibilitar a mudança do uso da contabilidade tradicional para a contabilidade ambiental nos empreendimentos ligados à mineração e à metalurgia no território metropolitano.</p> <p>[AçãoJ.Proj.4]: Desenvolvimento de instrumentos que permitam a valoração de serviços ambientais e sua remuneração.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar e estimular ações voltadas para a sustentabilidade socioambiental nas atividades minero-metalúrgicas, de forma a mitigar seus impactos sobre o meio-ambiente, inclusive com a redução de resíduos; • Promover a eficiência energética e a utilização de fontes alternativas renováveis de energia; • Otimizar o uso dos recursos hídricos, com especial ênfase na sua proteção e preservação; • Proteger e preservar o acervo cultural e paisagístico das regiões minerárias e promover a responsabilidade social. • Ordenar as atividades minerais em unidades de conservação ambiental e em outras áreas protegidas; • Estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, em toda a cadeia produtiva mineral. 	<p>cadeia produtiva minero-metalúrgica.</p> <p>Projeto 2. Desenvolvimento de parcerias e projetos de cooperação internacionais visando ao desenvolvimento socioambiental da atividade minero-metalúrgica</p> <p>Ações:</p> <p>A) Desenvolver projeto de cooperação com Universidade de Lille e Agência Regional de Nord Pas de Calais, tendo como objeto o desenvolvimento de metodologias para a recuperação de áreas de mineração;</p> <p>B) Visita técnica à União Européia para obtenção de informações e possibilidade de cooperação no projeto ULCOS</p> <p>Projeto 3. Implementação da Agenda 21 da Mineração da RMBH</p> <p>Ações:</p> <p>A) Elaborar cartilha educativa sobre a atividade mineral em geral e a produção mineral local;</p> <p>B) Realizar diagnóstico sócio-econômico e ambiental da atividade mineral nos territórios minerários, apontando suas fragilidades, vantagens e necessidades de mudanças;</p> <p>C) Disseminar princípios, conceitos e metodologia da Agenda 21 para as empresas da cadeia minero-metalúrgica, a sociedade em geral, os gestores públicos e trabalhos e</p>	<p>qualidade atmosférica.</p> <p>[AçãoH.Proj.4] Promover o desenvolvimento tecnológico relacionado ao desenvolvimento de <u>novas ferramentas para gestão de territórios; novos materiais; recuperação de recursos hídricos e do solo;</u></p> <p>[AçãoI.Proj.4] Utilização da CFEM para a promoção da diversificação produtiva e do desenvolvimento de “capacidades de absorção”, <u>com criação de um Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social</u>, a exemplo do que está sendo realizado em Itabira (financiamento de indústrias em dois distritos industriais entre 1993 e 1996 e a partir de 2003, utilização dos recursos para formação e qualificação profissional e desenvolvimento de infraestrutura tecnológica e social;</p>	<p>[AçãoA.Proj.2]: <u>Desenvolver projeto de cooperação com Universidade de Lille e Agência Regional de Nord Pas de Calais, tendo como objeto o desenvolvimento de metodologias para a recuperação de áreas de mineração;</u></p> <p>[AçãoB.Proj.2] Visita técnica à União Européia para obtenção de informações e <u>possibilidade de cooperação no projeto ULCOS;</u></p> <p>[AçãoA.Proj.3] Elaborar cartilha educativa sobre a atividade mineral em geral e a produção mineral local;</p> <p>[AçãoC.Proj.3] <u>Disseminar princípios, conceitos e metodologia da Agenda 21 para as empresas da cadeia minero-metalúrgica, a sociedade em geral, os gestores públicos e trabalhos e capacitá-los para o desenvolvimento sustentável e Agenda 21 Mineral;</u></p> <p>[AçãoD.Proj.3] Promover a educação ambiental;</p> <p>[AçãoF.Proj.3] <u>Articular esforços</u> para otimizar a malha rodoviária e ferroviária e integrá-la às necessidades metropolitanas de transporte de cargas e passageiros;</p> <p>[AçãoL.Proj.3] <u>Capacitar e treinar os trabalhadores, bem como abrir novas oportunidades de treinamento para membros da comunidade local;</u></p> <p>[AçãoA.Proj.4] Planejar, em conjunto com o poder público local e sociedade, alternativas econômicas que possam garantir a manutenção dos patamares sócio-econômicos dos municípios para o período pós-desativação das atividades minerais;</p> <p>[AçãoC.Proj.4] Capacitação de fornecedores locais;</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>capacitá-los para o desenvolvimento sustentável e Agenda 21 Mineral;</p> <p>D) Promover a educação ambiental;</p> <p>E) Realizar planos de manejo de ecossistemas de áreas minerárias;</p> <p>F) Articular esforços para otimizar a malha rodoviária e ferroviária e integra-la às necessidades metropolitanas de transporte de cargas e passageiros;</p> <p>G) Realizar planejamento da implantação de novas minas e empreendimentos minero-metalúrgicos de forma a se evitar os problemas associados à imigração (habitação, saúde e empregos);</p> <p>H) Maximizar o aproveitamento econômico dos resíduos minerais e industriais;</p> <p>I) Promover estudos para aproveitamento dos resíduos por outras indústrias, tais como: impermeabilização, pavimentação, madeira plástica, pigmentos, jardinagem, etc.</p> <p>J) Promover estudos e tecnologias que subsidiem programas de fechamento de minas de forma sustentável;</p> <p>K) Fortalecer o tecido social, a partir do estímulo e apoio à organização social e à formação de redes sociais</p> <p>L) Capacitar e treinar os trabalhadores, bem como abrir novas oportunidades de treinamento para membros da comunidade local;</p> <p>M) Valorizar o patrimônio artístico, histórico e cultural, material e imaterial dos municípios;</p> <p>N) Vinculação do uso da CFEM à</p>		<p>[AçãoB.Proj.5] Implementar ações de extensionismo mineral, com o objetivo de oferecer suporte técnico e gerencial aos pequenos produtores minerais em seus locais de atuação, capacitando-os para o desenvolvimento sustentável.</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>recuperação do meio ambiente;</p> <p>O) Monitorar e avaliar os impactos socio-ambientais, suas externalidades positivas e negativas, inclusive no que respeita aos recursos hídricos, solos e biodiversidade, qualidade atmosférica.</p> <p>P) Gerar alternativas econômicas associada à valoração de serviços ambientais.</p> <p>Q) Possibilitar a mudança do uso da contabilidade tradicional para a contabilidade ambiental nos empreendimentos ligados à mineração e à metalurgia no território metropolitano.</p> <p>Projeto 4. Diversificação Produtiva e Agregação de Valor em territórios Minerários</p> <p>Ações:</p> <p>A) Planejar, em conjunto com o poder público local e sociedade, alternativas econômicas que possam garantir a manutenção dos patamares sócio-econômicos dos municípios para o período pós-desativação das atividades minerais;</p> <p>B) Agregar valor e adensar a cadeia produtiva minero-metalúrgica, através da promoção da expansão do parque de bens de capital;</p> <p>C) Capacitação de fornecedores locais;</p> <p>D) Alavancar oportunidades de negócios para a comunidade fomentados pelo potencial de compras das grandes empresas;</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>E) Atrair e apoiar novos investimentos, aproveitando-se da infra-estrutura logística, de telecomunicações e de energia criados pelas empresas minero-metalúrgicas;</p> <p>F) Estimular a agregação de valor à jusante na cadeia minero-metalúrgica em direção aos serviços complexos de alto valor agregado;</p> <p>G) Promover a integração produtiva das atividades minero-siderúrgicas e as demais cadeias de valor no território metropolitano</p> <p>H) Promover o desenvolvimento tecnológico relacionado ao desenvolvimento de novas ferramentas para gestão de territórios; novos materiais; recuperação de recursos hídricos e do solo;</p> <p>I) Utilização da CFEM para a promoção da diversificação produtiva e do desenvolvimento de “capacidades de absorção”, com criação de um Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, a exemplo do que está sendo realizado em Itabira (financiamento de indústrias em dois distritos industriais entre 1993 e 1996 e a partir de 2003, utilização dos recursos para formação e qualificação profissional e desenvolvimento de infraestrutura tecnológica e social;</p> <p>J) Desenvolvimento de instrumentos que permitam a valoração de serviços ambientais e sua remuneração.</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>Projeto 5. Formalização da Produção Mineral em Pequena Escala Ações A) Realizar diagnóstico sobre as principais dificuldades de formalização da produção mineral em pequena escala; B) Implementar ações de extensionismo mineral, com o objetivo de oferecer suporte técnico e gerencial aos pequenos produtores minerais em seus locais de atuação, capacitando-os para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Projeto 6. Apoio à Constituição do Geopark Quadrilátero Ferrífero Ações: Transformar o Geopark Quadrilátero Ferrífero em Modelo de ambiente de convivência sustentável para regiões mineradoras</p>				
<p>P3. Política Metropolitana Integrada de Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos</p> <p>Objetivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Efetivar a Integração Institucional da Gestão de Recursos Hídricos e a Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos, ambos à escala da Região Metropolitana. Direcionar a atuação das instituições responsáveis 	<p>1. Programa de estímulo à gestão integrada de recursos hídricos Objetivo: Integrar a atuação das diversas instituições e escalas envolvidas na gestão dos recursos hídricos; integrar a gestão de recursos hídricos à gestão do território e às políticas ambientais; Meta: Prioritária/emergencial</p>	<p>Projeto 1. Mobilização participativa e integração de ações na gestão metropolitana de recursos hídricos Ações: A) Construção, no âmbito da Agência Metropolitana, de uma metodologia específica e de formas de mobilização para orientar os processos participativos (envolvendo as diversas instituições e órgãos responsáveis) no processo da gestão de recursos hídricos; B) Construção, no âmbito da Agência Metropolitana, de uma</p>	<p>[AçãoA.Proj1] Construção, no âmbito da Agência Metropolitana, de uma metodologia específica e de formas de mobilização para orientar os processos participativos (envolvendo as diversas instituições e órgãos responsáveis) no processo da gestão de recursos hídricos;</p>	<p>[Obj.Ger.Pol] Efetivar a <u>Integração Institucional da Gestão de Recursos Hídricos e a Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos</u>, ambos à escala da Região Metropolitana. [Obj.Esp.Pol] Construir a <u>base institucional</u> que permita: a otimização do uso da água (aproveitamentos múltiplos), na escala metropolitana; a <u>integração com os setores de desenvolvimento urbano (planejamento urbano e gestão urbana) para evitar mitigar pressões sobre os recursos hídricos</u>; a <u>integração com os setores de desenvolvimento industrial e</u></p>	<p>[AçãoA.Proj3] Criação de bancos de informações sobre recursos hídricos e tecnologias sustentáveis na escala da Região Metropolitana e fomento à espacialização das informações hidrológicas e hidroambientais; [AçãoB.Proj3] Integração, pelo IGAM, dos bancos de informações metropolitanas ao Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos; [AçãoC.Proj3] Aprimoramento da metodologia de avaliação da</p>	<p>[Obj.Ger.Pol] Direcionar a atuação das instituições responsáveis direta ou indiretamente pela gestão dos recursos hídricos no sentido dos dois princípios gerais expostos e, dessa forma, possibilitar a efetivação dos princípios e objetivos da Lei das Águas (Lei Federal 9433, de 1997) na Região Metropolitana de Belo Horizonte.</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>direta ou indiretamente pela gestão dos recursos hídricos no sentido dos dois princípios gerais expostos e, dessa forma, possibilitar a efetivação dos princípios e objetivos da Lei das Águas (Lei Federal 9433, de 1997) na Região Metropolitana de Belo Horizonte.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construir a base institucional que permita: <ul style="list-style-type: none"> - a otimização do uso da água (aproveitamentos múltiplos), na escala metropolitana; - a integração com os setores de desenvolvimento urbano (planejamento urbano e gestão urbana) para evitar-mitigar pressões sobre os recursos hídricos; - a integração com os setores de desenvolvimento industrial e agrícola para evitar-mitigar pressões sobre os recursos hídricos. • Conhecer, em uma escala territorial mais detalhada que os Planos de Bacia: <ul style="list-style-type: none"> - a disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade; - as demandas por uso da água; - os impactos do uso do solo e da água no estado 	<p>metodologia específica para avaliação e acompanhamento da integração institucional no processo contínuo de gestão de recursos hídricos.</p> <p>Projeto 2. Capacitação de recursos humanos</p> <p>Ações:</p> <p>A) Capacitar os comitês de bacias hidrográficas e Prefeituras para o aprimoramento do processo de gestão de recursos hídricos e para a adoção de tecnologias voltadas à proteção e recuperação das bacias;</p> <p>B) Estruturação do processo de capacitação, através da contratação de pessoal e/ou abertura de editais com a participação de Universidades e Institutos de Pesquisa, por exemplo; da realização de cursos, em contínuo processo de atualização e expansão; do oferecimento de condições diversas para o melhoramento técnico por parte dos profissionais responsáveis pela gestão ambiental nas Prefeituras e nos CBHs.</p> <p>Projeto 3: Criação de um Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos Metropolitanos</p> <p>Ações:</p> <p>A) Criação de bancos de informações sobre recursos hídricos e tecnologias sustentáveis na escala da Região Metropolitana e fomento à espacialização das informações hidrológicas e hidroambientais;</p>	<p><u>agrícola para evitar-mitigar pressões sobre os recursos hídricos.</u></p> <p>[Obj.Prog.1] Integrar a atuação das diversas instituições e escalas envolvidas na gestão dos recursos hídricos à gestão do território e às políticas ambientais;</p> <p>[AçãoB.Proj1] <u>Construção, no âmbito da Agência Metropolitana, de uma metodologia específica para avaliação e acompanhamento da integração institucional no processo contínuo de gestão de recursos hídricos.</u></p> <p>[AçãoA.Proj2] Capacitar os comitês de bacias hidrográficas e Prefeituras para o aprimoramento do processo de gestão de recursos hídricos e para a adoção de tecnologias voltadas à proteção e recuperação das bacias;</p> <p>[AçãoA.Proj2] Estruturação do processo de capacitação, através da contratação de pessoal e/ou abertura de editais com a participação de Universidades e Institutos de Pesquisa, por exemplo; da realização de cursos, em contínuo processo de atualização e expansão; do oferecimento de condições diversas para o melhoramento técnico por parte dos profissionais responsáveis pela gestão ambiental nas Prefeituras e nos CBHs.</p>	<p>qualidade dos recursos hídricos. O monitoramento, que é realizado pelo IGAM, por meio do Projeto Águas de Minas, avalia os resultados segundo o Índice de Qualidade das Águas – IQA e o Índice de Contaminação por Tóxicos – CT. Tais índices consideram vários parâmetros simultaneamente. Não obstante, o IQA e o CT não revelam claramente as concentrações de determinadas substâncias, como os metais pesados.</p> <p>[AçãoD.Proj3] Aprimoramento da metodologia de mensuração da demanda e uso da água na RMBH. Recomenda-se ao IGAM elaborar metodologia adequada para mensurar o volume total de água captado e utilizado, por trecho das bacias, considerando os usos insignificantes, que não são outorgados nem contabilizados, mas que segundo os CBHs, sua somatória representa elevado volume. Tal condição tende a gerar uma falsa noção de segurança hídrica, quando na verdade, pode-se estar vivenciando situação de escassez.</p>			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>dos recursos hídricos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os conflitos pelo uso de água e uso do solo existentes na RMBH e suas causas; • Avaliar as demandas futuras pelos usos da água e confrontar com a disponibilidade hídrica (quantidade e qualidade), identificando as possibilidades de conflitos futuros de usos da água. • Identificar, no espaço metropolitano, os mananciais estratégicos, os mananciais sensíveis e os ambientes vulneráveis em termos de disponibilidade hídrica para orientar ações de proteção 		<p>B) Integração, pelo IGAM, dos bancos de informações metropolitanas ao Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos;</p> <p>C) Aprimoramento da metodologia de avaliação da qualidade dos recursos hídricos. O monitoramento, que é realizado pelo IGAM, por meio do Projeto Águas de Minas, avalia os resultados segundo o Índice de Qualidade das Águas – IQA e o Índice de Contaminação por Tóxicos – CT. Tais índices consideram vários parâmetros simultaneamente. Não obstante, o IQA e o CT não revelam claramente as concentrações de determinadas substâncias, como os metais pesados.</p> <p>D) Aprimoramento da metodologia de mensuração da demanda e uso da água na RMBH. Recomenda-se ao IGAM elaborar metodologia adequada para mensurar o volume total de água captado e utilizado, por trecho das bacias, considerando os usos insignificantes, que não são outorgados nem contabilizados, mas que segundo os CBHs, sua somatória representa elevado volume. Tal condição tende a gerar uma falsa noção de segurança hídrica, quando na verdade, pode-se estar vivenciando situação de escassez.</p>				
2. Programa de proteção e recuperação dos recursos hídricos	Projeto 1. Definição de áreas prioritárias Ações:	[AçãoA.Proj2] Promover a <u>gestão sustentável</u> diferenciada para as áreas cársticas,	[AçãoC.Proj3] Integrar a proteção de cursos d'água e áreas marginais com a apropriação social destes espaços		[AçãoB.Proj2] Faz-se necessário uma ordenação urbana especial e uma	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>metropolitanos</p> <p>Objetivo: Proteger e recuperar os recursos hídricos em quantidade e qualidade, de modo a garantir o abastecimento público, os usos múltiplos da água e a proteção da saúde pública, de acordo com a Lei das Águas (Lei Federal 9433, de 1997)</p>	<p>A) Definir áreas prioritárias para a restauração das bacias quanto ao grau de criticidade de sua degradação. Para tanto, utilizar a avaliação de parâmetros físico-químicos analisando quando a degradação repercute na violação de vários parâmetros de qualidade das águas. Buscar a melhoria da qualidade ambiental, da qualidade de vida das comunidades locais e da qualidade da água do Rio das Velhas e Paraopeba.</p> <p>B) Definir áreas prioritárias para a proteção de mananciais, quanto ao grau de fragilidade atual, em especial os destinados ao abastecimento público.</p> <p>Projeto 2: Gestão de áreas prioritárias para a proteção de mananciais</p> <p>Ações:</p> <p>A) Promover a gestão sustentável diferenciada para as áreas cársticas, considerando sua fragilidade natural.</p> <p>B) Faz-se necessário uma ordenação urbana especial e uma conservação dos seus ecossistemas protegendo a áreas de recarga dos seus aquíferos subterrâneos e seu acervo histórico arqueológico. Como exemplo, pode-se citar o Plano de Bacia do Comitê PCJ, que propõe o estudo e levantamento de informações visando a proteção da qualidade das águas subterrâneas, que implica em: cartografia do zoneamento da vulnerabilidade natural; divulgação da cartografia hidrogeológica básica,</p>	<p>considerando sua fragilidade natural.</p> <p>[AçãoB.Proj3] Valorizar e implementar iniciativas de restauração e revitalização de cursos d' água urbanos e rurais, tendo como modelo o Programa DRENURBS.</p> <p>[AçãoA.Proj4] Organizar um Sistema de Compensação financeira por serviços ambientais aos municípios e proprietários de terra que executem ações de proteção, definindo áreas prioritárias e critérios para o pagamento dos serviços ambientais. Exemplo: Programa Produtor de Água, que prevê o pagamento pela recuperação de mananciais, alteração nas formas de produção agropecuária, entre outras ações.</p>	<p>(Exemplo: construção de parques lineares e outras iniciativas que efetivem a apropriação social de áreas fluviais marginais).</p> <p>[AçãoB.Proj4] Promover educação ambiental voltada aos recursos hídricos;</p>	<p>conservação dos seus ecossistemas protegendo a áreas de recarga dos seus aquíferos subterrâneos e seu acervo histórico arqueológico. Como exemplo, pode-se citar o Plano de Bacia do Comitê PCJ, que propõe o estudo e levantamento de informações visando a proteção da qualidade das águas subterrâneas, que implica em: cartografia do zoneamento da vulnerabilidade natural; divulgação da cartografia hidrogeológica básica, desenvolvimento de instrumentos normativos de proteção da qualidade das águas subterrâneas (Comitê PCJ- 2008)</p> <p>[AçãoC.Proj2] Efetivar a proteção legal das APE's e APP's vinculadas aos recursos hídricos, tais como nascentes, mananciais, margens fluviais, dentre outras.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>desenvolvimento de instrumentos normativos de proteção da qualidade das águas subterrâneas (Comitê PCJ- 2008)</p> <p>C) Efetivar a proteção legal das APE's e APP's vinculadas aos recursos hídricos, tais como nascentes, mananciais, margens fluviais, dentre outras.</p> <p>Projeto 3: Proteção, Recuperação e Apropriação Social de cursos d'água</p> <p>Ações:</p> <p>A) Manter os cursos d'água em leitos naturais, sempre que possível, e reestruturar as áreas fluviais marginais;</p> <p>B) Valorizar e implementar iniciativas de restauração e revitalização de cursos d'água urbanos e rurais, tendo como modelo o Programa DRENURBS.</p> <p>C) Integrar a proteção de cursos d'água e áreas marginais com a apropriação social destes espaços (Exemplo: construção de parques lineares e outras iniciativas que efetivem a apropriação social de áreas fluviais marginais).</p> <p>Projeto 4: Sistema de Proteção de recursos hídricos – financeiro, educacional e técnico</p> <p>Ações:</p> <p>A) Organizar um Sistema de Compensação financeira por serviços ambientais aos municípios e proprietários de terra que</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade						
Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>executem ações de proteção, definindo áreas prioritárias e critérios para o pagamento dos serviços ambientais. Exemplo: Programa Produtor de Água, que prevê o pagamento pela recuperação de mananciais, alteração nas formas de produção agropecuária, entre outras ações.</p> <p>B) Promover educação ambiental voltada aos recursos hídricos;</p> <p>C) Criar novas estações de tratamento de esgoto e melhorar os sistemas de coleta</p>				
	<p>3. Programa de difusão de técnicas e tecnologias voltadas à melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos</p> <p>Objetivo:</p> <p>Disseminação de práticas sustentáveis na agropecuária, indústria, mineração e áreas urbanas, voltadas à melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos.</p>	<p>Projeto 1: Difusão de técnicas e tecnologias voltadas às atividades agrícolas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimular a aplicação de técnicas de irrigação que reduzam as perdas por evaporação como é o caso dos pivôs centrais. Intervir com ações e incentivos econômicos nas sub-bacias em que for necessário estabelecer metas de redução do consumo de água na agricultura, notadamente aquelas em situação preocupante, crítica ou muito crítica, em que a agricultura é uso preponderante. • Estimular a diminuição do uso de agrotóxicos; • Controlar a erosão em áreas rurais e de mineração; <p>Projeto 2: difusão de técnicas e tecnologias voltadas às atividades minerárias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e aplicar tecnologias que reduzam os efeitos negativos sobre os mananciais, tanto no aspecto da qualidade quanto da 	(Programa com conteúdo técnico)	(Programa com conteúdo técnico)	(Programa com conteúdo técnico)	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade						
Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>quantidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Buscar o desenvolvimento e aplicação de tecnologias baseadas na “produção mais limpa”: tratamento de efluentes, contenção de sedimentos, e redução de poluentes. • Erradicação dos minerodutos na RMBH, por desperdiçarem elevados volumes de água em uma região de crítica disponibilidade e alta demanda para consumo humano. <p>Projeto 3: difusão de técnicas e tecnologias em domicílio e prédios públicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e disseminar tecnologias/técnicas de reuso da água; • Aprimorar e disseminar a prática da captação de água da chuva em prédios públicos e particulares; <p>Projeto 4: difusão de técnicas e tecnologias voltadas às atividades industriais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e disseminar tecnologias/técnicas de reuso da água; • Estimular a adoção, por parte das indústrias, de tecnologias que reduzam o consumo de água e promovam sua reutilização; promover a difusão de tecnologias para o tratamento dos efluentes industriais antes de serem lançados nos cursos d’água. <p>Projeto 5: difusão de técnicas e tecnologias voltadas ao setor do saneamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir as perdas físicas de água por parte das companhias de abastecimento; 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<ul style="list-style-type: none"> Avançar na qualidade do tratamento dado aos esgotos nas ETEs, além de minimizar os odores que prejudicam as populações vizinhas aos empreendimentos. 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
P4. Política Metropolitana Integrada de Saneamento Básico						

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>P5. Política Metropolitana Integrada de Resíduos Sólidos</p> <p>Objetivo geral Definir soluções integradas e regionalizadas para a gestão dos resíduos sólidos urbanos na RMBH, com a erradicação de lixões e de botas-fora clandestinos de entulhos e a implantação de sistemas adequados de gestão, visando a redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, preferencialmente com a gestão associada e compartilhada dos resíduos por meio de consórcios públicos intermunicipais, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, a minimizar os impactos ambientais adversos e a maximizar os benefícios sociais.</p> <p>Objetivos específicos •Consolidar diagnóstico sobre a gestão de resíduos na RMBH, com a identificação dos principais fluxos de resíduos e seus impactos socioeconômicos e ambientais. •Identificar as ações necessárias para promover</p>	<p>1. Programa de Erradicação de Lixões e Tratamento e Destinação Final Adequados dos RSU</p> <p>Objetivo geral Erradicar lixões e aterros controlados e implantar sistemas adequados de tratamento e destinação final dos Resíduos Sólidos Domiciliares – RDO na RMBH, de forma a minimizar os impactos negativos e maximizar benefícios ambientais, sociais e econômicos.</p> <p>Objetivos específicos •Erradicar instalações precárias de destinação final de Resíduos Sólidos Domiciliares e comerciais (lixões e aterros controlados). •Implantar sistemas adequados de tratamento e destinação final dos Resíduos Sólidos Domiciliares, preferencialmente em aterros sanitários com recuperação energética por biometanização. •Prever áreas para garantia de alternativas locais para instalações futuras de sistemas de tratamento e destinação final de resíduos domiciliares, compatível</p>	<p>Ações: •Complementação, atualização e consolidação de diagnóstico do manejo e gestão dos resíduos sólidos urbanos na RMBH, considerando-se os estudos e pesquisas existentes, com ênfase na avaliação das estruturas existentes para tratamento e disposição final de resíduos domiciliares, incluindo a identificação da sua vida útil. •Definição dos agrupamentos de municípios para compartilhamento de unidades de tratamento e destinação de resíduos domiciliares, prioritariamente aterros sanitários com recuperação energética por biometanização. •Identificação de áreas viáveis e infra-estruturas necessárias ao tratamento e destinação final dos resíduos. •Definição de locais mais adequados para implantação das estruturas físicas necessárias para tratamento e destinação final, incluindo aterros sanitários compartilhados e estações de transbordo. •Eliminação de instalações precárias existentes (lixões e aterros controlados). •Identificação de áreas a serem reservadas para instalações futuras de tratamento e disposição de resíduos, compatível com a reestruturação territorial prevista no PDDI.</p>	<p>[Prog.5 Obj] Criar proposta de mecanismo de compensação financeira para municípios que receberem instalações regionalizadas de tratamento dos resíduos de serviços de saúde na RMBH.</p>	<p>[Obj. geral Pol.] gestão associada e compartilhada dos resíduos por meio de consórcios públicos intermunicipais, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, a minimizar os impactos ambientais adversos e a maximizar os benefícios sociais.</p> <p>[Programas] Arranjos institucionais adequados para implementação dos programas: Consórcios intermunicipais</p> <p>[Obj. Prog.6] Definir programas e ações de capacitação técnica voltadas para implementação e operacionalização dos sistemas de gestão.</p> <p>[Ação Progr.6] Instituição de agrupamentos de municípios para se constituírem em consórcios públicos, considerando a escala adequada de gestão dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos.</p> <p>[Ação Progr.6] Promover a participação social com a ampliação do envolvimento da sociedade na solução dos problemas relativos à deposição clandestina dos resíduos domiciliares e da construção e demolição.</p>	<p>[Programas] Medidas de monitoramento e avaliação dos programas: Criação de Banco de dados georreferenciado com sistema de informações sobre gestão de RSU, acompanhando sistematicamente o funcionamento dos equipamentos e instalações de âmbito metropolitano</p> <p>[Obj. Prog.4] Organizar sistema de informações sobre grandes geradores de resíduos orgânicos, como supermercados, sacolões, restaurantes e estabelecimentos congêneres.</p>	<p>Desafio para os municípios: superar o vazio institucional que comprometeu sua capacidade de gestão e manejo e atender as novas responsabilidades estabelecidas na Lei 11.445/2007 – Lei Nacional de Saneamento Básico e na Lei 12.305/10 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p> <p>O Governo Federal tem privilegiado a aplicação de recursos na área de resíduos sólidos por meio de consórcios intermunicipais, formados com base na Lei 11.107/2005 que disciplina sua formação, visando superar a fragilidade da gestão de resíduos sólidos nos municípios.</p> <p>Em relação aos resíduos da construção e demolição, a Resolução CONAMA Nº 307, desde 2002, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, considerando a necessidade de implementação de diretrizes para a efetiva redução dos impactos ambientais gerados por esses resíduos.</p> <p>Instrumentos de política</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>a erradicação de lixões e de bota fora de entulhos na RMBH.</p> <ul style="list-style-type: none"> Definir critérios de localização de unidades de tratamento e destinação final adequados e definir diretrizes para se fazer a previsão de áreas favoráveis para a localização futura de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos. Identificar a infra-estrutura física necessária ao manejo, tratamento e destino final dos resíduos, incluindo a recuperação de materiais recicláveis, matéria orgânica, resíduos da construção e demolição e tratamento de resíduos dos serviços de saúde. Identificar as possibilidades e apoiar a implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas entre municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais. Definir metas e medidas para redução e recuperação de resíduos. Definir ações para estimular e viabilizar a 	<p>com a reestruturação territorial prevista no PDDI.</p> <p>Metas: Prioritário/emergencial, curto prazo (2014): Erradicar lixões e implantar aterros sanitários para a destinação adequada dos RSU de todos os municípios que possuam instalações precárias de disposição de resíduos. Médio prazo (2023): Garantia de manutenção da destinação adequada de RSU, com a implantação de novas instalações para tratamento e destinação final, quando necessário. Longo prazo (2050): Garantia de manutenção da destinação adequada de RSU, com a implantação de novas instalações para tratamento e destinação final, quando necessário.</p> <p>2. Programa de Erradicação de Bota Fora Clandestino e de Gestão Adequada de Resíduos da Construção e Demolição</p> <p>Objetivo geral Definir as diretrizes para a implantação de Sistema para a Gestão Sustentável de Resíduos da Construção</p>	<p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Complementação, atualização e consolidação de diagnóstico do manejo e gestão dos resíduos sólidos urbanos na RMBH, considerando-se os estudos e pesquisas existentes, com ênfase na identificação de bota fora e outras áreas de disposição clandestina e avaliação das estruturas existentes para gestão de resíduos da construção e demolição. 			<p>pública para implementação dos programas:</p> <p>Compensações financeiras e pagamento por serviços ambientais</p> <p>Licenciamento Ambiental</p> <p>[Obj. Prog.2] Estimular a elaboração de legislações municipais que obriguem os grandes geradores a realizar a segregação, no canteiro ou em áreas específicas, dos resíduos gerados pela indústria da construção civil.</p> <p>[Obj. Prog.6] Definir diretrizes legais para o ordenamento, remuneração e sustentabilidade dos serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Ampliar, legitimar e garantir mecanismos de compensação financeira para municípios que receberem instalações de tratamento e destinação final adequados de resíduos sólidos regionalizados. <p>[Ação Progr.6] Indicação de possibilidades de ampliação ou instituição de mecanismos de compensação financeira para municípios que receberem instalações de tratamento e destinação final adequados de resíduos sólidos regionalizados</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>implantação de sistemas de coleta seletiva, associados à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.</p> <p>•Definir ações necessárias para promover a logística reversa prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p> <p>•Definir medidas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos, prioritariamente pela biometanização em aterros sanitários.</p> <p>Metas: prazo de até 2014 para que todos os municípios brasileiros tenham o manejo e destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos, com a erradicação de todos os lixões</p>	<p>e Demolição e Resíduos Volumosos na RMBH, pelo manejo diferenciado e pela reciclagem, de forma a promover a correção e prevenção dos problemas ambientais e sociais decorrentes da deposição indiscriminada desses resíduos nas áreas urbanas dos municípios.</p> <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Erradicar bota fora e outras instalações e formas precárias de disposição de Resíduos da Construção e Demolição – RCD. •Implantar sistemas adequados de tratamento, reciclagem e destinação final desses resíduos, de forma a minimizar os impactos negativos e maximizar benefícios ambientais, sociais e econômicos. •Gerar material de boa qualidade a partir da reciclagem do entulho, se possível, permitindo a substituição daqueles convencionalmente empregados na construção civil, prioritariamente em obras públicas e de caráter social. •Prever áreas para garantia de alternativas locais para instalações futuras de 	<ul style="list-style-type: none"> •Definição de sistema metropolitano de gestão dos resíduos da construção e demolição com o ordenamento da iniciativa privada e a identificação de um conjunto integrado de áreas físicas que podem ser compartilhadas por municípios limítrofes, incluindo rede de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos – URPVs, implantada em bacias de captação de resíduos e rede de Áreas para Recepção de Grandes Volumes (Áreas de Triagem e Transbordo, Estações de Reciclagem e Aterros de Resíduos da Construção Civil). •Estímulo à iniciativa privada para implantação de unidades destinadas à recepção, triagem, beneficiamento e disposição final dos resíduos de construção civil produzidos pelos grandes geradores. •Realização de estudo de mercado para avaliação da pertinência da proposição de unidades de beneficiamento e/ou reciclagem de resíduos. •Eliminação de bota fora clandestinos. •Definição de diretrizes para o uso preferencial de agregados reciclados a serem estabelecidas para obras contratadas ou executadas pela administração pública direta e indireta. 	<p>Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos – URPVs, implantada em bacias de captação de resíduos e rede de Áreas para Recepção de Grandes Volumes (Áreas de Triagem e Transbordo, Estações de Reciclagem e Aterros de Resíduos da Construção Civil).</p> <p>[Ação Prog.] Definição de diretrizes para o uso preferencial de agregados reciclados a serem estabelecidas para obras contratadas ou executadas pela administração pública direta e indireta.</p>			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>sistemas de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção e Demolição e Resíduos Volumosos, compatível com a reestruturação territorial prevista no PDDI.</p> <p>•Estimular a elaboração de legislações municipais que obriguem os grandes geradores a realizar a segregação, no canteiro ou em áreas específicas, dos resíduos gerados pela indústria da construção civil.</p> <p>Metas: Prioritário/emergencial, curto prazo (2015): Erradicar bota-fora e outras instalações e formas precárias de disposição de Resíduos da Construção e Demolição – RCD na RMBH. Implantar sistemas adequados de coleta, triagem, reciclagem e destinação final desses resíduos. Médio prazo (2023): Garantia de manutenção da destinação adequada de RCD, com a implantação de novas instalações para triagem, reciclagem e destinação final, quando necessário. Longo prazo (2050): Garantia de manutenção da</p>					

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	destinação adequada de RCD, com a implantação de novas instalações para triagem, reciclagem e destinação final, quando necessário.					
	<p>3. Programa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis</p> <p>Objetivo geral Definir ações para estimular e viabilizar a implantação de sistemas de coleta seletiva integrados e regionalizados na RMBH, associados à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.</p> <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Definir metas e medidas para redução e recuperação de resíduos. •Identificar a infra-estrutura física necessária à implantação da coleta seletiva de forma regionalizada em parceria com os catadores de materiais recicláveis. •Fomentar a organização e a formalização de associações de catadores, garantindo sua participação nos sistemas de gestão de 	<p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Complementação, atualização e consolidação de diagnóstico do manejo e gestão dos resíduos sólidos urbanos na RMBH, considerando-se os estudos e pesquisas existentes, com ênfase na identificação e avaliação das estruturas existentes para coleta seletiva de materiais recicláveis. •Realização de estudos para subsidiar a definição de metas e medidas para redução e recuperação de materiais. •Dimensionamento e localização de infra-estrutura física necessária ao sistema de coleta seletiva regionalizado, especialmente galpões de triagem e entrepostos para comercialização por redes de catadores. •Apoio à consolidação e/ou constituição de redes organizadas de catadores para a comercialização conjunta dos recicláveis da coleta seletiva, eventualmente com pré-processamento. •Realização de estudo de mercado para avaliação da pertinência da proposição de unidades de beneficiamento e/ou reciclagem de resíduos. 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>resíduos local e regional.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Consolidar e/ou promover a constituição de redes organizadas de catadores para a comercialização conjunta dos recicláveis da coleta seletiva, eventualmente com pré-processamento. •Definir ações necessárias para promover a logística reversa prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos. <p>Metas:</p> <p>Prioritário/emergencial, curto prazo (2014): Apoio à implantação e/ou ampliação e consolidação de programas de coleta seletiva em todos os municípios da RMBH, envolvendo catadores de lixões que forem erradicados e outros catadores de rua, paralelamente à implantação dos aterros sanitários.</p> <p>Médio prazo (2023): Garantia de manutenção do funcionamento dos sistemas de coleta seletiva, de forma a cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos que determina a reciclagem de todos os materiais potencialmente recicláveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Definição de ações necessárias para promover a logística reversa prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos, instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	a partir de 2014. Longo prazo (2050): Garantia de manutenção do funcionamento dos sistemas de coleta seletiva, de forma a cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos que determina a reciclagem de todos os materiais potencialmente recicláveis a partir de 2014.					
	4. Programa de Gestão Adequada dos Resíduos Orgânicos Objetivo geral Definir ações para estimular e viabilizar a implantação de sistemas de coleta diferenciada e gestão adequada dos resíduos orgânicos gerados na RMBH, especialmente em grandes geradores. Objetivos específicos •Organizar sistema de informações sobre grandes geradores de resíduos orgânicos, como supermercados, sacolões, restaurantes e estabelecimentos congêneres •Organizar sistema de informações de potenciais instituições a serem beneficiadas com a	Ações: •Complementação, atualização e consolidação de diagnóstico do manejo e gestão dos resíduos sólidos urbanos na RMBH, considerando-se os estudos e pesquisas existentes, com ênfase na avaliação das principais fontes geradoras de resíduo orgânico, da demanda pelo aproveitamento de produtos orgânicos e das tecnologias existentes para tratamento e destinação adequada do resíduo orgânico gerado na RMBH. •Definição de ações necessárias para promover um programa de aproveitamento alimentar, que consiste na coleta, processamento e distribuição de alimentos, basicamente verduras, legumes e frutas provenientes de grandes geradores que ainda conservam sua qualidade nutricional e são apropriados para consumo humano, mas que não tem mais apelo comercial. •Definição das tecnologias a serem adotadas ao tratamento e à				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>implementação de um Programa de Aproveitamento de Alimentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Identificar a infra-estrutura física necessária à implantação de sistemas de tratamento e destinação adequada dos resíduos orgânicos gerados na RMBH. •Identificar a infra-estrutura física necessária à implantação de sistemas de compostagem na RMBH. <p>Metas: Prioritário/emergencial, curto prazo (2014): Implantação de cadastro informações da cadeia de produção de resíduos orgânicos, com destaque para os grandes geradores, entidades passíveis de se beneficiarem em programas de aproveitamento de alimentos, órgãos e ações de entes públicos em áreas ligadas ao uso de compostos orgânicos em larga escala, entre outros aspectos. Implantação de sistemas de compostagem que cubram todos os municípios da RMBH, adequando seu porte e distribuição à implantação de unidades em função das</p>	<p>destinação adequada do resíduo orgânico gerado na RMBH, com o dimensionamento e localização da infra-estrutura necessária.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Dimensionamento e localização de infra-estrutura física necessária aos sistemas de compostagem de matéria orgânica e da logística necessária para a coleta diferenciada dos resíduos para reaproveitamento e compostagem. •Dimensionamento e localização de infra-estrutura física necessária aos sistemas de coleta diferenciada da matéria orgânica para sua destinação ao Programa de Aproveitamento Alimentar e para a destinação do resíduo orgânico impróprio ao consumo para as unidades de tratamento e destinação adequadas. 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>dimensões e necessidades da geração local e/ou regional.</p> <p>Médio prazo (2023): Garantia de manutenção do reaproveitamento e compostagem dos resíduos orgânicos na RMBH, com a implantação de novas instalações para tratamento e destinação final, quando necessário.</p> <p>Longo prazo (2050): Garantia de manutenção do reaproveitamento e compostagem dos resíduos orgânicos na RMBH, com a implantação de novas instalações para tratamento e destinação final, quando necessário.</p>					
	<p>5. Programa de Gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde</p> <p>Objetivo geral Definir as diretrizes para viabilizar a implantação de sistema de gestão sustentável dos resíduos de serviços de saúde na RMBH.</p> <p>Objetivos específicos •Definir as ações para orientar a gestão sustentável e regionalizada da coleta diferenciada, o tratamento e a disposição</p>	<p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Complementação, atualização e consolidação de diagnóstico do manejo e gestão dos resíduos sólidos urbanos na RMBH, considerando-se os estudos e pesquisas existentes, com ênfase na avaliação das principais fontes geradoras de resíduos de serviços de saúde e das estruturas existentes para tratamento desses resíduos na RMBH. •Dimensionamento e localização de infra-estrutura física necessária aos sistemas de tratamento dos resíduos de serviços de saúde na RMBH. •Realização de estudo para balizar proposta de mecanismo de compensação financeira para municípios que receberem 	<ul style="list-style-type: none"> •Intensificar programas que visem a correta segregação dos resíduos sólidos de saúde com vistas à racionalização (e efetiva redução) das quantidades de RSS. •Ressarcimento de custos das Prefeituras com a coleta e destinação final adequada dos RSS das unidades privadas para as quais executam esses serviços. 			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde na RMBH, tanto para as unidades públicas quanto para as privadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Identificar e avaliar as estruturas existentes para o tratamento e a disposição ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde na RMBH. •Identificar a infra-estrutura física necessária à implantação de sistema de coleta diferenciada de forma regionalizada, tratamento e disposição ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde na RMBH, priorizando as soluções consorciadas. •Criar proposta de mecanismo de compensação financeira para municípios que receberem instalações regionalizadas de tratamento dos resíduos de serviços de saúde na RMBH. <p>Metas: Prioritário/emergencial, curto prazo (2015): Definir as ações para orientar a gestão sustentável e regionalizada da coleta diferenciada, o tratamento e a disposição</p>	<p>instalações regionalizadas de tratamento dos resíduos de serviços de saúde na RMBH.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Intensificar programas que visem a correta segregação dos resíduos sólidos de saúde com vistas à racionalização (e efetiva redução) das quantidades de RSS. •Ressarcimento de custos das Prefeituras com a coleta e destinação final adequada dos RSS das unidades privadas para as quais executam esses serviços. 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde na RMBH. Identificar a infra-estrutura física necessária à implantação de sistema de coleta diferenciada de forma regionalizada, tratamento e disposição ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde na RMBH, priorizando as soluções consorciadas.</p> <p>Médio prazo (2023):Garantia de manutenção da destinação adequada de RSS, com a implantação de novas instalações para tratamento e destinação final, quando necessário.</p> <p>Longo prazo (2050): Garantia de manutenção da destinação adequada de RSS, com a implantação de novas instalações para tratamento e destinação final, quando necessário.</p>					
	<p>6. Programa de Desenvolvimento Institucional para Gestão Integrada, Regionalizada e Consorciada dos Resíduos</p> <p>Objetivo geral Garantir que a gestão integrada, sustentável, regionalizada e consorciada</p>	<p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Instituição de agrupamentos de municípios para se constituírem em consórcios públicos, considerando a escala adequada de gestão dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos. •Concepção do sistema adequado para gestão associada dos RSU (consórcios públicos intermunicipais) e para 	<p>[Obj Prog.]Garantir eficiência e eficácia aos procedimentos de planejamento, de administração e de execução dos serviços de limpeza pública referentes à gestão de resíduos na RMBH.</p> <p>[Ação Progr.6] Definição de estrutura e corpo técnico dos consórcios (técnicos cedido pelas prefeituras, contratados, etc.) necessários para gerir as</p>			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>dos resíduos na RMBH aconteça de modo articulado, profissional e competente, ininterrupto e concertado, com participação das instituições locais e regionais envolvidas, minimizando dificuldades políticas, administrativas e operacionais e evitando descontinuidades.</p> <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> •Definir medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos na RMBH, com a indicação de sistemas organizacional e institucional necessários à implantação e operação dos serviços consorciados. •Garantir eficiência e eficácia aos procedimentos de planejamento, de administração e de execução dos serviços de limpeza pública referentes à gestão de resíduos na RMBH. •Definir diretrizes legais para o ordenamento, remuneração e sustentabilidade dos serviços. •Definir programas e ações de capacitação técnica voltados para 	<p>compartilhamento de sistemas de tratamento, prioritariamente aterros sanitários.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Apoio à formação de consórcios não apenas em torno de uma unidade de destino final, mas também para se constituírem em órgãos gestores de um conjunto de unidades que atendam a diversos municípios, com equipes técnicas capacitadas e estabilizadas de forma a perenizar os investimentos realizados e profissionalizar a gestão (sustentabilidade técnica, social, econômica e financeira). •Estabelecer mecanismos de planejamento conjunto para consórcios intermunicipais para implantação de equipamentos e instalações de gestão dos resíduos (por exemplo, no que diz respeito à delimitação do território a ser atendido por cada instalação, com particular atenção às áreas limítrofes de cada município). •Definição de estrutura e corpo técnico dos consórcios (técnicos cedido pelas prefeituras, contratados, etc.) necessários para gerir as instalações, com a devida qualificação para gerenciar do ponto de vista administrativo, financeiro, técnico operacional, social, jurídico, etc. •Dotação dos profissionais da área com conhecimentos e capacidades técnicas que correspondam às necessidades da gestão de resíduos na RMBH. •Promover a participação social com 	<p>instalações, com a devida qualificação para gerenciar do ponto de vista administrativo, financeiro, técnico operacional, social, jurídico, etc.</p>			

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>implementação e operacionalização dos sistemas de gestão.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Definir programas e ações de mobilização social e educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos. •Ampliar, legitimar e garantir mecanismos de compensação financeira para municípios que recebam instalações de tratamento e destinação final adequados de resíduos sólidos regionalizados. <p>Metas: Prioritário/emergencial, curto prazo (2014): Definir medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos na RMBH. Médio prazo (2023): Garantia de manutenção da gestão integrada, sustentável, regionalizada e consorciada dos resíduos na RMBH, de modo articulado, profissional e competente, ininterrupto e concertado, minimizando dificuldades políticas, administrativas e operacionais e evitando discontinuidades. Longo prazo (2050):</p>	<p>a ampliação do envolvimento da sociedade na solução dos problemas relativos à deposição clandestina dos resíduos domiciliares e da construção e demolição, de forma a promover a manutenção da limpeza dos locais públicos, a destinação correta dos resíduos, a redução do desperdício e a separação e aproveitamento de materiais reutilizáveis e recicláveis na malha urbana ou em construções populares.</p> <ul style="list-style-type: none"> •Indicação de possibilidades de ampliação ou instituição de mecanismos de compensação financeira para municípios que recebam instalações de tratamento e destinação final adequados de resíduos sólidos regionalizados. •Proposição de diretrizes, junto aos órgãos locais e regionais, para participação das organizações de catadores em etapas e serviços da gestão local e regional de resíduos, com a remuneração justa pelos serviços prestados (por meio de subsídios e/ou pagamento pelos serviços). •Promover a capacitação e assistência técnica às organizações de catadores para melhoria de seus procedimentos administrativos e operacionais, melhorando seu desempenho e ampliando a geração de renda. •Estimular a instituição de parcerias para apoiar a atuação das organizações de catadores nos aspectos operacionais e comerciais, 				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	Garantia de manutenção da gestão integrada, sustentável, regionalizada e consorciada dos resíduos na RMBH, de modo articulado, profissional e competente, ininterrupto e concertado, minimizando dificuldades políticas, administrativas e operacionais e evitando descontinuidades.	e estabelecer formas de sua atuação. •Promover e intensificar os processos de logística reversa, sobretudo, com relação aos resíduos especiais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, pneus e resíduos eletrônicos.				
<p>P6. Política Metropolitana Integrada de Delimitação e Recuperação de Áreas de Interesse para Conservação Ambiental</p> <p>Objetivos Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resguardar espaços representativos da flora nativa criando mecanismos de planejamento global para a proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado. • Harmonizar o desenvolvimento sócio-econômico com as necessidades de conservação dos recursos naturais. • Garantir a proteção de áreas ameaçadas por processos de degradação e que desempenham importante papel na sustentabilidade da RMBH. • Valorizar a noção de patrimônio natural e bem público priorizando os 	<p>1. Programa metropolitano de áreas protegidas.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir maior número de unidades de conservação e o aumento da superfície protegida na RMBH. • Aumentar a cobertura vegetal, com qualidade e conectividade entre as áreas protegidas como contribuição para o desenvolvimento de sistemas representativos dos biomas relevantes, ecorregiões e ecossistemas; • Criar um sistema de gestão cooperativa para as unidades de conservação sejam áreas de domínio público ou privado, de jurisdição federal, estadual ou municipal. • Promover a incorporação das áreas protegidas na formulação e implementação das diversas 	<p>Projeto 1. Projeto Metropolitano de Unidades de Conservação (UCs).</p> <p>Objetivos:</p> <p>Regularização Fundiária das Unidades de Conservação; Ampliação e Criação de Unidades de Conservação; Planejamento de Unidades de Conservação; Recuperação de Áreas Degradadas nas Unidades de Conservação; Implementação e Manutenção de Unidades de Conservação; Comunicação e Divulgação das Unidades de Conservação; Apoio às Reservas Privadas (RPPN); Incentivos Econômicos para Conservação– ICMS Ecológico;</p> <p>Ações:</p> <p>A. Realizar o cadastro de Unidades de Conservação da RMBH, com informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e</p>	<p>[Obj.Ger.Pol] Resguardar espaços representativos da flora nativa criando mecanismos de planejamento global para a proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado.</p> <p>[Obj.Prog1] Avaliar e promover a efetividade, eficácia e eficiência das Ucs da RMBH.</p> <p>[Obj.Proj1] Planejamento de Unidades de Conservação.</p> <p>[Obj.Proj1] Incentivos Econômicos para Conservação – ICMS Ecológico.</p> <p>[AçãoB.Proj1] Apoiar a gestão e adequação das UCs existentes.</p> <p>[AçãoN.Proj1] Assegurar recursos para o sistema de fiscalização e controle das Ucs.</p> <p>[AçãoO.Proj1] Estimular e incentivar a implantação de sistemas municipais de Ucs.</p> <p>[AçãoD.Proj2]. Definir o processo de criação [do Parque Nacional da Serra da Gandarela] como estudo de caso referente ao processo de licenciamento da mina Apolo para exploração de</p>	<p>[Obj.Ger.Pol] Harmonizar o desenvolvimento sócio-econômico com as necessidades de conservação dos recursos naturais.</p> <p>[Obj.Prog1] Criar um sistema de gestão cooperativa para as unidades de conservação sejam áreas de domínio público ou privado, de jurisdição federal, estadual ou municipal.</p> <p>[Obj.Proj1] Programa de Voluntariado nas Unidades de Conservação.</p> <p>[AçãoF.Proj2] Parceria com o ICMBio.</p> <p>[AçãoG.Proj2] Parceria com empresas (Ex. Vale)</p> <p>[AçãoA.Proj3] Promover a convergência dos instrumentos de gestão municipal, recursos hídricos e outros de interesse ambiental.</p> <p>[AçãoC.Proj5] Orientação técnica e científica aos proprietários interessados, especialmente aqueles cujas propriedades se localizam em zonas de amortecimento de UCs, para a elaboração de plano de manejo ou de proteção e gestão de RPPN;</p> <p>[AçãoA.Proj6] Apoiar, técnica e financeiramente a regularização de</p>	<p>[AçãoA.Proj1] Realizar o cadastro de Unidades de Conservação da RMBH, com informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.</p> <p>[Obj.Proj1] Comunicação e Divulgação das Unidades de Conservação</p> <p>[AçãoC.Proj1] Elaborar o Inventário Florestal da RMBH para conservação com base na carta de áreas prioritárias do ZEE e do Atlas de áreas prioritárias.</p> <p>[AçãoL.Proj1] Implantar um fórum de discussão sobre gestão compartilhada nos territórios de UCs, mananciais, bacias hidrográficas e reservas da biosfera, possibilitando o fortalecimento das instâncias colegiadas na negociação dos conflitos ambientais.</p> <p>[AçãoE.Proj3] Referenciar processos de licenciamento</p>	<p>[Obj.Ger.Pol] Garantir a proteção de áreas ameaçadas por processos de degradação e que desempenham importante papel na sustentabilidade da RMBH.</p> <p>[Obj.Prog1] Garantir maior número de unidades de conservação e o aumento da superfície protegida na RMBH</p> <p>[Obj.Prog1] Promover a incorporação das áreas protegidas na formulação e implementação das diversas políticas de ordenamento e gestão territorial.</p> <p>[Obj.Prog1] Considerar critérios e padrões para a identificação de áreas de importância para a conservação da biodiversidade, ao desenvolver sistemas de áreas protegidas com base na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN, Programa Homem e Biosfera</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
interesses coletivos sobre os interesses individuais.	<p>políticas de ordenamento e gestão territorial.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e promover a efetividade, eficácia e eficiência das Ucs da RMBH. • Considerar critérios e padrões para a identificação de áreas de importância para a conservação da biodiversidade, ao desenvolver sistemas de áreas protegidas com base na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN, Programa Homem e Biosfera (MaB-UNESCO) de Reservas da Biosfera, a Convenção do Patrimônio Mundial, a Convenção de Ramsar sobre Zonas úmidas, Convenção da Diversidade Biológica (CDB), Convenção sobre Mudanças Climáticas, ecossistemas ameaçados e análise de lacunas. 	<p>antropológicos.</p> <p>B. Apoiar a gestão e adequação das UCs existentes.</p> <p>C. Elaborar o Inventário Florestal da RMBH para conservação com base na carta de áreas prioritárias do ZEE e do Atlas de áreas prioritárias.</p> <p>D. Indicar novas áreas para conservação.</p> <p>E. Preservar paisagens e atributos naturais e culturais.</p> <p>F. Fomentar o uso sustentado dos recursos naturais.</p> <p>G. Manter regimes hídricos e produção de água de qualidade.</p> <p>H. Promover pesquisas científicas através de agências de fomento como a FAPEMIG.</p> <p>I. Implantar estações de monitoramento amb.</p> <p>J. Melhorar as condições de vida das populações locais através de incentivos e oportunidades de pagamento por serviços ambientais (ex. Bolsa Verde).</p> <p>K. Criar áreas-piloto para a prática do ecodesenvolvimento e sua difusão.</p> <p>L. Implantar um fórum de discussão sobre gestão compartilhada nos territórios de UCs, mananciais, bacias hidrográficas e reservas da biosfera, possibilitando o fortalecimento das instâncias colegiadas na negociação dos conflitos ambientais.</p> <p>M. Apoiar instrumentos econômicos para o pagamento de serviços ambientais.</p> <p>N. Assegurar recursos para o sistema</p>	<p>minério de ferro na mesma região.</p> <p>[AçãoD.Proj3] Promover a participação dos diversos setores da sociedade.</p> <p>[AçãoB.Proj5] Apoio institucional para [incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs – e à instituição de áreas de servidão florestal]</p>	<p>áreas prioritárias para a conservação em regiões densamente ocupadas.</p> <p>[AçãoE.Proj6] Apoiar programas de Educação Ambiental, atividades culturais, lazer e esporte.</p> <p>[AçãoH.Proj6] Oficinas com administradores e com usuários dos parques.</p> <p>[AçãoJ.Proj6] Promover a gestão compartilhada das áreas verdes públicas e parques na RMBH.</p> <p>[AçãoM.Proj6] Elaborar e/ou aprimorar um programa de Educação ambiental para os parques.</p>	<p>ambiental</p> <p>[AçãoA.Proj5] Divulgação dos instrumentos de [incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs – e à instituição de áreas de servidão florestal]</p> <p>[AçãoK.Proj6] Implantar um centro de referência dos parques metropolitanos.</p> <p>[AçãoK.Proj6] Produzir kits de informação sobre os parques para exposição em todos os Parques.</p>	<p>(MaB-UNESCO) de Reservas da Biosfera, a Convenção do Patrimônio Mundial, a Convenção de Ramsar sobre Zonas úmidas, Convenção da Diversidade Biológica (CDB), Convenção sobre Mudanças Climáticas, ecossistemas ameaçados e análise de lacunas.</p> <p>[Obj.Proj1] Regularização Fundiária das Unidades de Conservação</p> <p>[AçãoJ.Proj1] Melhorar as condições de vida das populações locais através de incentivos e oportunidades de pagamento por serviços ambientais (ex. Bolsa Verde).</p> <p>[AçãoM.Proj1] Apoiar instrumentos econômicos para o pagamento de serviços ambientais.</p> <p>[AçãoA.Proj4] Regularização ambiental das propriedades rurais.</p> <p>[AçãoB.Proj4] Recuperar áreas de preservação permanente e de Reserva Legal.</p> <p>[AçãoC.Proj4] Adequar as propriedades à legislação ambiental vigente.</p> <p>[AçãoD.Proj4] Potencializar a implantação e desenvolvimento de unidades produtivas de agricultura familiar</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>de fiscalização e controle das Ucs. O. Estimular e incentivar a implantação de sistemas municipais de Ucs. P. Mapear conflitos de uso dos recursos naturais em Ucs e elaborar estratégias de solução. Q. Apoiar a ampliação do Parque Nacional da Serra do Cipó. R. Apoiar a estruturação do mosaico de Unidades de Conservação Intendente – Cipó. S. Apoiar a consolidação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (Programa MaB-UNESCO). T. Estruturação do Parque. Est. do Sumidouro</p> <p>Projeto 2. Criação do Parque Nacional da Serra da Gandarela, integrando mosaicos de conservação e corredores ecológicos na região do quadrilátero ferrífero. Ações: A. Estudos técnicos B. Consulta pública C. Identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade. D. Definir o processo de criação como estudo de caso referente ao processo de licenciamento da mina Apolo para exploração de minério de ferro na mesma região. E. Assegurar recursos para estruturação e regularização fundiária. F. Parceria com o ICMBio.</p>				<p>financiada por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário. [AçãoE.Proj4] Articulação com o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente" [AçãoD.Proj5] Isenção de Imposto Territorial Rural – ITR – ao proprietário sobre as áreas das RPPNs e servidões florestais/ambientais; [AçãoE.Proj5] Restrições a possíveis processos desapropriatórios; [AçãoF.Proj5] Possibilidade de obtenção de rendas a partir da comercialização de créditos de carbono (conforme os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL – previstos pelo Protocolo de Kyoto) nos mercados nacional e internacional; [AçãoG.Proj5] No caso de RPPN: [AçãoH.Proj5] Utilização do potencial ecoturístico da propriedade, desde que elaborado plano de manejo adequado; [AçãoL.Proj5] Recebimento, pelo município onde se situa a RPPN, de ICMS Ecológico por parte do Estado.</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersectorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>G.Parceria com empresas (Ex. Vale)</p> <p>Projeto 3. Zoneamento ambiental da APA Sul definindo diretrizes de uso do solo compatíveis com os atributos bióticos, abióticos, culturais e estéticos. Ações: A.Promover a convergência dos instrumentos de gestão municipal, recursos hídricos e outros de interesse ambiental. B.Utilização de escala 1: 10.000.000 C.Base: ZEE – MG D.Promover a participação dos diversos setores da sociedade.. E.Referenciar processos de licenciamento ambiental</p> <p>Projeto 4. Apoio à averbação de Reserva Legal, utilizando mecanismos indutores e facilitadores na regulamentação das propriedades rurais. Ações: A.Regularização ambiental das propriedades rurais. B.Recuperar áreas de preservação permanente e de Reserva Legal. C.Adequar as propriedades à legislação ambiental vigente. D.Potencializar a implantação e desenvolvimento de unidades produtivas de agricultora familiar financiada por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário. E.Articulação com o Programa Federal de Apoio à Regularização</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente</p> <p>Projeto 5. Incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs – e à instituição de áreas de servidão florestal.</p> <p>Ações:</p> <p>A) Divulgação dos instrumentos;</p> <p>B) Apoio institucional;</p> <p>C) Orientação técnica e científica aos proprietários interessados, especialmente aqueles cujas propriedades se localizem em zonas de amortecimento de UCs, para a elaboração de plano de manejo ou de proteção e gestão de RPPN;</p> <p>C) Difundir informações sobre os principais benefícios dos instrumentos, quais sejam:</p> <p>D) Isenção de Imposto Territorial Rural – ITR – ao proprietário sobre as áreas das RPPNs e servidões florestais/ambientais;</p> <p>E) Restrições a possíveis processos desapropriatórios;</p> <p>F) Possibilidade de obtenção de rendas a partir da comercialização de créditos de carbono (conforme os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL – previstos pelo Protocolo de Kyoto) nos mercados nacional e internacional;</p> <p>G) No caso de RPPN:</p> <p>H) Utilização do potencial ecoturístico da propriedade, desde que elaborado plano de manejo</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>adequado;</p> <p>I) Recebimento, pelo município onde se situa a RPPN, de ICMS Ecológico por parte do Estado.</p> <p>Projeto 6. Incentivo e apoio à criação, gestão e manutenção de parques urbanos.</p> <p>Ações:</p> <p>A. Apoiar, técnica e financeiramente a regularização de áreas prioritárias para a conservação em regiões densamente ocupadas.</p> <p>B. Mediar conflitos em regiões transfronteiriças.</p> <p>C. Promover conectividade de áreas verdes na RMBH.</p> <p>D. Garantir a conservação de remanescentes vegetais, nascentes e cursos d'água através da implantação de parques lineares.</p> <p>E. Apoiar programas de Educação Ambiental, atividades culturais, lazer e esporte.</p> <p>F. Estruturação de parques com nível de excelência no atendimento ao público e conservação do patrimônio ambiental.</p> <p>G. Pesquisa de Opinião com usuários dos parques.</p> <p>H. Oficinas com administradores e com usuários dos parques.</p> <p>I. Pesquisa sobre Planos de Manejo, Planos de Gestão e Sistemas de Áreas verdes implantados em todos os municípios da RMBH.</p> <p>J. Promover a gestão compartilhada das áreas verdes públicas e parques</p>				

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		na RMBH. K. Implantar um centro de referência dos parques metropolitanos. L. Produzir kits de informação sobre os parques para exposição em todos os Parques. M. Elaborar e/ou aprimorar um programa de Educação ambiental para os parques.				
	2. Programa de proteção dos mananciais da RMBH.	<p>Projeto 1. Regulamentação do uso, ocupação e manejo em Áreas de Proteção Especial (APEs). Estudar o caso de cada manancial, regulando seu uso e ocupação de modo a assegurar a quantidade e a qualidade da água desses mananciais que abastecem a região metropolitana.</p> <p>Projeto 2. Proteção e recuperação de lagoas da RMBH Objetivo: Reconquistar a qualidade ambiental, paisagística e cultural de três importantes mananciais urbanos da RMBH: Lagoa da Pampulha; Lagoa Santa; Lagoa Várzea das Flores. Ações: A. Intercepção do esgoto sanitário. B. Proteção e recuperação das nascentes. C. Restauração paisagística da orla. D. Recuperação de infra-estrutura. E. Educação ambiental formal e não formal.</p>		[AçãoE.Proj2] Educação ambiental formal e não formal		Projeto 1. Regulamentação do uso, ocupação e manejo em Áreas de Proteção Especial (APEs).
	3. Programa de gestão do	Projeto 1. Delimitação de áreas de	[Obj.Prog.3] Garantir que a	Obj.Prog.3] Apoiar a ação municipal	[AçãoA.Proj1] Criação de uma	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>risco ambiental em áreas de preservação permanente (APPs) Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Garantir que a redução do risco de desastres seja uma prioridade metropolitana, acompanhada de uma sólida base institucional para sua implementação. Apoiar a ação municipal em articulação com uma Política Metropolitana de Gestão de Riscos Ambientais. Reduzir os fatores fundamentais do risco. Reduzir, de maneira significativa, a superfície do território regional submetida à erosão e outros processos de deterioração do solo 	<p>risco geotécnico e de inundação. Ações:</p> <p>A. Criação de uma base de dados sobre riscos ambientais em APPs. B. Identificar, levantar, avaliar áreas de risco ambiental. C. Reconhecimento e valorização de áreas especiais, do ponto de vista da permeabilidade do solo. D. Ampliação proporcional de áreas verdes per capita. E. Aumentar, de maneira significativa, a superfície do território regional de áreas sob proteção. F. Planejamento e implementação de intervenções. G. Monitoramento permanente. H. Informação pública. I. Capacitação para prevenção.</p>	<p>redução do risco de desastres seja uma prioridade metropolitana, acompanhada de uma <u>sólida base institucional para sua implementação.</u> [AçãoF.Proj1] Planejamento e implementação de intervenções. [AçãoG.Proj1] Monitoramento permanente.</p>	<p>em <u>articulação com uma Política Metropolitana de Gestão de Riscos Ambientais.</u> [AçãoL.Proj1] Capacitação para prevenção.</p>	<p>base de dados sobre riscos ambientais em APPs. [AçãoH.Proj1] Informação pública.</p>	
	<p>4. Programa de recuperação de áreas degradadas. Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover a recomposição dos ecossistemas originais. Estabelecer um superávit entre a supressão de cobertura vegetal e a recuperação de áreas antropizadas ou degradadas. Ampliação das áreas de vegetação nativa e promoção da conectividade entre fragmentos florestais. 	<p>Projeto 1. (Piloto) Recuperação ambiental nos seguintes setores: Atividade mineradora; Atividade industrial; Ocupação urbana; Atividade agropecuária; Atividade de infra-estrutura e transporte; Ações: A.Regeneração natural induzida. B.Regeneração natural induzida com cercamento (incluindo cercamento de nascentes). C.Regeneração natural induzida com cercamento e enriquecimento. D.Recuperação total da área com plantio de espécies nativas. E.Desenvolvimento de incentivos</p>	<p>[AçãoD.Proj2] Zoneamento da Ucs</p>	<p>[AçãoH.Proj1] Parceria com Empresas de Base Florestal [AçãoA.Proj2] Cursos de Capacitação</p>	<p>[AçãoB.Proj2] Implantação de sistemas de radiocomunicação.</p>	<p>[AçãoE.Proj1].Desenvolvimento de incentivos econômicos para proprietários rurais que preservem a vegetação nativa. [AçãoL.Proj1] Incorporação dos Instrumentos de Pagamento por Serviços Ambientais - Bolsa Verde</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>econômicos para proprietários rurais que preservem a vegetação nativa.</p> <p>F.Reposição Florestal.</p> <p>G.Silvicultura Social.</p> <p>H.Parceria com Empresas de Base Florestal</p> <p>I.Incorporação dos Instrumentos de Pagamento por Serviços Ambientais - Bolsa Verde</p> <p>J.Promoção do desenvolvimento tecnológico da silvicultura de espécies nativas.</p> <p>Projeto 2. Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais na RMBH.</p> <p>Ações:</p> <p>A.Cursos de Capacitação.</p> <p>B.Implantação de sistemas de radiocomunicação.</p> <p>C.Apoio à Força Tarefa Previncêndio (FTP)</p> <p>D.Zoneamento da Ucs.</p> <p>E.Aquisição de material específico para combate a incêndios.</p> <p>F.Manutenção de aceiros.</p> <p>G.Recuperação de cercamentos.</p> <p>H.Instalação de hidrantes.</p>				
	<p>5 - Programa de arborização de vias e espaços públicos.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Definir diretrizes de planejamento, implantação e manejo da Arborização Urbana. Promover a arborização como instrumento de 	<p>Ações:</p> <p>A.Apoiar prefeituras na elaboração de Planos de Arborização Urbana.</p> <p>B.Planejar a arborização conjuntamente com os projetos de implantação de infra-estrutura urbana.</p> <p>C.Garantir em passeios públicos, no mínimo, 40% de área vegetada.</p> <p>D.Revitalizar espaços urbanos já</p>	<p>[Obj.Prog5] Definir diretrizes de planejamento, implantação e manejo da Arborização Urbana.</p> <p>[Obj.Prog5] Estabelecer critérios de monitoramento dos órgãos públicos e privados cujas atividades que exerçam tenham reflexos na arborização urbana.</p> <p>[Obj.Prog5] Integrar e envolver</p>	<p>[AçãoA.Prog5] Apoiar prefeituras na elaboração de Planos de Arborização Urbana.</p> <p>[AçãoB.Prog5] Planejar a arborização conjuntamente com os projetos de implantação de infra-estrutura urbana.</p> <p>[AçãoC.Prog5] Compatibilizar e integrar os projetos de arborização de ruas com os monumentos, prédios históricos ou tombados.</p>	<p>[AçãoK.Prog5] Informatizar todas as ações, dados e documentos referentes à arborização urbana.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade						
Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>desenvolvimento urbano e qualidade de vida.</p> <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer critérios de monitoramento dos órgãos públicos e privados cujas atividades que exerçam tenham reflexos na arborização urbana. Integrar e envolver a população, com vistas a manutenção e a preservação da arborização urbana. Projeto de arborização urbana para a RMBH. 	<p>consagrados.</p> <p>E.Planejar ou identificar a arborização existente típica, como meio de tornar a cidade mais atrativa ao turismo.</p> <p>F.Compatibilizar e integrar os projetos de arborização de ruas com os monumentos, prédios históricos ou tombados.</p> <p>G.Utilizar predominantemente espécies nativas regionais.</p> <p>H.Diversificar as espécies utilizadas na arborização pública e privada como forma de assegurar a estabilidade e a preservação da floresta urbana.</p> <p>I.Arborizar logradouros que constituem corredores de ligação com áreas verdes adjacentes.</p> <p>J.Estabelecer um cronograma integrado do plantio da arborização com obras públicas e privadas.</p> <p>K.Informatizar todas as ações, dados e documentos referentes à arborização urbana.</p> <p>L.Desenvolver programas de educação ambiental.</p> <p>M.Compartilhar ações público-privadas para viabilizar a implantação e manutenção da arborização urbana, através de projetos de co-gestão com a sociedade.</p> <p>N.Estabelecer convênios ou intercâmbios com universidades, com intuito de pesquisar e testar espécies arbóreas para o melhoramento vegetal quanto à resistência, diminuição da poluição, controle de pragas e doenças, entre</p>	<p>a população, com vistas a manutenção e a preservação da arborização urbana.</p> <p>[Obj.Prog5] Projeto de arborização urbana para a RMBH</p> <p>[AçãoE.Prog5] Planejar ou identificar a arborização existente típica, como meio de tornar a cidade mais atrativa ao turismo</p> <p>[AçãoQ.Prog5] Definir metas plurianuais.</p> <p>[AçãoR.Prog5] Dimensionar equipes e equipamentos necessários</p>	<p>[AçãoJ.Prog5] Estabelecer um cronograma integrado do plantio da arborização com obras públicas e privadas.</p> <p>[AçãoL.Prog5] Desenvolver programas de educação ambiental.</p> <p>[AçãoM.Prog5] Compartilhar ações público-privadas para viabilizar a implantação e manutenção da arborização urbana, através de projetos de co-gestão com a sociedade.</p> <p>[AçãoN.Prog5] Estabelecer convênios ou intercâmbios com universidades, com intuito de pesquisar e testar espécies arbóreas para o melhoramento vegetal quanto à resistência, diminuição da poluição, controle de pragas e doenças, entre outras.</p>		

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		outras. O. Implantar viveiros metropolitanos P. Estabelecer critérios técnicos de manejo preventivo da arborização urbana. Q. Definir metas plurianuais. R. Dimensionar equipes e equipamentos necessários S. Identificar índice de área verde, em função da densidade da arborização.				
P7. Política Metropolitana Integrada de Compensação e Valoração de Serviços Ambientais Objetivo geral: Objetivos específicos:	1. Programa de Resíduos Sólidos (PSA Urbano) Objetivo: Aumentar a vida útil dos recursos naturais renováveis e proporcionar melhor reconhecimento pelo trabalho dos catadores de material reciclável, contribuindo para melhores condições de vida. Meta: Prioritário/emergencial	Projetos e Ações: (pós-Plano) Diagnóstico socioeconômico dos catadores, mapeamento ambiental da distribuição espacial de coleta e de materiais; Definição de Modelagem aplicada ao PSAU	- Diagnóstico socioeconômico dos catadores, mapeamento ambiental da distribuição espacial de coleta e de materiais;			- Estabelecimento de mecanismos de controle de emissões e metas de redução de emissões - Definição de Modelagem aplicada ao PSAU
	2. Programa IPTU Ecológico Objetivo: Manter Funções Ambientais de Regulação e Provisão; Absorção de Carbono, Incremento paisagístico, Formação de Corredores Ecológicos, manutenção da Avifauna, Atenuação dos efeitos sobre Ilhas de Calor, Regulação climática, redução de enchentes e entupimentos de bueiros, outros. Meta:	Projetos e Ações: (pós-Plano) Diagnóstico sócio-econômico, mapeamento ambiental da distribuição espacial; Definição de Modelagem aplicada ao PSA – IPTU ECOLÓGICO	- Diagnóstico sócio-econômico, mapeamento ambiental da distribuição espacial;	- Instrumentos para implementação do programa: Convênio IEF para fornecimento de mudas, convênios para plantio (financiamento do programa) [...]	- Cadastramento de munícipes,	- Definição de Modelagem aplicada ao PSA – IPTU ECOLÓGICO - Manter Funções Ambientais de Regulação e Provisão

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersecretorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	Prioritário/emergencial					
	<p>3. Programa IPVA Ecológico Objetivo: Reduzir a emissão de carbono, Otimizar a qualidade do ar, em meio urbano, diminuir particulados, atenuar efeitos de ilhas de calor. Meta: Prioritário/emergencial</p>	<p>Projetos e Ações: (pós-Plano) Diagnóstico sócio-econômico, mapeamento ambiental da distribuição espacial de maior concentração automotiva; Definição de Modelagem aplicada ao PSA – IPVA ECOLÓGICO</p>	<p>- Diagnóstico sócio-econômico, mapeamento ambiental da distribuição espacial de maior concentração automotiva;</p>		<p>- Instrumentos de política pública para implementação do programa: convênio com empresas de vistoria para emissão on line de laudo, cadastramento de proprietários automotivos, Tecnologia de Informação – TI.</p>	<p>- Definição de Modelagem aplicada ao PSA – IPVA ECOLÓGICO</p>
	<p>4. Programa Água – Recursos Hídricos Objetivo: Proteger áreas de manancial para produção de água. Meta: Prioritário/emergencial</p>	<p>Projetos e Ações: (pós-Plano) Diagnóstico sócio-econômico e ambiental, mapeamento ambiental da distribuição espacial de maior necessidade de proteção; Elaboração de Modelagem e valoração aplicada ao PSA ÁGUA.</p>	<p>- Diagnóstico sócio-econômico e ambiental, mapeamento ambiental da distribuição espacial de maior necessidade de proteção</p>	<p>- Instrumentos de política pública para implementação do programa: convênio com empresas de captação de água para distribuição urbana.</p>	<p>- Instrumentos de política pública para implementação do programa: cadastramento de proprietários rurais [...]</p>	<p>- Elaboração de Modelagem e valoração aplicada ao PSA ÁGUA.</p>
	<p>5. Programa Absorção de Carbono Objetivo: Aumento de Cobertura Vegetal e Redução de Emissão de Carbono, Mitigação da alteração climática através do resgate de CO2 da atmosfera e fixação nas árvores das áreas reflorestadas; Preservação e recuperação da biodiversidade pela conexão de fragmentos florestais (rural e urbano); Desenvolvimento sócio-econômico de comunidades locais pela participação efetiva de organizações. Meta: Prioritário/emergencial</p>	<p>Projetos e Ações: (pós-Plano) Diagnóstico sócio-econômico e ambiental, mapeamento ambiental da distribuição espacial de maior concentração urbana; Elaboração de Modelagem e valoração aplicada ao PSA CARBONO.</p>	<p>- Desenvolvimento sócio-econômico de comunidades locais pela participação efetiva de organizações.</p>		<p>- Instrumentos de política pública para implementação do programa: cadastramento de proprietários rurais [...]</p>	<p>- Elaboração de Modelagem e valoração aplicada ao PSA CARBONO.</p>

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
	<p>6. Programa Biodiversidade Objetivo: Desenvolvimento de produtos comerciais a partir da sócio-biodiversidade e promoção de desenvolvimento sócio-econômico, bem estar humano, melhoria da qualidade de vida, diminuição de custos sociais, fomento econômico local, fortalecimento bases ecológicas para sustentabilidade. Meta: Prioritário/emergencial</p>	<p>Projetos e Ações: (pós-Plano) Diagnóstico sócio-econômico e ambiental, mapeamento ambiental de interesse eco-social, Elaboração de Modelagem e valoração aplicada ao PSA BIODIVERSIDADE</p>	- Diagnóstico sócio-econômico e ambiental, mapeamento ambiental de interesse eco-social.		- Instrumentos de política pública para implementação do programa: cadastramento de proprietários rurais [...]	- Elaboração de Modelagem e valoração aplicada ao PSA BIODIVERSIDADE
	<p>7. Programa Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal (RPPNM) Objetivo: Preservar os serviços ambientais por meio da Conservação da floresta nativa, manutenção de serviços ambientais urbanos associados à regulação climática, controle de enxurradas e produção de água, diminuição de custos sociais, fomento econômico local, fortalecimento bases ecológicas para sustentabilidade. Meta: Prioritário/emergencial</p>	<p>Projetos e Ações: (pós-Plano) Diagnóstico sócio-econômico e ambiental, mapeamento ambiental de interesse construtivo e de preservação ambiental, Elaboração de Modelagem e valoração aplicada ao PSA RPPNM.</p>	- Diagnóstico sócio-econômico e ambiental, mapeamento ambiental de interesse construtivo e de preservação ambiental		- Instrumentos de política pública para implementação do programa: cadastramento de proprietários rurais [...]	- Elaboração de Modelagem e valoração aplicada ao PSA RPPNM.
P8. Política Metropolitana Integrada	1. Programa de Controle de emissões em veículos	Projeto 1: Controle de emissões em veículos automotivos		[AçãoB.Proj.2] Articulação com regiões de produção da agricultura		[Ação.Proj.1] Estudar a possibilidade de um IPVA

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade						
Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
<p>de Mitigação de Gases de Efeito Estufa para uma Economia de Baixo Carbono</p> <p>Objetivo geral: Economia de baixo carbono para a RMBH</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduções de Emissões de GEE • Ampliação no Uso de Energias Alternativas e Tecnologias Limpas e Eficiência Energética • Estabelecimento de mecanismos de controle de emissões e metas de redução de emissões 	<p>automotivos</p> <p>Objetivos: Inspeção veicular de emissões de poluentes e ruído, bem como programas suplementares de fiscalização nas vias públicas</p>	<p>Inspeção veicular de emissões de poluentes e ruído, bem como programas suplementares de fiscalização nas vias públicas.</p> <p>Ampliar as inspeções de ônibus que trafegam na RMBH, inclusive para linhas que não tem ponto final em Belo Horizonte. Estudar a possibilidade de um IPVA ecológico: desconto para carros antigos dentro do padrão de emissões.</p> <p>Projeto 2: Transporte coletivo limpo na RMBH</p> <p>A) Renovação da frota do transporte coletivo e utilização de veículos com menor impacto poluidor - elétricos, híbridos, a gás natural, ou veículos a diesel que utilizem diesel com menor teor de enxofre, ou que sejam equipados com sistemas avançados de controle de emissões.</p> <p>B) Atingir 100% da frota de veículos de transporte coletivo na RMBH movida a combustíveis “limpos”. Articulação com regiões de produção da agricultura familiar no estado, para biocombustíveis (e.g. biodiesel). Neste projeto necessário articular políticas de transporte público, meio ambiente, ciência e tecnologia e desenvolvimento econômico.</p> <p>Projeto 3: siderurgia, refinarias e cimento</p> <p>Estudos para controle de emissões e especificação de metas obrigatórias de redução de emissões, de acordo</p>		<p>familiar no estado, para biocombustíveis (e.g. biodiesel). Neste projeto necessário articular políticas de transporte público, meio ambiente, ciência e tecnologia e desenvolvimento econômico.</p>	<p>ecológico: desconto para carros antigos dentro do padrão de emissões.</p> <p>[Ação.Proj.3] Estudos para controle de emissões e especificação de metas obrigatórias de redução de emissões, de acordo com a especificidade setorial.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		com a especificidade setorial. Três setores com emissões mais importantes na RMBH como tema: siderurgia, refinarias e cimento. Estudos de Incentivos para a adoção de tecnologias limpas nesses setores e inserção local na produção para diminuir necessidades de transportes (pessoas e materiais). Iniciativas existentes podem ser utilizadas: BNDES (linha de crédito para projetos no âmbito do Plano Nacional de Mudanças Climáticas) e FIEMG (“Produção Mais Limpa”).				
	<p>2. Programa Energias Alternativa, Tecnologias Limpas e Eficiência Energética</p> <p>Objetivo: Ampliar a utilização de energias alternativas e tecnologias limpas pelas atividades produtivas e consumidores na RMBH.</p>	<p>Projeto 1. Biocombustíveis Desenvolvimento de fontes de oferta local/estadual de biocombustíveis. Estudos para sua utilização em veículos de transporte (coletivo e privado) e atividades produtivas.</p> <p>Projeto 2. Energia Solar Desenvolvimento de tecnologias, incentivos de utilização em prédios públicos e privados. Utilizar painéis produzidos na RMBH em programas habitacionais (Minha Casa Minha Vida). Desconto no IPTU pela instalação de painéis solares.</p> <p>Projeto 3. Ampliação da distribuição residencial e industrial de Gás Natural</p> <p>Projeto 4. Consumo Eficiente Avaliação obrigatória da eficiência energética das edificações através de indicadores técnicos de consumo de energia. Criação de sistema de certificações (green buildings). Prédios certificados podem ter direito a descontos no IPTU ou nas</p>		<p>[Ação.Proj.6] Promoção de co-geração de energia em indústrias intensivas em energia (por exemplo, guseiras e siderúrgicas), <u>através de financiamentos (BDMG) e incentivos a pesquisas (Fapemig).</u></p>	<p>[Ação.Proj.2] Desenvolvimento de tecnologias, incentivos de utilização em prédios públicos e privados. [...] Desconto no IPTU pela instalação de painéis solares.</p> <p>[Ação.Proj.4] Avaliação obrigatória da eficiência energética das edificações através de indicadores técnicos de consumo de energia. Criação de sistema de certificações (green buildings). Prédios certificados podem ter direito a descontos no IPTU ou nas tarifas e energia elétrica.</p> <p>[Ação.Proj.5] Alterações no Código de Posturas dos municípios (componentes “verdes” devem desonerar o IPTU), incentivando a utilização de materiais recicláveis e formas alternativas de energia.</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade

Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
		<p>tarifas e energia elétrica.</p> <p>Projeto 5: Construção Verde Alterações no Código de Posturas dos municípios (componentes “verdes” devem desonerar o IPTU), incentivando a utilização de materiais recicláveis e formas alternativas de energia.</p> <p>Projeto 6: Co-geração de energia: promoção de co-geração de energia em indústrias intensivas em energia (por exemplo, guseiras e siderúrgicas), através de financiamentos (BDMG) e incentivos a pesquisas (Fapemig). Mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) e reduções certificadas de carbono, seu potencial em projetos de aterros sanitários no contexto da Convenção do Clima.</p>				
	<p>Programa 3: Estudos para ampliação de mecanismos de controle de emissões, metas de redução de emissões e desenhos de políticas Objetivo: Realização de estudos para a ampliação de mecanismos de controle e reduções de emissões de GEE, assim como a definição de metas de emissões.</p>	<p>Linhas temáticas:</p> <p>A) Contabilidade de Emissões: obrigatoriedade do Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa</p> <p>B) Metas de Emissões: estabelecimento de metas de redução de emissões na RMBH e Minas Gerais</p> <p>B) Mecanismos de Redução: Estudo de políticas de cap-and-trade (teto e comercialização) para a RMBH e Minas Gerais</p>			<p>[Obj.Prog.3] Realização de estudos para a ampliação de mecanismos de controle e reduções de emissões de GEE, assim como a definição de metas de emissões.</p> <p>[Ação.A] Contabilidade de Emissões: obrigatoriedade do Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa</p> <p>[Ação.B] Metas de Emissões: estabelecimento de metas de redução de emissões na RMBH e Minas Gerais</p> <p>[Ação.C] Mecanismos de Redução: Estudo de políticas</p>	

Planilha de Desenvolvimento Institucional PDDI RMBH – Eixo Sustentabilidade						
Políticas	Programas	Ações/Projetos	Componentes da Institucionalidade			
			Organicidade (redesenho; criação de câmaras técnicas, comitês e novas instituições; redefinição de funções e competências)	Processos e Sistemas		Normatização (ajustes de âmbito normativo; garantir a efetividade do marco legal; proposição de novas normas jurídicas)
				Capacitação e Cooperação Interinstitucional (capacitação; formação e qualificação profissional; cooperação; articulação; concertação; intersetorialidade; integração; atuação compartilhada)	Sistemas de Informações (sistemas de informações; governo eletrônico; banco de dados; geoprocessamento)	
					de cap-and-trade (teto e comercialização) para a RMBH e Minas Gerais	

5.3 POLÍTICAS DA DIMENSÃO ESTRUTURANTE INSTITUCIONALIDADE

As três políticas que se apresentam a seguir com seus respectivos programas, projetos e ações, são parte do fundamento básico da institucionalidade da gestão metropolitana da RMBH. Concebidas como suporte necessário para que o PDDI seja implementado e monitorado, são as seguintes:

- 5.3.1 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
 - 5.3.1.1 Programa de Implantação do Fórum de Cooperação Intermunicipal
 - 5.3.1.2 Programa de Capacitação para Governança Metropolitana Colaborativa
- 5.3.2 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E INTERSETORIAL
 - 5.3.2.1 Programa de cooperação e políticas de compensação
 - 5.3.2.2 Programa capacitação em negociação de projetos e consórcios intermunicipais
- 5.3.3 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DA ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DE FORTALECIMENTO FINANCEIRO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH)
 - 5.3.3.1 Programa Modernização da Administração Tributária
 - 5.3.3.2 Programa revisão do código tributário e identificação e cobrança de fontes tributárias alternativas e potenciais
 - 5.3.3.3 Programa Fortalecimento Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano

5.3.1 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Justificativa e Contextualização

Em quase todas as metrópoles brasileiras as dificuldades da gestão pública nas áreas metropolitanas estão expressas num quadro de significativa fragmentação institucional. No Brasil, de um modo geral, a capacidade de governo dos municípios é pouco utilizada para gerar uma dinâmica cooperativa, que dê conta de superar efetivamente um padrão fragmentado e segregado de gestão dos problemas urbanos, sejam eles os da habitação, saúde, transportes, educação, dentre muitos.

No Estado de Minas Gerais, percebe-se um importante avanço na abordagem do problema metropolitano por parte do governo estadual que, por disposição constitucional e com grande ênfase, se engajou na questão metropolitana e alcançou uma reflexão consolidada sobre o tema. Não obstante, os avanços que conferem à gestão metropolitana da RMBH um caráter singular são perceptíveis os problemas metropolitanos que ainda têm sido tratados de forma estanque, produzindo efeitos danosos no cotidiano da população.

As questões que fustigam a governança metropolitana são relativas à postura e à capacidade institucional dos municípios. É necessário insistir na idéia da colaboração, e isso implica em fortalecer a estrutura intergovernamental existente em termos de responsabilidades (e capacidades) compartilhadas, que deve ser buscada perante a questão metropolitana.

As funções públicas de interesse comum sinalizam as demandas por gestão compartilhada de serviços públicos, elucidando a necessidade da superação dos limites municipais como o recorte territorial padrão para a elaboração e implementação das políticas públicas. Deste modo, a adoção de práticas de cooperação intermunicipal se faz necessária na medida em que oferece aos municípios possibilidades de ações conjuntas para a resolução de problemas comuns.

Para o desenvolvimento de uma gestão metropolitana firmada no princípio da cooperação, são necessárias quatro premissas: primeiro, quando as autoridades compreendem que seus cidadãos têm estatura plurimunicipal, como cidadãos metropolitanos que são; segundo, quando sentem que a cidade-metropolitana é comum a todos; terceiro, quando

constatam que não mais existe uma constelação de cidades orbitando por atração da “cidade-mãe”, mas uma rede denominada cidade-metropolitana; e quarto, quando há o reconhecimento generalizado de que as responsabilidades transcendem os limites de seus respectivos territórios – leia-se, uma visão solidária e colaborativa. Portanto, quando essas premissas se consolidam, estão criadas as condições para que a gestão metropolitana avance na direção de um modelo fundado na solidariedade e na cooperação.

A análise dos desafios gerais da gestão metropolitana e a investigação acerca das potencialidades e parâmetros para a gestão compartilhada em nível metropolitano foram realizadas com base no arcabouço conceitual da *governança colaborativa*, calcado na construção da *solidariedade metropolitana*. O conceito de governança colaborativa foi entendido como a forma de governança que surge quando diversos interesses são consolidados por meio de exercício da cidadania, e na qual planejamento e gestão (inter) institucional são norteados pela capacidade de construção de um pacto metropolitano. As parcerias para a governança, celebradas entre instituições, ou entre instituições e sociedade, constroem-se do ponto de vista das competências e capacidades a emancipar a *cidadania metropolitana*, tanto individualmente (percepção da responsabilidade individual) como em parceria (consciência das necessidades coletivas e vigor dos movimentos de organização em conjunto); mas também pelas novas fronteiras que a escala metropolitana abre ao exercício da democracia e da cidadania, buscando novas soluções e formas de governança e de regulação que dificilmente se esgotam numa resposta político-administrativa delimitada de forma rígida do ponto de vista do território de intervenção. Esta abordagem busca na escala regional, melhores possibilidades de democratizar as relações de poder e, conseqüentemente, criar condições para a efetivação da gestão democrática do território, através de arranjos institucionais calcados nos princípios da governança colaborativa.

Durante os últimos anos, a Região Metropolitana de Belo Horizonte vivenciou um período rico de inovação institucional, avançando na questão da gestão metropolitana. De um lado, a criação de novos arranjos institucionais reflete a complexidade dos desafios postos pelas dinâmicas sociais, econômicas e políticas de ordem metropolitana. Nesse contexto, podem ser citadas também as iniciativas de consorciamento, em curso na RMBH, sinalizando para inovações de caráter institucional nas práticas de governança colaborativa. Dentre os esforços de cooperação interinstitucional, os consórcios públicos têm criado condições para um diálogo mais horizontal visando a participação mais direta da sociedade civil organizada. Essa necessidade de cooperação entre os entes federados emerge da impossibilidade de

solucionar problemas comuns de forma isolada, e tem como desafio, romper a cultura individualista e isolacionista dentro das instituições e entre elas uma vez que a ação cooperativa não se dá somente no sentido vertical, ou seja, entre Governo Federal, Estados e Municípios, mas também a partir da articulação horizontal entre municípios, órgãos públicos e sociedade civil. Como exemplos desses arranjos, podem ser citados o Consórcio dos Municípios que Integram a Bacia do Ribeirão da Mata – COM10; o Consórcio Regional de Promoção da Cidadania – Mulheres das Gerais; o Consórcio Médioparaopebano de Resíduos Sólidos Urbanos (COMPARESOLURB); e os consórcios intermunicipais de saúde, vigentes na RMBH.

A riqueza e a complexidade das realidades metropolitanas terão, necessariamente, de se ver naquelas práticas institucionais desenvolvidas com o propósito de dar sentido à comunidade metropolitana imaginada, reduzindo disparidades infra-estruturais, níveis de injustiça social, combatendo a desigualdade sócio-espacial. Tais políticas devem consolidar uma prática de governança metropolitana apoiada numa pedagogia para a cidadania, que devem ter como objetivo central a inversão de prioridades. Portanto, parte essencial para a consolidação da governança democrática colaborativa, a cooperação colegiada, é estratégia para conferir poder, mobilizar e favorecer a otimização do aporte de recursos da sociedade. Cooperação é tanto dinâmica social quanto condição da construção de relações mais paritárias de interação de atores e, como resultado, opera para conformar novas posturas políticas plurais.

Do ponto de vista da dinâmica urbana, se entendemos a democracia como gramática e organização da sociedade e da relação entre sociedade e estado, construir diálogos e colaborar interinstitucionalmente é algo transformador dos modos de apropriação e de organização física do espaço. Portanto, a inovação também é requerida para a formulação de políticas urbanas metropolitanas e de seus instrumentos.

Objetivo geral

Superar a fragmentação institucional e o padrão localista de implementação das políticas públicas, criando condições para a gestão compartilhada dos serviços públicos ligados às funções públicas de interesse comum, engendrando um ambiente institucional metropolitano favorável à ação articulada.

Objetivos específicos

- Capacitar o setor técnico, os gestores públicos, as universidades e a sociedade civil para atuarem na elaboração e monitoramento de políticas públicas com base nos princípios da gestão compartilhada;
- Capacitar gestores públicos e sociedade civil oferecendo um espaço de formação para a elaboração de consórcios públicos e convênios de cooperação, abrindo espaço para a prática da gestão colaborativa.
- Criar um fórum de cooperação intermunicipal no âmbito da Agência de Desenvolvimento Metropolitano, com representantes dos consórcios públicos e convênios de cooperação já existentes ou em formação na RMBH.
- Realizar estudos técnicos de modo a realizar um diagnóstico acerca dos serviços públicos com demandas emergenciais por formalização de mecanismos de gestão compartilhada na RMBH;
- Apoiar tecnicamente, no âmbito da Agência de Desenvolvimento Metropolitano, a formalização de convênios de cooperação e consórcios públicos, para a gestão das funções públicas de interesse comum;
- Fortalecer a atuação articulada dos órgãos colegiados municipais, regionais e estaduais, fundada na idéia de *solidariedade metropolitana*;
- Fomentar a criação de espaços de diálogo intersetorial de modo a prosseguir com os avanços na superação do quadro de fragmentação institucional vigente;

Diretrizes gerais

- Ampliação dos espaços de diálogo intergovernamental, envolvendo os três entes da federação com o intuito de favorecer uma gestão metropolitana com base na ação concertada;
- Promoção de um ambiente institucional fundado no diálogo intersetorial, de modo a superar a fragmentação vigente;
- Ampliação do espaço de diálogo entre os órgãos colegiados municipais, regionais e estaduais em prol da emancipação de uma cidadania metropolitana.
- Adoção de um modelo de gestão metropolitana calcado na cooperação intermunicipal, visando o atendimento dos serviços ligados às funções públicas de interesse comum, de forma integrada.

Funções públicas de interesse comum

O conteúdo da Política Metropolitana de Desenvolvimento Institucional estabelece relação com todas as funções públicas de interesse comum, uma vez que trata, de forma ampla e transversal, as demandas por capacitação e cooperação interinstitucional no Plano.

Articulação direta com outras políticas do PDDI

Na medida em que a intersetorialidade se constitui como uma das macro-diretrizes do PDDI RMBH, o objeto dessa política estabelece um diálogo estreito com todas as demais políticas do Plano.

O conteúdo das diversas políticas remete à necessidade de articulação interinstitucional para a consecução dos seus objetivos. Dentre as proposições relacionadas com a articulação interinstitucional que apareceram nos programas e projetos das diversas políticas, podem ser citadas: “integração institucional”, “gestão integrada”, “gestão associada e compartilhada”, “sistemas de gestão integrada”, “gabinetes de gestão integrada”, “instâncias regionais de gestão”, “instâncias participativas”, “câmaras técnicas”, “comitês gestores intersetoriais”, “grupos gestores”, “fóruns de discussão”, “redes de municípios”, “redes regionais”, “mecanismos de gestão compartilhada entre municípios”, “mecanismos de cooperação técnica”, “políticas compartilhadas”, “programas integrados entre setores”, “ações compartilhadas”, “ações operacionais integradas”, “diretorias regionais”, “centros interorganizacionais”, “articulação das organizações públicas”, “parcerias com atores institucionais”, parcerias intergovernamentais, “integração de instituições”, “regionalização dos serviços”, “redes intermunicipais de articulação e fortalecimento”, “políticas conjuntas”, “gestão articulada e colaborativa”, “rede assistencial regionalizada”, “consórcios públicos intermunicipais”, dentre outras.

5.3.1.1 Programa de Implantação do Fórum de Cooperação Intermunicipal

Objetivo

Criar no âmbito da Agência de Desenvolvimento Metropolitano, o Fórum de Cooperação Intermunicipal, visando à abertura de um espaço de diálogo e pactuação entre os representantes dos diversos consórcios públicos e convênios de cooperação existentes ou em formação na RMBH.

Temporalidade de execução e implementação

Meta para a implantação do Fórum de Cooperação Intermunicipal: até 2015 (curto prazo).

Institucionalidade

Atores institucionais envolvidos e suas competências

Universidades:

Competências relacionadas com o objeto da Política: As Universidades devem estabelecer canais de diálogo com o poder público e a sociedade civil visando à capacitação para a gestão compartilhada; participar ativamente da elaboração e monitoramento de políticas públicas, propugnando modos de gestão colaborativos e intersetoriais. Através das suas iniciativas e programas de Extensão, as Universidades devem cumprir um papel central no processo de implementação do Plano, uma vez que se constituem como agentes articuladores importantes na abertura de espaços de formação e exercício crítico, contribuindo para a construção de um processo permanente de planejamento calcado no controle social das políticas públicas almejando, como objetivo final, a emancipação da cidadania metropolitana.

Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano:

Competências relacionadas com o objeto da Política: I - deliberar sobre a compatibilização de recursos de distintas fontes de financiamento destinados à implementação de projetos indicados no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; III - acompanhar e

avaliar a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, bem como aprovar as modificações que se fizerem necessárias à sua correta implementação; IV - orientar, planejar, coordenar e controlar a execução de funções públicas de interesse comum. (MG, LC 88/06)

Assembléia Metropolitana:

Competências relacionadas com o objeto da Política: I - definir as macrodiretrizes do planejamento global da região metropolitana; II - vetar, por deliberação de pelo menos dois terços do total de votos válidos na Assembléia, resolução emitida pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano. (MG, LC 88/06)

Agência de Desenvolvimento Metropolitano:

Competências relacionadas com o objeto da Política: Art. 4º - Compete à Agência RMBH: III. elaborar e propor, em caráter continuado, estudos técnicos com objetivos, metas e prioridades de interesse regional, compatibilizando-os com os interesses do Estado e dos Municípios integrantes da RMBH; VII. articular-se com os Municípios integrantes da RMBH, com órgãos e entidades federais e estaduais e com organizações privadas, visando à conjugação de esforços para o planejamento integrado e o cumprimento de funções públicas de interesse comum; VIII. assistir tecnicamente os Municípios integrantes da RMBH; XI. promover diagnósticos da realidade socioeconômica local e de âmbito metropolitano, com vistas a subsidiar o planejamento metropolitano; XIV. colaborar para o desenvolvimento institucional dos Municípios [...]; XV. apoiar os Municípios na elaboração de projetos de desenvolvimento metropolitano, para fins de habilitação a recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano; § 3º - A Agência RMBH apoiará tecnicamente a formalização de mecanismos institucionais voluntários de gestão metropolitana, notadamente os convênios de cooperação e os consórcios públicos. (MG, LC 107/09)

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG):

Competências relacionadas com o objeto da Política: I - planejar e coordenar a ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento e o controle de planos, programas e projetos globais e regionais, de duração anual e plurianual, e a proposição de diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do Estado; II - assegurar a efetividade, conceber e articular a execução, acompanhar as metas e os resultados e identificar as restrições e as

dificuldades das políticas públicas setoriais e multissetoriais destinadas a regiões ou segmentos populacionais específicos; III - integrar esforços nas esferas de governo federal, estadual e municipal, assim como entre os Poderes do Estado, coordenando e gerenciando o processo de planejamento global das atividades do Estado, visando ao melhor atendimento das demandas da sociedade e ao desenvolvimento do Estado; IV - propor e difundir modelos, estabelecer normas, coordenar, acompanhar e supervisionar ações voltadas para a modernização da Administração Pública Estadual, e gerir informações institucionais; VI - coordenar, compatibilizar e avaliar a alocação de recursos orçamentários e financeiros, tendo em vista a necessidade das unidades da Administração Pública Estadual para o cumprimento dos objetivos e metas governamentais, bem como acompanhar sua execução. (MG, DECRETO 44.817/08)

Secretaria de Estado de Governo (SEGOV):

Competências relacionadas com o objeto da Política: formular planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais de governo, em articulação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; coordenar as ações de representação e o relacionamento político e institucional do Governo do Estado nos níveis municipal e federal e com a sociedade; coordenar o relacionamento do Governo com as lideranças políticas do Estado, com a Assembléia Legislativa e com o Congresso Nacional; subsidiar, por meio de pesquisas de opinião pública, a orientação da atuação do Governo no atendimento das demandas da sociedade; promover, no âmbito de sua atuação, o acompanhamento das ações do Governo estadual nos municípios, em articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano. (MG, DECRETO 44.988/08).

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Prefeituras, Câmaras Municipais, Secretarias de Estado e Secretarias Municipais relacionadas com serviços públicos contemplados nas funções públicas de interesse comum.

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência

- Constituição Federal, de 05/10/1988.
- Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21/09/1989
- Lei Complementar Nº 14, de 08/06/1973 (Federal): Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador,

Curitiba, Belém e Fortaleza.

- Lei Nº 10.257, de 10/07/2001 - Estatuto da Cidade (Federal): Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- Lei Nº 11.107, de 06/04/2005 - Lei Dos Consórcios Públicos (Federal): Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.
- Emenda à Constituição nº 65, de 25/11/2004 (Estadual): Altera os arts. 42 a 50 da Constituição do Estado.
- Lei Complementar nº 88, de 12/01/2006 (Estadual): Dispõe sobre a instituição e a gestão de região metropolitana e sobre o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano
- Lei Complementar nº 89, de 12/02/2006 (Estadual): Dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Decreto 44.268, de 30/03/2006 (Estadual): Institui o Grupo de Governança Metropolitana do Estado de Minas Gerais.
- Lei Complementar nº 107, de 12/01/2009: Cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH.

Arranjos institucionais adequados para implementação do programa:

Implantação do Fórum de Cooperação Intermunicipal na Diretoria de Planejamento Metropolitano, Articulação e Intersetorialidade, da Agência de Desenvolvimento Metropolitano.

Projetos e Ações

- Criar no âmbito da Agência Metropolitana o Fórum de Cooperação Intermunicipal, com representantes dos consórcios públicos e convênios de cooperação do poder público e da sociedade civil.
- Promover iniciativas de capacitação voltadas ao setor técnico, aos gestores públicos, às universidades e à sociedade civil para atuarem na elaboração e monitoramento de políticas públicas com base nos princípios da gestão compartilhada;
- Capacitar gestores públicos e sociedade civil oferecendo um espaço de formação sobre a formação de consórcios públicos e convênios de cooperação, abrindo espaço para a prática da gestão colaborativa.

5.3.1.2 Programa de Capacitação Para a Governança Metropolitana Colaborativa

Objetivo

Fomentar a cooperação entre municípios para compartilhar responsabilidades, recursos e conhecimentos, através da capacitação institucional de entes governamentais e da sociedade civil organizada para enfrentar os desafios urbanos no nível regional e/ou metropolitano.

O mote do programa parte do entendimento da fusão da lógica da eficácia e eficiência da gestão metropolitana com a lógica da inversão de prioridades por meio da construção da cooperação interinstitucional e de processos de aprendizagem social.

O Programa de Capacitação têm como foco o engajamento dos diversos atores na gestão metropolitana visando à construção conjunta de um modelo colaborativo e intersetorial, fundado na inversão de prioridades, superando as práticas de capacitação que colocavam em primeiro plano a análise do custo-benefício, a transparência fiscal, e a engenharia institucional como dimensões prioritárias da cooperação regional. No modelo de capacitação para a inversão de prioridades, a governança metropolitana passa a ser entendida através da lente de equidade social, da colaboração interinstitucional e de pactos sociais horizontais.

Temporalidade de execução e implementação

Até 2015 (curto prazo).

Institucionalidade

Atores institucionais envolvidos e suas competências

Universidades:

Competências relacionadas com o objeto da Política: na atualidade, os desafios que se colocam para alcançar melhores níveis de desenvolvimento econômico e social nas grandes metrópoles têm demandado a adoção de perspectivas de planejamento cada vez mais holísticas, integradas e complexas. Nesse contexto, o papel das universidades na concepção de teorias e práticas que preconizam o desenvolvimento participativo, bem como métodos de

planejamento colaborativo, com foco na capacitação local e institucional, se torna ainda mais importante. Esse protagonismo remete à missão geral das universidades: gerar conhecimento e estabelecer canais de diálogo com os usuários finais – governos, gestores públicos, órgãos formuladores de políticas públicas, comunidades locais e organizações não governamentais – apoiando, assim, os objetivos de capacitação. Portanto, a capacitação, entendida como formação para a prática cidadã – politizada e crítica –, dos gestores públicos e da sociedade civil encontra nas Universidades, seu lócus realização.

Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano:

Competências relacionadas com o objeto da Política: I - deliberar sobre a compatibilização de recursos de distintas fontes de financiamento destinados à implementação de projetos indicados no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado; III - acompanhar e avaliar a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, bem como aprovar as modificações que se fizerem necessárias à sua correta implementação; IV - orientar, planejar, coordenar e controlar a execução de funções públicas de interesse comum. (MG, LC 88/06)

Assembléia Metropolitana:

Competências relacionadas com o objeto da Política: I - definir as macrodiretrizes do planejamento global da região metropolitana; II - vetar, por deliberação de pelo menos dois terços do total de votos válidos na Assembléia, resolução emitida pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano. (MG, LC 88/06)

Agência de Desenvolvimento Metropolitano:

Competências relacionadas com o objeto da Política: Art. 4º - Compete à Agência RMBH: III. elaborar e propor, em caráter continuado, estudos técnicos com objetivos, metas e prioridades de interesse regional, compatibilizando-os com os interesses do Estado e dos Municípios integrantes da RMBH; VII. articular-se com os Municípios integrantes da RMBH, com órgãos e entidades federais e estaduais e com organizações privadas, visando à conjugação de esforços para o planejamento integrado e o cumprimento de funções públicas de interesse comum; VIII. assistir tecnicamente os Municípios integrantes da RMBH; XI. promover diagnósticos da realidade socioeconômica local e de âmbito metropolitano, com vistas a subsidiar o planejamento metropolitano; XIV. colaborar para o desenvolvimento

institucional dos Municípios [...]; XV. apoiar os Municípios na elaboração de projetos de desenvolvimento metropolitano, para fins de habilitação a recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano; § 3º - A Agência RMBH apoiará tecnicamente a formalização de mecanismos institucionais voluntários de gestão metropolitana, notadamente os convênios de cooperação e os consórcios públicos. (MG, LC 107/09)

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG):

Competências relacionadas com o objeto da Política: I - planejar e coordenar a ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento e o controle de planos, programas e projetos globais e regionais, de duração anual e plurianual, e a proposição de diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do Estado; II - assegurar a efetividade, conceber e articular a execução, acompanhar as metas e os resultados e identificar as restrições e as dificuldades das políticas públicas setoriais e multissetoriais destinadas a regiões ou segmentos populacionais específicos; III - integrar esforços nas esferas de governo federal, estadual e municipal, assim como entre os Poderes do Estado, coordenando e gerenciando o processo de planejamento global das atividades do Estado, visando ao melhor atendimento das demandas da sociedade e ao desenvolvimento do Estado; IV - propor e difundir modelos, estabelecer normas, coordenar, acompanhar e supervisionar ações voltadas para a modernização da Administração Pública Estadual, e gerir informações institucionais; VI - coordenar, compatibilizar e avaliar a alocação de recursos orçamentários e financeiros, tendo em vista a necessidade das unidades da Administração Pública Estadual para o cumprimento dos objetivos e metas governamentais, bem como acompanhar sua execução. (MG, DECRETO 44.817/08)

Secretaria de Estado de Governo (SEGOV):

Competências relacionadas com o objeto da Política: formular planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais de governo, em articulação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; coordenar as ações de representação e o relacionamento político e institucional do Governo do Estado nos níveis municipal e federal e com a sociedade; coordenar o relacionamento do Governo com as lideranças políticas do Estado, com a Assembléia Legislativa e com o Congresso Nacional; subsidiar, por meio de pesquisas de opinião pública, a orientação da atuação do Governo no atendimento das

demandas da sociedade; promover, no âmbito de sua atuação, o acompanhamento das ações do Governo estadual nos municípios, em articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano. (MG, DECRETO 44.988/08).

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Prefeituras, Câmaras Municipais, Secretarias de Estado e Secretarias Municipais relacionadas com serviços públicos contemplados nas funções públicas de interesse comum.

Marco regulatório, jurídico e institucional de referência

- Constituição Federal, de 05/10/1988.
- Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21/09/1989
- Lei Complementar Nº 14, de 08/06/1973 (Federal): Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.
- Lei Nº 10.257, de 10/07/2001 - Estatuto da Cidade (Federal): Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Arranjos institucionais adequados para implementação do programa:

Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Escola do legislativo:

A Escola do Legislativo, criada em julho de 1992, tem por objetivo promover ações de capacitação e atualização dos membros e servidores da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Desde então, ampliou sua atuação, contribuindo para a formação técnica e política de agentes públicos, especialmente dos legislativos municipais, das lideranças comunitárias e de entidades profissionais e empresariais, representantes de segmentos organizados da sociedade, bem como de todos os cidadãos interessados em conhecer o Poder Legislativo (Disponível em: www.almg.gov.br. Acesso em dez.2010).

Fórum metropolitano:

O Fórum Metropolitano é um espaço permanente que, sob a coordenação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, objetiva fomentar o diálogo a respeito das questões metropolitanas e possibilitar a criação de alternativas para a resolução dos problemas existentes na Região.

A proposta do Fórum é promover encontros entre os municípios da Região Metropolitana de BH e do Colar Metropolitano de BH e implementar uma rede permanente de comunicação intermunicipal, especialmente entre as câmaras municipais e os vereadores da região (Disponível em www.cmbh.mg.gov.br. Acesso em dez.2010)

Fundação João Pinheiro – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho:

A Escola de Governo tem por finalidade promover a formação e a capacitação de recursos humanos para a administração pública, prioritariamente para o Estado de Minas Gerais, competindo-lhe: oferecer cursos de graduação, pós-graduação e capacitação e treinamento, nas áreas relacionadas à administração pública; desenvolver estudos e pesquisas relativos à administração pública e áreas afins; desenvolver projetos de extensão universitária; promover a cooperação técnica e acadêmica com instituições públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras (Disponível em www.fjp.mg.gov.br. Acesso em dez.2010)

Projetos e Ações

Iniciativas de capacitação – aprendizagem e disseminação de conhecimentos

Descrever os desafios da governança metropolitana colaborativa na sua respectiva região; identificar exemplos concretos da colaboração interinstitucional nas regiões metropolitanas brasileiras e em outras regiões do mundo, como forma de reduzir a exclusão social e fortalecer a democracia participativa; avaliar as oportunidades para fomentar a colaboração interinstitucional na sua respectiva região e identificar os vários tipos de mecanismos de colaboração; avaliar as vantagens e desvantagens de cada mecanismo em referência ao ambiente político e cultural de sua respectiva região. O atendimento dos objetivos de ação-intervenção – criação de novos conhecimentos – assegura que no final do curso cada participante tenha as condições de: identificar, descrever e avaliar as oportunidades de avançar a governança colaborativa na sua respectiva região/ área metropolitana; identificar e/ou elaborar estudos de caso sobre governança metropolitana colaborativa; elaborar e contribuir no desenvolvimento de um plano de ação regional para constituir e/ou reforçar a colaboração interinstitucional na sua respectiva região No tocante ao conteúdo dos cursos de capacitação, embora o formato seja variável em função das demandas advindas das diversas políticas, uma estrutura programática deve ser mantida em todos os cursos. Além do conteúdo

chave, cada curso deve contar com um módulo específico sobre temas de prioridade regional, chamando a atenção para o espaço institucional e os parceiros regionais.

Pode-se pensar na seguinte sequência de conteúdos:

- *Colaboração Interinstitucional e o Sistema Federativo*: O quadro institucional federativo brasileiro e o processo de descentralização das últimas décadas produziram poucos incentivos à ação cooperativa no âmbito regional. No entanto, percebe-se hoje no país uma multiplicação de modelos de cooperação a partir do reconhecimento da impossibilidade de resolução de determinados problemas metropolitanos. Este tópico deve explorar os desafios da cooperação postos pelo sistema interfederativo brasileiro.
- *Mecanismos de colaboração interinstitucional*: Cooperar interinstitucionalmente não significa apenas fazer em conjunto, mas, sobretudo, atuar de forma solidária. A lei pode criar meios para o desenvolvimento de ações e políticas públicas sustentáveis, mas não pode garantir que elas sejam eficientes. O objetivo principal deste tópico deve ser debater o papel dos consórcios públicos (LF 11.107/05), apresentando a diversidade de experiências no país, sua sustentação legal e financeira, sua estrutura organizacional e os desafios que elas enfrentam na provisão de serviços.
- *O Exercício da Cidadania e a inclusão social*: Os arranjos de gestão metropolitana falham quando enfatizam uma ou mais esferas do poder político sem atenção para os conflitos institucionais latentes na ordem normativa e quando não incluem os segmentos da sociedade civil. O objetivo deste tópico deve ser discutir a concentração, nas regiões metropolitanas, de grandes disparidades de direitos e serviços entre as camadas sociais e a essência do direito à cidade como função da igualdade democrática entre os cidadãos. Desde 1988 e com a reforma urbana, o quadro institucional teve alguns avanços e retrocessos para garantir o direito à cidade, mas o direito à cidade ainda é um luxo de poucos.
- *Resolução de Conflitos e construção de consensos e pactos sociais*: O objetivo deste tópico deve ser discutir a construção de pactos sociais. A harmonização dos interesses municipais é uma premissa básica do processo de construção da cooperação regional. Porém, o processo de identificação e consolidação de um objetivo comum exige um mecanismo democrático, horizontal e transparente, baseado no diálogo.
- *Estudo de Caso*: exemplos devem ser usados para identificar a efetividade de alguns mecanismos específicos de colaboração interinstitucional. Estes exemplos devem

remeter a conteúdos regionais, além de experiências de outras RMs no Brasil e no mundo. O foco das discussões deve concentrar na relação entre a governança metropolitana colaborativa e a inversão de prioridades, com o objetivo de identificar as oportunidades e os entraves político-culturais.

- *Exercício de Simulação – Laboratório Urbano:* o objetivo principal do exercício deve ser estimular a recriação de um caso real da governança metropolitana colaborativa. Os participantes podem ser divididos em grupos representando municípios de uma região metropolitana fictícia. A cada participante deve ser delegado um papel de prefeito, secretário, técnico ou representante da sociedade civil organizada. Em função de um roteiro que apresenta a situação atual da “metrópole”, os grupos de municípios devem ter como objetivo, elaborar um acordo intermunicipal para resolver uma questão ligada a inversão de prioridades por meio da governança metropolitana colaborativa. O exercício deve propiciar a prática a partir dos conhecimentos adquiridos nos módulos anteriores.

5.3.2 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E INTERSETORIAL

5.3.2.1 Programa de Cooperação e Políticas de Compensação

Apresentação do programa

O PDDI tem como objetivo a busca por soluções para questões de interesse comum aos municípios da RMBH. Evidencia-se, então, a relevância de ações de cooperação entre os municípios metropolitanos nas escolhas de prioridades e de estratégias para a implantação e gestão harmônicas de políticas públicas. Entende-se como *ações de cooperação*, que aqui nada se aproxima do conceito exposto na teoria institucional¹, aquelas que têm como referência a essencialidade de integração entre os municípios metropolitanos da RMBH - entendidos na extensão dos cidadãos e cidadãs, dos agentes públicos metropolitanos e estaduais, e da iniciativa privada - visando uma forma contemporânea de relacionamento e no aproveitamento de experiências, oportunidades e tendências para solucionar problemas da região.

Embora, sejam consideráveis as disparidades sociais, econômicas e administrativas entre os municípios metropolitanos, não podem ser esquecidas as múltiplas potencialidades de cada uma que, expressas nas singularidades locais, apresentam, certamente, diferentes formas de contribuições para o desenvolvimento na RMBH. O que se propõe como programa é que tais contribuições sejam confirmadas em documento próprio celebrando o assentimento de cooperação entre os municípios metropolitanos na busca da *Acessibilidade, Sustentabilidade, Seguridade e Urbanidade na RMBH*.

Portanto, as ações de cooperação deverão ter a primazia entre as políticas e projetos propostos no PDDI, ao promover e articular propósitos entre os municípios *da RMBH*.

¹ Teoria institucional desenvolvida por Douglass North (Institutions. Journal of Economic Perspectives. Vol. 5, nº 1, 1991 – p97 – 112).

O Programa de Cooperação e Políticas de Compensação se desdobra nos seguintes projetos:

- Projeto de Cooperação Intermunicipal;
- Projeto de Diretrizes para Política Metropolitana de Compensação.

Justificativa e Contextualização

A prática da cooperação tem, na sua contabilidade, ganhos e perdas com implicações individuais em que um membro aceita ganhos hoje, com perdas amanhã, assim como em aquiescer a perdas hoje, com ganhos amanhã. Porém, na modulação geral, a soma não se resulta em zero, pelo contrário, todos ganham, posto que o objetivo seja o desenvolvimento, compreendido como o bem viver metropolitano, tendo-se em vista que a totalidade, por conseguinte, será maior que as partes².

Os municípios da RMBH se interligam como nós de um mesmo tecido, onde se sobressaem questões relacionadas à escassez de recursos, ao crescimento populacional, às dificuldades de transportes, ao atendimento à saúde, à importância da educação, ao controle ambiental, à segurança, à necessidade de emprego, e à promoção do bem viver. Em outro sentido, nas *Oficinas Regionais do PDDI*, registraram-se manifestações de pessoas dos diferentes locais com justificativas às razões sobre as quais aqui vivem. Muitas dessas pessoas alegaram a escolha pela cidade grande ao fato de, assim, participarem do burburinho na qual é uma peculiaridade, bem como na facilidade de encontros com novidades. Outras pessoas expressaram sobre como é gratificante viver no aconchego bucólico da cidade pequena, com a conveniência de terem serviços sociais e pessoais comunitários acessíveis na região metropolitana. Aquelas questões, correlacionadas com o respeito a estas manifestações, foram transformadas em políticas, que, compostas de programas e projetos, deverão ser implantadas no propósito do desenvolvimento da RMBH.

Para ilustrar a importância das ações de cooperação entre os municípios da RMBH, citam-se dois exemplos. O primeiro é com relação aos diversos graus de esforço fiscal dos municípios metropolitanos, conforme foi detectado e postos nos Produtos 4 e 5 deste PDDI, assim como está proposto como política fiscal. A questão se verifica na prática de alguns municípios realizarem receitas provenientes de impostos como o Imposto Predial e Territorial

² Ver especialmente Karel Kosik (Dialética do Concreto, Paz e Terra, São Paulo, 1995, p 48 a 50).

Urbano – IPTU, e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, enquanto outros simplesmente não os consideram como fontes de receitas próprias diante do grande volume de receitas transferidas, numa configuração que traz conflitos prejudiciais a todos. Pois, a renúncia fiscal, neste caso, acaba se configurando como uma situação conhecida por *guerra fiscal*, na qual o município que *cobra* menos imposto acaba por atrair maior número de empresas para o seu território. Porém, num processo cumulativo, o que se verifica é a ocorrência de ganhos aparentes, dado que a instalação de empresas significa mais exigências de serviços e bens públicos cujo financiamento é prejudicado pela carência de receitas tributárias, contraditoriamente renunciadas anteriormente. Entrementes, as cidades que cobram os impostos devidos não conseguem a preferência de empresas passando a lidar com as decorrências do desemprego, violência e precariedade na vida das pessoas, realidade que acaba por se refletir também nas demais cidades. É oportuno, ao se vislumbrar novos tempos, que os municípios metropolitanos tomem consciência da importância de se implantar uma política fiscal de estrutura e dinâmica comuns, pois assim, todos chegarão aos objetivos desenhados no PDDI, e conforme os estabelecimentos através do programa de cooperação.

Um segundo exemplo é com relação à necessidade de se ampliar a responsabilidade corporativa/social das empresas mineradoras, instaladas praticamente nos espaços urbanos das cidades metropolitanas. As atividades dessas empresas são definidas a partir de cálculos e objetivos internos. Embora essas empresas atendam à legislação específica com relação à proteção meio ambiente, não tem havido o concertamento entre escalas de exploração/produção e capacidades espaciais no sentido de se fazer confluir os interesses privados com os da sociedade local ou mesmo regionais. É certo que ao se persistir essa prática, haverá sempre o estado de conflito eminente entre empresa e sociedade.

As *ações de* cooperação serão parte do posicionamento de todos como cidadãos metropolitanos, e o momento de sua afirmação do conhecimento sobre os benefícios e custos das políticas propostas pelo PDDI.

Objetivo geral

O objetivo geral aqui proposto é promover a cooperação entre os municípios metropolitanos como política pública, bem como a afirmação de princípios norteadores para políticas de compensação em relação ao meio ambiente.

Objetivos específicos

Como objetivo específico está à obtenção de ganhos com a integração e gestão de políticas de interesse comum entre os municípios metropolitanos.

Diretrizes gerais

O Programa de Cooperação e Políticas de Compensação tem como diretrizes gerais a implementação dos projetos assim definidos:

1) Projeto de Cooperação Intermunicipal

O Projeto de Cooperação compreende-se no encaminhamento da cooperação como força convergente para implantação e gestão de políticas públicas na RMBH, através do debate amplo e irrestrito, em busca da concordância e comprometimento dos cidadãos e cidadãs, agentes públicos metropolitanos e estaduais, e empresas.

Na elaboração do projeto de promoção da cooperação é fundamental o atendimento ao seguinte roteiro básico:

- Mobilização de todos os municípios metropolitanos para o desenvolvimento da região;
- Realização de Seminário com os seguintes objetivos:
 - Eleição de aspectos com aparentes antinomias entre interesses dos municípios da RMBH, e de conhecimento e experiências susceptíveis de possíveis transferências;
 - Discussão e apontamentos de estratégias para soluções de tais antinomias e de procedimentos visando à transferência de conhecimento e experiências;
 - Compilação destes apontamentos em documento a ser firmado, como conhecimento e comprometimento, pelo maior número possível de Moradores Metropolitanos, que poderá receber o seguinte título (sugestão): Pacto de Cooperação entre as Cidades Metropolitanas para a Promoção do Desenvolvimento na RMBH;
- Realização de Reuniões Locais
 - Exposição sobre o documento

- Promoção das assinaturas do documento pelos Moradores Metropolitanos;
- *Publicização*³ do Documento.

2) Projeto de Diretrizes para Política Metropolitana de Compensação

Este projeto tem como objetivo subsidiar os segmentos políticos e sociais dos municípios metropolitanos na definição das políticas de compensações por interferências inevitáveis no meio ambiente. Procura-se, com o projeto, firmar o consenso para a atuação dos agentes políticos em dois sentidos. Primeiramente, de que a intervenção no meio ambiente de um município é de interesse de todos os demais membros da RMBH. Portanto, toda e qualquer atitude, neste sentido, deve ser apreciada quanto ao grau de impacto no meio ambiente e na sua essencialidade para o desenvolvimento tanto para município e Região. Nesta oportunidade, que será posterior à ampla campanha de informação aos Moradores Metropolitanos, toda a comunidade terá voz para opinar e obter maiores informações sobre a ação pretendida. Em segundo lugar, o projeto deverá conter orientação da destinação de recursos, pecuniários ou não, advindos da compensação por interferência no meio ambiente, após ser julgada como imprescindível ao desenvolvimento regional, a serem, obrigatoriamente, destinados a ações de proteção ou recuperação ambientais.

Articulação direta com outras políticas do PDDI

O Programa de Cooperação e Políticas de Compensação, através dos Projetos de Cooperação e do Projeto de Diretrizes da Política Metropolitana de Compensação por intervenção no meio ambiente da região, tem articulação direta com todas as demais políticas propostas no PDDI. Contudo, esta articulação se manifesta com maior intensidade em relação à *Institucionalidade* do Plano, na medida em que busca assegurar participação cooperativa entre municípios metropolitanos, como encaminhamento de soluções postas nos quatro eixos de políticas (Acessibilidade, Sustentabilidade, Seguridade e Urbanidade).

³ Toma-se o termo publicização como sendo a acessibilidade e conhecimento da informação pelos atores sociais, políticos e privados (Ver especialmente: CHÂTELET, François. Uma História da Razão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 158 p.; ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento – Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985; e HABERMAS, Jürgen. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, 236 p.).

A implementação dos projetos que compõem o Programa de Cooperação e Políticas de Compensação envolverá as seguintes instituições:

- Governo do Estado de Minas Gerais:
 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano – SEDRU
 - Agência Metropolitana
- Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais
- Prefeituras Municipais:
 - Secretarias Municipais de Governo
 - Secretarias Municipais do Planejamento
- Câmaras Municipais;
- Sociedade Civil
- Empresas

5.3.2.2 Programa Capacitação em Negociação de Projetos e Consórcios Intermunicipais

Apresentação do programa

As políticas públicas propostas no PDDI são o resultado de reflexões e proposições técnicas em busca do desenvolvimento dos municípios *da RMBH* - entendidos na extensão dos cidadãos e cidadãs, agentes públicos metropolitanos e estaduais, e empresas. A construção destas políticas se fez na relevância dos discernimentos daquelas pessoas e entidades que se dispuseram a participar das Oficinas Públicas, Seminários Estruturadores e no encaminhamento de opiniões e sugestões ao Núcleo de Coordenação do Plano, processo pelo qual se procurou construir o *sentido de solidariedade e de identidade metropolitanas*.

No momento em que se armam estratégias de arranjos financeiros que viabilizem tais políticas, nada mais oportuno que se ajustem os municípios metropolitanos no sentido de efetiva participação na implementação das políticas apreciadas no PDDI. Em boa mediada, o

propósito é quebrar o sentido de dependência dos municípios em relação a consultorias de instâncias externas, públicas ou privadas, seja na elaboração propriamente dita dos projetos de captação de recursos, seja na proposição de dotar-lhes de condições de opinar efetivamente sobre o conteúdo dos mesmos quando inevitavelmente tenham que ser produzidos externamente. Evitam-se, assim, distorções dos objetivos perseguidos nos projetos, dos prazos de implantação, e, não raras vezes, dos valores dos investimentos, além de suprimir custos extras para as prefeituras.

É neste sentido que se propõe a implementação do Programa Capacitação em Negociação de Projetos e Consórcios Intermunicipais, composto de dois projetos:

- Projeto de Capacitação das Prefeituras para a Negociação de Projetos
- Projeto de Formação de Consórcios Intermunicipais

Conforme desenvolvido no PDDI/RMBH – Produto 4, as reservas financeiras próprias Fundo de Desenvolvimento Metropolitano – FDM apresentam-se limitativas em relação às necessidades dos projetos propostos pelo Plano, assim, torna-se necessário a captação de recursos de fontes diversas quando as Prefeituras deverão estar capacitadas para tal. Entretanto, o financiamento de projetos poderá ser examinado como uma alternativa de médio prazo, à luz de negociações ordenadas em conjunto com o estado e a União, desde que os projetos para as propostas do financiamento estejam elaborados e contextualizados no PDDI/RMBH. Bem como deverão estar enquadrados nas proposições dos Planos Diretores de cada município, elaborados segundo a Resolução nº 34/2005, Decreto n 5031/2004, homologado pelo Conselho das Cidades, que prevê, no seu art. 1º, o conteúdo mínimo de um Plano Diretor ou Plano de Desenvolvimento Integrado Urbano – PDI, com o qual os municípios poderão obter recursos federais.

Cabe salientar, assim como sugerido no PDDI/RMBH – Produto 4, que o FDM poderá se constituir em suporte financeiro para a elaboração de projetos de ações entre os municípios metropolitanos e de futuras negociações para a mobilização de recursos, alternativa de estratégica importância para o sucesso do PDDI.

Justificativa e Contextualização

A gestão municipal se manifesta pelas similaridades nos cumprimentos a instruções, normas e leis que se fazem obrigatórios, o que, de certa forma, relativiza o tamanho dos

municípios, que, não raro, se diferenciam tão somente no volume de informações que produzem. Fato que também se verifica em relação às políticas públicas de atendimento às necessidades da sociedade e empresas.

As atividades de uma prefeitura de uma pequena cidade seguem, portanto, praticamente as mesmas rotinas daquelas de médio ou grande porte. Entretanto, as questões surgidas em decorrência ao aspecto financeiro e ao volume de informações a serem tratadas levaram a soluções nas quais os fins são idênticos nos diversos municípios, porém a infraestrutura dos meios apresenta-se diferenciada. Neste sentido, considerando que Belo Horizonte conta com vasta experiência e infraestrutura capazes de atenderem suas demandas internas e que, formalmente os processos técnicos e gerenciais são passíveis de transferência para os demais municípios, surge a oportunidade de promovê-la através de instrumentos que poderão trazer benefícios para todos da RMBH. Para Belo Horizonte, tais benefícios virão com a diminuição do afluxo de pessoas dos demais municípios da RMBH à procura de serviços sociais e pessoais, bem como na redução e financiamento de parte dos seus custos fixos e operacionais no desenvolvimento e suporte de sistemas e processos, uma vez que os produzirá para uma clientela que se estenderia por outros 33 municípios. Em relação aos demais municípios, o interesse está também na redução dos seus custos operacionais e na confiabilidade dos serviços prestados. Os programas e projetos aqui definidos buscam a viabilidades de aproveitamento destas oportunidades.

Objetivo geral

O objetivo geral da Política Metropolitana Integrada de Capacidade de Investimento e Arranjos Financeiros Metropolitanos é dotar os municípios da RMBH de condições de promoverem a racionalização e diminuição dos custos operacionais e de negociarem recursos para o financiamento de políticas públicas estabelecidas no PDDI/RMBH, ou próprias, buscando maior desempenho no atendimento às necessidades da sociedade.

Objetivos específicos

Como objetivos específicos, esta Política Metropolitana trata de fomentar o ambiente de melhoria dos processos internos das prefeituras metropolitanas na área de planejamento, com reflexos positivos em todo o arcabouço institucional e no intercambio de experiências entre os entes públicos municipais. Estes objetivos proporcionarão o crescimento das receitas

próprias, na medida em que contarão com base de informações permanentemente atualizadas, a valorização dos servidores públicos municipais ao desempenharem funções menos rotineiras, e a promoção de *accountability*, possibilitando efetiva participação dos cidadãos e cidadãs metropolitanos no encaminhamento das políticas públicas.

Diretrizes gerais

A implementação do Programa Capacitação em Negociação de Projetos e Consórcios Intermunicipais será realizado através dos seguintes projetos:

1) Projeto de capacitação das prefeituras para a negociação de projetos

Este projeto trata de dotar as prefeituras metropolitanas de estrutura própria no sentido de mobilizarem recursos financeiros de fontes alternativas para a implantação de políticas públicas, e de infraestrutura de captura e armazenamento de informações necessárias ao conhecimento atualizado do município.

Para a implantação deste projeto o roteiro básico deverá ter os seguintes passos:

- Alocar recursos operacionais para a função *Negociação de Projetos e Recursos*;
- Institucionalizar, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, a função de elaboração, estudos e negociação de projetos;
- Treinar funcionários da Prefeitura para a elaboração e negociação de projetos de financiamento de políticas públicas;
- Dotar as Prefeituras de infraestrutura capazes de capturar e armazenar informações necessárias ao conhecimento do município;
- Desenvolver e operacionalizar o Cadastro Técnico Multifinalitário;
- Disponibilizar informações sobre o município à sociedade, através do Cadastro Técnico Multifinalitário;
- Integrar o Cadastro Técnico Multifinalitário dos municípios da RMBH.

Com relação ao Cadastro Técnico Multifinalitário, cabe observar que o CEDEPLAR/UFMG teve aprovado pelo Governo Federal o projeto, a fundo perdido, com o objetivo de capacitar técnicos e gestores das Prefeituras Municipais e de instituições sociais envolvidos com a política urbana e ambiental nos 34 municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) na organização de sistemas de informações

municipais; na organização de Cadastro Territorial Multifinalitário; e no aperfeiçoamento e revisão de planos diretores municipais e legislação urbanística e ambiental, levando-se em consideração os desafios, as *potencialidades* e os interesses metropolitanos. A implantação desse projeto se dará no decorrer de 2011, na própria Universidade.

2) Projeto de Formação de Consórcios Intermunicipais

O projeto *Formação de Consórcios Intermunicipais* tem como objetivo a racionalização e diminuição dos custos operacionais e a melhoria ao atendimento à sociedade, através da troca de experiências e a operacionalização de atividades de interesse metropolitano com a formação e celebração de consórcios intermunicipais.

A formação e celebração de consórcios na RMBH poderão ter os seguintes passos como encaminhamento da implementação:

- Indicação de consórcios prioritários considerando:
 - Levantamento de massa crítica nas prefeituras quanto às diversas atividades;
 - Elaboração estudos de viabilidade institucional, econômica e operacional de consórcios intermunicipais onde há massa crítica suficiente para tal;
 - Definição estratégias e cronograma de implantação dos consórcios segundo prioridades;
- Acordo com os Legislativos Municipais sobre os prazos de definição formal da autorização ou não ao executivo para a participação dos consórcios;
- Disponibilizar os estudos de viabilidade para o acesso e conhecimento dos municípios metropolitanos - cidadãos e cidadãs, agentes públicos metropolitanos e estaduais, e empresas;
- Elaboração da *Carta de Intenção* e respectiva assinatura pelos executivos municipais;
- Elaboração do *Projeto Executivo* (definição de obrigações e direito das partes, gestão, rotinas, processos de monitoria e avaliação do consórcio);
- Implantação o Consórcio

O atendimento a este roteiro básico é fundamental para o sucesso de um consórcio, tendo-se em vista que muitas vezes iniciativas de consórcios são firmadas sem a previsão

clara quanto a objetivos, atribuições, fontes de recursos, deveres e benefícios, prazos e gestão, ocorrendo, neste caso, não raro fracassos e frustração.

Articulação direta com outras políticas do PDDI

O **Projeto de Capacitação das Prefeituras para a Negociação de Projetos**, para cumprir seus objetivos, deverá ter a participação dos seguintes entes:

- Governo do Estado de Minas Gerais:
 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano – SEDRU
 - Agência Metropolitana
- Prefeituras Municipais:
 - Secretarias Municipais de Administração
 - Secretarias Municipais do Planejamento
 - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
 - Secretaria Municipal do Planejamento

O Projeto de Formação de Consórcios Intermunicipais envolverá praticamente todos os segmentos públicos e privados da RMBH, porém, a elaboração do projeto terá o seguinte envolvimento:

- Prefeituras Municipais:
 - Secretarias Municipais de Governo
 - Secretarias Municipais do Planejamento
- Câmaras Municipais;
- Sociedade Civil
 - Empresas

5.3.3. POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA FISCAL DOS MUNICÍPIOS

Justificativa e contextualização

Diferentemente do governo federal e, em menor escala, dos estados, é estreito o raio de manobra dos municípios para aumentar suas receitas e reduzir sua dependência de transferências intergovernamentais para o financiamento de suas atividades. Contando em seu campo de competência com o IPTU, o ISS, o ITBI *intervivos* e as taxas cobradas sobre os negócios de sua economia, seu horizonte é limitado, neste aspecto, não somente pela existência de limites legais ao estabelecimento de suas alíquotas, como ocorre com o ISS, mas também pelo desgaste político que sua cobrança pode provocar para a administração, caso mais evidente do IPTU, ou ainda pelas dificuldades técnicas para definir sua incidência, uma característica das taxas e da contribuição de melhoria.

Ainda que a cobrança destes tributos esteja também limitada pelo nível de sua atividade econômica e também pelos baixos níveis de renda de sua população, o fato, entretanto, é que, de uma maneira geral – e o diagnóstico realizado para a RMBH confirmou isso -, os municípios brasileiros, especialmente os de pequeno porte e os menos desenvolvidos, carecem de uma estrutura de administração tributária eficiente, capaz não somente de propiciar-lhes maiores receitas próprias derivadas de sua atividade econômica, mas também de identificar potencialidades não exploradas de arrecadação, sem prejuízos para o projeto político dos governantes.

Mudar essa realidade é essencial para capacitar os municípios a contarem com maior volume de receitas próprias para o financiamento de suas atividades e terem condições de definir suas próprias prioridades, independentemente das transferências intergovernamentais que recebem, as quais são, em boa parte, vinculadas ao financiamento de uma determinada área, não se tratando, portanto, de recursos “livres”. Em regiões metropolitanas, em que a cooperação se torna ainda mais vital para o enfrentamento de problemas comuns, bem como o aporte de recursos para o seu financiamento, essa mudança é importante, exigindo que, dentro do orçamento municipal, haja algum espaço para se reservar e destinar verbas para essa finalidade, o que só é possível com a ampliação de seus recursos que podem ser considerados efetivamente “livres”. Só nessas condições, os municípios serão capazes de romper o cerco

imposto pelo elevado grau de engessamento de seus orçamentos e canalizar recursos para fortalecer financeiramente o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM), um órgão responsável pela coordenação e financiamento de projetos de interesse comum aos municípios que integram essas regiões.

Ações coordenadas para tanto, nas RMs, por seus de órgãos de representação são necessárias, não somente para despertar a consciência das administrações para essa realidade, mas também para prestar-lhe o apoio necessário, do ponto de vista técnico, administrativo e até mesmo financeiro, para a implementação dessas políticas, sem o que dificilmente este quadro sofrerá alterações. Neste processo, a difusão de experiências mais bem sucedidas no campo da administração tributária por seus participantes, o que pressupõe ações cooperativas em fóruns especificamente criados para essa finalidade, reponta como o caminho a ser trilhado para o sucesso dessa empreitada.

No caso específico da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) constatou-se, no diagnóstico realizado sobre a sua situação, que os municípios que a compõem apresentam baixos níveis de produtividade tributária no tocante à cobrança de tributos de seu campo próprio de competência. Nela, apenas dois municípios – Belo Horizonte e Nova Lima – dedicam-se à cobrança, com melhores resultados, destes tributos, enquanto outros três – Caeté, Contagem e Lagoa Santa – figuram no grupo dos que alcançam média produtividade. Os demais – 29 municípios – caracterizam-se por apresentarem produtividade menor que a média registrada para o estado de Minas Gerais, sendo essa cobrança, em alguns casos, praticamente inexistente.

Isso se deve, de um lado, ao fato de alguns municípios contarem com receitas de transferências mais robustas derivadas de suas atividades produtivas, como ocorre com Betim, Contagem e Juatuba, por exemplo, o que lhes permite cobrarem com pouco empenho e eficiência tributos de seu campo de competência. De outro, à comodidade que propicia o financiamento de suas atividades, por meio do sistema de transferências existente no Brasil, sem os riscos de incorrem em desgaste político junto à população com a sua cobrança. Além disso, e também como resultado dessa postura, tudo indica, nestes casos, uma administração tributária ineficiente, carente de recursos humanos, financeiros e administrativos, que poderiam aumentar consideravelmente sua capacidade de arrecadação e, portanto, de financiamento. Em qualquer caso, encontrar meios para o seu fortalecimento financeiro e para o aumento de sua capacidade de autofinanciamento torna-se essencial para viabilizar, também

financeiramente, um instrumento essencial para viabilizar a realização de projetos de interesse comum, caso do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM).

A política proposta neste campo tem como preocupação, portanto, a partir da realidade dos municípios da RMBH, incentivar o crescimento de suas receitas próprias, variável sobre a qual estes dispõem de relativa autonomia, com o objetivo de revitalizar suas fontes de financiamento e aumentar sua capacidade de contribuir para o fortalecimento do FDM. Como este objetivo, apresentam-se, em seguida, três programas que podem ser implementados na RMBH no campo da administração tributária para fortalecer financeiramente seus municípios e aumentar sua capacidade de financiamento e de sua contribuição para a materialização de projetos de interesse comum, que são: 1) o de modernização de suas estruturas de administração tributária; 2) o de melhor exploração de suas bases tributárias potenciais; e 3) o de fortalecer financeiramente o FDM.

Objetivo Geral

Modernização das estruturas de administração, fiscalização e arrecadação dos municípios da Região metropolitana de Belo Horizonte, de ampliação de suas receitas próprias e de fortalecimento do FDM.

Objetivo Específico

Aumentar a capacidade dos municípios na geração de receita própria e de autofinanciamento e na oferta de bens públicos e de contribuição para o financiamento de projetos de interesse comum.

Articulação direta com outras áreas do PDDI

Política Metropolitana Integrada de Modernização e Atualização da Estrutura Fiscal dos Municípios da RMBH tem articulação direta com todas as demais políticas propostas no PDDI, à medida que lida, precipuamente, com a questão do financiamento, crucial para viabilizar a sua implementação.

5.3.3.1 Programa de Modernização da Administração Tributária

Justificativa e Contextualização

De acordo com os dados do IBGE de 2006¹, 83,5% dos municípios brasileiros contavam com cadastro imobiliário, 72,2% com a planta genérica de valores dos imóveis e 89% cobravam IPTU, enquanto 83,7% possuíam cadastro do ISS. Esses números se tornam menos favoráveis, mas ainda assim apreciáveis, quando se considera o grau de informatização destes cadastros: no caso do IPTU, 83% dos municípios contavam com sistema informatizado e 56% com o da planta genérica de valores, enquanto no do ISS esse percentual era de 68%.

No estado de Minas Gerais, essa *performance* era ainda mais expressiva: 97,3% possuíam o cadastro do IPTU e 73,5% o da planta genérica de valores, enquanto 98% cobravam este tributo. A informatização destes cadastros alcançava 88,6% para o IPTU e 58% para a planta genérica de valores. Em se tratando do ISS, 87% possuíam cadastro deste tributo e 69,5% contavam com sistema informatizado.

Infelizmente, o IBGE não fornece outros elementos – e menos ainda em nível municipal ou no interior do estado – para melhor avaliação das condições da administração tributária, tais como: grau de cobertura dos cadastros e da planta genérica de valores dos imóveis; periodicidade de sua atualização; número de funcionários envolvidos/alocados na administração fiscal; política tributária do município, em termos do nível das alíquotas de seus impostos, isenções e reduções do imposto etc. São questões essenciais para melhor avaliação do desempenho da administração tributária.

Embora necessários, a existência de cadastros não é sinônimo de eficiência na cobrança de impostos. Se o seu grau de cobertura é baixo, muitos contribuintes podem não estar sendo alcançados pela tributação, independentemente de seus níveis de renda, reduzindo a arrecadação potencial do município. O mesmo ocorre se os valores da planta genérica dos imóveis não são periodicamente atualizados ou se são subcorrigidos por algum índice definido pela administração. Se também não se conta com fiscais suficientes, ou com sistemas informatizados, para controlar as transações realizadas no município e coibir a prática da sonegação, os cadastros perdem eficácia.

1 IBGE. Perfil do Municípios Brasileiros 2006.

Como aponta Araújo (2007), se o cadastro é essencial para viabilizar a arrecadação potencial do município, tanto o grau de sua cobertura como a sua qualidade (em termos de capacidade de geração de informações e de relatórios gerenciais para a definição do programa de fiscalização e controle das transações realizadas pelos contribuintes) são condições necessárias para tornar eficiente a administração. Num contexto em que o fisco avança no processo de modernização, com a instituição do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e do Cadastro Sincronizado Nacional (CSN) e da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), criar condições mínimas para os municípios também avançarem nessa direção é indispensável para seu fortalecimento e ampliação de sua autonomia financeira.

Infelizmente, não se dispõe de um diagnóstico mais amplo sobre a situação da administração tributária de cada um dos municípios da RMBH, exigindo que, previamente à implementação deste programa sejam realizado um diagnóstico sobre sua situação, visando otimizar seus resultados e reduzir desperdícios. De qualquer forma, considerando os baixos níveis de produtividade tributária da maioria dos municípios da RMBH, como foi constatado no diagnóstico realizado, não há dúvidas de que os projetos listados, em seguida, são essenciais para torná-los mais eficientes na cobrança dos tributos de seu campo de competência.

1) Projeto de estudo da situação da administração tributária dos municípios da RMBH e realização de diagnóstico.

Objetivo geral

Identificar obstáculos/embarços à eficiência da administração tributária do município.

Objetivo específico

Identificar mudanças e propor reformas necessárias para otimizar sua arrecadação potencial.

Temporalidade

Prioritário.

Justificativa

Estudo essencial para identificar os fatores que inibem/prejudicam a arrecadação potencial dos municípios, tais como: inexistência/insuficiência dos cadastros dos tributos; qualidade, grau de cobertura e periodicidade de atualização dos cadastros, incluindo o da Planta Genérica de Valores dos imóveis dos municípios; índices utilizados para sua correção; instrumentos de controle e procedimentos para a definição dos trabalhos de fiscalização; número e qualificação dos funcionários alocados na administração/fiscalização dos impostos.

Institucionalidade

Atores envolvidos:

Dada sua abrangência, um estudo dessa natureza, deve ser realizada por uma equipe técnica formada no âmbito dos órgãos da RMBH, com representantes escolhidos/indicados pelos municípios e contar com a coordenação de um órgão supramunicipal/estadual.

Financiamento:

O programa deve contar com a participação dos municípios da RMBH no seu financiamento, bem como com recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM) e com contribuições do governo estadual para essa finalidade, como forma de estimular o envolvimento dos municípios neste programa.

2) Projeto de implantação/modernização e/ou atualização dos cadastros do IPTU, do ISS, da Planta Genérica de Valores e das taxas municipais.

Objetivo geral

Melhorar a capacidade de arrecadação potencial dos tributos dos municípios.

Objetivo específico

Aumentar a capacidade de financiamento dos municípios das políticas públicas sob sua responsabilidade.

Temporalidade

Prioritário.

Justificativa

Como analisado no diagnóstico, a baixa capacidade de arrecadação de muitos municípios deve-se, entre outras causas, à ineficiente administração de seus impostos, que é explicada não somente por questões políticas, mas também à inexistência de uma estrutura de fiscalização adequada, de cadastros dos impostos, de procedimentos corretos para a geração de relatórios gerenciais para sua orientação e mesmo da incapacidade técnica dos quadros da administração tributária. Com base no diagnóstico realizado e nas carências identificadas nas administrações tributárias dos municípios, programas de implantação (onde não existir), de modernização e atualização dos Cadastros dos Tributos Municipais e também da Planta Genérica de Valores Imobiliários, visando melhorar sua qualidade, grau de cobertura e proteger a receita do processo inflacionário, são essenciais para melhorar o nível da arrecadação potencial dos municípios e sua capacidade de financiamento.

Institucionalidade

Atores envolvidos:

Deverão ser envolvidos neste programa, os municípios da RMBH, que são os principais interessados nos seus resultados, as secretarias/órgãos de finanças, órgãos da Região RMBH e do governo estadual, como coordenadores de sua implantação.

Financiamento:

Governos municipais, Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM) e governo estadual. Programas como o de Modernização da Administração Tributária Municipal (PMAT), financiado pelo BNDES ou do Programa Nacional de Modernização Tributária dos Municípios (PNAFM), pela Caixa Econômica Federal (CEF), disponibilizam, entre os itens financiáveis, recursos para essa finalidade.

3) Projeto de capacitação técnica do quadro de funcionários da administração tributária.

Objetivo geral

Melhorar a capacidade técnica dos quadros de funcionários da administração tributárias dos municípios da RMBH na condução dos processos de fiscalização, na organização dos cadastros dos tributos e no conhecimento da legislação tributária.

Objetivo específico

Aumentar a capacidade arrecadação das receitas próprias do município.

Temporalidade do programa

Prioritário.

Justificativa

A atividade do fisco não pode ser entregue a funcionários indicados por critérios meramente políticos pelos governos, pois deles se exige conhecimento técnico, da legislação e capacidade de discernimento das atividades tributadas, além de manejo adequado dos sistemas informatizados e das novas tecnologias de informação. Por isso, programas de treinamento e capacitação dos funcionários do fisco para melhorar seu desempenho nessa atividade, especialmente nos municípios menos desenvolvidos e com estruturas obsoletas, são fundamentais para o aumento da eficiência na arrecadação.

Institucionalidade

Atores envolvidos:

Municípios da RMH, secretarias/órgãos de finanças, órgãos representativos da região metropolitana e governo estadual.

Financiamento:

Governos municipais, Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM) e governo estadual. Programas como o de Modernização da Administração Tributária Municipal (PMAT), financiado pelo BNDES ou do Programa Nacional de Modernização Tributária dos Municípios (PNAFM), pela Caixa Econômica Federal (CEF), disponibilizam, entre os itens financiáveis, recursos para essa finalidade.

4) Projeto de criação de fórum metropolitano para troca de experiências em matérias e métodos inovadores de cobrança de impostos e de integração dos cadastros municipais da RMBH.

Objetivo geral

Melhorar o sistema de controle e acompanhamento dos contribuintes; aprimorar os mecanismos de monitoramento e fiscalização dos serviços prestados; socializar as medidas de modernização do sistema; e harmonizar as estruturas tributárias dos municípios da RMBH.

Objetivo específico

Aumentar a eficiência do sistema de administração tributária e a arrecadação do município.

Temporalidade do programa

Curto prazo.

Justificativa

Numa região espacialmente integrada, em que o local da moradia não coincide necessariamente com o local do trabalho, e em que a prestação e a contratação de serviços ocorrem entre centros diferentes, num fluxo cruzado, a disponibilização dos cadastros dos contribuintes do ISS para consulta dos municípios sobre as transações por ele realizadas e a troca de informações entre os fiscos para evitar/coibir a sonegação é fundamental. Da mesma forma que os cadastros, a troca de informações entre os fiscos, neste fórum, sobre inovações adotadas por um ou outro município na cobrança de impostos, que efetivamente resultem em aumento de sua produtividade, harmonizando suas estruturas de administração/fiscalização contribui para o aumento da eficiência na arrecadação e ampliação da capacidade de financiamento regional de projetos de interesse comum.

Institucionalidade

Atores envolvidos:

Municípios da RMH, secretarias/órgãos de finanças, órgãos representativos da região metropolitana e governo estadual, os dois últimos como agentes coordenadores.

Financiamento:

Governos municipais, Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM).

5.3.3.2 Programa de Revisão do Código Tributário e Identificação de Fontes Tributárias Alternativas e Potenciais

Justificativa e contextualização

Níveis reduzidos de tributação, abaixo da receita potencial dos municípios, não se devem somente à ineficiência da administração tributária, embora essa tenha importante responsabilidade nos seus resultados. Legislações inadequadas sobre a incidência dos tributos, com a existência de brechas que facilitam o seu não pagamento/recolhimento por parte do contribuinte, políticas locais de desoneração para determinados setores, tratamentos diferenciados e preferenciais, em termos de redução da base de cálculo, isenções, alíquotas para estimular atividades tidas como prioritárias pela administração ou para viabilizar certas políticas sociais, também contribuem para a redução da arrecadação potencial.

Como foi analisado no diagnóstico realizado sobre os municípios da RMBH, são poucos os que apresentam elevada produtividade de seus tributos, casos mais notórios de Belo Horizonte e Nova Lima. Embora não se disponha de informações mais completas sobre a política tributária de cada um dos municípios da região, sabe-se que alguns não cobram ou não exploram adequadamente impostos relevantes de sua competência, casos do IPTU, do ISS e mesmo das taxas, seja por contarem com transferências intergovernamentais robustas, vinculadas à sua atividade econômica (caso de Contagem e Betim, por exemplo), ou por adotarem políticas de benefício tributário, com redução de alíquotas, para atraírem empresas para dentro de suas fronteiras. Da mesma forma, municípios menos desenvolvidos tendem, até mesmo pela comodidade que oferece o sistema de transferências recebidas de outros níveis de governo, a abrir mão da arrecadação de seus impostos, não apenas pelos níveis mais reduzidos da renda de sua população, mas também para evitar comprometer o projeto político de seus governantes.

Disso resulta que bases potenciais de receitas deixam de ser exploradas ou, quando isso ocorre, terminam sendo subexploradas, comprometendo sua capacidade de financiamento na provisão de serviços essenciais para a população e mantendo sua dependência de receitas transferidas, o que nem sempre decorre de compromissos assumidos com a questão da justiça fiscal. Num mundo econômico, em constante evolução, em que as bases da tributação se modificam velozmente em face das transformações que vem conhecendo, a administração tributária necessita também estar atenta ao surgimento dessas novas fontes de extração de recursos tributários para evitar perdas potenciais de receitas, pois é delas que os governos se valem para o financiamento de suas atividades, e para mudar a equação de elevada dependência no recebimento de recursos de outras esferas.

Os três projetos que são apresentados, em seguida, visam contribuir para isso se torne possível. De um lado, procura-se, com o primeiro, obter uma fotografia das condições do sistema tributário, bem como das políticas locais vigentes em cada município, visando identificar problemas, canais e vazamentos no conjunto de suas receitas. De outro, identificar mudanças que podem contribuir para melhorar a arrecadação dos tributos, que integram seu campo atual de competências, e também novas alternativas de tributação, ainda não devidamente exploradas, contempladas na legislação brasileira.

1) Projeto de estudo do sistema de tributos dos municípios da RMBH

Objetivo geral

Avaliar, por meio da realização de um diagnóstico do Código Tributário Municipal, a política tributária vigente, em termos de alíquotas, isenções de impostos, tratamento preferencial e favorecido para determinadas atividades e políticas.

Objetivo específico

Identificar elementos que prejudicam a arrecadação e propor mudanças para melhorar seu desempenho.

Temporalidade

Prioritário.

Justificativa

Os sistemas tributários, principais fontes de arrecadação das administrações públicas, quando manejados com objetivos de políticas econômicas e sociais e influenciados, na sua formatação, por grupos de interesses políticos, tendem a sofrer importantes vazamentos de receitas, nem sempre compensados com eventuais ganhos que tais políticas possam gerar. Mesmo muitas dessas políticas, justificáveis em determinadas conjunturas, perdem importância em outros contextos, deixando de existir a finalidade de sua manutenção, o que, no entanto, raramente é percebido por seus gestores, dada a inexistência de instrumentos e mecanismos de avaliação dos sistemas de incentivos fiscais. Com isso, perpetuam-se incentivos, em sua estrutura, que nada mais passam, na prática, de verdadeiras benesses concedidas para seus beneficiários.

A análise do Código Tributário dos municípios, de sua política tributária, dos critérios de fixação das alíquotas de seus impostos, das isenções concedidas para determinadas setores e atividades econômicas, é indispensável, nessa perspectiva, para identificar os vazamentos de receita que acarreta e propor alterações que contribuem para o aumento da arrecadação e da capacidade de financiamento de cada município de participar proativamente de projetos de interesse comum à região.

Institucionalidade

Atores envolvidos:

Governo estadual, órgãos metropolitanas, como agentes coordenadores do projeto, e municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Financiamento:

Municípios da RMBH e Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da região (FDM).

2) Projeto de incremento da receita própria

Objetivo geral

Aumentar a capacidade de geração de receita própria dos municípios; ajustar o sistema como instrumento de justiça fiscal; e harmonizar sua estrutura no contexto metropolitano.

Objetivo específico

Aumentar a capacidade de autofinanciamento dos municípios da RMBH.

Temporalidade

Curto prazo

Justificativa

Além de garantir recursos para o financiamento das atividades desenvolvidas pelas administrações públicas, o sistema tributário deve, como recomenda o princípio da equidade, preocupar-se em promover uma distribuição mais justa de seu ônus entre os membros da comunidade/sociedade. Em realidades integradas espacialmente, caso das RM's, sua estrutura deve também ser harmonizada para evitar que se transforme em canal de conflitos e disputas regionais, por meio de guerras fiscais travadas entre os seus membros, por exemplo, e/ou em mecanismo de perdas de receitas e em fontes de instabilidade tributária.

Com essa perspectiva, as propostas formuladas para sua correção devem procurar: 1) identificar tributos subexplorados, como no caso do IPTU, ISS e das taxas municipais e propor medidas voltadas para o aumento de sua produtividade; 2) identificar setores/áreas que se beneficiam de incentivos que podem ser considerados redundantes ou desnecessários (ou seja, que não mais geram os resultados para os quais foram originalmente criados) e áreas/setores carentes de benefícios; e 3) indicar ajustamentos necessários nessas estruturas, visando integrar espacialmente o sistema, por meio de sua harmonização.

Institucionalidade

Atores envolvidos:

Governo estadual, órgãos metropolitanas, como agentes coordenadores do projeto, e municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Financiamento:

Municípios da RMBH e Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da região (FMD). Programas como o de Modernização da Administração Tributária Municipal (PMAT), financiado pelo BNDES ou do Programa Nacional de Modernização Tributária dos Municípios (PNAFM), pela Caixa Econômica Federal (CEF), disponibilizam, entre os itens financiáveis, recursos para essa finalidade.

3) Projeto de identificação e cobrança de fontes alternativas e adicionais de tributação: o Estatuto da Cidade

Objetivo geral

Revisão do Plano Diretor dos municípios da RMBH, visando adequá-lo às diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade.

Objetivo específico

Ampliar as fontes de financiamento tributário dos municípios, por meio da maior exploração de receitas potenciais previstas no Estatuto da Cidade (EC).

Temporalidade

Curto prazo.

Justificativa

Embora com o Estatuto da Cidade se tenha objetivado criar condições legais para a realização de reformas urbanas por parte dos municípios, com a participação democrática do cidadão na sua gestão, alguns instrumentos, no campo tributário, que nele foram contemplados para essa finalidade, podem, potencialmente, se transformar em fontes adicionais de receitas, aliviando as pressões sobre suas finanças.

Entre estes instrumentos, destacam-se a autorização para a cobrança do IPTU progressivo no tempo, a outorga onerosa do direito de construir, as operações urbanas consorciadas e a constituição de consórcios imobiliários. A condição para que isso possa ser feito é a de que as regras estabelecidas para sua cobrança estejam devidamente contempladas no Plano Diretor do município.

Sabe-se, contudo, que esses instrumentos ainda não estão sendo devidamente explorados pelos municípios, de modo geral, nem como instrumento de reforma urbana, nem como fonte adicional de receita.

Em geral, as prefeituras não possuem informações básicas sobre suas áreas urbanas, necessárias para o planejamento e a regulação territorial e para a estruturação de uma política tributária local eficiente, inclusive para viabilizar as diretrizes do Estatuto da Cidade, questões

que, por essas razões, raramente se encontram devidamente contempladas em seu Plano Diretor.

Para explorar as potencialidades contidas no Estatuto da Cidade, em termos de reforma urbana e arrecadação tributária, o programa contemplaria: 1) uma análise da situação do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo de cada município e como seus instrumentos se encontram ali tratados; 2) proposição de ajustes necessários para que as diretrizes do Estatuto possam ser cumpridas; 3) mapeamento e estruturação das fontes de informações básicas sobre as áreas urbanas dos municípios para aprimoramento das políticas previstas no Estatuto; e 4) destinação de pelo menos parte das receitas obtidas com a efetiva implementação dos instrumentos do Estatuto para o financiamento de projetos de interesse comum na região, por meio do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM).

Institucionalidade

Atores envolvidos:

Governo estadual e órgãos metropolitanos, como coordenadores do programa, pela sua abrangência regional, e municípios da RMBH.

Financiamento:

Municípios da RMBH e Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM).

5.3.3.3 Programa de Fortalecimento Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano

Justificativa e contextualização

A Constituição de 1988 abriu uma avenida para o fortalecimento das RM's ao promover a descentralização de sua gestão, mas não estabeleceu arranjos financeiros específicos para o financiamento nem de sua estrutura institucional, nem dos projetos de investimentos de interesse comum de seus municípios, deixando sua solução sob a responsabilidade dos agentes – estados e municípios – envolvidos em sua administração. Experiências na criação de novas instituições para resolver essa questão, como a do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, ainda que importantes, ainda não revelaram resultados

satisfatórios, seja pelas dificuldades financeiras que enfrentam os municípios, de modo geral, seja pelos conflitos que surgem no rateio da contribuição financeira deles exigida ou ainda na definição das prioridades de cada um no uso de recursos de um fundo comum.

Enquanto perdurar essa situação, os Fundos de Desenvolvimento Metropolitano continuarão, de uma maneira geral, tendo dificuldades para prosperar, limitados ao recebimento de contribuições de seus participantes, incompatíveis com os investimentos necessários em projetos comuns para a região. Para modificar essa situação, tanto os municípios poderão aumentar sua contribuição para o fortalecimento financeiro do FDM, destinando percentual das receitas que obtiverem com as mudanças propostas, como mudanças no sistema de transferências intergovernamentais, ainda que difíceis, poderiam contemplar as necessidades dessas regiões e destinar um percentual de suas receitas para o financiamento de projetos de sua responsabilidade.

O rápido crescimento que vêm conhecendo as áreas metropolitanas no país, as quais reuniam, em 2005, 463 municípios (8,3% do total) e 78,8 milhões da população brasileira (42,8% do total), mais do que justifica iniciativas neste sentido. Principalmente em suas periferias, são notórios os bolsões de pobreza, decorrente da fraca atividade econômica do município e dos mais elevados níveis de desemprego, situações que se irradiam negativamente por toda metrópole, com o aumento da criminalidade e da violência, tornando-se necessária a intervenção dos governos para minorar/atenuar este quadro, melhorando as condições de vida da população.

Entre os instrumentos que integram o sistema tributário brasileiro, com objetivos redistributivos, tanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como a parcela da quota-parte do ICM definida em lei estadual (25%) foram criados com essa finalidade. Por isso, destinar uma parcela de suas receitas para essa região não somente atenderia bem a seus propósitos como, ao mesmo tempo, garantiria uma fonte mais segura de recursos para o financiamento de projetos comuns nessas regiões, contribuindo também para o fortalecimento de suas instituições.

1) Projeto de destinação de percentual das receitas obtidas com a implementação das normas fiscais do Estatuto da Cidade para o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM)

Objetivo geral

Aumentar a capacidade financeira do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM).

Objetivo específico

Ampliar as fontes de receitas do FDM para o financiamento de projetos de interesse comum aos municípios da região.

Justificativa

Considerando que as receitas adicionais que poderão ser obtidas com a implementação das normas do Estatuto da Cidade nos municípios resultam do compromisso deste instituto com a realização de reformas urbanas voltadas para a melhoria das condições de vida da sua população, e ainda que, dada a interconectividade entre esses municípios, muitas dessas reformas ganham dimensão regional, justifica-se a destinação de parcela dessas receitas para o financiamento de projetos de interesse comum dessas áreas, proporcional aos benefícios que cada um receber do projeto implantado.

Institucionalidade

Atores envolvidos:

Municípios da RMBH, órgãos metropolitanos e FDM.

2) Projeto de estudo para justificar a transferência de parcela dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para as regiões metropolitanas, cujos recursos deverão alimentar o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento (FMD) para o financiamento de projetos comuns.

Objetivo geral

Aumentar a capacidade de financiamento do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

Objetivo específico

Fortalecer as fontes de recursos para o financiamento de projetos comuns nas regiões metropolitanas.

Justificativa

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos arranjos financeiros que têm sido criados para viabilizar a realização de projetos de interesse comum nas regiões metropolitanas reside exatamente nas dificuldades que têm enfrentado os municípios, de uma maneira geral, para aportar recursos nos fundos voltados para essa finalidade. Considerando que o FPM possui um caráter redistributivo e que, tendencialmente, os municípios têm progressivamente se integrado a essas aglomerações, justificam-se estudos e ações voltadas para garantir que as regiões metropolitanas, até os dias atuais desconsideradas nas propostas de reforma tributária que vêm sendo apresentadas no Brasil, sejam também contempladas no caso de se avançar na revisão do sistema de partilhas das receitas no Brasil.

Institucionalidade

Atores envolvidos:

Governo estadual, órgãos metropolitanos, municípios da RMBH na elaboração de estudos para justificar a inclusão das RMs como beneficiárias dos projetos de reforma tributária e participação da Assembléia Legislativa e da sociedade civil no seu encaminhamento.

Financiamento:

Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e municípios da RMBH.

3) Projeto de estudo para inclusão de critério que beneficia a RMBH na distribuição da quota-parte do ICMS da lei estadual, cujos recursos devem alimentar o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM) da região.

Objetivo geral

Aumentar a capacidade de financiamento do Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Região de Belo Horizonte.

Objetivo específico

Fortalecer as fontes de recursos para o financiamento de projetos comuns na região metropolitana de Belo Horizonte.

Justificativa

À semelhança do FPM, a quota-parte do ICMS distribuída de acordo com critérios estabelecidos na lei estadual possui também objetivos redistributivos. Dados os níveis de pobreza da população de boa parte dos municípios que integram a região metropolitana de Belo Horizonte, mais que se justifica, portanto, sua inclusão entre os critérios de rateio destes recursos para melhorar as suas condições de vida, bem de acordo com os princípios que norteiam a Lei Hobin Hood.

Institucionalidade

Atores envolvidos:

Governo estadual, órgãos metropolitanos, municípios da RMBH na elaboração de estudos para justificar a inclusão das RM's como beneficiárias dos projetos de reforma tributária e participação da Assembléia Legislativa e da sociedade civil no seu encaminhamento.

Financiamento:

Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e municípios da RMBH.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, É. A. *Os recursos tributários próprios no financiamento dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, mimeo, 2007;

IBGE. *Perfil dos Municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006;

GARSON, S. *Regiões metropolitanas: por que não cooperam?* Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte, MG: PUC, 2009;

KALDOR, N. *Ensayos sobre desarrollo económico*. México: Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos, 1963;

OLIVEIRA, F. A. de. *A evolução da estrutura tributária e do fisco brasileiro: 1889-2009. Texto para Discussão n. 1469*. Brasília: IPEA, janeiro 2010;

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Relatório de Acompanhamento do PNAFM*. Brasília: Unidade de Coordenação de Projetos (UCP), 2007.

6 EQUIPE

Contratação e Acompanhamento Técnico Institucional Governo de Minas – SEDRU

Sebastião Navarro Vieira Filho
Secretário de Estado

Alencar Santos Viana Filho
Secretário Adjunto

Maria Madalena Franco Garcia
Subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano

Maria de Fátima Abreu
Superintendente de Intermediação para Assuntos Metropolitanos

Harley Silva
Diretor de Projetos Metropolitanos

Léssio Nunes
Diretor de Apoio à Integração de Serviços Metropolitanos

Luiz Felype Almeida
Fernanda Veiga
Ana Carolina Correa
Luisa Sabino
Luciano Godim
Equipe técnica

Coordenação Técnica UFMG – Cedeplar / Face

Coordenação Geral

Roberto Luís de Melo Monte-Mór
Cedeplar - Face – UFMG

Coordenação Territorial

Heloísa Soares de Moura Costa
IGC - UFMG

Coordenação de Concertação Institucional

Geraldo Magela Costa
IGC – UFMG

Marco Crocco
Cedeplar - Face – UFMG

Rodrigo F. Simões
Cedeplar - Face - UFMG

Coordenação de Núcleos Temáticos Transversais

Econômico	Social	Ambiental
Gustavo Britto Edson Paulo Domingues Ricardo M. Ruiz Cedeplar - Face – UFMG	Jupira Gomes de Mendonça EA – UFMG	Alisson Flávio Barbieri Cedeplar - Face – UFMG

Assessoria da Coordenação

Clélio Campolina Diniz Cedeplar - Face – UFMG	João Antônio de Paula Cedeplar - Face – UFMG	Rodrigo Ferreira Simões Cedeplar - Face – UFMG Geraldo Magela Costa IGC – UFMG
--	---	---

Gerência Operacional

Sibelle Cornélio Diniz
Cedeplar - Face – UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffinegger
Cedeplar - Face – UFMG

Subcoordenação de Sistema de Informações e Comunicação - SINC

Eduardo Maia Memória
Consultor

Subcoordenação de Mobilização Social e Organização Local - MOBS

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio
Consultor

Coordenação de Áreas Temáticas Transversais e Estudos Complementares

*Uso do solo, dinâmica imobiliária e escalas de centralidades metropolitanas -
USDEC*

Rogério Palhares Zschaber de Araújo
EA - UFMG

Mobilidade urbana, comunicações, transportes e sistema viário - MCT

Nilson Tadeu Ramos Nunes
EE - UFMG

Vida cotidiana, habitação e qualidade de vida - HVQ

Silke Kapp
EA - UFMG

Cultura, educação, segurança alimentar, trabalho e renda - CEAT

Ana Maria Rabelo Gomes
FAE - UFMG

Saúde, meio ambiente, saneamento, recursos hídricos e resíduos sólidos - SMARHS

Nilo de Oliveira Nascimento
EE – UFMG

Complexos ambientais culturais - CAC

Fabiana Andrade Bernardes Almeida
IGC – UFMG

Capacidade institucional de planejamento e gestão dos municípios - CIPLAG

Rita de Cássia Lucena Velloso
PUCMinas

Risco socioambiental, vulnerabilidade social e segurança pública - RIVS

João Gabriel Teixeira
Consultor
Maria Inês Pedrosa Nahas
PUCMinas
Murilo Cássio Xavier Fahel
FJP

Aspectos demográficos e ambientais da demanda social - ADAMS

Bernardo Lanza Queiroz
Cedeplar – Face - UFMG

Estrutura produtiva, conhecimento, tecnologia e alternativas energéticas - ETC

Fabiana Borges Teixeira dos Santos
Consultora

Capacidade de Investimento, Base Tributária e Arranjos Financeiros Metropolitanos

Fabricio Augusto de Oliveira
Consultor
Jose Tanajura Carvalho
Consultor

Rede Urbana de Serviços de Saúde na RMBH e no Colar Metropolitano

Alessandra Coelho de Oliveira
Consultora
Cristina Guimarães Rodrigues
Consultora

Evolução do Perfil Epidemiológico nos Municípios da RMBH entre 1998 e 2008

Kenya Valeria Micaela de Souza Noronha
Cedeplar – Face - UFMG

Mudanças Climáticas, Cenários Econômicos e de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) para a RMBH

Edson Paulo Domingues
Cedeplar – Face - UFMG

Modelo de Potencial de Interação – estudos da rede de centralidades, acessibilidades e impedâncias no território da RMBH e Estudos de Vocações e Conflitos de Interesse para Ocupação do Território da RMBH

Ana Clara Mourão Moura
EA - UFMG

Unidades Geotécnicas da RMBH e Potencial de Uso

Maria Giovana Parizzi
IGC - UFMG
Ana Clara Mourão Moura
EA - UFMG

Coordenação de Dimensões Estruturantes

Territorialidade / Proposta de Reestruturação Territorial Metropolitana	Institucionalidade / Proposta Institucional
Heloísa Soares Moura Costa IGC – UFMG	Rita de Cássia Lucena Velloso PUC Minas
João Bosco Moura Tonucci Filho Cedeplar - Face – UFMG	Geraldo Magela Costa IGC – UFMG

Coordenação de Eixos Temáticos Integradores

Acessibilidade	Seguridade	Sustentabilidade	Urbanidade
José Irineu Rangel Rigotti Cedeplar – Face – UFMG	Junia Maria Ferrari Lima EA - UFMG	Gustavo de Brito Rocha Cedeplar – Face - UFMG	Alexandre Mendes Cunha Cedeplar – Face – UFMG

Coordenação de Políticas por Dimensões Estruturantes

Territorialidade	Institucionalidade
<i>Centralidades em Rede</i> Felipe Nunes Coelho Magalhães Consultor	<i>Desenvolvimento Institucional</i> Rita de Cássia Lucena Velloso PUC Minas
<i>Regulação do Uso e da Ocupação do Solo</i> Rogério Palhares Zschaber de Araújo EA – UFMG Ana Lucia Goyatá Campante Consultora	<i>Cooperação Interinstitucional e Intersetorial</i> José Tanajura Carvalho Consultor
	<i>Modernização e Atualização da Estrutura Fiscal dos Municípios</i> Fabricio Augusto de Oliveira Consultor

Coordenação de Políticas Metropolitanas por Eixos Integradores

Acessibilidade	Seguridade	Sustentabilidade	Urbanidade
<p><i>Mobilidade Metropolitana</i> Tiago Esteves Gonçalves da Costa EA – UFMG Guilherme de Castro Leiva CEFET - MG Leandro Cardoso EE - UFMG</p>	<p><i>Segurança Pública</i> Murilo Cássio Xavier Fahel FJP</p>	<p><i>Desenvolvimento Produtivo Sustentável</i> Fabiana Borges Teixeira dos Santos Consultora</p>	<p><i>Democratização dos Espaços Públicos</i> Ana Maria Rabelo Gomes FAE - UFMG</p>
<p><i>Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano</i> Silke Kapp EA – UFMG</p>	<p><i>Gestão dos Riscos Ambientais e de Mudanças Climáticas</i> Edson Paulo Domingues Cedeplar – Face – UFMG</p>	<p><i>Desenvolvimento de Territórios Minerários</i> Fabiana Borges Teixeira dos Santos Consultora</p>	<p><i>Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural</i> Fabiana Andrade Bernardes Almeida IGC - UFMG</p>
<p><i>Integração dos Serviços de Saúde</i> Ignez Helena Oliva Perpetuo Cedeplar – Face - UFMG</p>	<p><i>Segurança Alimentar e Nutricional</i> Márcio C. dos Reis Consultor</p>	<p><i>Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos</i> Nilo de Oliveira Nascimento EE - UFMG Tarcisio Tadeu Nunes Junior IGC - UFMG</p>	<p><i>Gestão Territorial da Educação e Cultura</i> Shirley Aparecida de Miranda FAE - UFMG</p>
<p><i>Assistência Social</i> Murilo Cássio Xavier Fahel FJP João Gabriel Teixeira Consultor</p>	<p><i>Formação e Qualificação Profissional</i> Márcio C. dos Reis Consultor Sibelle Diniz Cedeplar – Face – UFMG</p>	<p><i>Saneamento Básico</i> Nilo de Oliveira Nascimento EE - UFMG</p>	<p><i>Promoção de Atividades Culturais e Criativas</i> Ana Flávia Machado Cedeplar – Face - UFMG</p>

<p><i>Democracia Digital</i> José Irineu Rangel Rigotti Cedeplar – Face – UFMG Eduardo Maia Memória Consultor</p>	<p><i>Apoio à Produção em Pequena Escala</i> Sibelle Diniz Cedeplar – Face – UFMG Márcio C. dos Reis Consultor</p>	<p><i>Resíduos Sólidos</i> Raphael Tobias de Vasconcelos Barros EE - UFMG Fátima Abreu Consultora</p>	<p><i>Financiamento da Cultura</i> Ana Flávia Machado Cedeplar – Face - UFMG</p>
		<p><i>Delimitação e Recuperação de Áreas de Interesse para Conservação Ambiental</i> Sergio Augusto Domingues PUC Minas</p>	
		<p><i>Compensação e Valoração de Serviços Ambientais</i> Alisson Flavio Barbieri Cedeplar – Face - UFMG</p>	
		<p><i>Mitigação de Gases de Efeito Estufa para uma Economia de Baixo Carbono</i> Edson Paulo Domingues Cedeplar – Face - UFMG</p>	

Equipe de Geoprocessamento

Em ordem alfabética:

Ana Clara Mourão Moura
EA – UFMG

Ana Pimenta
Consultora

Danilo Marques de Magalhães
IGC – UFMG

Fernando Silva Borges de Andrade
IGC – UFMG

Glauco Umbelino
Cedeplar – Face – UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro
Consultor

Reinaldo Onofre dos Santos
Cedeplar – Face - UFMG

Equipe Técnica Completa

Em ordem alfabética:

1. Adélia Cristina de Souza Braga – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
2. Alessandra Coelho de Oliveira - Consultora
3. Alex Carvalho - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
4. Alexandre Guelman Davis – Assistente de pesquisa, ICEX/UFMG
5. Alexandre Mendes Cunha – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
6. Alexandre Weber – Assistente de pesquisa, Face/UFMG
7. Aline Almeida Raposo - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
8. Aline Souza Magalhães – Assistente de pesquisa, Face/UFMG
9. Alisson Flávio Barbieri – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
10. Altair Sancho - Professor, IGC/UFMG
11. Altivo Roberto Andrade de Almeida Cunha – Consultor
12. Álvaro Américo – Assistente de Pesquisa, EA/UFMG
13. Amélia Augusta Friche – Assistente de pesquisa, UFMG
14. Ana Carolina Andrino de Melo - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
15. Ana Carolina da Cruz de Souza - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG

16. Ana Carolina Pinheiro Euclides - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
17. Ana Carolina Ribeiro – Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
18. Ana Clara Mourão Moura – Professora, EA/ UFMG
19. Ana Flávia Machado – Professora, Cedeplar/Face/UFMG
20. Ana Lúcia Goyatá Campante - Consultora
21. Ana Maria Rabelo Gomes – Professora, FaE/UFMG
22. Ana Paula Baltazar dos Santos – Professora, EA/UFMG
23. Ana Paula Emídio Barbosa – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
24. Ana Paula Maciel Peixoto – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
25. Ana Pimenta - Consultora
26. Ana Tereza Lanna – Professora, PUC-MG
27. André Kraemer Goes – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
28. Antônio Pereira Magalhães Júnior – Professor, IGC/UFMG
29. Arnaldo Freitas de Oliveira Junior – Professor, IFMG/Ouro Preto
30. Artur Moreira Souto – Assistente de pesquisa, Face/UFMG
31. Augusto Gomes Araújo – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
32. Beatriz Judice Magalhães – Assistente de Pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
33. Bernardo Alves Furtado - Colaborador
34. Bernardo Lanza Queiroz – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
35. Bianca Moreira Mariquito Naime Silva – Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
36. Brenner Rodrigues – Consultor
37. Breno Pessoa dos Santos – Professor, Escola de Design/UEMG
38. Bruno Cabral França – Mestrando, EG/FJP
39. Celeste de Souza Rodrigues - Consultora/ Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte/UFMG
40. Charliston Marques Moreira – Consultor
41. Ciara Albernaz - Consultora

42. Circlaine da Cruz Santos Faria – Assistente de pesquisa, PUCMinas
43. Clarice de Assis Libânio - Consultora
44. Clélio Campolina Diniz – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
45. Clodoveu Augusto Davis Junior – Professor, ICEX/UFMG
46. Cristiano Gurgel Bickel – Assistente de pesquisa, EA/UFMG; Professor, Coltec
47. Cristina Guimarães Rodrigues - Consultora
48. Daniela Menezes Martins - Consultora
49. Danilo Macruz Inácio – Consultor
50. Danilo Marques de Magalhães – Assistente de pesquisa, IGC/ UFMG
51. David José A. V, de Magalhães – Professor, EE/UFMG
52. Dayan Magalhães Castro – Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
53. Edson Paulo Domingues – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
54. Eduardo Maia Memória - Consultor
55. Elizabeth Maria Filizzola Costa - Consultora
56. Ernesto Friedrich de Lima Amaral – Professor, FAFICH/UFMG
57. Fabiana Andrade Bernardes Almeida - Professora, IGC/UFMG
58. Fabiana Borges Teixeira dos Santos - Consultora
59. Fabio Weikert Bicalho – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
60. Fabrício Augusto de Oliveira - Consultor
61. Felipe do Valle Nacif - Consultor
62. Felipe Nunes Coelho Magalhães – Consultor
63. Fernanda Caixeta – Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG
64. Fernando da Silva Soares – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
65. Fernando Gomes Braga – Professor, IFMG
66. Fernando Silva Borges de Andrade – Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
67. Frederico Gonzaga Jayme Júnior – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
68. Gabriel Henrique de Oliveira – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG

69. Geraldo Magela Costa – Professor, IGC/UFMG
70. Giovanna Oliveira Carvalho – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
71. Glauco Umbelino - Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
72. Guilherme Augusto Pereira Malta – Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG
73. Guilherme de Castro Leiva – Professor, CEFET/MG
74. Guilherme Vagner Barros – Professor, Escola de Design/UEMG
75. Gustavo Britto– Professor, Cedeplar/Face/UFMG
76. Gustavo Vasconcelos Ribeiro – Assistente de pesquisa, Face/UFMG
77. Heloisa Schmidt de Andrade – Consultora
78. Heloísa Soares de Moura Costa – Professora, IGC/UFMG
79. Helton Guerra Fernandes – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
80. Ignez Helena Oliva Perpetuo – Professora, Cedeplar/Face/UFMG
81. Isabela França Magalhães – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
82. Ivana Arruda Silveira Saraiva – Professora, PUCMinas
83. Janaina Lopes Nogueira – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
84. João Antonio de Paula– Professor, Cedeplar/Face/UFMG
85. João Bosco Moura Tonucci Filho – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
86. João Gabriel Teixeira – Professor, FAFICH/UFMG
87. João Marcelo Mendes - Consultor
88. João Victor de Oliveira Rodrigues – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
89. José Eustáquio de Brito – Professor, FaE/UEMG
90. José Irineu Rangel Rigotti – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
91. José Tanajura Carvalho – Consultor
92. Junia Maria Ferrari de Lima – Professora, EA/UFMG
93. Jupira Gomes de Mendonça – Professora, EA/UFMG
94. Kenya Valeria Micaela de Souza Noronha – Professora, Cedeplar/Face/UFMG
95. Leandro Cardoso – Professor, EE/UFMG

96. Ligia Milagres – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
97. Luânia Ludmilla Castro - Assistente de pesquisa, Empresa Junior de Ciências Sociais, FAFICH/UFMG
98. Lucia Helena Ciccarini Nunes – Professora, PUCMinas
99. Lucilia Maria Zarattini Niffinegger – Secretária Geral
100. Luiz Alberto Borges – Assistente de pesquisa, ICEx/UFMG
101. Luiz Felipe Quintão – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
102. Luiza Filizzola Costa Lima – Consultora
103. Márcia Maria Lousada – Professora, IGC/UFMG
104. Márcio Carneiro dos Reis – Consultor, FEAD-MINAS; SECTES-MG
105. Marco Crocco – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
106. Marcos Eugênio Brito de Castor - Consultor
107. Marcus Abílio – Professor, FAFICH-UFMG
108. Margarete Maria de Araújo Silva – Professora, EA/UFMG
109. Maria Angélica de Salles Dias – Consultora, Faculdade de Medicina/UFMG
110. Maria Giovana Parizzi – Professora, IGC / UFMG
111. Maria Helena Cunha – Consultora
112. Maria Inês Pedrosa Nahas – Professora, PUCMinas
113. Mariana Movilla – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
114. Marina Moreira – Assistente de pesquisa, Face/UFMG
115. Mateus Andreatta Barros – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
116. Mateus Lira da Matta Machado - Assistente de pesquisa, EA/UFMG
117. Matheus Alves de Britto - Consultor
118. Matheus Bahia - Assistente de Pesquisa , FAFCIH/FJP
119. Matheus Silva Romualdo - Assistente de pesquisa, EBA/UFMG
120. Matias John Wojciechowsky – Consultor
121. Maura Neves Coutinho – Assistente de pesquisa, IGC/UFMG

122. Mayara Pinheiro Duarte – Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG
123. Michelle Gontijo Veloso – Assistente de pesquisa, PUCMinas
124. Moisés Machado - Consultor
125. Mônica Campolina Diniz Peixoto - Consultora
126. Murilo Cássio Xavier Fahel - Professor, FJP
127. Nilo de Oliveira Nascimento – Professor, EE/UFMG
128. Nilson Tadeu Ramos Nunes – Professor, Escola de Engenharia/UFMG
129. Osias Baptista Neto - Consultor
130. Pâmela Aquino Fernandes, Assistente de Pesquisa, PUCMinas
131. Paola Rogedo – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
132. Patrícia Vargas S. C. Oliveira – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
133. Pedro Cisalpino – Assistente de pesquisa, FAFICH/UFMG
134. Pedro Heller – Assistente de pesquisa, EE/UFMG
135. Pedro Henrique de Mendonça Resende - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
136. Priscilla Silva Nogueira – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
137. Rafael Igino Ferreira Cruz – Assistente de pesquisa, PUCMinas
138. Rafael Rust Neves – Assistente de pesquisa, PUCMinas
139. Raphael Tobias de Vasconcelos Barros – Professor, EE/UFMG
140. Regina Maria de Fátima Camargos - Consultora
141. Reinaldo Onofre dos Santos – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
142. Rita de Cássia Lucena Velloso – Professora, PUCMinas
143. Roberto Luís de Melo Monte-Mór – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
144. Rodolfo Alexandre Cascão Inácio – Consultor
145. Rodrigo Ferreira Simões – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
146. Rodrigo Machado F. Leitão – Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG
147. Rodrigo Santos Marcandier Gonçalves – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
148. Rogério Palhares Zschaber de Araújo – Professor, EA/UFMG

149. Rogério Sant'Anna de Souza – Assistente de pesquisa, PUCMinas
150. Rose Aparecida Pena – Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG
151. Rosemary Portugal G. de Souza – Professora, Escola de Design/UEMG
152. Sabrina Amélia Lima e Silva – Assistente de pesquisa, ICEX/UFMG
153. Samanta Jovana – Assistente de pesquisa, UEMG
154. Samy Lansky – Consultor
155. Selena Lage - Consultora
156. Sérgio Augusto Domingues – Professor, PUCMinas
157. Shirley Aparecida de Miranda – Professora, FaE/UFMG
158. Sibelle Cornélio Diniz – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
159. Silke Kapp – Professora, EA/UFMG
160. Stefano Guimarães Falce – Assistente de pesquisa, ICEX/UFMG
161. Tamíris Joana Nascimento – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
162. Tarcisio Tadeu Nunes Júnior - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
163. Tatiana Soledade Delfanti Melo - Assistente de Pesquisa EA/ UFMG
164. Thiago Araújo de Pinho – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
165. Tiago Esteves Gonçalves da Costa – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
166. Tiago Neves Guerra Lage - Consultor
167. Vanessa Cardoso Ferreira – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
168. Vitor Passos Camargos – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
169. Wellington dos Santos Luzzi – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
170. Zenilton Kleber - Consultor



plano
Metropolitano
RMBH



Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Regional
e Política Urbana - SEDRU

